

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS -GRADUAÇÃO MESTRADO EM HISTÓRIA

CAREM ALINE DE OLIVEIRA

**MOVIMENTO ANTIFEMINISTA: DISCURSOS E ATIVISMOS DE
MULHERES NAS REDES SOCIAIS, IMPRESSOS E EVENTOS (2015 – 2019)**

Marechal Cândido Rondon

2020

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS -GRADUAÇÃO MESTRADO EM HISTÓRIA

CAREM ALINE DE OLIVEIRA

**MOVIMENTO ANTIFEMINISTA: DISCURSOS E ATIVISMOS DE
MULHERES NAS REDES SOCIAIS, IMPRESSOS E EVENTOS (2015 – 2019)**

Disseertação apresentada junto ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito à obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: História, Poder, e Práticas Sociais.

Linha de Pesquisa: Cultura e Identidades.

Orientadora: Prof^ª Dra. Yonissa Marmitt Wadi

Marechal Cândido Rondon

2020

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Oliveira, Carem Aline de
Movimento Antifeminista : discursos e ativismos de mulheres nas redes sociais, impressos e eventos (2015 - 2019) / Carem Aline de Oliveira; orientador(a), Yonissa Marmitt Wadi, 2020.
250 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Graduação em História Programa de Pós-Graduação em História, 2020.

1. Antifeminismo. 2. Discurso. 3. Redes sociais. 4. Movimento antifeminista. I. Wadi, Yonissa Marmitt . II. Título.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78850337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE CAREM ALINE DE OLIVEIRA, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 30 dia(s) do mês de julho de 2020 às 14h00min, na modalidade webconferência e de forma síncrona, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação do(a) candidato(a) Carem Aline de Oliveira, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em História - nível de Mestrado, na área de concentração em História, Poder e Práticas Sociais. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Yonissa Marmitt Wadi, Carla Cristina Nacke Conradi, Tereza Maria Spyer Dulci. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Yonissa Marmitt Wadi, orientador(a) do(a) candidato(a). Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) aluno(a) foi admitido(a) à Defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, intitulada: Movimento Antifeminista discursos e ativismos de mulheres nas redes, impressos e eventos (2015 - 2019). O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Dissertação. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Carla Cristina Nacke Conradi, Tereza Maria Spyer Dulci. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Dissertação. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. E, para constar, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon, lavra a presente ata, e assina juntamente com os membros da Comissão Examinadora e o(a) candidato(a). De acordo com o que está previsto nos § 8 e § 9 do Artigo 81 do Regulamento do Programa de Pós-graduação em História da Unioeste, a banca de Defesa de Dissertação foi realizada contando com a participação de membros via utilização de tecnologia de webconferência. Diante desta circunstância, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História assina esta Ata e atesta a conformidade da Comissão Examinadora em relação ao resultado da Defesa de Dissertação e ao conteúdo dos pareceres descritivos anexados.

Orientador(a) - Yonissa Marmitt Wadi

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

Carla Cristina Nacke Conradi

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE CAREM ALINE DE OLIVEIRA, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Tereza Maria Spyer Dulci

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila)

Carem Aline de Oliveira

Aluno(a)

Moisés Antiquera

Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História

Prof. Dr. Moisés Antiquera
Coordenador do Programa de
Pós-Graduação em História
Mestrado e Doutorado
Portaria nº 5114/2018-GRE

PROGRAMA DE PÓS -GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA
EXAMINADORA DE DEFESA DE MESTRADO REALIZADA À DISTÂNCIA,
DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

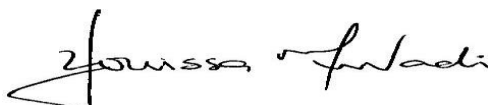
Eu, Prof(a). Dr(a). YONISSA MARMITT WADI, declaro, como **ORIENTADORA**, que presidi os trabalhos de defesa à **distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de defesa da dissertação, **Movimento Antifeminista: discursos e ativismos de mulheres nas redes, impressos e eventos (2015-2019)**, da candidata **CAREM ALINE DE OLIVEIRA**, deste Programa de Pós-Graduação.

Considerando o trabalho entregue, a apresentação e a arguição dos membros da banca examinadora, **formalizo como orientadora**, para fins de registro, por meio desta declaração, a decisão da banca examinadora de que a candidata foi considerada: **APROVADA** na banca realizada na data de 30 de julho de 2020.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

A banca considerou a dissertação de mestrado apresentada por Carem Aline de Oliveira como excelente. Neste sentido, destacou, especialmente: a originalidade do objeto de pesquisa; o rigor acadêmico da análise; a ótima fundamentação teórica; o hábil manejo, referenciação e análise das fontes. Para melhor visualização do conteúdo da mesma sugeriu a mudança no título, conforme destacado acima. Em função da qualidade do trabalho intelectual apresentado pela discente, recomendou a publicação da dissertação.

Atenciosamente,



Prof. Dra. YONISSA MARMITT WADI
UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná Programa de Pós-Graduação em História

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA
EXAMINADORA DE MESTRADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE
FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA**

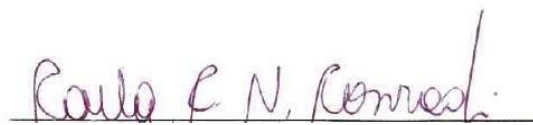
Eu, Prof(a) Dr(a) **Carla Cristina Nacke Conradi** declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de defesa da dissertação do(a) candidato(a) **Carem Aline de Oliveira** deste Programa de Pós-Graduação.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro interno**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o(a) candidato(a) pode ser considerado(a): **aprovada**, na banca realizada na data de 30 de julho de 2020.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Na dissertação de mestrado, se destaca especialmente a originalidade do objeto de pesquisa, que foi analisado com rigor acadêmico, demonstrando consistente fundamentação teórica. Se evidencia também o hábil manejo, referenciação e análise das fontes. Diante da qualidade exemplar do trabalho intelectual, se indica a publicação da dissertação.

Atenciosamente,



Profa. Dra. Carla Cristina Nacke Conradi
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Colegiado do Curso de História da UNIOESTE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DE MESTRADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

Eu, Prof(a) Dr(a) **Tereza Maria Spyer Dulci** declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de defesa da dissertação do(a) candidato(a) **Carem Aline de Oliveira** deste Programa de Pós-Graduação.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro externo**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o(a) candidato(a) pode ser considerado(a): **aprovada** na banca realizada na data de 30 de julho de 2020.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Considero que a dissertação de mestrado apresentada por Carem Aline de Oliveira é excelente. Destaco, especialmente, a originalidade do objeto de pesquisa, o rigor acadêmico com que foi realizada a análise e a ótima fundamentação teórica. Vale ressaltar também o manejo, referenciação e análise das fontes. Em função da qualidade do trabalho intelectual apresentado pela discente, recomendo que a dissertação seja publicada.

Atenciosamente,



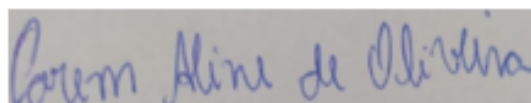
Profa. Dra. Tereza Maria Spyer Dulci
Universidade Federal da Integração Latino Americana– UNILA
Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina
(PPG-ICAL)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**DECLARAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE DEFESA PARA BANCA EXAMINADORA DE
DEFESA DE Mestrado REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR
VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, discente ~~Carem~~ **Aline de Oliveira**, declaro, que realizei a minha defesa à distância, de forma síncrona e por videoconferência do trabalho de dissertação intitulado **Movimento antifeminista: Discursos e ativismos de mulheres nas redes sociais, impressos e eventos (2015 – 2019)**, para banca examinadora realizada na data de 30 de julho de 2020.

Atenciosamente,



NOME COMPLETO DO DISCENTE

Orientadora: Prof. Dr. ~~Yonissa~~ **Yonissa Marmitt Wadi**

AGRADECIMENTOS

Exponho, aqui meu profundo agradecimento à todas e todos que contribuíram de forma especialmente significativa para esse trabalho.

Agradeço, imensamente à minha mãe, que mesmo sem saber me apresentou ao feminismo através de todos os seus ensinamentos, conselhos e advertências que sempre estiveram atravessados por um viés de empoderamento e que tiveram significativa contribuição na minha constituição enquanto uma mulher feminista. Sua trajetória como mulher trabalhadora e independente e seu olhar atento e questionador sobre a vida e o mundo sempre me servirão de inspiração.

Às minhas excelentíssimas conhanheiras de “vinho no tapete” Puky, Dama, Carol, Bruna, Jéssica, Quexi, Larissa, Thay, Fran e Dani. Por compartilharem aflições, conhecimentos e risos. Por problematizarem comigo nos “rolês” e principalmente, por todas as conversas sobre os estudos de gênero que me permitiram organizar conhecimentos e colocar em prática o que aprendemos na teoria.

Ao meu companheiro Marcos, parceiro de vida, aventuras e andanças pelo mundo. Pela leitura de incontáveis parágrafos, sempre seguidos de um “está claro o que eu quis expor aqui?” de minha parte. Por aceitar sem hesitação, a ser o velho dos gatos comigo. Por todo o companherismo, conversas, paciência e amor.

Às professoras doutoras Carla Cristina Nake Conradi e Tereza Maria Spyer Dulci que aceitaram prontamente o convite para comporem a banca de defesa da dissertação.

À minha orientadora Yonissa Marmitt Wardi que mesmo no contexto de todas as suas atividades e ocupações aceitou orientar essa pesquisa. Por trazer direção para este trabalho, mostrando-me novos rumos e novas possibilidades, sempre que me senti perdida no processo de análise e escrita. Por todas as reflexões, críticas, puxões de orelha, conselhos, apontamentos e paciência que foram determinantes para que eu pudesse compor essa pesquisa. Agradeço também, pela sensibilidade de sempre estar disposta a ouvir, a conversar e a apoiar. Muito obrigada prof!

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro que proporcionou as condições materiais necessárias para o desenvolvimento da pesquisa.

RESUMO

A presente dissertação parte da problematização dos discursos antifeministas produzidos por mulheres que desqualificam o feminismo via redes sociais, construindo o sujeito feminista através da produção de discursos que evocam debates sobre os valores sociais, o gênero e os papéis intrínsecos a este. Ao mesmo tempo também caracterizamos o antifeminismo como movimento social, definimos as bases teóricas e políticas que constituem e impulsionam seu discurso e a agenda do movimento, as conexões dos discursos antifeministas com o propagado por outros setores conservadores e sua relação com propostas estatais que provocam retrocessos nos debates a cerca de direitos para as mulheres e minorias. Para isso, analisamos um conjunto de postagens de redes sociais que se intitulam antifeministas, além de conteúdo antifeminista produzido fora da internet, entre os anos de 2015 até 2019. O referencial teórico metodológico das análises, baseiam-se nos pressupostos teóricos de Michel Foucault acerca do discurso, do sujeito, dos saberes e poderes e dos Estudos de Gênero que nos permitem problematizar a organização e a construção discursiva do gênero por meio da veiculação de *performances* sociais, selecionadas e organizadas de acordo com seu valor social e sua correspondência a esses valores, para a manutenção e fixação de “ideias” de feminilidade que regem o discurso antifeminista.

Palavras-chave: Antifeminismo; Discurso; Redes sociais; Movimento antifeminista.

ANTI-FEMINIST MOVEMENT: SPEECHES AND ACTIVITIES OF WOMEN IN SOCIAL NETWORKS, PRINTED AND EVENTS (2015 - 2019)

ABSTRACT

This dissertation starts from the problematization of anti-feminist discourses produced by women who disqualify feminism via social networks, building the feminist subject through the production of discourses that evoke debates about social values, gender and the roles intrinsic to it. At the same time, we also characterize anti-feminism as a social movement, we define the theoretical and political bases that constitute and drive its discourse and the movement's agenda, the connections of anti-feminist speeches with those propagated by other conservative sectors and their relationship with state proposals that cause setbacks in debates about rights for women and minorities. For that, we analyzed a set of social media posts that are called anti-feminists, in addition to anti-feminist content produced outside the internet, between the years 2015 to 2019. The theoretical methodological framework of the analyzes, are based on the theoretical assumptions of Michel Foucault about of the discourse, of the subject, of the knowledge and powers and of the Gender Studies that allow us to problematize the organization and the discursive construction of the gender through the transmission of social performances, selected and organized according to their social value and their correspondence to these values, for the maintenance and fixation of femininity “ideas” that govern the anti-feminist discourse.

KEYWORDS: Antifeminism; Speech; Social networks; Anti-feminist movement.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: A invejosa. Publicada pela página Mulheres contra o feminismo em 8 de julho de 2014.....	44
Imagem 2: O feminismo começa aqui. Publicada pela página Anti-Feminismo em 19 de fevereiro de 2018.....	47
Imagem 3: Uma mulher empoderada pelo feminismo. Publicada pela página Anti Feminismo em 24 de julho de 2016.....	53
Imagem 4: Antes e depois do feminismo. Publicada pela página Anti-Feminismo em 19 de fevereiro de 2017.....	56
Imagem 5: Feminismo e depilação. Publicada pela página Mulheres contra o feminismo em 20 de julho de 2012.....	59
Imagem 6: A Fera e o Belo. Publicada pela página Anti Feminismo em 21 de março de 2017.....	62
Imagem 7: Liberdade para as banhas. Publicada pela página Anti-Feminismo em 24 de fevereiro de 2018.....	65
Imagem 8: Brenda. Publicada na página de Carol Rossett em 13 de fevereiro de 2019.....	70
Imagem 9: Vadiane. Publicada pela página Anti-Feminismo em 23 de junho de 2018.....	71
Imagem 10: A noiva feminista. Publicada pela página Mulheres contra o feminismo em 29 de agosto de 2017.....	73
Imagem 11: Desvalorização da mulher. Publicada pela página Anti-Feminismo em 13 de setembro de 2018.....	77
Imagem 12: A vitimista. Publicada pela página Anti Feminismo em 14 de outubro de 2015.....	84
Imagem 13: As feministas querem reduzir a mulher a um macho-acabado. Publicada pela página Anti-Feminismo em 4 de março de 2018.....	89
Imagem 14: A opressora. Publicada pela página Mulheres contra o feminismo em 26 de março de 2015.....	92

Sumário

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I - A MULHER FEMINISTA SOB A PERSPECTIVA ANTIFEMINISTA	42
1.1. A invejosa	44
1.2. Gorda e suja: A baranga	55
1.3. A Vadia.....	69
1.4. De vítima a opressora.....	83
CAPÍTULO II - MULHERES NO MOVIMENTO ANTIFEMINISTA	99
2.1 Quem são?.....	100
2.2 O que defendem as antifeministas?	123
CAPÍTULO III - O ANTIFEMINISMO FORA DAS REDES	143
3.1. O recrudescimento do conservadorismo no Brasil: impulso para o antifeminismo de Winter e Campagnolo	144
3.2 A palestrante Sara Winter.....	150
3.3. A palestrante e parlamentar Ana Caroline Campagnolo	168
3.4. Os eventos comuns	184
3.5. A atuação das antifeministas e os reflexos no campo educacional e social	194
3.6. Resgatando valores?.....	213
CONSIDERAÇÕES FINAIS	222
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	236

INTRODUÇÃO

“Ninguém nasce mulher: torna-se mulher.”
Simone de Beauvoir

Desde o início do século XXI, presenciamos o crescimento das possibilidades de acesso à internet e, com isso, um fenômeno muito importante: o aparecimento das redes sociais. Hoje, é fato inegável que elas possuem grande peso na formação da opinião pública¹, seja via *Facebook*, *Instragan*, *YouTube*, *Twitter* ou *Whatsapp*. Os tradicionais meios de comunicação, como o jornal e a televisão, estão aos poucos perdendo autoridade diante desses novos meios. Desse fenômeno emergiram novas experiências cotidianas, as quais se manifestam através de novos saberes e linguagens próprias. O ciberespaço tornou capaz a circulação de inúmeros discursos na sociedade e o espaço da *web* é especializado em (re)produzir identidades e sentidos sobre os sujeitos sociais.

Conjecturando sobre tal fato, o objetivo geral desta dissertação é analisar os discursos antifeministas de mulheres que desqualificam o feminismo via redes sociais, construindo o sujeito feminista através da produção de discursos que evocam debates sobre os valores sociais, o gênero feminino e os papéis intrínsecos a este. Para isso, analisaremos um conjunto de postagens em páginas da rede social *Facebook*, que se intitulam antifeministas, além de outros materiais, como livros escritos por mulheres que se intitulam antifeministas (impressos ou e-books), seus canais na rede social *Instagram* e no *YouTube*, sites oficiais e *blogs* nos quais divulgam, suas agendas de palestras, participações em eventos e produzem conteúdos antifeministas.

Iniciamos a discussão deste trabalho com a epígrafe de Simone de Beauvoir que consta no segundo volume de sua obra “O segundo sexo” (1949). Esta frase de Beauvoir atenta, entre outras questões, para o fato de que as mulheres são ensinadas desde que nascem a cumprir um papel social de submissão. A ideia sintetizada na frase passou a ser consensual nos movimentos feministas desde então, ou seja, pensar o feminino como construção social e não determinação biológica, além de representar um importante esforço de compreensão da construção social do “feminino” – pelo menos no mundo ocidental moderno – como um conjunto de determinações e expectativas voltadas para cercear as possibilidades de autonomia das mulheres.

¹ Entendemos a opinião pública com um conjunto de ideias, opiniões e valores de uma determinada sociedade em relação a qualquer assunto. Cf: FIGUEIREDO, Rubens. O que é opinião pública. São Paulo: Brasiliense, 1996.

No entanto, o esforço dos estudos feministas que buscam a desnaturalização das categorias “homem” e “mulher”, entendendo-as enquanto construções sociais a fim de tratar diretamente das relações de poder entre os gêneros (PINTO, 2012), têm provocado repúdio e negação por parte dos discursos antifeministas que propomos analisar. Ao colocar a feminilidade e a masculinidade enquanto construção social, os feminismos passam a ser acusados por discursos antifeministas de tentar inverter os supostos papéis naturais de homens e mulheres.

Para exemplificar isso, temos os discursos antifeministas visualizados na rede social *Facebook*, como: “*homens e mulheres são diferentes sim e têm de ser tratados como tal*”², ou seja, a feminilidade e a masculinidade são fatos dados no nascimento, são dados biológicos. Isto nos leva a uma das muitas caracterizações que as páginas que se intitulam antifeministas fazem daquelas mulheres que se reconhecem enquanto feministas: “*Uma feminista, no sentido próprio e estrito, pode ser definida como uma mulher que inveja o papel masculino*”³. A noção sintetizada na frase de que a mulher feminista tenta usurpar o papel social do homem é difundida com grande frequência nas páginas antifeministas do *Facebook*.

Tomo liberdade aqui, de expor as leitoras e leitores, ainda que brevemente, a relação que esta mestranda mantém com esta pesquisa. Inicialmente, os discursos de desqualificação da mulher e das lutas feministas produzidos e afirmados pelo antifeminismo me afetaram profundamente, porque enquanto mulher feminista também me coloquei na posição de sujeito que é desqualificado. No entanto, quando comecei a investigar esse discurso via *Facebook* e tomei consciência de sua dispersão e o grande alcance que possuía na deslegitimação da agenda feminista. A primeira página antifeminista a que tive acesso, contava com mais de 700 mil seguidores e seguidoras. Refletindo, sobre a deslegitimação e o combate das discussões das perspectivas de gênero e feministas que são produzidos na teia desse discurso me encontrei preocupada com as possíveis implicações sociais, culturais e políticas que poderiam ser geradas por tal discurso.

Em meu ciclo de convivência não conheço uma única mulher que não tenha passado, pelo menos uma vez, por uma situação de assédio sexual feita por um tio, ou um vizinho, ou um conhecido da família. Também não conheço nenhuma mulher que não possua uma história de uma conhecida que passou por um relacionamento abusivo, uma

² Cf. https://www.facebook.com/antifeminismo01/?ref=page_internal. Acesso em 05/08/2019.

³Cf. https://www.facebook.com/MulheresContraoFeminismo/?ref=page_internal. Acesso em: 04/05/2019

violência doméstica ou sexual. Acredito, que você mulher leitora deste trabalho, provavelmente também já tenha passado por uma experiência de assédio ou violência física, moral ou psicológica ou conhece alguma mulher que tenha vivenciado alguma dessas violências.

Quantas vezes você mulher já atravessou a rua para evitar passar em frente a um grupo de homens? Quantas vezes já se sentiu insegura com seu corpo e/ou aparência? Quantas vezes já foi vítima ou presenciou uma cena de violência, física, moral ou psicológica contra outra mulher? Quantas vezes já teve medo de andar sozinha a noite? Quantas vezes foi estereotipada por desempenhar uma atividade, ou ocupar um espaço considerado tradicionalmente masculino? Quantas vezes foi chamada de louca, histérica por se exaltar em uma discussão?

Basta refletir um pouco sobre nossa condição de mulher na sociedade para visualizar desigualdades de gênero, relações de opressão e poder sobre nós. Compreendo que os estudos de gênero e os movimentos feministas possibilitam modificar e desnaturalizar essas desigualdades, sejam elas as de gênero, bem como as de classe, raça, etnia e todas estas articuladas, desconstruir e questionar comportamentos, padrões de beleza, relações de poder entre os sexos, preconceitos e violências historicamente construídos e naturalizados sobre as mulheres.

É neste sentido, que o discurso produzido pelo antifeminismo nos instiga uma série de reflexões e questionamentos que nos tocam pessoal e intimamente. Assim como, do ponto de vista de reflexão histórica, levam-nos à construção dos objetivos, da problemática e das análises apresentadas no espaço desta dissertação.

A partir dos discursos que circulam nas mídias digitais (*Facebook, Instagram, YouTube, sites, Blogs, etc.*), especialmente nas redes sociais, como o *Facebook*, foi possível constatar que a *web* agrega em torno de si uma variedade de dizeres, inscritos em diferentes formações discursivas, responsáveis pelo agenciamento de sentidos e a (des)construção de identidades para os movimentos e a mulheres feministas. A partir desses aspectos, levantamos algumas questões, que conjugadas constituem o problema desta pesquisa: O que é o antifeminismo? É um movimento social? Há um ou vários antifeminismos? Quais seus suportes e bases teóricas? Quais são as implicações sociais deste(s) movimento(s) atualmente? Por que algumas mulheres se identificam com os discursos considerados antifeministas? Por que mulheres estão promovendo discursos de desqualificação dos feminismos? Como mulheres são cooptadas por tais discursos?

Cabe ressaltar que, ao trabalhar com fatos e processos históricos que se desenvolvem a partir de um passado próximo, situamos este trabalho na história do tempo presente. Isso implica afirmar que devemos ter em mente a produção de uma história do inacabado, isto é, as análises que se produzem acerca do tempo mais recente terão, provavelmente, certa duração e os acontecimentos vindouros poderão alterá-las (ROUSSO, 2009, p. 206).

É inegável o impacto que o jornalismo instantâneo, a internet e as novas tecnologias de informação exercem sobre o cotidiano das pessoas. Rémond (1996, p. 206) destaca que:

[...] após um período em que a epistemologia privilegiava a continuidade, a constância, as estruturas, nossos contemporâneos redescobriram, graças ao fato e à atualidade, a importância da história. A atualidade nos persegue, não nos poupa: há uma demanda social e disso somos testemunhas.

Assim, as profundas e fugazes transformações que caracterizam as últimas décadas fizeram com que se tornasse salutar mergulhar na história do tempo presente, para além da história do passado a fim de interpretar o nosso tempo e, nele, nossas vidas. Todavia, a pesquisa do tempo presente exige “rigor teórico-metodológico igual ou superior à história de outros períodos, enfatizando a disciplina, a probidade e busca constante e ética da verdade” (RÉMOND, 1996, p. 209).

Em um momento da história em que o conhecimento produzido pela universidade passou a ser alvo de questionamentos e dúvidas, sob a cruzada moral de grupos conservadores (BIROLI, 2018), podemos dizer que a pesquisa histórica necessita contar com a história do tempo presente como nunca, uma vez que as pesquisas neste campo mantêm a peculiar aspiração à verdade, própria do ofício do historiador. Chartier (1996, p. 217-218) afirma que a história do tempo presente, mais que todas as outras, mostra que há entre a ficção e a história uma diferença fundamental que consiste na ambição da história de ser um discurso verdadeiro, capaz de dizer o que realmente aconteceu. Essa vocação da história, que é ao mesmo tempo, narrativa e saber, adquire especial importância quando ela se insurge contra os falsificadores e falsários de toda a sorte que, manipulando o conhecimento do passado, pretendem deformar as memórias. Em resumo, a história do tempo presente nos propicia compreender as condições e as incertezas dos processos de produção e de validação do conhecimento histórico e exige que a busca da verdade seja um pressuposto *sine qua non* da própria existência da pesquisa em história.

Ressaltamos que a verdade que busca o historiador é provisória, parcial, variável e temporalmente circunscrita. Uma vez que nunca se chegará a uma única e absoluta verdade sobre o fato histórico, justamente pela subjetividade presente no ofício do historiador. O historiador está sempre lidando com subjetividades presentes em sua própria experiência de vida, no seu contexto histórico e em suas próprias fontes (KOSELLECK, 2006). Contudo, ainda que as fontes não sejam janelas abertas que permitem o acesso ao conhecimento histórico objetivo, tampouco podem ser consideradas janelas fechadas que impedem qualquer tipo de acesso ao conhecimento. As fontes históricas são, como preconizou Ginzburg (2002), janelas revestidas por um vidro que permite uma visão embaçada do conhecimento histórico. O discurso do historiador é legitimado por aquilo que as fontes oferecem como prova, por isso o autor (2002, p. 45) afirma que “o conhecimento (mesmo o conhecimento histórico) é possível”.

Trabalhar uma noção como antifeminismo, demanda em primeiro lugar clarificar o seu oposto, o feminismo. A noção de feminismo requer cuidados extras, pois o campo científico no qual nos inserimos é, sobretudo, um campo movediço e passível de inúmeras interpretações. O termo “feminismo”, embora seja largamente utilizado como se seu significado fosse autoexplicativo, está longe de ser unívoco, uma vez que varia conforme os contextos históricos e os emissores dos discursos e assim, a palavra adquire múltiplas significações. Nas palavras de Alves e Pitanguy (1981, p.7), “torna-se difícil traduzir todo um processo que tem raízes no passado, que se constrói no cotidiano, e que não tem um ponto de chegada. Como todo processo de transformação, encerra contradições, avanços, recuos”.

No Brasil, a primeira articulação de mulheres é datada do século XX, acompanhando o fluxo do movimento feminista internacional na luta pelo voto feminino e em movimentos operários. As brasileiras conquistaram o direito ao voto nas eleições de 1932. Praticamente 30 anos depois houve uma retomada mais incisiva da atuação das mulheres quando, em 1960, iniciou-se o debate a respeito do uso de anticoncepcionais, promovendo uma ampla discussão a respeito da saúde reprodutiva feminina e da própria forma de se relacionar entre homens e mulheres. A busca por participação feminina foi ampliada para além dos processos políticos e sociais, e incidiu sobre as relações privadas (ALVES e ALVES, 2013).

Pinto (2003) chamou atenção para um aspecto fundamental da realidade brasileira que é a existência de movimentos organizados por mulheres entre as classes médias e populares, antes da década de 1970. Estes movimentos de mulheres foram organizados

não “para pôr em xeque a condição de opressão das mulheres, mas para, a partir da própria condição de donas-de-casa, esposas e mães, intervirem no mundo público” (PINTO, 2003, p.43). São movimentos contra a carestia, clubes de mães, movimento pela anistia. Tiveram muito apoio ou promoção de outros movimentos como os das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica. Segundo a autora estes movimentos não podem ser considerados feministas, pois:

[...] em sua formação ou mesmo em seus propósitos [...] as mulheres neles envolvidas não lutavam pela mudança dos papéis a elas atribuídos pela sociedade. Entretanto ao longo das três últimas décadas do século XX, essa distância, que era quase por resistência, tendeu a diminuir. São inúmeros os relatos de aproximação do movimento de mulheres com o movimento feminista. Se o primeiro muitas vezes se aproximava inicialmente apenas para se utilizar de serviços promovidos pelo segundo, suas integrantes a partir desta aproximação, passaram a problematizar a própria condição de mulher. (PINTO, 2003, p. 44-45)

O contexto ditatorial moldou as respostas e o “ressurgimento” dos movimentos feministas e de mulheres no Brasil da década de 1970. O engajamento das mulheres na oposição à ditadura é o início da modificação e revisão da ordem de gênero que até então estava consolidada. O movimento feminista no Brasil se organizou de forma a mostrar para a sociedade que ser mulher, na comunidade brasileira, é um acontecimento de impacto, não só na vida pública, mas também na privada (PINTO, 2003). Com o golpe militar e a implantação da ditadura, a luta feminista se concretizou na resistência ao autoritarismo político e depois se deslocou para a luta por anistia, originando um feminismo da resistência (COSTA, 2005).

Na década de 1980, com a abertura política e o processo de redemocratização o movimento feminista encontrou no estado democrático um aliado, passando a ser uma força política e social consolidada na sociedade brasileira (PINTO, 2010). No ano de 1984, foi criado o Conselho Nacional da Condição da Mulher, que teve influência na inclusão de direitos das mulheres na Constituição de 1988 (ALVES e ALVES, 2013). Os movimentos feministas e de mulheres passam a incidir politicamente junto à Assembleia Constituinte de 1986 (SILVA, 2011) e passam a repensar suas estratégias na relação com o Estado. A promulgação da nova Constituição Federal, em 1988, fez com que novos passos fossem dados, a criação de espaços institucionais que cuidavam das necessidades de proteção das mulheres foi relevante para a resignificação da mulher no espaço social no qual se encontrava. Nesse mesmo ano foram criadas as Delegacias da Defesa da

Mulher, política pública de importância extrema na luta contra a violência sofrida pelas mulheres e a criação do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM), uma instituição com autonomia financeira e administrativa, poder deliberativo e orçamento próprio, com a finalidade de pôr em prática políticas orientadas à militância feminista. (PINTO, 2003)

A década de 1980, portanto, é marcada por essa “nova” relação entre movimentos feministas e de mulheres e o Estado brasileiro, já se constituindo no que Santos (2014, p. 155) aponta como o primeiro dos três momentos institucionais que moldaram e refletiram as lutas feministas no contexto dessa relação, “primeiro, o momento da criação das delegacias da mulher, em 1985; segundo, o do surgimento dos Juizados Especiais Criminais, em 1995; terceiro, o do advento da Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006”.

A década de 1990 é marcada pela profissionalização do movimento feminista, por meio do aparecimento de um grande número de ONGs, “focadas, principalmente, na intervenção junto ao Estado, a fim de aprovar medidas protetoras para as mulheres e de buscar espaços para a sua maior participação política” (PINTO, 2010, p.17). Uma das questões centrais dessa época era a luta contra a violência, de que a mulher é vítima, principalmente a violência doméstica.

Nos anos 2000, dois importantes marcos referentes da luta das mulheres de caráter feminista foram estabelecidos: em 2006, foi instituída Lei 11.340/2006, chamada de Lei Maria da Penha, que tipificou a violência contra a mulher, sendo o primeiro instrumento de proteção para as brasileiras vítimas de violência doméstica. A aprovação da Lei Maria da Penha se constitui em uma reconhecida conquista do movimento feminista atuante no Legislativo federal em conjunto com o Consórcio de ONGs feministas⁴, que atuou no Congresso Nacional e que produziu efeitos importantes sobre a formação da agenda e do conteúdo legislativo da Lei Maria da Penha (CALAZANS, CORTES, 2011). No ano de 2015 foi publicada a Lei 13.104/15, modificando o Código Penal brasileiro, incluindo o feminicídio, ou seja, o assassinato de uma mulher em razão de gênero, como ocorrência

⁴ O Consórcio envolveu uma coalizão de seis organizações não governamentais feministas (Cepia, CFEMEA, Cladem, Themis, Advocaci e Agende) que em 2001 se articulou para produzir uma solução legislativa para o problema da violência doméstica contra as mulheres. Ao longo de 2002, esse grupo passou a ser denominado Consórcio de ONGs feministas. Tratam-se de organizações que, em sua maioria, moldaram-se para atuar na arena legislativa desde a sua fundação. Suas integrantes tinham formação jurídica e eram ligadas historicamente ao movimento feminista, mas também ao Estado, pela atuação de algumas delas no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e do trabalho na Constituinte. (CALAZANS, CORTES, 2011)

que qualifica o crime de homicídio, e o inserindo no rol de crimes hediondos. O processo de elaboração da lei envolveu diversos setores, como órgãos do executivo e do sistema de justiça, organizações internacionais, pesquisadoras, ONGs e movimentos feministas. (OLIVEIRA, 2017)

Desde que o feminismo ganhou força no Brasil nos anos 60, ele se amplificou e se dividiu em vários movimentos, uma vez que, seu sujeito já não se resume a uma única mulher, mas sim a várias mulheres. Essa fragmentação do sujeito tradicional do feminismo (as mulheres), pode ser visualizada com mais vigor principalmente a partir dos anos 1990, quando um novo grupo de teóricas feministas inspiradas pelas reflexões de pensadores pós-modernistas e pós-estruturalistas, começaram a questionar a estabilidade, a essencialidade e a universalidade do sujeito no campo dos estudos de gênero (COSTA, 2002). Assim, de uma pretensa unicidade em torno do conceito mulher, tem-se então um sujeito do feminismo deslocado, contingente, nada fixo, ou seja, uma pluralidade de sujeitos: a mulher negra, homossexual, pobre, branca, indígena, heterossexual, lésbica, gorda, mãe, prostituta, trans, etc. Desta forma, surgem diferentes vertentes do feminismo para tratar das pautas de cada grupo separadamente.

Atualmente, no Brasil existe uma pluralidade de movimentos feministas. Até o ano de 2016, o Mapa de Coletivos de Mulheres (MAMU)⁵ havia registrado 257 movimentos feministas, organizações e ações em torno da luta contra a opressão das mulheres. Entre as chamadas correntes do feminismo, que congregam vários grupos, organizações, etc., existem atualmente os chamados feminismo negro, feminismo indígena, feminismo radical, transfeminismo, feminismo lésbico, feminismo protestante, entre inúmeros outros feminismos.⁶

A existência de diferentes grupos e organizações que se intitulam feministas, exemplificam nosso entendimento de “feminismo” como movimento, no plural. Pois, feminismo enunciado no singular, “expõe a tendência que admite uma essência masculina em contraposição a uma feminina” (COSTA, 2015, p.468). No entanto, a complexidade das relações sociais entre os gêneros masculinos e femininos, trouxe à tona a percepção

5 O mapa surgiu a partir da ONG feminista Casa de Lua, que encerrou suas atividades em 2016, devido a dificuldades financeiras. A data de encerramento da entidade coincide com os últimos registros realizados no MAMU. Apesar da inatividade dos registros, seu endereço na internet continue ativo www.mamu.net.br. Acesso em 20 de março de 2020.

⁶ Uma boa referência bibliográfica, que apresenta um panorama dos feminismos brasileiros contemporâneos, é Explosão Feminista, organizado por Heloisa Buarque de Hollanda (2018). HOLLANDA, Heloisa Buarque. Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

de que as pessoas além de seu sexo, situam-se em uma classe social, possuem características qualificadas como raciais, étnicas, culturais de orientação sexual e fazem parte de uma determinada geração. Assim, “mulheres que outrora se juntavam, tornam-se por suas muitas diferenças, susceptíveis a separação” (COSTA, 2015, p.469). Ao reconhecer a pluralidade das diferenças entre as mulheres, surge a concepção de *movimentos feministas*, “um registro que reconhece a pluralidade das organizações de mulheres em luta por causas as mais diversas” (COSTA, 2015, p.470). O feminismo configura-se como um discurso múltiplo e de variadas tendências, embora com bases comuns. Envolve diversas teorias e filosofias, que “reconhecem-se e reafirmam-se como movimentos vários de mulheres, sob as mais várias condições humanas, voltado para elaboração de teorias e o exercício da prática de igualdade” (COSTA, 2015, p.471). Não existe assim, um único movimento feminista, justamente pela busca de integrar saberes diversos e experiências distintas do que é ser mulher.

Ao definir feminismo(s) como movimento(s) partimos do pressuposto de que movimentos sociais são ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e/ou cultural que viabilizam formas distintas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas podem adotar diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, negociações, etc.) até as pressões indiretas (organização de movimentos via internet). Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet. O que possibilitou a criação e o desenvolvimento de novos saberes, que são também produtos dessa comunicabilidade (GOHN, 2008).

Embora sejam inegáveis as contribuições dos movimentos feministas na luta e conquista de igualdade e equidade entre homens e mulheres – ou entre os diferentes gêneros –, no campo dos direitos sociais, ao formular e deflagar ações políticas e socioculturais contra inúmeras injustiças, diferentes formas de opressão e de negação de direitos, suas formulações e propostas nunca passaram sem a crítica de grupos conservadores da sociedade. Avanços em termos de políticas para mulheres, por exemplo, são contidos por várias formas de discriminação que, em alguma medida, dificultam a promoção da equidade entre mulheres e homens (CRUZ; DIAS, 2015). Grupos diversos (religiosos e políticos, por exemplo) adotam em seus discursos, fortes apelos que

consideramos antifeministas. Partimos da concepção de que os discursos antifeministas são todos aqueles que, de alguma maneira, se colocam contra, criticam posicionamentos, comportamentos, etc., de algumas ou de todas as formas de feminismos, desde sua organização enquanto movimentos.

No século XIX, discursos de controle, de poder, de dominação sobre as mulheres, manifestaram-se em várias frentes. Uma destas erigiu-se sobre a inferiorização das mulheres baseada em fundamentos fisiológicos e biológicos, atribuindo à estas uma constituição doentia, maligna e assustadora. Isso porque, no século XIX, o:

[...] sexo, como órgão da reprodução transforma-se no alvo vital das políticas eugenistas. Homossexualidade, prostituição, taras, doenças sexuais, defeitos genitais são males a serem extirpados. O sexo normal é aquele que prima pela boa reprodução. (FLORES, 2004, p. 243).

É possível verificar esses discursos utilizados no século XIX, para inferiorizar as mulheres e, assim, exercer um papel de controle e dominação sobre elas, sendo (re)produzidos e compartilhados atualmente pelos discursos que consideramos antifeministas.

No século XX, discursos que buscavam controlar as mulheres ganharam nova roupagem, baseando-se em funções ou papéis sociais considerados inatos, por exemplo, a missão natural da maternidade atribuída às mulheres. No Brasil, o Estado e a Igreja sempre serviram como sustentáculos para os discursos e práticas antifeministas - que se construíram e ganharam força - apelando à retórica da família, fazendo oposição às reivindicações das mulheres e aos feminismos (CRUZ; DIAS, 2015) como as pautas relacionadas aos direitos reprodutivos das mulheres.

Uma estratégia de deslegitimação dos movimentos feministas, muito difundida a partir do início do século XX, foi a acusação de que as feministas pretendiam inverter a ordem natural (e divina) das coisas, afastando as mulheres de suas funções mais sagradas e naturais, desejando o poder dos homens, ou seja, a masculinização (SOIHET, 2013). No Brasil, essa reação às reivindicações das mulheres de participação em espaços e no desempenho de papéis considerados privativos dos homens manifestava-se na religião, nas leis e costumes. Em grande medida, assumiam também forma humorística, como arma para manter a inferioridade das mulheres (SOIHET, 2008). Entre o final dos anos 1960 e os anos 1980, as críticas voltadas aos feminismos e as mulheres feministas se manifestaram em sátiras bastante comum em charges na imprensa (inclusive na imprensa

mais combativa na luta contra a ditadura), na qual as feministas eram representadas como vírus indestrutíveis e os homens efeminados e fracos segurando bebês ou então vestidos com aventais, enquanto suas esposas arrogantes – as feministas – saíam para trabalhar e fazer política com roupas masculinas (SOIHET, 2013). Tal recurso contribuiu muito para reforçar uma imagem acerca das feministas como:

[...] viragos, pesadas como elefantes, perigosas, feias... Imagens que se contrapõem ao ideal feminino, constantemente reatualizado de beleza, meiguice, delicadeza, paciência, resignação, o que não poucas vezes leva mulheres a rejeitar sua inserção no feminismo e até a combatê-lo. (SOIHET, 2008)

Coincidindo, em parte, com o discurso utilizado pela imprensa brasileira para a deslegitimação dos movimentos feministas, contra-ataques dos meios de comunicação e outras instituições aos pensamentos feministas e a luta pela superação das desigualdades entre homens e mulheres, também se tornaram uma constante nos Estados Unidos na década de 1980. Susan Faludi (2001) utilizou o termo *backlash* (em português, reação contrária ou recuo) para nomear esse fenômeno. Em sua análise, a autora procurou demonstrar, dentre outras questões, como os feminismos foram utilizados por setores conservadores para justificar a infelicidade das mulheres estadunidenses. Segundo Faludi:

A verdade é que os anos [19]80 presenciaram um poderoso contra-ataque aos direitos da mulher, levando a um retrocesso, a uma tentativa de reduzir o punhado de pequenas e sofridas vitórias que o movimento feminista a custo conseguiu. Este refluxo antifeminista, ou *backlash*, é extremamente insidioso: travestido de versão popular da Grande Mentira, enfeita-se pomposamente com um halo de verdade e proclama que as mesmas iniciativas que levaram a mulher a uma posição superior foram responsáveis pela sua ruína. (FALUDI, 2001, p. 17)

Sobre o cenário estadunidense da década de 1980, a autora argumentou que a força do contra-ataque antifeminista se dava de forma invisível para a maioria das pessoas. O *backlash*, para ela, não era uma conspiração, tampouco um conselho do qual emanam ordens direcionadas à destruição das feministas. Em grande parte, as pessoas envolvidas não estavam conscientes de seus papéis. No entanto, embora o contra-ataque antifeminista não fosse organizado, ele era destrutivo. Para ela,

[...] a falta de coordenação, a ausência de uma única liderança, só servem para torná-lo menos visível – e talvez mais eficiente. Um *backlash* contra os direitos da mulher tem sucesso na medida em que

parece não ter conotações políticas, na medida em que se mostra como tudo, menos luta. Ele é tanto mais poderoso, quanto mais consegue transformar-se numa questão privada, penetrando na mente da mulher e torcendo a sua visão para dentro, até ela imaginar que a pressão está toda na cabeça dela, até ela começar a impor as regras do *backlash* a si mesma (FALUDI, 2001, p.21).

Assim, enquanto os movimentos feministas buscavam convencer as mulheres acerca da importância de se tornarem livres para definir a si mesmas – em lugar de terem a sua identidade definida pela cultura ou pelos homens que as cercam – os discursos antifeministas, nos anos 1980, teriam usado de vários disfarces para restabelecer a ordem tradicional entre os gêneros. A análise realizada por Susan Falud sobre *backlash* norte-americano não nos oferece todos os recursos necessários para a compreensão da realidade brasileira, porém, nos ofereceu indícios importantes que ajudaram a traçar o caminho a ser seguido nesta dissertação. Sua análise sobre o *backlash* na cultura popular (mídia, TV, moda etc.) e na política estadunidense da década de 1980, ofereceu-nos o ponto de partida para a definição dos contornos peculiares que tomam, atualmente, os discursos antifeministas no Brasil, fazendo-se necessária uma abordagem que leve em conta as especificidades do contexto histórico, econômico, social, político e cultural de nosso país.

De modo similar, podem ser visualizados no Brasil e em outros países latino-americanos, desde o início do século XXI, discursos em “defesa da família” que explicitam reações que procuram renovar, retomar e aprofundar o controle e a regulação sobre as mulheres, sobre seu corpo, e limitar subjetividades em transformação (BIROLI, 2018). Sobre esse debate, em *Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil*, Flavia Biroli afirmou que atualmente, os limites e vetos a leis que ampliariam direitos reivindicados pelos movimentos feministas e LGBT, estão diretamente relacionados a setores conservadores das igrejas dentro do Senado brasileiro. Segundo Biroli (2018) estes grupos conservadores construíram sua identidade política eleitoral e de seus representantes sobre uma suposta defesa da família. Para esses segmentos religiosos conservadores a visibilidade, respeito e direitos conquistados pela e para a população LGBT e os debates presentes no Senado em relação ao aborto e igualdade de gênero se constituíram em uma ameaça aos valores e à ordem social. Estes segmentos se escoram, muitas vezes, nos argumentos do que ficou conhecido como “ideologia de gênero”, termo disseminado pelo movimento conhecido como Escola sem Partido, que indica que tal ideologia teria efeitos na produção e disseminação de materiais didáticos e outros recursos incentivando a homossexualidade e promovendo o fim da família tradicional, sob o rótulo

da igualdade de gênero. (MIGUEL, 2016)⁷. A partir de tal perspectiva, os estudos de gênero passaram a ser associados a uma intromissão na identidade sexual, promovendo uma agenda contrária a família (BIROLI, 2018).

Desde o processo eleitoral de 2010, assistimos no Brasil o crescimento da influência de vozes conservadoras no cenário político, sobretudo o tradicionalismo de gênero (MATOS e PINHEIRO, 2012) que se apresenta na crescente resistência à difusão e a inclusão das agendas feministas (como a descriminalização do aborto e a igualdade de gênero) na formulação de políticas públicas. Tais grupos são contrários às pautas dos movimentos feministas e de outros movimentos que atuam para promover mudanças significativas na sociedade em termos de justiça e direitos humanos, tais como os movimentos negro, indígena e os movimentos LGBTs. Dentro dos discursos conservadores, destaca-se o fortalecimento do movimento Escola sem Partido que afirma haver nas escolas uma suposta “doutrinação ideológica” e que passou a ter voz frequente nas discussões sobre as políticas educacionais brasileiras desde 2014 (MIGUEL, 2016). No mesmo ano de 2014, foi aprovado o Plano Nacional de Educação sem nenhuma referência aos termos gênero e sexualidade/orientação sexual e seguiram-se a este a aprovação de vários planos estaduais e municipais com o mesmo teor.

As lutas dos movimentos feministas por autonomia, justiça, igualdade e direitos das mulheres, assim como as lutas dos movimentos LGBTs, por casamento e a adoção de filhos, por exemplo, são considerados pelos setores conservadores religiosos como um desafio e abalo das configurações “tradicionais” de família. Setores conservadores, cujo protagonismo é de grupos religiosos vem tentando implementar mudanças que promovem retrocessos na legislação brasileira como é o caso da legislação sobre o aborto. Atualmente a legislação brasileira considera o aborto um crime, com penas previstas de 1 a 3 anos de detenção para a gestante, e de 1 a 4 anos de reclusão para o médico ou

⁷ O movimento Escola sem partido (MESP) foi criado em 2004, pelo advogado Miguel Nagib. Inicialmente o MESP focava-se sobretudo no temor da “doutrinação marxista”, acusando as escolas de “doutrinação ideológica” com o propósito de impedir que professoras e professores expressem, em sala de aula, opiniões consideradas impróprias. O MESP adquiriu visibilidade no debate público apenas em 2010, quando incluiu em sua agenda o combate à chamada “ideologia de gênero”. A defesa de uma educação “neutra”, que era predominante até então, cede espaço à noção da primazia da família sobre a escola. A reivindicação é impedir que professoras e professores transmitam, em sala de aula, qualquer conteúdo que seja contrário aos valores prezados pelos pais. Com apoio da bancada religiosa é o idealizador de vários projetos de lei que tramitam em todo o Brasil, nas Câmaras de Vereadores e Assembleias Legislativas, e também no Congresso Nacional. (MIGUEL, 2016).

qualquer outra pessoa que realize em outra pessoa o procedimento de retirada do feto. Porém, não é qualificado como crime quando ocorre naturalmente ou quando praticado por médico capacitado em três situações: risco de vida para a mulher causado pela gravidez, gestação resultante de um estupro (vigentes desde o código penal de 1940) e casos de anencefalia fetal (decisão do Supremo Tribunal Federal em 2012). Grupos conservadores vêm promovendo no âmbito estatal debates reivindicando que o “direito a vida” existe desde a concepção propondo projetos de lei e ementas constitucionais que garantam isso⁸. A PL 478/2007⁹, o chamado “Estatuto do Nascituro”, é uma reação contra a luta pelo aborto e “sua aprovação permitiria a criminalização do aborto nos casos hoje despenalizados” (BIROLI, 2018, p. 163).

Algumas das expressões mais recentes dos antifeminismos no Brasil são aquelas que procuram restringir os direitos das mulheres, principalmente o direito ao aborto e outros temas relativos aos direitos sexuais e reprodutivos, como ocorre nas práticas dos movimentos Pró-vida. Os grupos sociais Pró-vida têm abrangência internacional, caracterizando-se por defenderem a vida do embrião, a partir da tentativa de criminalização de todos os permissivos legais para a interromper uma gravidez. Além dessa bandeira a respeito do aborto, várias outras bandeiras são defendidas, variando de acordo com cada contexto sociocultural nos quais desenvolvem suas ações. Por exemplo, o grupo brasileiro Associação Nacional Pró-vida e Pró-família defende também: o uso dos métodos naturais de planejamento familiar, dado que consideram que alguns métodos artificiais podem ser abortivos; o reconhecimento exclusivo enquanto família de casais heteronormativos. Entretanto, podemos afirmar que a principal bandeira que caracteriza a identidade do grupo social é a defesa da vida do feto. (VIEIRA, 2015).

A tradição secular da religião cristã, a linha mais conservadora do Catolicismo exerce bastante influência quanto à fundação e manutenção dos movimentos Pró-vida. Entretanto, outras religiões somam-se ao Catolicismo no apoio aos esses movimentos, somando-se para tentar fazer pressão social pela criminalização do aborto em qualquer circunstância nas legislações de países ocidentais (DUARTE, 2011). A história dos movimentos Pró-vida é bem recente em comparação com os movimentos feministas,

⁸ Além do PL 478/2007, o chamado Estatuto do nascituro, a PEC 164/2012 e PEC 29/2015.

⁹ O projeto de Lei nº 478/07 foi aprovado pela Comissão de Seguridade Social e Família em 5 de junho de 2013 e, desde então, está aguardando o parecer do relator da Comissão de Constituição e Justiça para que possa seguir para votação no Plenário. O projeto de lei pode ser acompanhado Cf: <https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=345103>. Acesso em: 12 de novembro de 2019.

remetendo ao início do processo de descriminalização do aborto nos países ocidentais, e à pressão para a ampliação dos permissivos legais nos países nos quais o procedimento ainda é criminalizado. A intensificação do debate público sobre o aborto, e a conquista desse direito em alguns países, implicou na formação e consolidação dos movimentos Pró-vida no final do século XX. (BELTRAME, 2016)

No Brasil, os movimentos Pró-vida começaram a aparecer na cena política na década de 1980 (VIEIRA, 2015) no contexto político de implementação de políticas públicas e programas de saúde voltados para a saúde da mulher, com base na discussão de seus direitos reprodutivos, da formação de serviços de assistência ao aborto previsto em lei em alguns hospitais públicos do país, e da discussão sobre o aborto na Assembleia Nacional Constituinte. Durante esse período da década de 1980 houve uma intensificação do debate político a respeito do aborto (ROCHA, 2005), e os movimentos Pró-vida surgem no Brasil. No início do surgimento destes movimentos houve o apoio da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Human Life International e da ALAFA Alianza Latinoamericana para a Família (VIEIRA, 2015)

Atualmente, constatamos que os movimentos sociais que se autodenominam de Pró-vida são bastante heterogêneos, tendo como elemento que os unifica a pressão social pela criminalização do aborto em quaisquer circunstâncias. Estes movimentos sociais são formados por pessoas advindas de várias religiões, como católicos, evangélicos e espíritas. Por ser um movimento bastante heterogêneo, há uma grande variação desses grupos, inclusive alguns que não utilizam necessariamente o termo Pró-vida. É possível perceber essa diversidade observando as organizações que assinaram “Manifesto à Nação Campanha Nacional pela Vida Brasil Sem Aborto: Por um Parlamento em Defesa da Vida”; são 57 grupos sociais que apoiam as propostas. (BELTRAME, 2016)

Há também os grupos que defendem o direito das mulheres de votarem, mas não de serem votadas ao considerar que a vida pública não é coerente com o que defendem ser o “papel natural” na sociedade, relativas ao matrimônio e a maternidade. Sua participação na vida pública representaria a negação da sua feminilidade (CRUZ; DIAS, 2015). Esse é o caso dos movimentos Pró-família.

O movimento Pró-família no Brasil está associado ao movimento Pró-vida. Em 1993 teve origem no Brasil a Associação Nacional Pró-vida e Pró-família que está Associada à Human Life International (HLI) através da Vida Humana Internacional

(VHI). Como o movimento Pró-vida, estes movimentos são de diversas confissões religiosas: católicos, ecumênicos, espíritas, esotéricos. A Associação Nacional Pró-vida e Pró-família mantém relacionamento com os demais movimentos Pró-vida no país e organizações internacionais que defendem a vida e a família. (VIEIRA, 2015). Conforme informa seu site (<http://providafamilia.org.br/site/index.php.html>), o principal objetivo do movimento é divulgar e defender os valores éticos e morais da inviolabilidade da vida humana desde sua concepção e dos direitos da família.

Assim, como os movimentos Pró-vida, os movimentos Pró-família são contrários ao aborto e se opõem as pautas feministas relacionadas aos direitos reprodutivos. Estes se colocam em “defesa da família”, a partir da luta contra as políticas de defesa da diversidade sexual, de gênero e dos direitos de pessoas LGBT¹⁰. Assim, a homossexualidade é vista como antinatural e uma “ameaça” a família; as políticas de prevenção e combate à homofobia são vistas como ameaças a esse suposto direito da família; a família é vista como a detentora das prerrogativas de educar e gerir questões relativas à sexualidade, cabendo a esta a decisão sobre qual tipo de educação deve ser dada em relação a temas como gênero e sexualidade e não à escola ou ao Estado (DUARTE, 2011).

Desde o início das lutas feministas, observa-se a presença de ações e estratégias de resistência/oposição e deslegitimação destas lutas, que definimos nesta dissertação como antifeminismo. Estes discursos, propagados e resignificados ao longo dos séculos, passaram a identificar “o ser feminista” com as mais variadas representações negativas, tais como: grosseira, masculinizada, feia, perigosa, etc. Atualmente, essas características negativas são reproduzidas e resignificadas por discursos via redes sociais. Nas páginas da rede social *Facebook*, que se auto definem como antifeministas, selecionadas para este estudo – “Mulheres contra o feminismo”, “Anti-feminismo” e “Anti feminismo” – as

¹⁰ São muitas as representações envolvidas, além das várias mudanças na sigla representativa desse movimento no Brasil. A mais comum, GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes) foi substituída por GLBT (com a inclusão de Bissexuais e Transgêneros e exclusão dos Simpatizantes). A sigla aqui adotada, LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), segue deliberação da I Conferência Nacional LGBT, realizada em 2008. Há controvérsias quanto à nomeação de todos os Ts, a inclusão de um Q (para queers) ou um A (para assexuais), um I (para intersexos), mas há consenso na busca por inclusão das mais variadas dimensões da construção das desigualdades trazendo à tona pertencimentos sexuais e de gênero. No entanto, seguiremos utilizando a sigla LGBT, pois é a forma que os movimentos que analisamos a usam.

mulheres que se apresentam contra o feminismo não se identificam com a imagem do que é ser feminista construída de forma estereotipada por elas mesmas. Estas imagens são referendadas em outras redes sociais, *Blogs*, *YouTube*, *Instagram*, ou até mesmo em livros que consideram ser “feminista”, como algo ofensivo, como uma tentativa de “mulheres que invejam o papel masculino”¹¹.

O antifeminismo se rebela, dessa forma, contra algumas bandeiras feministas, entre elas, os direitos reprodutores, diversidade sexual e de gênero e liberdade sexual, voltando seus discursos para o controle e a regulação sobre as mulheres, sobre seu corpo e comportamentos. O feminismo passa a ser considerado, assim, pelos discursos antifeministas um ataque a alocação natural dos papéis sociais de homens e mulheres, caracterizando um olhar a respeito do feminismo, relacionado diretamente ao crescimento e a popularização na *web* dos discursos antifeministas.

O antifeminismo fundamenta-se sob uma concepção conservadora, na qual a “moral e os bons costumes” ganham lugares de destaque. Entendemos o conservadorismo como uma noção que designa ideias e atitudes que visam a manutenção do sistema político existente e dos seus modos de funcionamento, apresentando-se como uma contraposição as forças inovadoras (BOBBIO, 1998), existindo, para tanto, um “ativismo conservador” que, segundo Vaggione (2010, p. 15),

[...] permite enfatizar o propósito central, que é o de influenciar as políticas públicas e as legislações. São setores que não só defendem uma cosmovisão específica sobre a sexualidade e a família que se encontraria ameaçada pelo feminismo e pela diversidade sexual, como também se mobilizam ativamente para fazer com que o direito e as políticas públicas sigam essa cosmovisão.

Sob esta perspectiva dita conservadora é que os discursos antifeministas constroem uma identidade própria. A partir da identificação de alguns sujeitos com esses discursos, o antifeminismo foi capaz de aglomerar e organizar um grupo, projetando em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Algumas pessoas que não se sentiam representadas dentro dos discursos e lutas feministas, passam a se sentir incluídas dentro das ações de um novo movimento, o antifeminismo.

Seguindo as definições já clássicas sobre os movimentos sociais, em que suas características básicas seriam: possuir uma identidade, possuir opositor e fundamentar ou

¹¹Cf: https://www.facebook.com/MulheresContraoFeminismo/?ref=page_internal. Acesso em: 04/05/2019.

articular-se em um projeto de vida e de sociedade (GOHN, 2011), é possível identificar na atuação dos discursos antifeministas essas características. Portanto, consideramos o antifeminismo não apenas como discurso de oposição aos movimentos feministas, mas também enquanto um movimento social que vem tomando forma por meio de uma atuação (principalmente) via redes sociais.

Para realizarmos este estudo, definimos como recorte temporal os anos 2015 a 2019, pois acreditamos que o contexto sociopolítico que antecedeu o golpe de 2016¹², ascendendo discursos conservadores que culminaram na eleição do presidente Jair Bolsonaro em 2018, tenha potencializado os discursos antifeministas nas redes sociais. O impeachment da presidenta Dilma Rousseff foi acompanhado de um conjunto de manifestações, envolvidas pela euforia das denúncias de corrupção e de crise econômica, discursos chave utilizados por muitos setores, como o empresarial e legislativo para justificar o afastamento da Presidenta (QUIRINO; GUAZINA, 2018). Desde o início do ano de 2015, ancorada principalmente em discursos anticorrupção, a grande mídia brasileira participou notoriamente na formação da opinião pública favorável à deposição da Presidenta, demonstrando uma falsa imparcialidade e pluralidade no tratamento do noticiário nacional, sem revelar a atuação do setor econômico, maior interessado na disputa em questão (OLIVEIRA, 2016).

Sendo assim, a análise desses cinco anos é crucial para o andamento da pesquisa. O período de 2015 a 2019 se tornou significativo na ascessão de discursos conservadores no Brasil. Desde o início do governo Michel Temer, que ascendeu à presidência com o golpe levado a cabo no dia 31 de agosto de 2016, o governo está marcado pelo avanço de pautas de viés conservador. No Congresso Nacional, parlamentares que votaram pela deposição da Presidenta manifestaram seus “valores familiares” nos microfones da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, marcando o golpe com visões conservadoras de família, que se apresentaram como bandeira política, em um contexto agudo de disputas (BIROLI, 2018).

¹² Consideramos que o que ocorreu foi um golpe institucional, travestido de um processo de impeachment sem crime de responsabilidade, impetrado contra a Presidenta eleita Dilma Rousseff. A irregularidade do processo evidenciou-se na peça jurídica que embasou o processo de impedimento da presidente, claramente forjada para tornar “crime de responsabilidade” alguns atos de governo (créditos suplementares envolvendo instituições do Estado) praticados na gestão. Tratou-se de uma operação claramente política voltada, exclusivamente, para suspender o mandato de Dilma Rousseff. Há também algumas discussões muito pertinentes, sob a perspectiva dos estudos de gênero, do golpe institucional como o livro “O Golpe na perspectiva de Gênero” (2018) organizado por Linda Rubim e Fernanda Argolo.

Após o golpe, as reformas trabalhistas, pensadas principalmente para favorecer o empresariado, foram aprovadas em abril de 2017. Destacou-se também, a redução drástica dos investimentos públicos e dos direitos trabalhistas, assim como a reforma da Previdência, com a PEC 06/2019, a qual foi denominada “Nova Previdência” e foi aprovada em outubro de 2019. Tal proposta trouxe como principais alterações a idade para aposentadoria, idade mínima para o segurado do Regime Público da Previdência Social, benefícios pagos inferiores ao salário mínimo e sem correção pelo índice de inflação, entre outros que alteram completamente o seu caráter social e solidário constitucionalizado.

Além disto, nos últimos anos e especialmente com a última eleição para Câmara e Senado federal, houve o crescimento das chamadas “bancada da bala” (que reúne militares, policiais e parlamentares ligados a empresas de segurança privada e à indústria armamentista), bancada evangélica (que reúne políticos ligados a setores do catolicismo e religiões pentecostais) e bancada ruralista (que reúne grandes proprietários de terra e empresários do setor agrícola), o que acabou resultando em um freio para as pautas progressistas que há alguns anos estavam sendo discutidas na Câmara, como o aborto, igualdade de gênero e racial, etc. (BIROLI, p.174, 2018). O golpe de 2016 “pôs fim aos canais de diálogo entre governo e os movimentos feministas” (BIROLI, p. 202, 2018) e são evidências disto, o fechamento à participação e ao diálogo com os movimentos, as investidas contra a agenda de gênero que se deram em conjunto com os avanços da campanha contra a chamada “ideologia de gênero”, o desmonte da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e a ausência de mulheres no ministério formado após a deposição de Dilma Rousseff (BIROLI, 2018), assim, como a nomeação de ministros no atual governo ligados aos setores já anunciados.

Partindo dessas discussões, objetivamos neste trabalho investigar as peculiaridades discursivas com que mulheres constroem discursos de rejeição e de desqualificação do que elas consideram feminismo, evocando assim, um debate sobre os valores sociais, o gênero feminino e os papéis considerados intrínsecos a este. Para alcançar esse objetivo geral, temos como objetivos específicos: 1) Analisar a construção de mulher feminista e do feminismo que as páginas antifeministas do *Facebook* realizam, para compreender o que leva mulheres a não se identificarem com os movimentos feministas e assim promoverem discursos de desqualificação do feminismo no Brasil; 2) Analisar o perfil de duas mulheres que se dizem antifeministas e o conteúdo produzido

por essas nas redes sociais, para compreender o que é ser antifeminista e entender quais são as bandeiras do antifeminismo e as bases teóricas que impulsionam seus discursos e interesses; 3) Problematizar a atuação do antifeminismo fora da internet para refletir sobre suas ações no sentido de se consolidar como movimento social.

Em busca de responder estas questões, propomos analisar o conjunto de fontes já mencionado, como livros (impressos ou digitais), *Blogs* pessoais na internet, perfis da rede social *Instagram* e páginas da rede social *Facebook*, escolhidos devido ao seu conteúdo programático, pois suas criadoras e/ou criadores se intitulam como “antifeministas”. Um importante critério de escolha deriva de um fenômeno contemporâneo ligado diretamente à influência que as redes sociais têm obtido na atuação e organização de movimentos sociais. Consideramos que a atuação via rede mundial de computadores conforma uma nova possibilidade organizativa, em que a internet aparece como sendo um “instrumento” que potencializa a ação de grupos sociais na contemporaneidade.

Lembramos que, em nossa contemporaneidade, os discursos propagados contrários aos feminismos e às suas lutas – que desqualificam as mulheres destes movimentos, reduzindo o teor político dos feminismos –, disseminam-se especialmente nas redes sociais e em *Blogs*. Tais discursos são, invariavelmente, alicerçados em vontades de verdade sustentadas na religião, no patriarcado, no machismo e na política (BIROLI, 2018).

O advento da internet e a popularização do uso de tecnologias de comunicação, ainda que, por um lado, tenha fortalecido os movimentos feministas, contribuiu igualmente, por outro lado, para a disseminação de ideias de oposição e resistência às lutas das feministas. Assim, o uso dos meios de comunicação, especialmente sites, *Blogs*, redes sociais e outros tem sido uma importante estratégia dos movimentos que se intitulam antifeministas (CRUZ; DIAS, 2015) e a *web* se tornou um local fértil no qual esses tipos de discursos têm se expandido rapidamente. Segundo Wertheim (2001, p. 163), “o ciberespaço não está apenas se expandindo, [...] sua gênese é análoga à do espaço físico”, ou seja, os discursos que circulam nos espaços físicos da vida real ganham o terreno da internet, em específico, das redes sociais que possibilitam a interação entre os mais variados tipos de sujeitos. Nesse espaço, hoje, é possível promover manifestações e militâncias.

Inúmeras pessoas encontram na internet o meio mais seguro para adquirir informações. Para o historiador norte-americano Michael Barkun (2003), a internet é

atraente por causa de sua grande audiência, o baixo investimento necessário para a sua utilização, e, mais importante, a ausência de “porteiros” que possam censurar o conteúdo das mensagens. Não há intermediários, tais como editores e produtores, entre o conteúdo e a distribuição da mensagem. Sem barreiras à entrada, acessível a uma enorme quantidade de pessoas no mundo e permitindo a qualquer indivíduo publicar os conteúdos que bem entender, a internet fornece informações que podem confirmar a convicção de uma pessoa. Diferentes pessoas podem encontrar em comunidades virtuais da internet a ligação com suas ideias, suas crenças, etc.

Sobre esse viés de confirmação, ou a tendência pela qual as pessoas buscam e acreditam em dados que apoiem seus pontos de vista, enquanto descartam os que não apoiam, o britânico Mark Lorch, professor de ciências da comunicação, afirma que todos sofremos com isso:

Basta pensar na última vez em que escutou ou viu um debate no rádio ou na televisão: até que ponto lhe pareceu convincente o argumento que ia contra sua visão das coisas, em comparação com o que coincidia com ela? O mais provável é que, fosse qual fosse a racionalidade de ambas as partes, você desprezasse em grande medida os argumentos da oposição, enquanto aplaudia os que concordavam com os seus. O viés de confirmação se manifesta também como uma tendência a selecionar a informação de fontes que já estão de acordo com nossos pontos de vista (o que provavelmente também tem origem no grupo com o qual nos relacionamos). Assim, certamente suas ideias políticas ditam seus canais de notícias favoritos. (LORCH, 2017)

Com o crescimento das possibilidades de acesso à internet, as redes sociais foram adquirindo grande peso na formação da opinião pública. Os tradicionais meios de comunicação como o jornal e a televisão foram aos poucos perdendo autoridade diante dos novos meios de comunicação, como as mídias sociais, do tipo *Facebook*, e assim:

O valor ou a credibilidade dos meios de comunicação se veem reduzidos diante das opiniões pessoais. Os acontecimentos passam a um segundo plano, enquanto o “como” se conta a história ganha importância e se sobrepõe ao “o quê”. Não se trata, então, de saber o que ocorreu, mas de escutar, assistir, ver, ler a versão dos fatos que mais concorda com as ideologias de cada um. (LORCH, 2017, p.9)

Ganhando mais espaço formativo do que a televisão e os jornais, as redes sociais, e me refiro especificamente a rede social *Facebook*, possibilitaram às pessoas a autoridade de se posicionar como autores de sua rede informativa. Desse fenômeno emergiram novas experiências cotidianas as quais se manifestam através de novos

saberes, linguagem própria e uma nova cultura que procura dar inteligibilidade e atribuir significado para sua própria vivência. O ciberespaço se tornou capaz de fazer circular inúmeros discursos na sociedade, no qual, o espaço da *web* é especializado em produzir efeitos de sentidos sobre os sujeitos sociais.

Buscando compreender a construção de mulher feminista e do feminismo que as páginas antifeministas do *Facebook* veiculam, fizemos um mapeamento das que se apresentavam como antifeministas. A partir deste mapeamento inicial foi possível verificar a existência de inúmeras páginas deste tipo, no entanto, para realizar um estudo em maior profundidade, selecionamos apenas três delas: *Anti feminismo*, com 117 mil seguidores; *Anti-feminismo*, com 91 mil seguidores e *Mulheres contra o feminismo*, com 51 mil seguidores. O critério de seleção foi o maior número de seguidores, pois tal indica um maior alcance de seus discursos, bem como um maior número de interações, ou seja, curtidas, compartilhamentos e comentários.

Ao realizar esse mapeamento foi possível verificar ainda um elemento comum presente nas páginas autointituladas antifeministas: na grande maioria delas os seus administradores(as) não se identificam, ou seja, não usam nomes próprios ou então usam nomes fictícios (*fakes*). Isso acontece porque há conteúdo abusivo nas páginas e a identificação poderia resultar em punição dos responsáveis. As páginas que analisamos e outras que visualizamos possuem inúmeras denúncias por conter conteúdos abusivos e inapropriados, como discursos de ódio e racistas, tornando-se instigadoras da violação de direitos fundamentais. Isso se deve muito a questão do anonimato, da invisibilidade e, sobretudo, pela sensação de impunidade existente ao usar as redes sociais. Desta forma, se não conseguimos identificar os administradores das páginas pesquisadas, que teoricamente estariam produzindo e disseminando os discursos antifeministas pela *web*, como chegar até o discurso produzido por mulheres especificamente? Visando responder às indagações, propusemos a análise direta de postagens e de seus respectivos comentários nas três páginas antifeministas selecionadas, utilizando como perspectiva metodológica a problematização das práticas discursivas (FOUCAULT, 2016) e a produções de sentidos (FOUCAULT, 2011).

Para realizar a análise do conteúdo das três páginas selecionadas, realizou-se leitura prévia de todo o conteúdo produzido por elas durante os cinco anos definidos como recorte temporal (2015 à 2019). Desta feita, foi possível elaborar eixos temáticos de

acordo com a repetição de enunciados no conteúdo produzido, tanto nas publicações das páginas, quanto nos comentários analisados.

Cabe frisar que começamos investigando apenas algumas páginas do *Facebook* que se encaixavam dentro de nosso critério de tratar-se de um página antifeminista. Compreendendo o crescente peso que redes sociais possuem na formação da realidade das pessoas, em meio aos processos investigativos dos discursos antifeministas, notamos que o movimento e a atuação intelectual desses grupos não se restringia unicamente a essa rede social, mas sim a rede de informações mais ampla, como: *Youtube*, *Blogs*, *Vlogs*, *Instagram* e outros aplicativos, além da publicação de livros e a organização de eventos antifeministas. Ao investigar estas outras fontes chegamos ao perfil de mulheres que se auto intitulam antifeministas, sendo que duas delas nos chamaram especial atenção: Sara Fernanda Geromini, que se auto denomina Sara Winter e Ana Caroline Campagnolo. Inicialmente nossa atenção se voltou a elas pelo grande número de seguidores que essas duas mulheres possuem e a repercursão que suas publicações têm, o que verificamos pelo grande número de curtidas, comentários e compartilhamentos de suas postagens. Ao seguir a investigação sobre elas chegamos a informação de que uma era uma ex-feminista e a outra graduada em História, marcadores que são usados para trazer legitimidade aos seus discursos antifeministas, ancorando seus argumentos na experiências e no conhecimento científico sobre os movimentos feministas, além de identificarmos que atuam além das redes sociais.

Assim, em conjunto com a análise das páginas antifeministas, e também utilizando como perspectiva metodológica a problematização das práticas discursivas e a produções de sentidos, nossa problematização também se estendeu sobre o perfil dessas duas mulheres que se intitulam mulheres antifeministas e que ganharam destaque nas páginas pesquisadas e conseqüentemente dentro do discurso antifeminista. Essas mulheres possuem *Blogs*, *perfis no Instagram e Facebook*, canal no *YouTube*, onde publicam regularmente conteúdos antifeministas, além de terem livros publicados em oposição ao feminismo. Considerando que um dos objetivos específicos é compreender o que é o movimento antifeminista, realizaremos também o estudo do conteúdo produzido especificamente por estas duas mulheres a fim de compreender as bandeiras de luta que elas levantam enquanto antifeministas e as bases teóricas que impulsionam seus discursos. Para analisar a ação do antifeminismo fora das redes mapeamos uma série de palestras, entrevistas, cursos que essas duas antifeministas ministraram. A partir deste

mapeamento foi possível ter acesso as estratégias utilizadas pelas antifeministas para disseminar o discurso e a agenda do movimento.

Na problematização de nossas fontes de pesquisa dialogamos com Michel Foucault (2011), adotando suas discussões acerca da produção e da circulação dos discursos, compreendendo que as redes sociais e os outros meios pesquisados instauram objetos, circunscrevem conceitos, legitimam sujeitos anunciadores e fixam estratégias de anúncio. A análise do discurso, aqui empregada como método, não se restringe a questões linguísticas, mas engloba a emergência e as condições dos enunciados. Os enunciados são “[...] coisas que se transmitem e se conservam, que têm um valor, e das quais procuramos nos apropriar; que repetimos, reproduzimos e transformamos, para as quais preparamos circuitos preestabelecidos [...]” (FOUCAULT, 2016, p. 147). São os enunciados, nessa perspectiva, que marcam o que é considerado verdade em determinado tempo e espaço.

Ao realizarmos a análise dos enunciados presentes nos discursos do movimento antifeminista utilizados para a desqualificação do feminismo, podemos perceber como estes discursos validam regras de comportamento e ações que mulheres devem ou não seguir, exercendo assim uma função de controle e poder sobre determinados sujeitos e grupos sociais. Para isso, torna-se imprescindível a compreensão das condições de produção desses discursos. O que torna este ou aquele discurso possível, isto é, porque determinados discursos são aceitos como verdadeiros e não outros em seu lugar?

Assim, entendemos que a produção discursiva “[...] é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2011, p.8). É a partir dessa perspectiva que abordaremos as redes sociais pesquisadas, questionando como enunciados do movimento antifeminista emergem e são produzidos para desqualificar o feminismo, exercendo assim uma função de controle e poder sobre determinados sujeitos e grupos sociais.

Consideramos que as publicações das páginas pesquisadas e seus respectivos comentários não sejam fortuitas, desenvolvendo-se a partir de procedimentos de controle e de delimitações, ou seja, por meio do investimento em uma série de rituais, de circunstâncias e de normas que legitimam as falas e as representações presentes nessas páginas. Além disso, a repetição de narrativas e de referências extraídas de textos morais,

filosóficos, religiosos e jurídicos se configura em outro mecanismo de funcionamento do discurso conforme aponta Foucault (2011). Notamos que o conteúdo presente nas redes sociais analisadas está atravessado por diferentes referências, autores e formas de controle, sendo o discurso, portanto, um campo de lutas, de produção de sentidos e de poderes.

Neste sentido, o conceito de poder apresentado por Foucault também é importante para esta pesquisa. Para o autor, o poder se exerce nas relações de força sem possuir um centro irradiador. Seu exercício é, portanto, capilar, microfísico, fluído, envolvendo mudanças, ações e, por fim, desenvolvendo diferentes técnicas variáveis historicamente (FOUCAULT, 1995). A partir de tal conceito, consideramos que as relações entre as mulheres (sejam elas antifeministas ou feministas) e os discursos antifeministas disseminados via redes sociais não se desenvolvem de forma vertical, isto é, as páginas antifeministas não seriam as detentoras do poder agindo sobre indivíduos passivos. Pelo contrário, o poder atravessa tanto o discurso produzido pela rede social, quanto as mulheres que (re)produzem os discursos antifeministas ou são “julgadas” por ele, as feministas, ou seja, é exercido na relação entre ambos.

Ademais, para compreendermos como os discursos antifeministas validam regras de comportamento e ações que mulheres devem ou não seguir, faz-se necessário adentrar os debates do campo de pesquisa da História das Mulheres e dos Estudos de Gênero, que possibilitam a crítica ao sujeito universal da história, destacando a presença e a ação feminina ao longo das décadas, bem como a historicização das relações entre os sexos e a incorporação de suas experiências históricas, sociais e culturais em sua complexidade.

O conceito de “gênero”, surgido na década de 1980 e popularizado na História pelo trabalho da historiadora Joan Scott (1995), busca destacar a construção social e cultural dos gêneros, concebendo-os como “[...] um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos [e] uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1995, p.21). É dessa maneira que se pode descartar o determinismo biológico, bem como se sublinha o aspecto relacional das definições normativas de feminilidades. Essa perspectiva nos permite questionar as características e as representações de mulheres naturalizadas no cotidiano por construções sociais e culturais, e a contribuição da organização do poder na sociedade para sua manutenção.

Ao nos inserirmos no campo dos Estudos de Gênero, somos levadas a procurar desconstruir e desnaturalizar as oposições binárias fixas, a advertir para a forma como “as referências culturais são sexualmente produzidas, por meio de símbolos, jogos de significação, cruzamentos de conceitos e relações de poder, conceitos normativos, relações de parentesco, econômicas e políticas” (MATOS, 2007. p. 284). Ou seja, como os mecanismos sociais e de poder, como o modo como nos vestimos, como nos comportamos e agimos, nossas posturas, linguagem, entre outros aspectos, acabam criando bases e determinações sobre as quais os sujeitos se identificam e constroem suas subjetividades e suas concepções de gênero ou são construídos e identificados na sociedade.

Ao nos referirmos à análise dos discursos antifeministas acerca das mulheres feministas, esses apontamentos nos permitem problematizar a organização e a construção discursiva do gênero por meio da veiculação de *performances* sociais selecionadas por esses discursos, no esforço de consolidar formas “ideais” de feminilidades, tanto sobre as mulheres feministas quanto sobre as mulheres antifeministas.

A vista de todas as discussões apresentadas até o momento, para alcançar os objetivos deste trabalho, a dissertação está organizada em três capítulos. No primeiro capítulo intitulado “*A mulher feminista sob a perspectiva antifeminista*”, partimos da problematização das postagens das três páginas da rede social *Facebook* e seus respectivos comentários. Neste capítulo analisamos a construção de feminismo e consequentemente de mulher feminista que as páginas selecionadas realizam e como as seguidoras das páginas antifeministas estão recebendo e interpretando o conteúdo produzido por estas publicações. O intuito é compreender a identificação das mulheres que escrevem postagens e comentários com os discursos antifeministas, bem como o que as leva a não se identificarem com os movimentos feministas e assim promoverem discursos de desqualificação do feminismo no Brasil.

No segundo capítulo, intitulado “*Mulheres no movimento antifeminista*”, partimos da análise do perfil de duas mulheres que se identificam enquanto antifeministas e produzem *conteúdo direcionado ao movimento antifeminista em Blogs, canais no Youtube, Instagram e páginas do Facebook*. A partir da análise do perfil das duas “blogueiras” antifeministas, podemos compreender o que é o movimento antifeminista, os grupos sociais a que se dirigem, como propagam suas visões culturais, políticas e individuais, e

as bases teóricas e políticas que constituem e impulsionam seus discursos e constituem a agenda antifeminista.

No terceiro capítulo, intitulado “*O antifeminismo fora das redes*”, problematizamos a atuação do antifeminismo fora da internet, a partir do mapeamento de palestras, cursos e entrevistas realizados também por estas duas antifeministas. Através deste mapeamento refletimos sobre a atuação do movimento antifeminista, suas bandeiras, estratégias e possíveis modificações políticas e sociais. Também analisamos a conexão dos discursos antifeministas com o propagado por outros setores conservadores que circulam na sociedade e sua relação com propostas estatais que provocam retrocessos nos debates a cerca de direitos para as mulheres.

CAPÍTULO I

A MULHER FEMINISTA SOB A PERSPECTIVA ANTIFEMINISTA

Uma feminista, no sentido próprio e estrito, pode ser definida como uma mulher que inveja o papel masculino.¹³

Os discursos que desqualificam os movimentos feministas não são novos. Junto aos avanços e grandes conquistas dos movimentos feministas, desde o seu surgimento no século XIX, emergiram na sociedade discursos contrários a este. Atualmente, grupos antifeministas disseminam seus discursos contrários aos feminismos e as suas lutas, especialmente, por redes sociais como o *Facebook*, *Blogs*, *YouTube*, *Twitter*, etc. O avanço das tecnologias de informação e comunicação tem permitido novas formas de relações em nossa sociedade. Os discursos que circulam na *Web* agregam em torno de si uma variedade de dizeres, inscritos no cerne de diferentes formações discursivas, responsáveis pelo agenciamento de sentidos e a (des)construção de identidades para o feminino. A atuação via rede mundial de computadores conforma uma nova possibilidade organizativa, em que a internet aparece como sendo um “instrumento” que potencializa a ação desses grupos na contemporaneidade. Conforme afirma Sakamoto:

Essas tecnologias de comunicação não são apenas ferramentas de descrição, mas sim de construção e reconstrução da realidade. Quando alguém atua através de uma dessas redes, não está simplesmente reportando, mas também inventando, articulando, mudando. Isto, aos poucos, altera também a maneira de se fazer política e as formas de participação social. (SAKAMOTO, 2013, p.93)

É fato o crescente peso que redes sociais possuem na formação da realidade dos sujeitos. Pensando a história e a emergência dos discursos por meio de uma perspectiva que prioriza as discontinuidades (FOUCAULT, 2011), analisamos neste capítulo a produção de um discurso cujos enunciados desencadeiam uma desqualificação em relação às mulheres engajadas nas lutas feministas em postagens de páginas do *Facebook* que se

¹³ Frase de uma publicação da página intitulada- Mulheres contra o feminismo. Acesso em: 04/05/2019

intitulam antifeministas, construindo um “sujeito feminista”¹⁴ através da produção de um discurso que evoca um debate sobre valores sociais, gênero e os papéis intrínsecos a este.

Para compreender as construções sobre a mulher feminista realizadas pelas páginas antifeministas, partimos da perspectiva de gênero como uma categoria constituída historicamente, enquanto um aparato produtor de normatizações e regulações que não apenas proíbe, mas também cria “parâmetros de pessoas” (BUTLER, 2014, p. 272). Para Butler o gênero é uma “[...] estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (BUTLER, 2016, p. 69). Sendo assim, os gêneros se constituíam por meio da repetição de códigos, de posturas, de comportamentos, de expressões, de regras e normas, que, uma vez constituídas e significadas socialmente, passam a impressão de naturais e a-históricas. Por esse entendimento, a cultura impõe práticas entendidas como femininas ou masculinas, que se chama performatividade, excluindo quem não se enquadra nestes comportamentos impostos. Para esse princípio, Butler denomina heteronormatividade (BUTLER, 2016). O conceito de performatividade evidencia como as normativas do gênero e do sexo são constituídas e naturalizadas, sendo a,

[...] realidade do gênero ser criada mediante *performances* sociais contínuas significa que as próprias noções de sexo essencial e de masculinidade e feminilidade verdadeiras ou permanentes também são constituídas, como parte de estratégia que oculta o caráter performativo do gênero e as possibilidades performativas de proliferação das configurações de gênero fora das estruturas restritivas da dominação masculinista e da heterossexualidade compulsória (BUTLER 2016, p. 244)

Ao analisarmos os enunciados das publicações das páginas antifeministas, acerca das mulheres feministas, compreendemos a organização e a construção discursiva em torno da mulher feminista por meio da veiculação de *performances* sociais selecionadas pelas páginas, dentro de uma realidade múltipla, na tentativa de fixar formas “ideais” de feminilidades. Essa perspectiva permite questionar certos estereótipos e representações sobre as mulheres, que são naturalizados em nosso cotidiano por construções sociais e

¹⁴ Quando estivermos nos referindo as postagens vamos nos referir ao sujeito feminista ou ao movimento feminista sempre no singular, pois, as páginas em estudos constroem “o feminismo” como uma categoria unificada sem considerar as várias vertentes do movimento.

culturais. Além disso, permite-nos analisar como a organização de poderes na sociedade contribue para a manutenção das *performances* das mulheres.

As análises desse capítulo estarão ancoradas nesta perspectiva de construção social do gênero e da categoria mulher, a fim de problematizar como os enunciados (re)produzidos pelos suportes discursivos aqui analisados, produzem efeitos na construção de uma identidade, por uma série de atributos e de qualidades identificadas como feministas.

Ademais, através dos comentários das seguidoras nas publicações das três páginas antifeministas da rede social *Facebook* que selecionamos para análise, compreendemos quais são as interpretações e motivações que levaram e levam todos os dias, mulheres a se identificarem com tais discursos que promovem um movimento de desqualificação do feminismo no Brasil via mídias sociais.

1.1. A INVEJOSA



Imagem1:A invejosa. Cf:
<https://www.facebook.com/MulheresContraoFeminismo/photos/a.55993914409945AQ1\ERE''39/677280845698621/?type=3&theater>. Acesso em 31/10/2018.

Iniciamos este tópico com a constituição verbo imagética que constrói e reforça um estereótipo, o da mulher feminista como invejosa, ao exibir o que poderia se considerar uma motivação do ingresso de mulheres nos movimentos feministas. Na “imagem 1” observamos o que parece ser uma fotografia antiga com três crianças sentadas a porta de uma residência. Podemos perceber pelas vestimentas que se trata de duas meninas rodeando um menino que está ao centro. As crianças possuem legendas para o que parece justificar os seus comportamentos. A menina da esquerda que beija o menino, recebe a legenda com a frase “A machista”, o menino ao centro que beija a

menina da esquerda, recebe a legenda com a frase “Macho Alpha” e a menina a direita da imagem com a expressão de raiva e descontentamento em seu rosto, recebe como legenda a palavra “Feminista”.

Deduzimos assim, que a criança da direita passa a ser considerada feminista a partir do momento que foi rejeitada. Enquanto a menina da esquerda ao ser beijada pelo menino, passa a ser considerada pela feminista como “A machista”, pois cedeu aos encantos do “Macho Alpha”, denominado assim por ter a possibilidade de escolher qual das meninas beijaria. Na perspectiva de quem postou a imagem na página foi da frustração em não conquistar o homem que nasceu o feminismo. O discurso de rejeição que marca a “feminista” como invejosa acaba despolitizando a atuação dos movimentos feministas como um todo, pois os movimentos passam a ser associados a uma implicância, um capricho.

Atentamos agora para os comentários de mulheres ao interpretarem a imagem 1. A seguidora Iriana¹⁵ marca uma amiga na postagem com a seguinte questão em inglês: “True Story? kkk” (traduzindo para o português, “história verdadeira? kkk”). Apesar do comentário de Iriana se tratar de um questionamento, parece que ela concorda com o discurso produzido pela imagem, pois utiliza a expressão “kkk”, que significa risos, após sua pergunta. Entendemos o comentário da seguidora Iriana como um deboche ao movimento feminista.

Abaixo do comentário da seguidora Iriana encontra-se o comentário da seguidora Bruna que diz o seguinte: “Fake. a feminista tá usando roupa”. A partir da leitura de outras publicações da página, é possível associar o comentário de Bruna a um outro aspecto construído pelas páginas antifeministas como parte da identidade da mulher feminista: o ser “vadia”. Isso acontece por que há a repetição de enunciados, em parte das publicações das páginas selecionadas, que relacionam a nudez feminina à promiscuidade. Essa promiscuidade da feminista passa a ser anunciada pelas páginas utilizando-se do termo

¹⁵ Por empreender uma pesquisa em meio virtual, através de comentários em rede social, friso a importância em manter as identidades das seguidoras das páginas selecionadas em sigilo. Não é, em absoluto, minha intenção expor as usuárias das páginas. Dessa forma, preservo a integridade das mulheres que curtem e seguem as páginas antifeministas do *Facebook*. Para tanto, todos os nomes serão abreviados e fotos de perfil serão editadas até que não seja possível identificar as usuárias das comunidades *online* selecionadas para esta pesquisa. Ressalto, que as edições ocorreram apenas para manter o sigilo das identidades. Quando se trata dos comentários citados ao longo deste texto, estes não tiveram qualquer tipo de edição, ou seja, os comentários selecionados serão citados exatamente como publicados pelas seguidoras.

“vadia”.¹⁶ Assim, além de “invejosa” a feminista também é identificada constantemente pelas páginas como “vadia”, uma vez que, a feminista não perde a oportunidade de ficar nua. O movimento feminista passa a ser associado a configuração de um método para que a feminista justifique sua promiscuidade, pois, como comentou Bruna, a menina identificada como feminista na imagem 1 não pode ser considerada uma “verdadeira” feminista, pois encontra-se vestida.

Ademais, a seguidora Paula faz o seguinte comentário: “Não preciso de Homem, Recebe pensão dos filhos!”. A primeira parte do comentário de Paula “Não preciso de Homem” diz respeito, segundo as páginas pesquisadas, a um argumento utilizado pela mulher feminista de que a mulher é tão capaz quanto o homem de realizar quaisquer ações. No entanto, a segunda parte do comentário da seguidora sugere hipocrisia por parte da feminista, pois, se o argumento inicial é de que não “preciso de homem”, por que para com o cuidado com os filhos o argumento muda? Além do comentário da seguidora Paula sugerir dissimulação por parte da feminista, existe a (re)afirmação das responsabilidades que a mulher deve assumir. Neste caso, a responsabilidade do cuidado com os filhos, ou seja, a maternidade. Isso ocorre porque a divisão sexual do trabalho é institucionalizada de forma naturalizada pela construção social de diferenças entre homens e mulheres. Em relação aos homens, as mulheres tem responsabilidades desiguais sobre o trabalho doméstico e cuidados com os filhos (BIROLI, 2018). Sobre isso Biroli afirma que:

A alocação das tarefas tem o gênero como eixo. Ancora-se na naturalização de habilidades e pertencimentos, definidos de acordo com a visão binária, não apenas simplificada, mas também ilusória, de conexão entre sexo biológico e comportamentos. A associação entre mulher e domesticidade constrói-se nessa chave. (BIROLI, 2018, p.67)

Segundo Biroli, as mulheres são orientadas desde que nascem a assumir as responsabilidades do trabalho doméstico e o cuidado com o outros. Essa responsabilização esta ancorada na naturalização de relações de autoridade e subordinação, que são fundadas em supostas certezas biológicas (aptidões e tendências que seriam naturais a mulheres e homens). Os arranjos tem se modificado historicamente e nunca foram homogêneos, se considerarmos as categorias de classe e raça, especialmente. No entanto, são e foram utilizadas para romantizar papéis sociais, como

¹⁶ A construção da estereotipização da mulher feminista enquanto vadia será discutida com maior ênfase na seção 1.3.

no caso da ideologia maternalista segundo a qual, “as mulheres cuidariam mais das crianças porque possuiriam tendências naturais para tal cuidado, não porque os homens são socialmente liberados dessa função” (BIROLI, 2018, p.42), justificando desta maneira, assimetrias entre homens e mulheres.

Visto que, o cuidado com os filhos é socialmente naturalizado como responsabilidade das mulheres, percebemos a partir da afirmação da seguidora, o gênero enquanto um aparato produtor de normatizações e regulações que não apenas proíbe, mas também cria “[...] parâmetros de pessoas, isto é, a construção de pessoas de acordo com normas abstratas que ao mesmo tempo condicionam e excedem as vidas que fabricam – e quebram” (BUTLER, 2014, p. 272). Regulações de gênero, com base no sexo biológico, nos genitais, produzem e naturalizam o masculino e o feminino. Nessa ótica, homens e mulheres recebem culturalmente suas “marcações” distintas, que determinam as formas sociais de comportamento e representação de suas identidades, naturalizando práticas repetidas de diferenciação sexual e criando uma ilusão de que há uma naturalidade na divisão sexual (LOURO, 1995). Os conteúdos produzidos nas páginas antifeministas expressavam tais orientações apresentando um modelo de feminilidade “ideal” ao tecerem críticas ao comportamento e aparência do que as/os seguidoras/res constituem como o ser mulher feminista.

A imagem 2 foi selecionada da página intitulada “Anti-feminismo”. Esta imagem representa uma outra versão, segundo as páginas, de possibilidade de motivação para a inserção das mulheres no movimento feminista.



Imagem 2: O feminismo começa aqui.
 Cf: <https://www.facebook.com/antifeminismo01/photos/a.558836090807608/1800021486689056/?type=3&theater>. Acesso em :31/10/2018.

No primeiro quadro da imagem 2, encontra-se uma “bela mulher”, branca, loira, de vestido vermelho, corpo esbelto e curvas acentuadas. E ao fundo, em segundo plano, encontramos ela: uma feminista em potencial.

Os quadros seguintes da imagem focam e deixam, aos poucos, “a feminista” em potencial em primeiro plano. Como observamos na imagem 2, “a feminista” é representada como uma mulher que distoa das representações contemporâneas ocidentais dos padrões de beleza que se fecham em um corpo magro e esculpido. Desta forma, quando a “bela mulher” de vestido vermelho passa por ela com seu corpo esbelto, imediatamente a mulher representada com feminista em potencial se vira para a observar, deixando transparecer uma expressão de inveja em relação a beleza desta mulher. E assim, a partir do “recalque” e da “inveja” por não se encaixar em determinados padrões de beleza – o corpo magro - “nasce uma feminista” ou como a legenda da imagem anuncia: “O feminismo começa aqui”.

O discurso (re)afirmado na imagem como padrão de beleza feminino é o calcado na representação de um corpo magro. E esse discurso é reproduzido de forma naturalizada como se esse ideal de beleza sempre tivesse existido. No entanto, a gordura nem sempre foi considerada um fator negativo ou de feiura. Na Idade Média, por exemplo, a gordura era sinônimo de fartura enquanto a magreza demonstrava subnutrição e pobreza, o que estava relacionado ao poder aquisitivo das pessoas (VIGARELLO, 2012). O imaginário social de negação do corpo gordo foi se consolidando a partir do século XIX, devido aos avanços da medicina, da química e da fisiologia. Estudos que relacionam a gordura corporal às doenças, levaram as pessoas gordas – definidas a partir dos padrões então instituídos- às margens da sociedade, transformando-as, no século XX, em aberração social. O corpo gordo passou a ser visto como um corpo doente e estigmatizado (VIGARELLO, 2012).

Com o avanço dos estudos na medicina no século XIX, a gordura passa a ser vista, assim, como um perigo e catalogada pelos seus diversos graus, relacionando-a a várias doenças e assim tornando o corpo gordo mais “sensível às morbidades” (VIGARELLO, 2012, p. 230). O corpo sem gordura, por outro lado, fica em evidência no século XIX a partir das dietas. As dietas começam então a despontar como um elemento chave para se obter ou manter a forma desejada. Muitos alimentos são então abolidos dos cardápios, pois são apontados como causadores de males à saúde e à forma física. Ao açúcar ficam

atribuídos a obesidade, o diabetes, a hipertensão, doenças cardiovasculares, cáries. Em contraposição, carnes grelhadas, saladas, legumes, frutas frescas e laticínios são recomendados. Os meios de comunicação desempenham aqui importante papel como “intimidador à magreza”. Os produtos dietéticos passam a desempenhar papel principal nesse esforço para a manutenção de um corpo esguio, sem barriga. Era necessário estar atendo aos sinais do corpo. Para o homem ter barriga, há muito já não era mais sinal de respeitabilidade, e sim uma mostra visível de desleixo, era uma ameaça, e ser obeso era um pavor (VINCENT, 1987).

No que tange ao discurso da saúde, a respeito da construção cultural do corpo magro, o século XX possui peso especial. Na entrada deste século, a preocupação dos médicos com a gordura se torna ímpar e, da preocupação em emagrecer e manter-se magro a qualquer custo, emerge o estigma do gordo. A sociedade, junto com a comunicação acelerada, transforma a gordura em fenômeno social, aquilo que era uma “esquisitice tolerada” agora passa a ser uma preocupação cotidiana. Nasce, então, não somente a questão das dificuldades com as dietas, mas a questão psicológica da luta de um corpo gordo para se encaixar em um padrão magro. A gordura se transformou em um caso clínico, médico, que só os “cientistas conseguem encarar”. O corpo gordo se torna uma “uma visão insuportável” (VIGARELLO, 2012, p. 299).

No Brasil, desde o início do século XX, as exigências em relação aos cuidados com o corpo das mulheres passou por diversas transformações, acompanhando desde o surgimento do batom, em 1925, à substituição do espartilho pelo soutien; da gordura passiva do século da Belle Époque à norma estética da magreza; sendo que, no decorrer do século, as mulheres se despiram (DEL PRIORE, 2004). Saem as cintas e corpetes, entram em cena as calcinhas e sutiãs. As roupas se encurtam, as pernas são valorizadas pelas meias. O uso de tecido mais macio possibilita entrever de maneira discreta as linhas do corpo. Neste momento, a aparência física passa a depender mais do corpo, sendo, portanto, necessário cuidar dele. As revistas femininas começam a mostrar que o corpo exibido nas praias durante o verão podia trair as formas das roupas que o cobria durante o inverno, passam a publicar artigos sobre dietas e exercícios e a destacar as mulheres magras. Os anúncios publicitários associam a magreza à jovialidade. O porte atlético e magro é ilustrado pelas revistas (VIGARELLO, 2012, p. 299). As revistas femininas passam a alertar as mulheres para os cuidados com o corpo e elas agora devem se preocupar claramente em serem sedutoras. O corpo feminino se torna alvo dos cuidados

da nova indústria dos cosméticos, e a mulher moderna já nasce assediada pelos anúncios de produtos de beleza (SCHOSSLER e CORREA, 2011) e, mais tarde, pelas revistas de moda.

Porém, também no contexto das primeiras décadas do século XX, no discurso de algumas revistas femininas brasileiras (como *Claudia* e *Nova*), “uma mulher bela era aquela que apenas ressaltava suas qualidades, que tinha uma pele clara, rosada e saudável e que não precisava dos artifícios dos cosméticos” (OLIVEIRA, 2001, p.29). Os produtos de beleza, eram considerados como muito bem denominou Denise Sant'anna remédios que curavam a feiura (SANT'ANNA, 1995). No entanto, não eram recomendados às moças e mulheres de “boas famílias”, já que eram associados às “mulheres de má conduta” ou “má fama”. Ou seja, além das representações da beleza nas primeiras décadas do século XX estarem ligadas as questões de saúde e a teses eugênicas¹⁷, elas também se remetiam a uma moral bastante rígida. (OLIVEIRA, 2001). Assim, como afirma Oliveira (2001), os discursos sobre beleza nas revistas femininas das primeiras décadas deste século se alternavam sobre duas perspectivas: a da beleza vista como algo natural, e a relacionada à questões de saúde.

Foi em meados dos anos 1950 e 1960 que a beleza feminina passou a ser descrita por essas mesmas revistas (*Claudia* e *Nova*) “como algo que se pode adquirir, moldar, disfarçar ou fingir, através do uso de cosméticos, exercícios ou regimes” (OLIVEIRA, 2001, p. 30). Novos hábitos passaram a ser moldados a partir da indicação de rituais diários e práticos, que podem transformar um “problema” em um encanto, podendo deixar uma mulher mais bela e atraente. A beleza passou a ser vista como um investimento e não mais como algo natural, ou um dom que um seletivo número de pessoas recebe.

Este momento marcou uma mudança de perspectiva que remete a outras noções de representação de beleza, que passa a ser enfatizada a partir dos cuidados com o corpo. Novas necessidades passam a ser “vendidas”, como os produtos de beleza que vão se articulando com outra forma de representação de beleza. De um dom divino, a beleza passa a ser uma possibilidade para todas as mulheres, algo que pode ser conquistado, comprado, criado, passando também a ser uma necessidade para todas (OLIVEIRA, 2001). Como afirma Denise Sant'anna:

¹⁷ OLIVEIRA (2001) trabalha com a noção de eugenia relacionando a beleza a algo natural, no qual se nascia com ela.

No final da década de 50, a beleza parece ter se tornado um "direito" inalienável de toda mulher, algo que depende unicamente dela: "hoje só é feia quem quer", por conseguinte recusar o embelezamento denota uma negligência que deve ser combatida" (SANT'ANNA., 1995, p. 129).

Não se pode deixar de ressaltar que desde esse período a beleza também passa a ser associada e vinculada a investimentos mais profissionais como as cirurgias plásticas, a utilização dos cosméticos, ao consumo para sermos mais específicos, sempre buscando um corpo cada vez mais magro (OLIVEIRA, 2001).

Os excessos corporais ganham um status completamente pejorativo, abrindo espaço para o corpo magro que beira à anorexia (SANT'ANNA, 2016). Desde então, este corpo começa a ascender e ganha uma visibilidade de célebre e bem-sucedido (SANT'ANNA, 2016), como estampam as capas de revistas das top models famosas e dos corpos vistos nas mídias televisivas atualmente. O corpo magro e suas práticas tomam uma posição de centralidade e afirmativa, em relação aos costumes sociais, e o corpo gordo torna-se criticado e marginalizado. Assim, a magreza se torna, paulatinamente, um novo ideal de beleza (OLIVEIRA, 2001), passando a ser representada e glorificada como um sinal externo de sucesso. As mulheres em todo o mundo ocidental passam a ter uma obsessão por uma imagem corporal esbelta (HIGONNET, 1991).

O ideal de beleza anunciado no discurso da imagem 2, um padrão de beleza feminina marcado por um corpo magro, estabelece suas correlações com outros enunciados (saúde, moda, etc). Como afirma Foucault “[...] um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados [...]” (2016, p. 118). Pois, apesar do enunciado da imagem se localizar em um lugar, tempo e contexto especificado, não há enunciado livre, neutro e independente. Eles estão sempre fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando uma função no meio dos outros, apoiando-se ou se distinguindo deles, uma vez que “[...] não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências, efeitos de série e de sucessão, uma distribuição de funções e de papéis [...]” (FOUCAULT, 2016, p.121).

Neste sentido, segundo Fischer (2001), é preciso levar em conta a existência de uma memória, de um conjunto de informações já enunciadas, que podem levar a um processo de reatualização do passado nos acontecimentos discursivos do presente. Assim, o enunciado da imagem 2 que marca atualmente um padrão de beleza feminina a partir

de um corpo magro, foi e é (re)construído e (re)produzido ao longo de décadas através dos discursos médicos, da moda, e das mídias, como as revistas destinadas ao público feminino.

Consideramos ainda, que os enunciados acumulados a respeito de um ideal de beleza feminino, passa a ser reproduzido pelos discursos nas páginas antifeministas (des)construindo identidades para as mulheres e marcando características ditas como de uma mulher feminista e por contraponto, da antifeminista ou de todas que não convergem com o que representa aquela imagem. Neste caso, a feminista nasce a partir da inveja por não conseguir se encaixar nos padrões de beleza estabelecidos socialmente, o ser magra.

No entanto, chama atenção em relação à imagem 2, também o comentário da seguidora Tatiana que afirma ser contra o feminismo, porém se sente incomodada (ou até mesmo ofendida) com o discurso de que a mulher se tornaria feminista por estar fora dos padrões de peso. Para a seguidora, “o fato de ser gorda não leva ninguém a ser invejosa e muito menos a ser feminista”. Nota-se uma clara rejeição da seguidora em relação ao enunciado da imagem. Esta rejeição pode ser justificada pelo fato da seguidora se identificar como uma mulher gorda, como ela afirma: “sou gorda sim”.

Se pensarmos que o processo de identificação e diferenciação é responsável por reconstruir e reproduzir a alteridade, por definir quem é o “outro” e torná-lo identificável, invisível, previsível é possível entender todo o discurso da imagem e o que referem a ele. A diferenciação resulta na hierarquização, pois divide, separa, classifica, normaliza. Fixar uma normalidade significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa (SILVA, 2000. p. 81).

O processo de construção das identidades é uma relação social, na qual sua definição está sujeita a vetores de força e a relações de poder que não são simplesmente definidas, mas impostas (SILVA, 2000). Podemos perceber isto na imagem 2, ou seja, a imposição de determinadas identidades: O ser mulher magra, loira e branca. Assim, quem não se encaixa nos padrões de peso e beleza estabelecidos pelo enunciado da imagem, se torna “recalcada”, “invejosa” e por consequência “feminista”. Neste sentido, a identidade marcada pela formação discursiva da imagem 2 como normativa e por consequência positiva, é a da “bela mulher” de vestido vermelho, enquanto as características da “feminista” que não se encaixa nos padrões de peso passam a ser marcadas como

negativas. Ao identificar uma feminista com uma mulher gorda, o enunciado da imagem 2, acaba excluindo mulheres (mesmo aquelas que se consideram antifeministas, como a seguidora Tatiana) que se identificam enquanto mulher gorda, reafirmando um padrão de beleza a ser seguido pelas mulheres, neste caso, calcado na representação de um corpo magro.

Existe assim, a intenção de justificar o ingresso da mulher no movimento feminista a partir da negação de sua imagem, marcando padrões de feminilidade socialmente estabelecidos, como a magreza. A constituição discursiva da imagem 3 retirada da página intitulada “Anti-Feminismo”, segue com o discurso de negar o corpo da mulher feminista.



Imagem 3: Uma mulher empoderada pelo feminismo. Cf: <https://www.facebook.com/451215471712605/photos/a.451219488378870/606865689480915/?type=3&theater>. Acesso em: 11/12/2018

A composição verbo-imagética da imagem 3 afirma que “Uma mulher empoderada pelo feminismo nada mais é que uma mulher feia, malhada e infeliz”, novamente, caracterizando a “feminista” negativamente. A justificativa para o ingresso de mulheres no movimento seria sua incapacidade de se encaixar nos padrões estabelecidos social e culturalmente, ou seja, ser bela, possuir um companheiro e por consequência alcançar a felicidade, só uma mulher invejosa se torna uma “feminista”.

Ao analisar a imagem, percebemos que das três mulheres que aparecem na fotografia escolhida para afirmar os aspectos “Feia, malhada e infeliz”, como características da mulher feminista, encontramos no canto direito da imagem ela, “a gorda”. Ao se considerar estereótipos do masculino, como os cabelos curtos, os trajes como shorts e camiseta, a posição corporal da mulher do centro, ou seja, com as mãos para trás e as demais de forma mais desleixada, podemos imaginar que os leitores e leitoras dominam a informação de que se trata do deslocamento e inversão das categorias feminino e masculino. Sendo assim, se a feminista se veste e se comporta de forma, entendida pelos leitores e leitoras, como masculina, o movimento feminista passa então a ser entendido como aquele que pretende inverter os papéis entre homens e mulheres.

As páginas antifeministas tem (re)afirmado feminilidades e masculinidades. Ao analisar alguns comentários de mulheres referentes a imagem 3 podemos perceber estas marcações. A seguidora Joice mostra seu descontentamento e rejeição ao comportamento das “feministas” quando comenta: “mesmo se eu fosse uma baranga desse tipo eu com certeza teria o senso do ridículo e jamais me prestaria a uma papel desse, muito sem noção.. Pelamor de Deus.” O comentário da seguidora Lidiane acompanha o mesmo raciocínio de Joice quando comenta: “só lamento ver estas ridículas passando um mico deste, bando de feiosas”. Notamos, que na concepção das duas seguidoras existe uma forte rejeição aos aspectos construídos pela imagem como características de uma feminista. Obviamente, nenhuma das seguidoras, quer ser identificada como uma mulher “feia, malhada e infeliz”, ou até mesmo masculinizada. Porém, ao voltarmos os olhos para o comentário de Joice, percebemos ainda que a rejeição da seguidora se refere também ao comportamento considerado imoral da feminista. Pois, a feminista se encontra novamente, desnuda e proferindo palavrões, como ressalta a seguidora Gabriela “Nossa, que baixaria escrito nelas!”, referindo-se a frase “minha buceta é minha”, grafada no abdômen da feminista que está no centro da imagem 3.

Ademais, notamos que para além da feminista construída como invejosa, a posição “masculinizada” e “imoral” assumida pelas feministas, segundo os discursos disseminados pelas páginas, torna-se um dos pontos de rejeição por parte das mulheres ao movimento feminista. As seguidoras não querem ser associadas ao feminismo, já que o discurso feminista, segundo as páginas antifeministas, tem poluído e invertido os papéis, os lugares, as imagens, que sabemos serem socialmente construídas e não naturais, do que é ser mulher.

A construção da feminista, discutida neste tópico, é apenas uma das muitas formas de apresentação dessas mulheres. Durante a análise percebemos que outros marcadores negativos relacionados as feministas estão entrelaçadas ao discurso de construção da mulher feminista como invejosa e os adjetivos a ele somados que se repetem em outras configurações. Neste sentido, o tópico a seguir se encarrega de analisar a negatização do perfil da feminista, ainda a partir de um modelo “ideal” de beleza historicamente constituído que vem sendo ressignificado ao longo dos anos, o de mulher magra, mas também sem pelos.

1.2. Gorda e suja: A baranga

O perfil da mulher feminista como “invejosa” apresentado no tópico anterior se insere em um universo de outros perfis calcados em defesa de feminilidades consideradas ideais ou corretas, identificadas nas páginas estudadas. Por conseguinte, compreendemos que as páginas selecionam e utilizam enunciados que remetem a um acúmulo de outros enunciados, já que “[...]não há enunciado que, de uma forma ou de outra, não reatualize outros enunciados [...]” (FOUCAULT, 2016, p. 119), para construir a imagem de uma feminista “baranga”¹⁸.

Partindo do pressuposto de que “a insistência em associar a feminilidade à beleza não é nova” (SANT’ANNA, 1995, p. 121), iniciamos esta seção com a constituição verbo-imagética que sugere qual seria a aparência de uma mulher que não está ligada ao movimento feminista e qual seria sua “possível” aparência ao adentrar no movimento.

¹⁸ O termo baranga aparece nos comentários de algumas seguidoras nas publicações das páginas pesquisadas para caracterizar a mulher feminista. Ao utilizarem o termo seguidoras das páginas remetem-se ao senso comum que define uma mulher “baranga” como feia, fora de forma, que se veste mal, e em alguns casos, uma mulher “oferecida”.



Imagem 4: Antes e depois do feminismo. Cf: <https://www.facebook.com/antifeminismo01/photos/a.558836090807608/1427919980565877/?type=3&theater>. Acesso em: 18/01/2019

No primeiro quadro, a esquerda da imagem 4, com a legenda que diz “Antes do Feminismo”, temos a figura de uma princesa, personagem do filme em animação, mundialmente conhecido, “Frozen - O Reino do Gelo”, lançado em janeiro de 2014 e com sequência em novembro de 2019. O enredo de Frozen gira em torno da jornada da jovem e destemida princesa Anna que passa por perigosas montanhas de gelo, na esperança de encontrar sua irmã, a rainha Elsa. A princesa Anna de “Frozen” aparece na imagem 4 com um sorriso contido, maquiagem natural e cabelos alinhados. Já no quadro a direita representando a “feminista”, nos deparamos com a personagem “boneca Annabelle” do filme norte-americano de terror sobrenatural. Igualmente conhecido mundo a fora, o filme Annabelle teve sua estreia mundial em outubro de 2014, com sequências lançadas em 2017 e junho do ano de 2019. O enredo de Annabelle gira em torno da boneca que é o recipiente de uma entidade do mal. Desta feita, além de a comparação feita pela imagem sugerir que “feminismo acaba com a beleza”, como comenta a seguidora Geovana, o enunciado da imagem indica que a feminista encarna o próprio mal, assim como a boneca Annabelle.

Para deslegitimar os argumentos feministas, as páginas estudadas utilizam enunciados que remetem a um certo padrão de imagem física da mulher feminista como já anunciamos antes. Este ataque ocorre justamente porque um padrão de corpo e de beleza se tornaram fundamentais para a construção da feminilidade.

Este padrão está dicercado em discursos como o de poetas, músicos, literaturas, etc, que constroem a feminilidade a partir da beleza. Como afirma o poeta Vinícios de Moraes, em sua poesia Receita de Mulher 19, publicada em 1959, “as muito feias que me perdoem, mas beleza é fundamental”. As muitas maneiras líricas do poeta em descrever as formas físicas da mulher, bem como as de outros artistas que dedicaram suas obras às suas “musas inspiradoras”, mulheres sempre deslumbrantes, de belezas exóticas e sempre sensuais, construíram uma representação de beleza que está constantemente sendo reforçada por diversas forças (Mídias, educação, família e escola).

Nas páginas estudadas, percebemos a existência de tentativas de controle sobre o corpo feminino, com uma vigilância contra qualquer desvio da normatização criada por essas práticas sociais que determinam o que é ser mulher. Wolf (1992) destaca que, ao longo das últimas décadas, as mulheres conquistaram importantes posições na sociedade, ascendendo ao poder. Porém, paralelamente, a “necessidade artificialmente provocada” (WOLF, 1992) de corresponder a um modelo idealizado de mulher atrapalha, de alguma forma, a liberdade e o poder conquistados. É o que a autora denomina “O Mito da Beleza²⁰”. Para Wolf, o mito.

[...] é a versão moderna de um reflexo social em vigor desde a Revolução Industrial. À medida que as mulheres se liberaram da mística feminina da domesticidade, o mito da beleza invadiu esse terreno perdido, expandindo-se enquanto a mística definhava, para assumir sua tarefa de controle social. [...] a ideologia da beleza é a última das antigas ideologias femininas que ainda tem o poder de controlar aquelas mulheres que a segunda onda do feminismo teria tornado relativamente incontroláveis. Ela se fortaleceu para assumir a função de coerção social que os mitos da maternidade, domesticidade, castidade e passividade não conseguem mais realizar. Ela procura neste instante destruir

¹⁹ A poesia pode ser lida integralmente no endereço eletrônico: <http://www.viniciusdemoraes.com.br/pt-br/poesia/poesias-avulsas/receita-de-mulher>. Acesso em 07/04/2019

²⁰ Segundo Wolf (1992) ao longo das lutas feministas as mulheres conquistaram importantes posições na sociedade. No entanto, paralelo a essas várias conquistas existe uma necessidade de corresponder a um modelo de beleza idealizado que é construído social culturalmente de acordo com cada contexto. Sendo assim, a liberdade e o poder conquistados são atrapalhados quando as mulheres tentam se encaixar nestes modelos do que é ser parecer uma mulher. Uma vez que, essas ideais de beleza passam a ser uma nova forma de controle sobre as mulheres. A isto a autora denomina “O mito da beleza”.

psicologicamente e às ocultas tudo de positivo que o feminismo proporcionou às mulheres material e publicamente (WOLF, 1992 p. 13).

Quanto mais espaços sociais são conquistados pelas lutas feministas outros tantos espaços são perdidos pela imposição do poder sobre os corpos, pelas rígidas e cruéis normas relacionadas à estética corporal. Wolf relata que o feminismo teve papéis decisivos no movimento a favor da igualdade de gênero e que as ações do movimento sempre projetaram reações como, por exemplo, a revolução sexual que proporcionou para as mulheres a descoberta da sexualidade, da liberdade sexual e do prazer. Porém, isso acarretou o que a autora denomina “pornografia da beleza” que liga a beleza à sexualidade e que se prolifera e expande por toda a parte.

Encaramos os discursos sobre o controle do corpo feminino disseminados pelas páginas em estudo, como uma possível reação às lutas e ideais dos movimentos feministas que buscam a desconstrução de estereótipos firmados como femininos e masculinos, que aprofundam a desigualdade e constroem hierarquias entre homens e mulheres. Existe assim, nas três páginas do *Facebook* em estudo, a produção de um discurso que constroe um padrão de corpo da mulher feminista destacando enunciados que se amparam em representações de beleza que foram culturalmente e historicamente construídas. Na imagem 5, apreende-se um discurso que ridiculariza as feministas apartir da exigência da depilação feminina.



Imagem 5: Feminismo e depilação. Cf: <https://www.facebook.com/MulheresContraoFeminismo/photos/a.312878995472143/324348130991896/?type=3&theater>. Acesso em: 15/01/2018.

A imagem que representa uma feminista enaltecendo seus pelos da axila, está a seguida da legenda na qual o corpo da mulher feminista é alvo de severa crítica por conta do protesto, por parte de alguns integrantes de correntes do movimento, quanto à obrigatoriedade da depilação feminina. Ignorando as várias vertentes e bandeiras do movimento, a legenda da imagem sugere que não se depilar é um requisito obrigatório para ser uma feminista, pois “se você se depila e se diz feminista é incoerente”. Esse discurso da depilação compulsória sustenta-se em saberes em torno do corpo feminino, os quais historicamente delegam o excesso de pelos ao homem, pois seriam deflagrações de virilidade, força, fecundidade, violência (MILANEZ, 2008), ao contrário da pretensa delicadeza, higiene e assepsia femininas. Justifica-se assim, a afirmação da legenda: “nós amamos nos depilar e não queremos ser iguais aos homens”.

O discurso em torno da higiene e assepsia feminina sustenta-se em um legado discursivo de décadas, no qual a “beleza e higiene apresentam uma intrínseca relação” (MIGUEL 2012, P. 223). A história do embelezamento feminino possui estreita vinculação com aspectos voltados à higiene. Neste sentido, lemos comentários que se remetem a este discurso, como o da seguidora Luciana: “eu mesma não deixo crescer não, por questão de higiene acho que a depilação é necessária, não gosto tbm de pelos

muito grande em homens tbm”. Este tipo de comentário aparece em grande quantidade na postagem da imagem supracitada. A retirada dos pelos é entendida, por boa parte das seguidoras, não apenas como uma questão de higiene, mas também como marcador de feminilidade, como ressalta a seguidora Vera.:

Eu detesto feministas. Mulheres que querem copiar homens em tudo e incapazes de se aceitar. Sou mulher, adoro isso, aceito a minha feminilidade e evito querer copiar os homens em tudo. Quem disse que eles fazem tudo certo? Cada um na sua 8P

Em tom de crítica, o comentário da seguidora somado à legenda da imagem 5, sugerem que a intenção das feministas em não se depilar é de “copiar os homens em tudo”. Essa afirmação descaracteriza os objetivos vistos por algumas integrantes do movimento feminista como o movimento da Marcha das Vadias, ao se posicionarem de modo contrário à necessidade da depilação. Para as ativistas deste grupo do movimento feminista o conceito de feminilidade está ligado a uma estrutura machista que padroniza um ideal de beleza - com sua ditadura da magreza, cirurgias plásticas, estilos de vestir, etc. – rigoroso e difícil de ser alcançado, para as mulheres e exclui socialmente aquelas que não conseguem ou não querem seguir tais padrões. As ativistas da Marcha acreditam ainda que todas essas exigências engendradas e externadas por uma sociedade essencialmente patriarcal contribuem para a manutenção do lugar da mulher como “segundo sexo”. Como resistência a este padrão de feminilidade, o movimento visa “desnaturalizar” o corpo feminino em função de adequações socioculturais. Nesse contexto, destacaram-se os debates em torno da recusa de algumas das participantes da Marcha das Vadias em fazer a depilação das axilas, padrão comumente encontrado entre as mulheres destacadas pela mídia, filmes, novelas, etc. (BERALDO, 2014)

Ademais, o discurso da imagem 5 com seus comentários constrói a ideia de que o movimento feminista não tem mais a intenção de lutar por direitos, mas sim de inverter os papéis entre homens e mulheres. Nesta inversão os homens seriam subjugados, como sugere o comentário da seguidora Luana à imagem:

[...] Feminismo foi válido enquanto buscava que a mulher fosse tratada com respeito. Porém, hoje em dia, a mulher que quer ficar em casa cuidando do filho é mal vista, é "atrasada", dentre outros, graças a feministas a toa como vocês. Feministas do mundo moderno precisam é de uma boa trouxa de roupa pra lavar, e parar de defecar pela boca. Já

alcançamos a igualdade de direitos, e agora vocês estão é tentando subjugar os homens.

Ao lado da necessidade de se depilar para não se tornar um homem, o comentário de Luana denota que a feminista é “atoa”, ou seja alguém que não faz nada, sem um trabalho ou algo que possa ocupar seu tempo. A sugestão da seguidora para solucionar o problema seria “uma boa trouxa de roupa pra lavar”. Sendo assim, o sujeito feminista – folgada - tem a necessidade de ser docilizado (FOUCAULT, 1999), e isso se daria a partir de atividades domésticas, tidas como um requisito inerente da condição feminina. Essas atividades poderiam ser transformadas em uma ocupação para as feministas, já que a luta destas é reduzida ,pela seguidora, a uma tentativa de “subjugar os homens”. No dizer da seguidora, o “Feminismo foi válido enquanto buscava que a mulher fosse tratada com respeito”, atualmente o movimento passou a condenar a “atrasadas”, aquelas mulheres que escolhem ficar em casa e exercer seus papéis de mães e esposas.

Neste contexto, o enunciado (FOUCAULT, 2016) da imagem 5 aciona memórias para desqualificar a mulher feminista (bem como o movimento), caracterizando-a enquanto suja (por não se depilarem) e conseqüentemente masculinizada, por não “obedecer” às normas sociais de higiene. Além de “porca” a mulher feminista também passa a ser caracterizada como intolerante, pois tenta impor seu padrão de comportamento à outras mulheres. Sobre isso, ao responder o comentário de uma possível “feminista infiltrada” na página, que questiona as informações e colocações dos seguidores referentes ao movimento, a seguidora Lívia expõe o seguinte:

Se somos tão desinformadas você está fazendo o que aqui? Que diabos te trazem a esse recinto onde reina a ignorância? Eu já conheci feministas que não se depilam, e, pasmem, queriam me convencer a fazer o mesmo. Aham, sinta lá. [...] eu dou nome e perfil do face da “mulher” que tentou me convencer que a depilação era uma imposição do patriarcado. [...] são as suas boas intenções contra a nossa experiência com outras feministas. De qualquer forma, agradecemos a tentativa de fazer com que essa página deixe de ser um antro de desinformação. Próxima!

Ao questionar agressivamente a presença de uma possível, possível infiltrada, a seguidora se coloca enquanto autoridade discursiva respaldada pela experiência: “são as suas boas intenções contra a nossa experiência com outras feministas”. Consideramos

importante ressaltar quem tem o direito de “falar” dentro das páginas, pois nem toda enunciação é por direito proferida por qualquer indivíduo (FOUCAULT, 2016), pois, há na sociedade o status que qualifica o sujeito a falar. Neste caso, a presença de mulheres que se intitulam antifeministas comentando as postagens confere credibilidade aos discursos enunciados pelas páginas, pois como Foucault (2016) denomina, nas instâncias de delimitação do discurso há instituições superiores autorizadas a denominar os objetos do discurso. É o que acontece com os comentários das seguidoras, que se intitulam mulheres que falam a partir de suas vivências e experiências e concebem as páginas como lugar autorizado a formar enunciados que desqualificam a mulher feminista. Conseqüentemente, as vozes que ecoam da página têm direito a fala, tem o status que qualifica a falar, pois “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfazer a certas exigências ou se não for, de início qualificado para fazê-lo.” (FOUCAULT, 2011, p. 37).

A partir de uma crítica exagerada sobre a não retirada dos pelos por parte das feministas, como na imagem 5, a constituição da imagem 6 reproduz o mesmo enunciado:



Imagem 6: A Fera e o Belo: Cf:
<https://www.facebook.com/451215471712605/photos/a.451219488378870/727794027388080/?type=3&theater>. Acesso em: 22/11/2018

O tom derrisório da postagem materializa-se no exagero, ao inverter os papéis dos dois principais personagens do conto de fadas “A Bela e a Fera”, que já foi adaptado como filme e possui diversas versões. Em suma, o conto de fadas conta a história de Bela, que mora em uma pequena aldeia francesa e tem o pai capturado pela Fera. A Fera possui aparência de uma criatura animal que mistura uma grande variedade de animais: a juba de um leão, a cabeça de um búfalo, a testa de um gorila, as presas de um javali, as patas e a cauda de um lobo e o corpo de um urso pardo. Bela decide então entregar sua vida ao estranho em troca da liberdade do progenitor. No castelo ela conhece objetos mágicos e descobre que a Fera é na verdade um príncipe que precisa de amor para voltar à forma humana. Ao se apaixonar pela Fera, Bela a liberta do encantamento. Com um beijo da amada a Fera volta a ser um belo e jovem príncipe.

Ao inverter o gênero dos personagens do conto de fadas podemos apreender qual é a construção que o enunciado da imagem 6, e suas seguidoras, fazem sobre o seria uma “mulher feminista”: “A Fera” peluda e agressiva que precisa de amor para ser libertada de tais características. Este discurso se entrelaça a discussão do tópico anterior, em que uma das possíveis gêneses do feminismo é anunciada pelas páginas como incapacidade da feminista em conseguir atrair um companheiro. Ademais, ao ressignificar o conto de fadas, a página Anti Feminismo identifica a mulher feminista novamente, como alguém que impõe seu ponto de vista, ao legendar a imagem com a seguinte frase: “Princesa é uma invenção opressora do patriarcado monárquico. Queremos uma personagem peluda e agressiva, ou seja, uma feminista”.

Além disso, por meio de uma escrita sarcástica, a legenda da imagem realoca dizeres e tende a masculinizar a feminista, usando estereótipos do masculino - como o ser “peludo, agressivo” -, como características intrínsecas do feminismo. Este discurso, paulatinamente, corrompe os objetivos de algumas feministas que se posicionam contrárias a depilação, num ato de resistência aos padrões estéticos impostos.

Retomando a análise da imagem 6, notamos uma gama de comentários por parte de mulheres, voltados para a defesa do movimento feminista. No entanto, estas mulheres são vistas como intrusas e repreendidas pelos seguidores, homens e mulheres. Suelem ao argumentar em defesa do movimento, comenta sobre o significado do feminismo “O feminismo luta pela igualdade de gêneros, pela liberdade das mulheres poderem fazer o que elas quiserem sem sofrer preconceito” e é severamente repreendida pela seguidora Aline que pondera:

Ah , vcs tanto querem igualdade , então vamos lá :
 Mulheres tem delegacia especializada
 Homens não
 Mulheres tem de 3 a 6 meses de licença maternidade
 Homens somente 20 dias
 Mulheres se aposentam 8 anos antes
 Homens não
 Mulheres tem um lei q as protegem
 Homens não , sendo eles vítimas de cerca de 65% de violencia doméstica
 Mulheres não são obrigadas a servir o exercito
 Os homens sim
 Mulheres não trabalham em minas de carvão
 Homens sim
 Agora eu te pergunto : por qual igualdade q vcs lutam ?
 Mulheres tem mais privilégios , então logo o feminismo não serve de ABSOLUTAMENTE NADA

Sem considerar as relações entre sexos feminino e masculino como relações de poder (SCOTT, 1995) socialmente e culturalmente constituídas, as informações trazidas pela seguidora sugerem que as mulheres são privilegiadas em relação aos homens. Segundo seus argumentos as mulheres obtêm uma série de direitos que os homens não possuem. Assim, já que as mulheres são privilegiadas, por qual tipo de igualdade o movimento feminista luta? Apoiando-se em argumentos contestáveis de diversas maneiras²¹, comentários como o da seguidora Aline constroem a feminista enquanto dissimulada e aproveitadora. Neste sentido, este comentário acaba desqualificando as feministas de modo que, o sujeito enunciator nega a necessidade do movimento feminista, pois, nesse caso, é como se não existissem fatores de ordem histórico-social e cultural que justificassem a aparição do feminismo, encarado como um delírio onírico e surreal, já que “o feminismo não serve de ABSOLUTAMENTE NADA”.

Como já discutimos anteriormente o corpo da feminista é constantemente atacado nas páginas estudadas. A partir de ideais de beleza e feminilidades, negativam-se imagens de mulheres feministas o que acaba promovendo rejeição das seguidoras ao movimento. Vejamos agora o discurso de negatização do corpo da feminista a partir da gordura.

²¹ Segundo o Relógios da Violência do Instituto Maria da Penha, uma mulher é vítima de violência física a cada 7.2 segundos. Somente em 2015, a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, realizou 749.024 atendimentos, 1 atendimento a cada 42 segundos. Desde 2005, são quase 5 milhões de atendimentos relatando violência física doméstica. De acordo com o Mapa de Violência de 2012 no período de 1980 e 2010, aproximadamente 91 mil mulheres foram assassinadas no Brasil - 43,5 mil só na última década, constatou-se que tais casos ocorrem principalmente no âmbito das relações afetivas.



Imagem 7: Liberdade para as banhas. Cf: <https://www.facebook.com/antifeminismo01/photos/a.558836090807608/1800023223355549/?type=3&theater>. Acesso em: 25/01/2019

Na constituição verbo-imagética da imagem 7 observamos o que seria a fotografia de uma manifestação feminista de rua. Em um ato de protesto aos padrões de beleza pautados na magreza, a feminista “gorda” segura o cartaz com a frase “Liberdade para as banhas! Não somos a barbie”. Desmerecendo o protesto feminista a legenda da imagem diz: “Você só quer desconstruir padrões porque fracassou na dieta”. A escolha da legenda e principalmente da fotografia, em que justamente a “gorda” segura o cartaz com o protesto, anuncia sentidos que caracterizam a feminista como uma mulher frustrada, que se utiliza do movimento apenas por conveniência. O fracasso está configurado aqui, pela noção de que a beleza está associada a magreza e a feminista por sua vez, não conseguiu alcançá-la.

A ideia de que a beleza é inerente ao gênero feminino, assim como a força é inerente ao gênero masculino, cruza os séculos e as culturas (SANT’ANNA, 1995).

Entretanto, no contexto desta permanência, as formas de produzir embelezamento das aparências, ou mesmo de conceber beleza feminina, não param de se modificar.

Ademais, como discutimos anteriormente existe uma relação que foi se construindo historicamente, entre a obesidade e o padrão de beleza corporal: uma relação de negação. Simbolizando o velho e o passado, a obesidade cedeu seu lugar à magreza, que é a novidade e, portanto, preferida. A gordura passa a significar o indesejado pela sociedade, o que as pessoas devem evitar. Este aspecto acentua-se quando, já no século XX, as pesquisas científicas passam a decretar a obesidade como antítese de saúde, culminando na sua rotulação oficial, pela Organização Mundial da Saúde, como doença. Assim, ela passa a ser enxergada “como um sinal tangível de falta de controle, impulsividade, autoindulgência, enquanto o corpo magro é um testemunho do poder da autodisciplina, um exemplo de domínio da mente sobre o corpo e de um virtuoso sacrifício” (ANDRADE, 2003).

Cabe ressaltar ainda, o papel que os novos meios de comunicação, informação e entretenimento de massa, como a internet, tiveram na padronização do belo a partir da magreza, que já estava disseminado graças a outros meios de comunicação mais antigos, mas não menos eficientes. Um desses meios vem acompanhando a concomitante transformação das mulheres e do “mito da beleza”. De acordo com Wolf (1992), as revistas femininas foram responsáveis pela democratização de um ideal de beleza, especialmente quando começaram a publicar anúncios na virada do século XIX para o XX. Mais do que refletir a evolução da história, parte de sua função foi determiná-la. Por mais de 100 anos elas colaboram para a alteração do papel da mulher nas sociedades onde estão inseridas, servindo aos interesses do sistema econômico, dos anunciantes e do governo, esferas predominantemente masculinas.

Tais interesses, notadamente os de mercado, passam a utilizar, como já foi dito, as imagens de beleza, principalmente na criação de dilemas existenciais femininos relacionados à aparência, um deles ligado ao fenômeno da obesidade já abordado. Wolf (1992) apresenta números da sociedade americana que ilustram este fato. Como o fato de os artigos relacionados a dieta aumentarem em 70%, de 1968 a 1972. Na imprensa popular, esse tipo de artigo progrediria geometricamente de forma surpreendente, partindo de um total de 60, durante o ano de 1979, para 66 durante o mês de janeiro do ano seguinte. Assim, a aparência física passa a ter outra conotação na sociedade ocidental

nessa época, que Eco (2004) chama de “Beleza do Consumo”, em que os ideais de beleza são determinados pelo interesse econômico.

No Brasil os meios de comunicação massivos, desde a popularização do rádio na década de 1930 ao da televisão na década de 1970, contribuíram igualmente (e ainda contribuem) na difusão de um padrão bastante característico de beleza e feminilidade. Considerando que:

[...]os significados produzidos pelos meios de comunicação são públicos, compartilhados, coletivos, sendo difícil, por exemplo, alguém não entender anúncio publicitário, notícia de rádio, programa de televisão ou foto de jornal. Isto indica que o estudo dos significados veiculados através destes materiais é como uma pista para os modelos de existência, desejos e impasses de uma cultura (ROCHA, 2001, p.18-19).

Neste sentido, as publicidades voltadas à promoção do consumo de produtos para as mulheres podem ser vistas como “práticas reguladoras da formação e da distinção de gênero” (BUTLER, 2016, p.17). Portanto, essas imagens publicitárias, em seus formatos mais tradicionais e em sua intenção persuasiva, seriam modelares, exemplares, apresentando padrões, modelos de feminino a serem seguidos.

Para se encaixar nestes padrões de beleza feminina, muitas mulheres tem o cotidiano regrado com dietas desumanas, modos de vestir, de se arrumar que podem ser desconfortáveis. Existe uma disciplina do corpo feminino que foi e é construído nas relações sociais/culturais, criando parâmetros as vezes inalcançáveis. Quando o foco é a aparência física feminina, intervenções como cirurgias de redução de estômago, de redução de rugas, cosméticos, roupas que modelam e/ou deformam a silhueta feminina, são vistas como a solução. Uma vez estabelecido o padrão, buscam-se os atributos físicos a ele correspondentes, como forma de pertencer a um grupo. No caso, o grupo seria o das “Belas mulheres” como anunciam algumas postagens das páginas pesquisadas. Podemos considerar, então, que a docilização (FOUCAULT, 1999) das mulheres tem ocorrido pela opressão do corpo? E a feminista ao questionar essa disciplinarização desafiaria as leis da natureza e as normas socialmente instituídas, se tornando então um monstro?

Quando voltamos o olhar para os comentários da imagem 7, apreendemos que esse disciplinamento do corpo através da “ditadura da magreza” não é acordado por todas

as seguidoras da página em estudo. Os comentários de mulheres na postagem foram quase que unânimes na defesa pela liberdade de ter um corpo gordo. Encontramos assim, dentre as antifeministas, mulheres que questionam padrões de beleza estabelecidos social e culturalmente, como expõe a seguidora Telma.:

Na boa sou gorda, sofri bullying a vida toda, sei o quanto isso é ruim mas respeito as magras assim como quero respeito, as pessoas acham que obesidade ta relacionada apenas a sedentarismo e má alimentação, mas no meu caso é distúrbio hormonal e temos que aceitar as diferenças, mas quanto ao feminimo (sic) eu sou totalmente contra a mulher merece respeito sim, mas tem que é se dar ao respeito pra ser respeitada, eu sou gorda mas sou contra o feminismo, mulheres podem ser sim se aceitarem do jeito que são sem virarem uma vadia feminista.

O comentário da seguidora vem questionar a noção já discutida, de que a obesidade é uma doença, efeito de “falta de controle, impulsividade, autoindulgência” (ANDRADE, 2003). Como afirma a seguidora, ser gordo não é apenas uma questão de “sedentarismo e má alimentação”. O status que qualifica o sujeito (FOUCAULT, 2011) a falar está sustentado novamente na categoria mulher e na experiência vivida por esta: “sou gorda, sofri bullying a vida toda, sei o quanto isso é ruim”. Na intenção de atestar seu argumento, de que nem todo mundo é gordo por ter “fracassado na dieta” a seguidora evidencia que sua condição de obesidade não está fundamentada por negligência de sua parte e sim no seu “distúrbio hormonal”. Ademais, a seguidora ainda afirma que “temos que aceitar as diferenças” e “mulheres podem sim se aceitarem do jeito que são”. Esse discurso se assemelha ao discurso de desconstrução de padrões estereótipos, bem como de empoderamento feminino, promovido por algumas vertentes do movimento feminista como a Marcha das Vadias. Percebemos no discurso da seguidora nuances de algum tipo de resistência a este padrão de feminilidade que visa “disciplinar” o corpo feminino em função de adequações a estereótipos de beleza estabelecidos socioculturalmente.

No entanto, o argumento utilizado pela seguidora para defender a desconstrução de padrões de beleza, é o mesmo que corta quaisquer ligações desta com o feminismo: “eu sou gorda, mas sou contra o feminismo”, “sou totalmente contra”. É visível, que apesar da seguidora possuir um discurso que possivelmente seja fruto de discussões promovidas pelo próprio movimento feminista em relação à desconstrução de estereótipos de beleza, existe a rejeição desta ao movimento. E por que isso ocorre?

Bem, iniciamos esta seção dizendo que o perfil da mulher feminista que é construído pelas páginas, se insere em um universo de características negativas atribuídas as mulheres do movimento. O ser gorda, suja, peluda e feia são apenas alguns deles. Mesmo que algumas seguidoras não se identifiquem com esse discurso ancorado em características físicas, existe um universo de outras características negativas construídas como atributos de uma feminista. Tais características negativas se encontram entrelaçadas nas postagens das páginas. Como foi possível apreender das constituições verbo-imagéticas analisadas anteriormente, uma característica negativa atribuída a feminista nunca está desacompanhada, ou ela aparece na própria constituição de sentido da postagem ou ela aparece nos comentários das seguidoras. Como no comentário analisado da seguidora Telma, que remete a outra característica construída como inerente do feminismo arquitetada pelas páginas em estudo: “A feminista é vadia”.

1.3. A Vadia

Nas duas primeiras seções deste capítulo demonstramos a construção da feminista baseada em ataques e negação relacionados principalmente ao corpo da mulher. Nesta e na próxima seção iremos analisar os ataques relacionados a moral e intelectualidade da mulher feminista e do movimento.

A ilustradora Carol Rossetti em seu projeto denominado “mulheres”, criou uma série de ilustrações com imagens de mulheres de todos as “cores”, corpos, classes sociais e orientação sexual. As ilustrações acompanham frases que denunciam casos de abusos vividos diariamente por mulheres como: as críticas pelo modo como se vestem, seus corpos, relacionamentos, comportamentos, violência vivenciadas, etc. A ilustradora de Belo Horizonte chamou atenção de um vasto público quando começou a postar, na rede social *Facebook*, suas ilustrações com imagens de mulheres de bem consigo mesmas e com frases inspiradoras. A grande repercussão de comentários, curtidas e compartilhamentos (inclusive por inúmeras páginas feministas da rede social), fez com que o trabalho de Carol ganhasse tradução para o inglês e espanhol adquirindo visibilidade também fora do Brasil e uma versão em livro publicado no ano de 2015 pela editora Sextante. Segue um exemplo das ilustrações de Carol²²:

²² Ilustrações, inclusive traduzidas para o espanhol e o inglês podem ser encontradas na página oficial de Carol Rossetti na rede social *Facebook*. Cf: <https://www.facebook.com/carolrossettidesign/> Acesso: em 17/09/2019.



Imagem 8: Brenda. Cf: <https://www.facebook.com/pg/carolrossettidesign/photos/>. Acesso em: 17/09/2019.

Fazendo alusão as ilustrações da designer, que são utilizadas por muitas páginas dos movimentos feministas da rede social²³, as páginas antifeministas ressignificam os discursos e imagens utilizadas pelo movimento para promover negação do mesmo, bem como da imagem da mulher feminista, como é possível visualizar na imagem 9.

²³ Ilustrações de Carol Rossetti podem ser encontradas, por exemplo, em páginas feministas como: Arquivos feministas. Cf: <https://www.facebook.com/arquivosfeministas/>, acesso em: 17/09/2019; Feminismo nosso de cada dia. Cf: https://www.facebook.com/Feminismo10/?epa=SEARCH_BOX, acesso em: 17/09/2019.

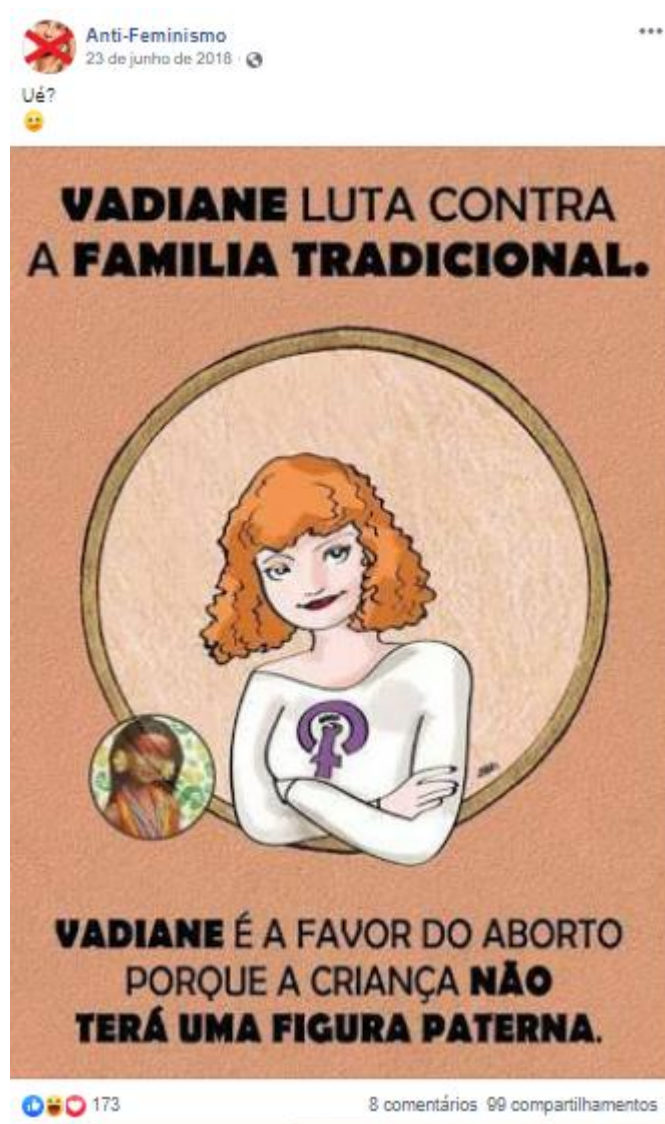


Imagem 9: Vadiane: Cf: <https://www.facebook.com/antifeminismo01/photos/a.558836090807608/1938834779474392/?type=3&theater>. Acesso em: 07/01/2018

Na imagem 9, vemos uma apropriação da imagem original produzida por Carol Rossetti, mas ao invés de utilizar um nome feminino como feito pelas ilustrações originais, a página em estudo dá um nome pejorativo a mulher da imagem, que seria obviamente uma feminista, “a Vadiane”²⁴. A feminista recebe o nome de Vadiane, pois, segundo o discurso da imagem, ela não só possui uma agenda contrária a família tradicional, por ser a favor do aborto, mas também é julgada pelo seu caráter moral, pois como a imagem anuncia seu filho “não terá uma figura paterna”, ou seja, Vadiane será mãe solteira.

²⁴ Vadiane se refere ao termo vadia, que possui significado popular de mulher que leva modos de vida considerados imorais, embora não viva da prostituição.

A partir do enunciado da imagem, podemos deduzir pelo menos dois argumentos centrais que justificariam a prática do aborto: 1) “Vadiane” teve um grande número de parceiros sexuais e não sabe quem seria o pai; 2) “Vadiane” pode até saber quem é o pai, porém, não possui um relacionamento estável com o mesmo. Nesta perspectiva, os argumentos utilizados por “Vadiane” (lê-se o movimento feminista) para realizar um aborto, seriam totalmente infundados, já que a luta pela interrupção de uma gravidez é resumida aqui a falta de uma “figura paterna”.

Para além, de (re)afirmar o padrão tradicionalmente aceito de família – pai, mãe e filhos – o enunciado da imagem remete a uma memória de que a “mulher de respeito” deveria ser pura, casta e casar-se virgem. Neste sentido, a responsabilidade sobre a gravidez cairia exclusivamente sobre “Vadiane”, que se não quisesse ter filhos deveria ter utilizado de métodos contraceptivos, ao invés de exigir interromper a gravidez. Sendo assim, o discurso da imagem 9, acaba deslocando toda a discussão promovida pelo movimento feminista pelo direito da mulher de interromper uma gravidez, a uma simples conveniência.

Quando nos atentamos para os comentários da imagem, observamos que as seguidoras da página acabam concordando com o discurso da imagem. A seguidora Jessica comenta:

A verdade é que ninguém quer responsabilidade. Ninguém quer arcar com as consequências dos seus atos. O ditado tá ficando contraditório. Em vez de “É melhor prevenir do que remediar”. Estamos vendo “mete o loko que não dá nada”. Isso não é contra a mulher é contra a maturidade e firmeza de caráter.

O comentário de Jessica remete a perspectiva discutida acima, de que existem inúmeros métodos contraceptivos e faria mais sentido a mulher se prevenir ao invés de lutar pela legalização do aborto. Porém, podemos entender que o comentário da seguidora também diz respeito a responsabilidade masculina, quando esta se refere a responsabilidade da gravidez sem definir um gênero “ninguém quer responsabilidade. Ninguém quer arcar com as consequências dos seus atos”. No entanto, nesta mesma postagem outras seguidoras remetem a responsabilidade da gravidez exclusivamente à mulher: “Ai ai! Não quer engravidar, previna-se!”. Bem como também, a responsabilidade pelo abandono paterno: “Só procura vagabundo...”. A mulher passa a ser vista, tanto pelo discurso da imagem quanto das seguidoras, como a geradora de seus

problemas: a gravidez indesejada e o abandono paterno que poderiam ser impedidos se mulher possuísse caráter íntegro e se comportasse com o devido decoro.

A imagem 10 retrata uma despedida de solteira. Se na imagem discutida anteriormente a mulher passa a ser caracterizada como vadia por não possuir um parceiro fixo ou estável, observamos aqui, que mesmo quando a mulher possui este parceiro “fixo e estável”, o que indica a imagem de mulher como noiva, ela não deixa de ser alvo de críticas por não se comportar com devida “castidade” e “decoro”.



Imagem 10: A noiva feminista. Cf: <https://www.facebook.com/MulheresContraoFeminismo/photos/a.312878995472143/1509221015837929/?type=3&theater>. Acesso em: 22/01/2019

No centro da imagem 10, cercada pelas amigas, está a noiva no que parece se tratar de sua despedida de solteira. De véu e grinalda, com buque de rosas nas mãos, a noiva em questão ostenta sua camiseta com a frase: “Quem comeu comeu, quem não comeu não come mais”. Na legenda da imagem, a página Mulheres contra o feminismo, define que estas mulheres seriam “mulheres afetadas pelo feminismo”. Vale ressaltar que a fotografia foi inserida no álbum da página em estudo, com título “Mulheres contra o feminismo: feminismo é coisa de vagabunda”, como indicado na imagem. No entanto,

não há na fotografia nenhum indício que corrobore com a afirmação da página que estas mulheres seriam de fato feministas. Este tipo de afirmação sobre o suposto comportamento das feministas ocorre com frequência nas páginas pesquisadas. Observando outras publicações das três páginas em estudo percebemos que existe uma construção, por parte destas, de que todas as mulheres que demonstram interesse por sexo casual, que se vestem de forma mais “extravagante”, que falam alto ou dizem palavrões, são automaticamente consideradas feministas. Esta lógica, articula-se para instaurar um esteriótipo do comportamento feminino na sociedade.

Bourdieu (2003) ao reconhecer que o ‘ser mulher’ dentro da ideia de feminilidade é uma construção social, ponderou que atuar no papel de mulher na nossa sociedade seria saber “fazer-se pequena”. O autor afirma em seu livro, “A dominação masculina”, que os gestos, o corpo, e as atitudes da mulher são moldados pela sociedade de modo a parecerem menores (inferiores) às dos homens:

A postura submissa que se impõe às mulheres [...] revela-se em alguns imperativos: sorrir, baixar os olhos, aceitar as interrupções etc. [...] as pernas que não devem ser afastadas etc. e tantas outras posturas que estão carregadas de uma significação moral (sentar de pernas abertas é vulgar, ter barriga é prova de falta de vontade etc.). Como se a feminilidade se medisse pela arte de “se fazer pequena” [...], mantendo as mulheres encerradas em uma espécie de cerco invisível, limitando o território deixado aos movimentos e aos deslocamentos de seu corpo, sobretudo em lugares públicos. (BOURDIEU, 2003, p. 39)

Neste sentido, as características denominadas como as de uma feminista pelas páginas, como o falar alto, gesticular demais, ser extravagante, proferir um palavreado considerado masculino, estariam excedendo esse “fazer-se pequena”. E, se a feminilidade está medida por este fazer-se pequena, a feminista estaria assim, revogando à feminilidade. Isso ocorre porque as páginas em estudo partem do pressuposto de que os comportamentos sociais de homens e mulheres são pré definidos pelo sexo biológico, ou como diz Scott (1995), pelas diferenças percebidas entre os sexos, e não como uma construção cultural que impõe práticas entendidas como femininas e masculinas, que se constituiriam por meio da repetição de códigos, regras e normas, de posturas e comportamentos que são teatralizados através de expressões, de gestos, falas e movimentos criando uma performace dos gêneros masculino e feminino (BUTLER, 2016).

A imagem 10 sugere também que este não seria o comportamento adequado para uma noiva e a legenda, ainda induz a ideia de que as supostas feministas são hipócritas, pois elas se comportam de forma divergente daquela como esperam ser tratadas, ou seja, com “amor, romance”. Podemos deduzir que o comportamento considerado vulgar, e consequentemente anormal, da noiva da fotografia justificaria uma postura de violência, maltratos ou desrespeito por parte de seu futuro esposo. Tal questão se soma a outro discurso disseminado com muita frequência pelas páginas analisadas, de que “se a mulher quer respeito ela tem que se dar ao respeito”.

No entanto, apesar dos enunciados da página serem claros ao postar tal imagem, quanto ao que consideram posicionamentos corretos das mulheres, nem todas as seguidoras compartilham estes e seus comentários são críticos, saindo em grande maioria na defesa da noiva considerada vulgar pela publicação. Sobre isso a seguidora Amanda discorre:

Vulgaridade, sério?? Tá exagerando!! Vcs que estão sentindo ofensa na piada q ela mesmo faz de si própria. Afinal, quem comeu não come mais, é a mais pura verdade. vcs tão levando a sério de mais uma brincadeira de despedida de solteira. E afinal, o que essa moça tem a ver com feminismo, ela é feminista? Se ela tivesse dito que "quem não comeu pode ficar tranquilo que não é o casamento que vai impedir", aí era de cair o cú da bunda. Tô achando que cês tão caçando chifre na cabeça de cavalo. Sem demagogia, No mais é isso.

O posicionamento da seguidora, em defesa da noiva, se justifica pelo fato da seguidora se identificar com o seu comportamento. Como ela indica ao fazer outro comentário:

Vcs tem que separar o que é feminismo (essas mulheres peludas sem noção) e o que é uma pessoa de vida normal, que ouve rock, bebe cerveja no churrasco e já teve outros namorados antes de achar o cara ideal. Ou vc acha que toda antifeminista é cristã, bem casada e com a casa cheia de filhos ? Né não, jovem.

Segundo a seguidora possuir os mesmos comportamentos, identificados na imagem 10 de forma negativa, não a torna uma pessoa feminista. Para a seguidora esses comportamentos seriam os de “uma pessoa de vida normal”, o que leva a seguidora a questionar: “afinal, o que essa moça tem a ver com feminismo [...]”. Também é interessante observar como a seguidora identifica uma mulher feminista, justamente como a mulher que não se depila, ou seja, referenda o esteriótipo de que toda feminista

seria peluda como foi apresentado anteriormente. Observamos assim, que embora as publicações tenham intencões de enunciados para representar a feminista, os estereótipos construídos sobre ela nas publicações estão sempre se cruzando. Neste caso, notamos que apesar da intenção da imagem 10, em específico, ser caracterizar a feminista como vadia, nos comentários aparecem outras características construídas como sendo as de uma mulher feminista, neste caso a ser “peluda”.

Ademais, o que nos chamou atenção no comentário da seguidora, é que esta questiona o perfil construído sobre uma mulher antifeminista. Esta discussão está entrelaçada ao que ressaltamos anteriormente, ou seja, ao negativar a imagem da mulher feminista a partir do corpo e do comportamento, as páginas não estão somente construindo um perfil do que é ser feminista e marcando feminilidades. A partir da diferença estão construindo, também, um perfil do que é ser uma mulher antifeminista. Desta forma, se a feminista for a mulher “que ouve rock, bebe cerveja no churrasco e já teve outros namorados antes de achar o cara ideal” automaticamente a antifeminista seria o seu oposto: a “cristã, bem casada e com a casa cheia de filhos”. Sendo assim, a seguidora que não se encaixar neste “ideal” de mulher antifeminista estaria sendo excluída do movimento? Aparentemente não. O comentário de Amanda afirma justamente o contrário, o fato de não se encaixar em determinadas características consideradas as de uma antifeminista, faz com a seguidora passe a questionar tais características, sem deixar de se considerar como tal.

O que podemos apreender desta análise é que as seguidoras estão sempre movendo seus discursos, de acordo com as identificações e rejeições às representações do que é ser mulher feminista ou antifeminista. Passam assim, a questionar padrões construídos como os de mulher feminista, quando elas se percebem compartilhando tais padrões, como o ser gorda, o beber, o gostar de sexo, o não ter filhos. Por outro lado, vimos que a negatização de características tidas como as de uma feminista se insere em um universo de possibilidades, sendo assim, as seguidoras sempre encontram uma característica, um comportamento que rejeitam na “feminista” construída pelas páginas, sendo essa rejeição o que as une ao movimento antifeminista. No caso de Amanda, é o da feminista “peluda”.

Notamos também que o enunciado da constituição verbo-imagética da imagem 10, remete a uma crítica à liberdade sexual das mulheres de uma maneira geral. As legendas postas à imagem defendem feminilidades pautadas em um determinado padrão de comportamento: o ser pura, contida, casta e virgem. Desta forma, as mulheres que

desviam destas “performances” (BUTLER, 2016) são consideradas o seu oposto, como sugere a imagem 11:



Imagem 11: Desvalorização da mulher. Cf: <https://www.facebook.com/antifeminismo01/photos/a.558836090807608/1795534050471133/?type=3&theater>. Acesso em: 07/12/2018.

A legenda da imagem 11 anuncia o seguinte: “segundo as feministas é o machismo que desvaloriza as mulheres”. Desconsiderando todas as discussões feministas e acadêmicas a respeito da definição do termo machismo, o enunciado da imagem alega que a desvalorização e objetivação da mulher e seu corpo, ocorrem por conta do seu comportamento “desviante” e não por opressão masculina. O enunciado da imagem se alicerça na vestimenta e nas frases que as mulheres da imagem exibem: a mulher do primeiro quadro segura a placa com a frase “Me atirei no pau do gato”; a mulher do segundo quadro, “A única diferença entre eu e o mosquito é que ele para de chupar quando leva tapa”; a mulher com véu de noiva no terceiro quadro, traz um cartaz com a frase:

“Não lavo nem passo só cuzinho”; e a mulher do último quadro, “Não sou pavê”. Todas as frases fazem referências a atos sexuais, sendo exibidos e estimulados por mulheres publicamente. A imagem resgata novamente a construção discursiva do gênero feminino por meio da veiculação de *performances* sociais em que as mulheres devem ser contidas, castas, puras e virgens. As mulheres (lê-se “feministas”) da imagem excedem tais aspectos, desviando-se da normatização.

Sem considerar aspectos históricos sociais e culturais a respeito da objetivação do corpo feminino, além de sugerir que as mulheres sejam culpadas pela sua desvalorização, as publicações das páginas estudadas exercem um papel de disciplinarização das mulheres. Os poderes disciplinares funcionam a partir de uma apropriação do corpo, controle do espaço e decomposição do tempo de maneira contínua, em que os principais alvos são sujeitos que desviam das normas contruídas historicamente (FOUCAULT, 1999). Desta forma, ao expressarem seu desejo sexual no espaço público, historicamente constituído como masculino, as mulheres da imagem desviam da norma, e as páginas exercem o papel de controle, dando visibilidade e condenando os comportamentos considerados desviantes.

A imagem 11 gerou grande repercussão dentro da página com mais de dois mil comentários entre homens e mulheres. A partir da leitura dos comentários femininos foi possível aprender dois eixos discursivos: 1) mulheres que saíram na defesa da liberdade do desejo sexual feminino; e 2) mulheres que defendem que a objetivação do corpo feminino é responsabilidade do comportamento e da moral das mulheres. Considerando o grande número de comentários femininos, tentamos selecionar para análise, alguns que mostram os dois eixos de interpretações gerados a partir da imagem.

Começamos a análise pelo eixo discursivo 2, ou seja, o de mulheres que saíram na defesa do enunciado pretendido pela publicação: de que as mulheres seriam culpadas pela desvalorização de suas imagens e objetivação de seus corpos ao se portarem de forma “desviante”. Sobre isso a seguidora Gisele expõe:

Vi muitas meninas falando se defendendo... Na minha opinião isso aí tá certo... Acho que se quer respeito dos homens, tem que se dar o próprio respeito. Não tem como as meninas q não se valorizam igual às dessas fotos quererem ser valorizadas pelos homens né... malz meninas. mas cara se vocês não se valorizarem vão ser objetos nas mãos dos meninos. Se valorizem, pq se vocês não fizerem isso quem vai? e comecem a se dar o próprio respeito.

A perspectiva da seguidora, e de tantas outras, expõe a existência de uma memória, de um conjunto de já-ditos, de enunciados que são e foram repetidos ao longo do tempo, atravessados por relações sociais e de poder que caracterizaram a mulher de respeito como a recatada, que não se expõe, não se mostra. A mulher que o faz, se torna vulgar associando-se a imagem de “vadia”. Por esse motivo, não pode exigir o mesmo tratamento que uma mulher que segue o padrão de comportamento considerado “ideal” de feminilidade. A responsabilidade por sofrer assédio ou violência sexual se torna culpa da mulher que se expõe. O respeito é medido pela moral.

Seguindo este mesmo raciocínio discursivo, algumas seguidoras que defendem o comportamento e a postura das mulheres da imagem, esboçaram os seguintes comentários: “Gosta de sexo é uma coisa, se expor é outra... Tem mulher que envergonham a defesa dos próprios direitos!”; “As mulheres de hoje em dia perderam seus valores morais!!! Infelizmente”; “Sendo carnaval ou não, a autodesvalorização é a mesma.”; “Feminismo é sinônimo de fracasso!”; “É por conta de umas putas dessas que as vezes acaba com mts de nossos direitos”; “Liberdade não é libertinagem. Vamo nos valorizar, molieres”.

Apesar de aparecer no discurso dessas mulheres que é natural que elas tenham desejo sexual, as seguidoras afirmam que não existe a necessidade de expor tal desejo. A exposição do corpo e da sexualidade pelas mulheres são consideradas vergonha e desvalorização de si próprias. Estes discursos também remetem à memória discursiva sobre a virilidade masculina, no qual “os homens devem aprender a ser dominadores e ativos e as mulheres a serem submissas; se as mulheres devem ser castas, os homens devem conhecer os limites nos quais eles podem atentar contra esta castidade” (AMUSSEN, 1985, p.271). Desta forma, segundo o discurso das seguidoras, quando a mulher se expõe da forma como as mulheres da imagem o fizeram, passam a justificar ações de desrespeito e assédio masculino, colocando em xeque direitos pela liberdade já conquistados.

Podemos perceber que estas mulheres não abrem mão dos direitos de liberdade conquistados, porém, colocam limites morais sobre eles. O discurso a favor da liberdade de exposição do corpo e da sexualidade feminina se finda pela defesa de uma certa moralidade. Afinal “Liberdade não é libertinagem”. Ademais, a respeito do 1º eixo discursivo, que apreendemos da leitura dos comentários, encontramos posicionamentos como o da seguidora Ana:

Ue, se as mina querem “dá”, deixem elas!!!!!! Normal... O problema é elas serem forçadas a dar pra quem não querem e quando não querem! Cada uma... E digo mais!!! Desde quando gostar de sexo significa não prestar, não ser pra casar ou não ser fiel??? Manas, que falta de percepção da vida.

A seguidora questiona a percepção de que se a mulher gosta de sexo e expõe esse desejo, isto definiria seu caráter. Para elas, o fato de uma mulher demonstrar desejo sexual não a torna uma “vadia” ou “puta” como aparece nos comentários de algumas seguidoras. Ana ainda questiona a posição de justificar assédios e desrespeito masculinos por conta do comportamento de mulheres. Este discurso aparece em outros comentários como a da seguidora Julia:

Aí mds, agora mulher não pode ser safada? Kkkkk Só pq mulher é safada não significa que não merece respeito! A diferença entre o assédio e a paquera é o não. Apenas respeite! nenhum buceta vai sair por aí te mordendo por ser safada.

Os anos 1960 e 1970 marcaram a consolidação do feminismo como movimento político e a produção teórica sobre a opressão feminina em diálogo com a militância política (HEILBORN e SORJ, 1999). “Nosso corpo nos pertence” e “o pessoal é político” (BANDEIRA e MELO, 2010, p.25) foram bandeiras desta fase. Ao utilizar essa bandeira de luta, o movimento feminista chama a atenção das mulheres sobre o caráter político da sua opressão, vivenciada de forma isolada e individualizada no mundo do privado e identificada como meramente pessoal.

O feminismo trouxe então, para o espaço da discussão política, as questões até então vistas e tratadas como específicas do privado, quebrando a dicotomia público-privado, base de todo o pensamento liberal sobre as especificidades da política e do poder político. (COSTA, 2005, p.10). Segundo as feministas à época, as opressões sofridas pelas mulheres no âmbito do lar, as violências domésticas, têm raízes sociais e requerem, portanto, soluções coletivas. Com isso, o conceito de político é ressignificado e a própria forma de entender a política, na medida em que estende sua ação para o doméstico. As feministas deram visibilidade a injustiças localizadas em outros lugares: como na família. Para Fraser:

Feministas da segunda onda ampliaram o campo de ação da justiça para incluir assuntos anteriormente privados como sexualidade, serviço doméstico, reprodução e violência contra mulheres. Fazendo assim,

elas ampliaram efetivamente o conceito de injustiça para abranger não apenas as desigualdades econômicas, mas também as hierarquias de status e assimetrias do poder político (FRASER, p. 19, 2009).

Outro ponto fundamental para a discussão dos feminismos da década de 1970 é a bandeira de luta, “direito ao corpo”. No Brasil, na década de 1970 revistas feministas, coletivos feministas passaram a discutir a sexualidade das mulheres, opção sexual e assuntos discutidos nesses grupos, pode hoje causar espanto: como uma mulher adulta ainda não sabia o que era orgasmo? Segundo Joana Maria Pedro:

A facilidade de obter informações que se tem atualmente sobre o corpo e o prazer sexual não existia em meados dos anos 1960 e início dos anos 1970. E mais; durante muito tempo, acreditou-se que a “mulher distinta”, “respeitável”, não sentia desejo, nem prazer, pois todo seu ser deveria destinar-se à maternidade (PEDRO, 2012, p.242).

O prazer, o autoconhecimento do corpo eram negados as mulheres. Nesse contexto, folhetins e revistas de caráter feminista difundiram discussões as quais as mulheres eram privadas, no que diz respeito de seus corpos e também a partir da troca de experiência e vivência das mulheres em reflexões coletivas.

Influenciados pelos movimentos feministas, os hippies e toda uma contracultura da década de 1970, os anúncios e propagandas das revistas destinadas ao público feminino, também passaram a questionar os padrões impostos pela sociedade, criaram hábitos e, portanto, novos públicos. Este novo contexto colocou em conflito as representações da imprensa voltada para as mulheres, no qual de um lado a imprensa aparece enfatizando as tarefas do lar e prescrições para os cuidados com a beleza, e de outro um novo discurso que se articula: o de emancipação feminina. (OLIVEIRA, 2001)

Para este “novo” público feminino sobre o qual passou a ser projetada e a ser apresentada a imagem da mulher emancipada, foi criada a revista Nova, que entrou no mercado no ano de 1973, disposta a oferecer e a ser: “uma companheira útil e atualizada para permitir-lhe o ingresso no fechadíssimo clube das cabeças que pensam, julgam e decidem. (Editorial de lançamento de Nova, *apud* OLIVEIRA, 2001, p. 73)

Esses periódicos da década de 1970 (folhetins e revistas de caráter feminista e “femininos”) foram singulares para gerar um empoderamento nas mulheres, divulgar ideias e dar visibilidade a temas não tratados nas revistas à época.

Os movimentos feministas da década de 1970, e seu slogan “Nosso corpo nos pertence!”, podem ser relacionados com as Marchas das Vadias²⁵ que retomam questões como o direito ao prazer das mulheres, a opção sexual, a liberdade, levantando bandeiras como: “Meu corpo, minhas regras”, deixa-se explícito, que a liberdade de escolha feminina sobre seu corpo é fundamental dentro deste diálogo. (GALETTI, 2014)

Essa bandeira de luta sobre a questão da mulher e a autonomia do seu corpo, sempre esteve presente nas discussões dos movimentos feministas. “Nosso corpo nos pertence!”, impõem a divisão entre o biológico e o cultural, buscando romper com a ideia de que a mulher é o “sexo frágil”. Podemos interpretar essa bandeira de duas formas: seja pela mercantilização do corpo feminino; seja pelas mulheres serem objetos de violência. Mercantilização porque a mulher na ordem patriarcal é vista como inferior e muitas vezes como objeto, mercadoria – essa visão está solidificada no discurso biológico; objeto de violência pelo fato de nunca terem autonomia pelos seus corpos, direito a escolha de reprodução, de interromper uma gravidez indesejável e para além de violências físicas (como o estupro), violências simbólicas estão no cotidiano de muitas mulheres. Percebe-se que a liberação do corpo feminino está no centro da pauta dessas militantes. (GALETTI, 2014)

O propósito de expor as bandeiras dos movimentos feministas da década de 1970 e da Marcha das Vadias, é de mostrar que as bandeiras de luta sobre a liberdade sexual feminina e as pautas contra violência sexual também se fazem presentes no discurso de algumas mulheres antifeministas. Pode-se verificar essas pautas quando as seguidoras Ana e Julia. Afirmam que: “o problema é elas serem forçadas a dar pra quem não querem e quando não querem [...] Desde quando gostar de sexo significa não prestar, não ser pra casar ou não ser fiel????”; “Aí mds, agora mulher não pode ser safada? Kkkkk Só pq mulher é safada não significa que não merece respeito! A diferença entre o assédio e a paquera é o não. Apenas respeite!”.

Além das seguidoras questionarem a culpabilização da vítima, ao saírem em defesa do desejo sexual da mulher, elas passam a questionar também os padrões de

²⁵ Surgida em 2011 na cidade de Toronto, Canadá as Slut Walk (vagabundas, putas, vadias) ganhou o já atingiram muitos países. Esse movimento começou como reação à declaração de um policial, em um fórum universitário sobre segurança no campus, de que as mulheres poderiam evitar ser estupradas se não se vestissem como “sluts”. Adotaram o conceito de “vadia” para se opor ao estereótipo de culpa que recai sobre mulheres agredidas em função da exposição de seus corpos ou de suas sexualidades, defendendo o direito de autonomia pelos seus corpos. No Brasil, A Slut Walk ganhou o nome de Marcha das Vadias e já acontece em cerca de trinta cidades diferentes. (GALETTI, 2014)

comportamentos contruídos como o de/para mulheres. Estariam as antifeministas atravessadas pelo discurso feminista? ou seriam apenas algumas compatibilidades com bandeiras de algumas vertentes do movimento feminista?

Apesar de existir a defesa pela “moral e o bons costumes” por parte das seguidoras, esta perspectiva não é um consenso entre as mesmas. A partir da análise das narrativas das seguidoras, podemos inferir que existem (assim como existem entre as feministas) inúmeras contradições entre as mulheres que se consideram antifeministas. Estas, contradições aparecem sob o julgamento moral que cada seguidora faz sobre os discursos disseminados pelas páginas. Vale ressaltar ainda, que muitos dos enunciados promovidos pelas antifeministas, parecem estar atravessados por conquistas e discursos considerados feministas.

1.4. De vítima a opressora

Para sustentar o discurso de que não existem fatores de ordem histórico-social e cultural que justifiquem a aparição dos feminismos, as três páginas em estudo constroem também o estereótipo da feminista como: 1) Vítima, uma vez que as feministas definiriam suas bandeiras de luta por conveniência; 2) Opressora, pois querem impor padrões de comportamento, beleza, etc.

Sobre o primeiro ponto a imagem abaixo faz uma comparação entre as ondas do feminismo:



Imagem 12: A vitimista. Cf: <https://www.facebook.com/451215471712605/photos/a.455818557918963/503330469834438/?type=3&theater>. Acesso em: 06/05/2019

Na imagem 12 e em outras publicações das páginas, o feminismo denominado de primeira onda é considerado o verdadeiro feminismo. Pois, segundo as páginas, este feminismo possuía verdadeiros motivos para existência, como, o direito ao voto e busca por independência financeira das mulheres. O feminismo de primeira onda, é definido pelas páginas como um feminismo que lutava por direitos iguais entre homens e mulheres, de forma que estes possuíssem responsabilidades e deveres iguais.

O chamado feminismo de primeira onda, teve início na virada do século XVIII para o século XIX, surgiu como movimento intelectual e político “e pode ser considerado um filho indesejado da Revolução Francesa” (MIGUEL, 2014b, p. 20). É nesse contexto que as mulheres passaram a se organizar em movimentos contra as injustiças baseadas diferenças anatômicas sexuais, para lutar por direitos, entre eles, o direito ao voto.

O movimento feminista de primeira onda é marcado por três correntes. A corrente feminista liberal representada pelas mulheres burguesas que reivindicavam direitos políticos iguais, educação e mudanças na legislação sobre o casamento (CISNE 2015). Conforme Cisne (2015, p.106) “o feminismo liberal [...] busca reduzir as desigualdades entre homens e mulheres por meio das políticas de ação positiva, podemos falar de um feminismo reformista”. Porém, devido ao processo de industrialização, desenvolvem-se as classes e as mulheres passaram a serem incluídas nos trabalhos operários, sendo superexploradas e postas a situações abusivas e precárias, passando a trabalhar o dobro do que os homens e a receber um comparativo de 1/3 do salário masculino (ALVES, 1981). Então, as mulheres operárias passam a organizar reivindicações que alcançaram mulheres de outras classes trabalhadoras que passaram a vivenciar as lutas operárias e a se aproximar dos estudos marxistas, o que se torna outra corrente do movimento feminista, “[...] as mulheres trabalhadoras romperam o silêncio e projetaram suas reivindicações na esfera pública.” (ALVES, 1981, p.40). As mulheres se uniam aos homens em greves, mas o resultado das lutas operárias ainda as excluía. Isso, levou-as a desenvolverem a corrente feminista marxista.

Nesse processo, o movimento feminista ganha força e visibilidade com as Sufragistas; esse movimento surge na Inglaterra no século XIX e sua principal reivindicação era o direito ao voto. As sufragistas, conforme Alves (1981), uniam mulheres de todas as classes em busca do sufrágio feminino.

A popularidade alcançada por meio das reivindicações pelo sufrágio feminino, muitas vezes, leva ao entendimento errôneo de que as lutas das feministas desse período se limitavam à questão do voto. Desde o século XIX questionava-se, por exemplo, a ideia recorrente no pensamento político da época de que as mulheres eram “naturalmente” destinadas ao enclausuramento na esfera doméstica. Então, nesse primeiro momento, o programa feminista apresentava alguns eixos centrais: a educação das mulheres, o direito ao voto, a igualdade do casamento, o direito de dispor de propriedades etc. (MIGUEL, 2014).

A segunda onda do movimento feminista, iniciou-se no período de pós segunda guerra mundial e carregava o lema “o político é pessoal”, como discutimos anteriormente. Esse lema se referia aos acontecimentos dentro do âmbito familiar que recebia uma intervenção da esfera pública e as mulheres que estavam envolvidas no movimento feminista buscavam por mudanças, abordavam em suas pautas a questão da violência

social e doméstica que as mulheres sofriam, afirmando que essa questão deveria ser tratada pela esfera pública em busca de soluções. Portanto, a segunda onda inicia-se trazendo reflexões relacionadas às condições das mulheres em âmbito doméstico e social e, além disso, passam a levantar questionamentos relacionados aos papéis de gênero.

Problematizações nesse sentido trouxeram nova roupagem ao feminismo que, a partir da década de 1940, e por influência da publicação de livros como *O segundo sexo*²⁶, de Simone de Beauvoir, que representou um importante esforço de compreensão da construção social do “feminino” como um conjunto de determinações e expectativas voltadas para cercar as possibilidades de autonomia das mulheres e *A mística feminina*²⁷, de Betty Friedan, no qual a autora apresentou uma análise sobre a infantilização na qual eram submetidas as mulheres para que se adequassem à submissão aos seus maridos (PINTO, 2012; MIGUEL, 2014), passou a tratar diretamente das relações de poder entre homens e mulheres (PINTO, 2012). O movimento passa a adquirir novas características e as reivindicações que antes eram voltadas apenas para a desigualdade de direitos políticos, trabalhistas e civis, passam também a questionar e a estudar o que causa essas desigualdades. (PINTO, 2012)

O movimento feminista, na segunda onda, passa a abordar pautas relacionadas à opressão da mulher, a sexualidade, a construção cultural de gênero e dominação. O discurso agora estava focado nas relações de poder entre homens e mulheres, debatendo sobre questões de discriminação, desigualdades culturais e estruturas sexistas. (MIGUEL, 2014)

Também é nesse período que o movimento feminista traz discussões em torno da defesa de liberdade sexual da mulher; o aborto também passa a ser uma pauta do movimento nesse período, assim como a pauta da discussão sobre o direito de ser mãe a partir da vontade da mulher, a qual pudesse ter a liberdade de decidir se quer ou não ter filhos, bem como o momento de ter filhos seja escolha da mulher (MIGUEL, 2014).

A partir da década de 1990, o movimento feminista vivenciou a chamada terceira onda; os estudos e as pesquisas feministas vão enriquecendo e o movimento começa a passar por grandes transformações. Feministas passaram a questionar o próprio movimento, percebia-se que os estudos feministas abordavam experiências que

²⁶ *Le Deuxième Sexe*, em francês, publicado originalmente em 1949.

²⁷ *The feminine mystique*, em inglês, publicado originalmente em 1963.

representavam apenas as mulheres da classe média e brancas. Esse questionamento marcou a terceira onda, pois é, nesse momento, que, mulheres ligadas ao feminismo, fizeram críticas aos estudos que caracterizaram a segunda onda. (MIGUEL, 2014)

O que era feminismo se torna feminismos; a pluralidade imbricada nas várias subjetividades da categoria “mulher” faz-se, finalmente, presente na epistemologia e militância mundial. A interseccionalidade passa a ser um termo que indica uma nova forma, uma nova vertente feminista, e traz consigo os espaços-entre, ou interseções de lutas, lugar dialógico do feminismo com outras causas, como racismo e pobreza. Raça, classe e sexualidade são os temas que se transversalizam constantemente neste período. É neste momento que se faz ouvir outras vozes além da clássica discussão sobre sexo/gênero (HARAWAY, 2004); o feminismo, então, volta-se para um espelho onde pode enxergar as subjetividades de suas militantes e começa a discutir para além da categoria mulher.

Consequentemente, o movimento passa a ganhar novas correntes que passam a considerar a raça, a classe e a região. Reconheciam que existia uma pluralidade feminina. O surgimento de novas correntes ou vertentes do movimento feminista surgem a partir de demandas e da necessidade de discussão da realidade das mulheres de classe mais baixa e diferenças raciais. A terceira onda do movimento feminista é marcada pelo reconhecimento de uma pluralidade feminina, hoje, podemos contar com diversas vertentes, incluindo as iniciativas que foram desenvolvidas no período da primeira e segunda onda.

Nesse contexto, o “feminismo das diferenças” da terceira onda, ressaltou os traços culturais dos estereótipos feminino e masculino como algo socialmente construído, porém, no discurso das páginas analisadas as diferenças entre homens e mulheres são entendidas como biológicas. Ao questionar as diferenças dos papéis sociais e consequentemente as desigualdades provocadas por essas diferenças, os feminismos de segunda e terceira onda, passam a ser acusados pelas páginas pesquisadas, como uma tentativa de subverter as responsabilidades, deveres e principalmente os papéis sociais (que são entendidos como naturais) entre homens e mulheres. As bandeiras levantadas por esses feminismos, como por exemplo o direito pelo aborto, passam a ser considerados pelas páginas antifeministas, luta por privilégios e não mais luta por igualdades.

As lutas consideradas “legítimas” no discurso dessas páginas e de algumas de suas seguidoras, foram as lutas travadas pelo movimento feminista de primeira onda, como a

luta pelo direito ao voto e emancipação financeira da mulher por exemplo. Essas bandeiras, segundo as páginas, são as bandeiras que buscavam realmente direitos e responsabilidades iguais para homens e mulheres, direitos esses, que na concepção das páginas já foram alcançados o que não justificaria a existência dos feminismos atualmente. Isso ocorre pois, segundo as páginas as bandeiras e lutas travadas pelos feminismos que sucederam o feminismo de primeira onda, acabaram “vitimizand” as mulheres e tornando-as (como a imagem 11 anuncia) “frágeis, indefesas e inimputáveis”. Assim, segundo as páginas antifeministas, os feminismos após a primeira onda passaram a definir as mulheres enquanto vítimas dos homens, ao ponto de generaliza-los como violentos, perigosos, opressores e estupradores.

Ou seja, as mulheres do feminismo de primeira onda “são fortes, capazes, responsáveis”. E as mulheres do atual feminismo são as hipócritas que buscam privilégios em relação aos homens. Sobre isso a seguidora Graziela expõe:

Olha eu me considero feminista primeira onda, mas tem umas vagabundas (desculpem a colocação) feminazis do caralho que não sabem a real idéia do feminismo e por isso saem por aí distorcendo as suas paranóias ditas “feministas” por elas. VÃO PROCURAR UMA LOUÇA PARA LAVAR e deixem dessa putaria escrota de vcs, desse jeito vcs nunca vão ser dignas de respeito! UMA VERDADEIRA FEMINISTA LUTA PELA IGUALDADE e nn dissemina essa BOSTA Q VCS CHAMAM HJ DE FEMINISMO Suas feminazis do caralho!

A seguidora argumenta sobre os atuais ideais feministas, sob a ótica do discurso construído pelas páginas a respeito do movimento. Como visto, para a seguidora o feminismo é um movimento que não possui mais argumentos relevantes. O atual movimento é percebido por Graziela como uma distorção das “paranoias ditas feministas” que não conhecem mais o significado do que seria o verdadeiro feminismo, ou seja, a “LUTA PELA IGUALDADE” e não por se tornarem superiores aos homens.

Ademais, os esteriotipos pelos quais a feminista está sendo emoldurada pelas páginas, estão sempre se cruzando e se entrelaçando nas publicações e comentários de suas seguidoras. Quando a seguidora anuncia, “deixem dessa putaria escrota de vcs, desse jeito vcs nunca vão ser dignas de respeito!”, notamos a presença de outros discursos a respeito da construção da feminista realizada pelas páginas: A vadia.

Além da feminista vadia, aparece no discurso da seguidora a feminista enquanto opressora. Podemos apreender esta noção quando a seguidora se refere as feministas enquanto “feminazi”, expressão essa, utilizada pelas páginas para relacionar o movimento feminista ao nazismo.

Vejamos agora a construção da feminista enquanto opressora:



Imagem 13: As feministas querem reduzir a mulher a um macho-acabado. Cf: <https://www.facebook.com/antifeminismo01/photos/a.558836090807608/1815272318497306/?type=3&theater>. Acesso em: 31/10/2018.

No primeiro plano da imagem temos uma mulher de corpo esbelto, de cabelo bem arrumado, salto alto, maquiada, bem vestida e vestida com uma peça de roupa considerada historicamente feminina: o vestido. Vestido esse que não é de qualquer cor, é da cor vermelha a cor da paixão, da sedução. Se considerarmos os padrões de beleza culturalmente formados, podemos dizer que se trata da representação de uma “bela mulher”. E aos pés dessa “bela Mulher” encontra-se um “belo homem” que beija sua mão num ato de cavalheirismo e como consequência disso a “bela mulher” se sente lisonjeada.

Em segundo plano está ela: a feminista. Seminua, com a frase “fuck god” (foda-se Deus) estampada nos seios, olhos vermelhos e descontrolados provavelmente em alusão ao efeito do uso da maconha representado pelo cigarro em uma de suas mãos. O

enunciado é de que a feminista é imoral, pois profana o nome de Deus e se droga. Descabelada, nariz e pés grandes se comparada aos traços fisionômicos da “bela mulher” de vestido vermelho, pelos aparente em suas axilas como sinônimo de masculinidade e falta de higiene, e como se ainda não bastasse, grita as palavras “Fascista, reaçã, opressor, machista, racista, nazista e homofóbico”, sem nenhuma razão aparente, para o inocente casal. Seria mesmo sem nenhuma razão? Ou seria recalque por não ter um homem aos seus pés lhe beijando a mão? Isso a torna histérica e descontrolada, pois xinga sem motivos. O fato de não depilar as axilas, portar-se agressivamente, não se vestir adequadamente a torna masculinizada, feia, como indica a frase: “As feministas querem reduzir a mulher a um macho mal-acabado.”

Já discutimos que, a história do embelezamento feminino possui estreita vinculação com aspectos voltados à higiene. Como afirma Miguel (2012, p. 223) “beleza e higiene apresentam uma intrínseca relação”. Sant’Anna, ao falar da valorização da higiene feminina, acontecida entre os anos 1950 e 1960, afirma que ela está a serviço da manutenção dos laços conjugais.

Trata-se de “agarrar seu homem”, (...) de não deixa-lo escapar, mesmo após estar casada, confirmando a relevância que o amor conjugal alcança nesta época. A higiene do corpo serve, assim, para manter acesa a chama do amor conjugal. Por isso ela é tratada como sinônimo de beleza e sedução. (SANT’ANNA, 1995, p.131).

No contexto dos anos 50 e 60 a mulher deveria ter um cuidado consigo mesma, para manter-se bonita, jovem, perfumada e sedutora, não somente para cuidar de si, mas principalmente, para agradar o outro, ou seja, o marido, noivo ou namorado. Pode-se dizer que esse cuidado de si estaria a serviço da manutenção, ou conquista, da tão desejada felicidade conjugal. Para a mulher deste período esta felicidade era o ápice de sua vida, e deveria se esforçar o máximo para mantê-la. A boa reputação da esposa, cuidados com a aparência e agradar ao marido estão presentes na lista de cuidados para esta manutenção (MIGUEL, 2012).

Como a “feminista” representada na imagem 13 não possui esses “cuidados consigo”, pois não se depila, não se veste bem, não se maquia, como a “bela mulher” do vestido vermelho, ela é punida com a rejeição masculina. E por esse motivo se torna

recalcada e agressiva e ataca todos aqueles que possuem aquilo que ela não tem, neste caso um homem. Mais uma vez a feminista é invejosa.

A ausência dos cuidados consigo da feminista ainda remete à uma imagem de mulher masculinizada, aparentemente intencional por parte da feminista, uma vez que ela tenta inverter os papéis e valores entre homens e mulheres, como a legenda da imagem anuncia: “As feministas querem reduzir a mulher a um macho mal-acabado”. Percebemos esse mesmo enunciado no comentário da seguidora Elena em que afirma que: “Fato!!! detestam tanto os homens, digo machos opressores, no entanto se esforçam para ficarem parecendo com eles (vestimenta, jeito de falar, andar, gesticular etc.)”.

Percebemos no comentário da seguidora que para ela uma feminista é uma mulher que detesta os homens, como se as feministas generalizassem todos os homens a “machos opressores”, o que resultaria em ataques aos homens sem justificativas. O comentário da seguidora se aproxima assim, da construção a respeito das ondas do movimento feminista feito pelas páginas que discutimos anteriormente. Além disso, o fato de a seguidora afirmar que as feministas “se esforçam para ficarem parecidas” com os homens, remete ao enunciado de que a beleza feminina “é vista como algo natural, no qual se nascia assim, um dom divino” (OLIVEIRA, 2001).

Ademais, além de feminilidades estarem sendo marcadas e (re)afirmadas, observamos novamente, as características ditas como de uma feminista de acordo com páginas, se cruzando. A feminista aqui não é somente a invejosa, vitimista, mas também é a mal-amada, a suja, a vadia, e claro a opressora.

Ao classificar a feminista enquanto opressora, as páginas estudadas deslegitimam as bandeiras e agendas dos movimentos feministas. Pois, os discursos dos movimentos passam a ser associados a conveniências e principalmente a abusos por parte das feministas. Sobre isso:



Mulheres contra o feminismo

Curtir esta página · 28 de março de 2015 ·

Isso lhes lembra algo? É exatamente assim que nossas "amigas" feministas nos tratam quando dizemos que somos contra o feminismo. hahahahaha

Créditos: O diário de uma Feminazi <- Curtam!

"#Pilhadevasilha - Elas lutam contra opressão e nos oprimem querendo nos obrigar a sermos feministas e.e

"Queridx diárix, na minha opinião não existe nada mais burrx que mulher anti-feminista. Elxs são muito burrxs porque sem o feminismo nem no facebook elxs estariam nesse horário e sim limpando a casa enquanto o mascu tomava cerveja num barzinho."

Fonte original da imagem:
<https://www.facebook.com/feminismodiary/photos/a.986508368033765.107374182.8.986457308038871/1009641265720475/>



Escreva um comentário...

Imagem14: A opressora Cf:
<https://www.facebook.com/MulheresContraoFeminismo/photos/a.559939144099459/828795683880469/?type=3&theater>. Acesso em: 31/10/2018.

No primeiro quadro da imagem 14 encontra-se a feminista de boné, acima dos padrões de peso e com vestimenta desleixada, tudo isso se compará-la com a antifeminista representada no quadro 2 da imagem. Nota-se mais uma vez a feminista sendo representada como masculinizada em relação a antifeminista. O discurso de que a feminista tenta inverter os papéis considerados historicamente como de homens e de mulheres, se reafirma nas formas como se veste e se comporta nos enunciados das publicações criados para representar-lá.

Ainda no primeiro quadro da imagem, a feminista pronuncia a frase: “eu sou feminista e luto para que as mulheres possam fazer o que quiser e serem o que quiser!”. Este enunciado, representa claramente uma das bandeiras levantadas pelo movimento feminista. No entanto, no quadro seguinte quando a antifeminista argumenta “sou mulher e uso a minha liberdade e escolho para ser antifeminista”, o discurso da feminista em questão muda completamente. No quadro 3 da imagem, por não concordar com a posição da mulher antifeminista, a “feminista” passa a se expressar de forma totalmente autoritária e violenta chegando a estrangular sua antagonista.

Nota-se na imagem 14 que a representação da feminista está sendo comparada ao que teoricamente é criticado pelas bandeiras dos movimentos, a opressão, a intolerância, a violência contra mulheres. Esta representação acaba por consequência deslegitimando as lutas feministas, pois as feministas passam de mulheres que “lutam contra a opressão”,

para as que “nos oprimem querendo nos obrigar a sermos feminista”, como a imagem anuncia.

Quando voltamos as análises para a interpretação que as seguidoras fazem da imagem, encontramos posições como as de joana: “Parece piada..mas é desse jeito mesmo! Se a mulher não concordar com o Feminismo? Colocam ela na força! Que bela liberdade, hein? Kkkkkk”. Ao concordarem com o enunciado da imagem estas mulheres trazem legitimidade ao mesmo. Por serem mulheres, elas têm peso importante na legitimação do discurso, uma vez que assumem a posição de quem vivenciou a experiência de tal opressão por parte das feministas. Isso fica evidente no comentário da seguidora Marisa, quando esta afirma, “já vi muita feminista desejando o estupro da coleguinha”.

Acredito que exista uma busca por representatividade identitária dessas mulheres dentro do movimento antifeminista, pois, “o mundo social é também representação e vontade; existir socialmente é também ser percebido, aliás, percebido como distinto” (BOURDIEU, 1996, p.4). Segundo Bourdieu (1996), as manifestações produzem e legitimam a identidade de um grupo de forma que a eficácia de um discurso depende da “autoridade” que o anuncia, o reconhecimento como autoridade dentro desse grupo, e da identificação/crença, propriedades culturais e econômicas do grupo ao qual o discurso está destinado.

Visto que, existem contradições dentro das interpretações que as seguidoras fazem dos discursos disseminados, acreditamos que a “autoridade” dentro dos discursos antifeministas seja justamente a categoria “mulher”. O fato de existirem mulheres (apesar de sabermos que dentro das páginas pesquisadas também existem homens produzindo discursos antifeministas) questionando as bandeiras feministas e produzindo discursos de desqualificação, gera identificação enquanto pertencentes a essa categoria e por serem mulheres acabam trazendo legitimidade a esses discursos.

Percebemos ainda a desqualificação da feminista via a um questionamento voltado para sua sanidade mental. Sobre isso, a seguidora Betina afirma que o feminismo “é um movimento anticivilizacional criado por psicopatas e aderido por pessoas de mente fraca e altamente manipuláveis. Pessoas mal informadas que só servem para ser massa de manobra.”

Entendo que “anticivilizacional” para a seguidora significa que os movimentos feministas estejam disseminando desordem, e retrocessos morais para a atual maneira em que a sociedade se encontra organizada. Remeter a criação do movimento feminista à “psicopatas” deslegitima completamente as motivações provocadas por desigualdades entre homens e mulheres que levaram ao surgimento deste. Sugere ainda que as mulheres que encabeçaram os movimentos sejam doentes mentais, desvalorizando qualquer que seja seus argumentos e motivações. Desta forma, aquelas que se inserem no movimento feminista são igualmente doentes ou possuem “mente fraca e altamente manipulável”. Na concepção da seguidora, as mulheres que ingressam nos movimentos feministas são “mal informadas que só servem para ser massa de manobra”, o que anula quaisquer identificação ou crença nas bandeiras e lutas dos movimentos que essas mulheres possam possuir. A feminista se torna, desta maneira, uma vigarista que se aproveita do despreparo intelectual de mulheres “mal informadas”.

Porém, enquanto o discurso do comentário da seguidora Betina, deslegitima o movimento feminista a partir de uma profunda desqualificação das qualidades intelectuais destas, o comentário da seguidora Maria, demonstra que existem mulheres nas páginas antifeministas que não negam desigualdades entre mulheres e homens, como o machismo citado por Maria:

Já vi muita feminista desejando o estupro da coleguinha quando isso acontece. – Coerente não? E parabéns pela página! Não nego o machismo mas esse movimento atual NÃO me representa! Como disse uma amiga: "As verdadeiras feministas já morreram de velhas.

A seguidora afirma que o movimento feminista atual “NÃO a representa!”, pois, para ela “as verdadeiras feministas já morreram de velhas”. Podemos apreender que esta afirmação de Maria está ligada a construção que as páginas estudadas realizam sobre as ondas do movimento feminista, que discutimos anteriormente. Obviamente Maria não quer ser associada ao atual feminismo, opressor e vitimista.

Chegamos à conclusão que existe apenas um feminismo no discurso das páginas analisadas que é definido negativamente. Ao analisar os enunciados produzidos através dos discursos antifeministas que acionam memórias para desqualificar as mulheres do movimento, podemos construir o que seria o estereótipo de uma feminista. O perfil da mulher feminista está associado a um exacerbado extremismo, fundamentado em opressão, imoralidades e inveja. A feminista está constantemente correlacionada a

características constituídas historicamente, como negativas sobre os padrões de beleza, feminilidade, moralidade e psíquicas.

No entanto, foi possível analisar ao longo da discussão que existem contradições entre as seguidoras a respeito dos discursos disseminados pelas páginas relacionados aos padrões de beleza e moralidade. Estas contradições discursivas se deram por um viés de identificação das seguidoras às características definidas como negativas que foram relacionadas a mulher feminista.

Partindo do pressuposto que as identidades modernas estão sendo “descentradas”, ou seja, deslocadas ou fragmentadas poderemos entender o posicionamento, por vezes contrário, das mulheres antifeministas frente aos discursos da página. Pois, se a identidade:

é definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora “narrativa do eu” [...]. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar — ao menos temporariamente (HALL, 2006, p. 12).

O fato de as antifeministas se identificarem enquanto pertencentes a categoria mulher, não significa que essa categoria seja o suficiente para unificá-las ao movimento. As identidades não são fixas e homogêneas e sim fragmentadas, possibilitando que essas mulheres assumam posições diferentes de acordo com os espaços que ocupam e as formações discursivas as quais foram sujeitas. Explicando desta forma porque algumas delas mesmo se identificando como mulheres antifeministas se tornam oposição e não concordam com alguns discursos disseminados pelas páginas.

Apesar de algumas seguidoras, evidentemente, considerarem a existência de desigualdades entre homens e mulheres, questionarem padrões de beleza impostos pelas páginas, afirmarem que possuem liberdade de escolha para serem o que bem entenderem,

inclusive antifeministas (comportando-se e levantando dessa maneira muitas bandeiras defendidas pelos movimentos feministas), nota-se uma rejeição a qualquer associação ao movimento feminista, já que estas mulheres não se sentem representadas e nem se identificam com este. Acreditamos que esta posição esteja fundamentada no estereótipo de feminista que foi construído pelas páginas, pois, nenhuma mulher quer ser associada a vadia, a hipócrita, a gorda, a baranga, a opressora, a invejosa etc.

Ao analisar a construção da mulher feminista realizada pelos enunciados das publicações, é possível compreender a organização e a construção discursiva em torno da mulher feminista por meio da veiculação de *performances* sociais. Além de construir um estereótipo do que seria ser uma mulher feminista, estes discursos acabam validando regras de comportamento, ações, estereótipos e representações sobre as mulheres, que são naturalizados em nosso cotidiano por construções sociais e culturais, ou seja, contribuindo para a manutenção e fixando formas “ideais” de feminilidades. Exercendo assim, uma função de controle e poder sobre as mulheres, sejam elas feministas ou antifeministas.

Quando voltamos nosso olhar para os discursos que desqualificam a mulher feminista e o movimento feminista, notamos que grande parte da depreciação decorre de valores historicamente constituídos. Valores que a tempos estão sendo questionados e desconstruídos por pesquisas acadêmicas de inúmeras áreas científicas. No entanto, apesar de as áreas científicas contradizerem os discursos disseminados pelas páginas antifeministas, as crenças de seus seguidores e seguidoras não são abaladas. E porque?

Se considerarmos o que se configurou atualmente como a “Pós-verdade” que “consiste na relativização da verdade, na banalização da objetividade dos dados e na supremacia do discurso emocional” (LLORENTE, 2017, p.11), podemos associá-la aos discursos de representatividade e identificação que as mulheres antifeministas encontram nas páginas pesquisadas. Uma vez que:

A pós-verdade não é sinônimo de mentira, mas “descreve uma situação na qual, durante a criação e a formação da opinião pública, os fatos objetivos têm menos influência do que os apelos às emoções e às crenças pessoais”. (LLORENTE, 2017, p.11)

Vivemos em uma era em que as crenças pessoais ganharam força e se tornaram irrefutáveis diante de fatos comprovados cientificamente. Isso se deu ao passo que a opinião pública se ancorou aos novos meios de comunicação para se informar. Os

tradicionais meios de comunicação como o jornal foram, aos poucos, perdendo autoridade diante dos novos meios de comunicação como o *Facebook*, *YouTube*, *WhatsApp*, *Twitter* etc. As redes sociais adquiriram um grande peso na formação da opinião pública em que a confiabilidade dos meios de comunicação se reduzem a opiniões pessoais, ou seja, “não se trata, então, de saber o que ocorreu, mas de escutar, assistir, ver, ler a versão dos fatos que mais concorda com as ideologias de cada um” (LLORENTE, 2017, p.9)

Substituindo a televisão e os jornais, os meios de comunicação (no caso me refiro especificamente da rede social *Facebook*) possibilitaram as pessoas a autoridade de se posicionar como autores de sua rede informativa. Segundo Victoria Prego (2017) é aí que reside o problema, pois:

Plataformas como o Facebook enviam, a cada um, aquelas informações que respondem às suas necessidades e a seus interesses, de modo que o sujeito vive, definitivamente, sob uma redoma ou imerso em uma bolha da qual não precisa e, na realidade, não pode sair. (PREGO, 2017, p.20)

Todos os dados e informações recebidas pelas pessoas via *Facebook*, destinam-se a reforçar os seus hábitos, interesses e opiniões. A exposição de ideias contrárias à sua própria posição não existe. Ou estas ideias não aparecem em sua conta na rede social devido a configuração da própria rede que tende lhe apresentar apenas informações com que você se identifica ou são feitas para serem desacreditadas. Como afirma Prego (2017, p.20) “Os cidadãos passam a fazer parte, assim, de grupos compactos e impermeáveis”. produzindo, desta forma, uma atomização de infinitas bolhas auto referenciais, monolíticas e nas quais não há lugar para pontos de vista divergentes.

Quando cruzamos a noção de “bolha auto referencial” com as páginas antifeministas pesquisadas, observamos que as seguidoras estão presas aos discursos presentes nestas páginas. Primeiro porque esses discursos fazem parte de suas crenças e identificação como discutido anteriormente. E segundo, porque a própria configuração da rede social não permite que ideias que divergem de suas opiniões cheguem até as mesmas, explicando assim como as pesquisas científicas relacionadas ao feminismo perderam peso sobre a opinião das seguidoras.

No próximo capítulo traçamos qual é o perfil de uma mulher antifeminista, o que é ser uma mulher antifeminista e quais as bandeiras levantadas por este movimento. Fizemos esta análise a partir de perfis de redes sociais como o *Facebook* e canais no

YouTube, de duas mulheres que se identificam como militantes deste movimento, bem como cruzamos estas informações com as análises feitas neste capítulo.

CAPÍTULO II

MULHERES NO MOVIMENTO ANTIFEMINISTA

No capítulo anterior analisamos o conteúdo produzido pelas três maiores páginas da rede social *Facebook*, que se intitulam antifeministas. Devido a estas páginas produzirem conteúdo que violam direitos fundamentais, promovendo discursos de ódio e racistas, por exemplo, os administradores das páginas não se identificam. Esta é uma estratégia para evitar possíveis processos judiciais. Sendo assim, não conseguimos identificar se os administradores das páginas analisadas são mulheres. Visto que o objetivo geral desta dissertação é analisar os discursos antifeministas de mulheres que desqualificam o feminismo via redes sociais e constroem o sujeito feminista através de discursos que evocam um debate sobre os valores sociais, o gênero feminino e os papéis intrínsecos a ele, neste capítulo analisamos conteúdos produzidos especificamente por mulheres.

Em meio aos processos investigativos dos discursos antifeministas notamos que o movimento e a atuação intelectual desse grupo não se restringia unicamente a rede social *Facebook*, mas sim a rede de informações mais ampla, como: *YouTube*, *Blogs*, *Vlogs*, *Instagram* e outros aplicativos, além de publicações de livros e participação em eventos de militância antifeminista. Desta forma, selecionamos para as análises neste capítulo os perfis de redes sociais de duas mulheres que se declararam antifeministas e estão encabeçando este movimento no Brasil: Sara Winter e Ana Caroline Campagnolo. Estas duas mulheres possuem milhares de seguidores e seguidoras em suas redes sociais, já publicaram livros e organizaram eventos antifeministas.

Ressaltamos que existem outras mulheres que também produzem conteúdo antifeminista via redes sociais no Brasil, entre elas: Thais Godoy Azevedo que além de ministrar palestras de cunho antifeminista, já foi administradora da página antifeminista “Moça você é vitimista!” (a página foi excluída da rede social *Facebook*)²⁸; Camila Abdo Calvo administradora da página antifeminista “*Moça News*”; Marcela Jardine administradora da página antifeminista “Mulheres contra o feminismo”; e Danielle Sans, *Youtuber* antifeminista que se descreve em seu canal, intitulado “Danielle Sans”²⁹, como “monarquista, antifeminista das artes visuais”.

²⁸ Cf: https://www.youtube.com/channel/UCPWTd8o_KG_6D4xy2rCujPg. Acesso em 10 de março de 2020

²⁹ Cf: no <https://www.youtube.com/user/DaniBlackberry/featured>. Acesso: em 11 de março de 2020.

A escolha de Winter e Campagnolo ocorreu pois estas possuem, com já indicamos, um numero de seguidores nas redes sociais superior ao das outras antifeministas, além do fato de essas duas mulheres também terem publicados livros antifeminista atingindo assim um público mais amplo. Outro elemento determinante na escolha das foi o fato de ambas ocuparem cargos políticos, o que possibilita a inclusão das pautas e da agenda antifeminista tanto no no Poder Executivo (onde atua Sara Winter), quanto no Poder Legislativo (onde atua Ana Caroline Campagnolo). .A autonegação dessas mulheres enquanto antifeministas não foi assim o único critério para a escolha, pois levamos em consideração os elementos indicados e por meio deles, a visualização de um conjunto de posturas e de discursos que se colocam contrários às bandeiras e conquistas feministas, que consideramos aqui parte de uma conduta antifeminista.

Sendo assim, iniciamos o capítulo apresentando as duas mulheres indicadas, para a seguir problematizar, por meio do conteúdo produzido por elas, o que é ser uma militante antifeminista, quais são suas posturas e as bases teóricas que fundamentam seus discursos, a fim de compreender quais são as bandeiras defendidas por este movimento.

2.1 Quem são?

Sara Fernanda Giromini,- mais conhecida com Sara Winter, nasceu em 18 de julho de 1992 em São Carlos, no interior do Estado de São Paulo. Sara Winter foi o pseudônimo escolhido por Sara durante a sua militância como feminista, pois foi ela que fundou a variante brasileira do grupo feminista FEMEN. Algumas matérias jornalísticas sobre ela associam a escolha deste pseudônimo à Sarah Winter, nascida Domville-Taylor (1870-1944), uma socialite britânica, defensora do nazismo e membro da União Britânica dos Fascistas.³⁰ Sara nega a associação, no entanto, já se declarou admiradora de Plínio Salgado, fundador do partido da extrema-direita brasileiro inspirado no fascismo italiano, conhecido como Ação Integralista Brasileira durante a década de 1930.³¹

Atualmente Sara se intitula como *YouTuber*, blogueira, ex-feminista e política brasileira filiada ao partido Democratas, partido pelo qual concorreu ao cargo de Deputada Federal pelo Rio de Janeiro, em 2018, mas não se elegeu. De abril

³⁰ Cf: <https://revistaforum.com.br/colunistas/e-se-a-sara-winter-for-nazista/>. Acesso em: 18 de novembro de 2019).

³¹ Essa informação pode ser verificada em uma entrevista. Cf: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2012/08/1138846-acusada-de-ser-nazista-lider-do-femen-se-diz-ameacada.shtml>. Acesso em 18 de novembro de 2019

à outubro de 2019, Sara ocupou cargo como Coordenadora Nacional de Políticas à Maternidade na Secretaria Nacional da Mulher, no Ministério da Mulher, da Família³² e dos direitos Humanos. Ela se descreve como:

...ex-feminista, palestrante e escritora. Foi líder do Femen, o grupo mais radical do mundo na defesa do feminismo. A escritora militava contra o cristianismo, em favor da homossexualidade e do aborto. Após sua gestação, se converteu a Cristo e escreveu seu primeiro livro, no qual narra os bastidores e os fatos pouco conhecidos do Feminismo no Brasil. Atualmente, é uma das maiores lideranças pró-vida e pró-família do Brasil, luta contra o aborto, a Ideologia de Gênero, as drogas, a doutrinação marxista, contra a jogatina e a prostituição. (WINTER, s.d)

Como dissemos Sara Winter foi fundadora do grupo feminista FEMEN. O grupo fundado em 2008 na Ucrânia ganhou notoriedade por suas performances, em que as ativistas misturam política e teatro para realizar suas ações. Quase sempre seminuas elas atuam em espaços públicos de forte apelo simbólico (monumentos nacionais, parlamentos, praças públicas) e afirmam que o elemento erótico contido nos protestos é intencional e visa chamar a atenção da mídia para as causas em combate. (NOGUEIRA, 2013). Suas fundadoras foram Anna Hutsol (economista), Sasha Shevchenko (ativista) e Oksana Shachko (pintora), que visavam combater o turismo sexual e a prostituição no país. Em 2009, Inna Shevchenko (jornalista) passou a integrar o movimento, que conheceu em uma rede social. No início, o grupo manifestava-se sem tirar as roupas, porém, segundo as fundadoras, com este método não conseguiram chamar a atenção que ambicionavam, pois eram apenas mais um grupo feminista. De acordo com as manifestantes foi através da estratégia de protestarem seminuas, que o FEMEN conseguiu

³² O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), é responsável pela articulação interministerial e intersetorial das políticas de promoção e proteção aos Direitos Humanos no Brasil. É o órgão que trata de implementar, promover e assegurar os direitos humanos no Brasil, incluindo a formulação de políticas e promoção de ações voltadas aos direitos da criança e do adolescente, do idoso, defesa dos direitos da cidadania das pessoas com deficiência, dos negros e das mulheres, promovendo a sua inclusão na sociedade. A atual ministra do MMFDH é Damares Regina Alves, advogada, pastora evangélica e política brasileira. A ministra que já trabalhou como assessora de vários parlamentares que compõem a bancada evangélica é contra o aborto e defende a tramitação prioritária do projeto do Estatuto do Nascituro, que atribui personalidade jurídica ao feto e criminaliza o aborto. Estatuto do Nascituro também prevê a concessão de pensão alimentícia, equivalente a um salário mínimo, ao nascituro concebido em um ato de violência sexual, até que complete dezoito anos e por esse motivo passou a ser conhecido como “bolsa estupro”. Damares também já fez críticas ao feminismo e defende o “Programa escola sem partido”. Em crítica a chamada “ideologia de gênero” fez declarações polêmicas como “menino veste azul e menina veste Rosa”. Cf: <https://www.mdh.gov.br/> e https://twitter.com/DamaresAlves?ref_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eauthor. Acesso em: 17 de março de 2020.

a atenção que pretendia através da cobertura midiática. (PEREIRA, 2017)

Em 2013 foi lançado o documentário *Ukraine is not a Brothel*, produzido pela cineasta australiana Kitty Gree, que acompanhou o dia a dia das manifestantes por um ano, relatando sua história a partir de seus depoimentos. Nesse documentário, foi apresentado, pela primeira vez, um homem como fundador do movimento, Viktor Sviatsky. O filme retrata momentos de agressividade de Sviatsky com as ativistas e o desconforto provocado por essa relação conflituosa dentro do grupo. Segundo depoimentos dos pais das manifestantes no documentário, a ideia destas protestarem nus partiu de Sviatsky, que escolhia as manifestantes de acordo com a aparência física, determinando quais poderiam participar do movimento e quais não poderiam. As mulheres consideradas fora do “padrão de beleza” exigido para os protestos nus, eram utilizadas apenas em situações onde predominava o deboche de autoridades.

No fim do documentário Green relatou a ruptura do FEMEN com Sviatsky, para montar um novo FEMEN na França. A partir desse rompimento, o grupo passou a aceitar qualquer mulher, independente de suas características físicas e esses corpos tornaram-se visíveis nas imagens de protesto após 2013. Atualmente, o grupo está presente na Polônia, Suíça, Itália, Israel, Bélgica, Turquia, Brasil, Estados Unidos, Canadá, Bulgária, Tunísia, França e Alemanha. As manifestantes são treinadas em centros de treinamento na França e na Alemanha, que são coordenados por um conselho composto pelas fundadoras e pelas ativistas mais experientes da organização. Nesses locais, as manifestantes realizam treinamento físico e aprendem técnicas de defesa pessoal para reagirem a possíveis agressões e contenções durante os protestos. Aprendem a posicionar seus corpos, mantendo os braços erguidos segurando os cartazes acima da cabeça, além de gritar os slogans agressivamente, sem sorrir e sem demonstrar medo. (PEREIRA, 2017)

Em sua página femen.org o grupo se autointitula as “Guerreiras do FEMEN” e definem-se como ativistas que usam seus seios nus como armas, vestidas com os slogans que pintam em seus corpos, e coroadas por flores. Sob o slogan “Meu corpo minha arma”, o grupo afirma lutar contra o patriarcado em suas três formas de ação: exploração sexual da mulher, regimes ditatoriais e as principais religiões, o que segundo as manifestantes, as tornaram alvos de inúmeras agressões durante os protestos, por expor corpos seminus. Para o grupo FEMEN, todas as funções do corpo feminino são controladas e reguladas pelo patriarcado, transformando o corpo em um objeto de exploração sexual, econômica e familiar. (PEREIRA, 2017)

Segundo Pereira, existem grupos feministas na França, como por exemplo o grupo *Osez le féminisme*, que reprovam o movimento feminista FEMEN, pois, segundo esses, os temas nos quais o FEMEN interfere não são homogêneos e não se limitam apenas aos direitos das mulheres. Alegam que o FEMEN possui uma imagem pop e que continua utilizando o corpo das mulheres de forma comercial para auto-promoção. Citam como exemplo disso a capa da revista francesa *Les Inrockuptible*, de dezembro de 2012, na qual aparecem representantes do FEMEN. Na opinião desses grupos, o FEMEN estaria contrariando suas bandeiras ao se utilizar da nudez como forma de protesto, pois a mídia ainda estaria no controle de seus corpos. (PEREIRA, 2017)

Na biografia que consta em seu *Blog*, que faz parte da página sarawinter.com.br, a autora escreve um pouco sobre sua trajetória de vida no intuito de justificar seu ingresso no grupo feminista FEMEN. Para isso, narra sua vivência de violência familiar, contando que a mãe sofreu violência doméstica durante os 15 primeiros anos de casamento com o pai que era alcohólatra. Segundo Winter, a situação se resolveu quando o pai se converteu ao protestantismo tornando-se, em suas palavras “um grande exemplo de homem e pai, adquirindo, assim, novos e bons valores.”³³ Narra também que possui dois irmãos mais velhos, sendo um deles dependente químico que, por esse motivo, praticou inúmeras vezes violência contra ela e a família, torturando, extorquindo e os ameaçando constantemente de morte. Com posse de uma arma de fogo, o irmão “viciado” a expulsou da cidade natal quando tinha 16 anos. Conta então que se mudou para o sertão nordestino onde foi acolhida por alguns meses por uma família e aos 17 anos entrou para a prostituição. Segundo ela “foi a maneira que encontrou de sobreviver, estudar e permanecer escondida do irmão”³⁴.

No ano de 2010, período em que cursava a faculdade de Relações Internacionais na cidade de São Paulo, onde residia, ela conta ter sido vítima de um estupro. Depois desse fato, Winter afirma que desenvolveu uma “profunda depressão, busca consolo na automutilação e assim, martiriza seu próprio corpo”³⁵. Segundo ela, foi neste contexto de decepções e desilusões com os homens em quem confiava que conheceu o FEMEN.

Em uma entrevista cedida ao portal de notícias G1, ao ser questionada sobre o que a levou a ingressar no grupo feminista, afirmou que:

³³ Essas informações podem ser verificadas na biografia completa informada por Winter em seu *Blog*. Cf: <https://sarawinter.com.br/wp-content/uploads/2017/05/Biografia-completa.pdf>. Acesso em: 03 de nov. 2019.

³⁴ *Ibidem*. p.2.

³⁵ *Ibidem*. p.3.

Minha vida não foi muito fácil, com histórico de prostituição e de violência na família. Passei por vários tipos de violência, inclusive sexual. Eu vi muitas amigas passarem por isso também e aí resolvi que eu queria de alguma forma exterminar todo o tipo de violência contra a mulher (WINTER *apud* RODRIGUES, 2016).

Antes de completar 20 anos, no ano de 2012, Winter viajou para a Ucrânia a fim de receber treinamento e conhecer Inna Shevchenko, uma das líderes do FEMEN. Ao retornar ao Brasil, Winter, tornou-se a líder do coletivo no país e descreveu o movimento da seguinte maneira:

Nossa ideologia é o sextremismo, uma forma de oposição ao machismo. E a nudez é usada pela sociedade patriarcal desde sempre, a mulher nua ou não vende todo tipo de produto. Já que somos mulheres, ao invés de vender produtos, vendemos ideias sociais. Como todo mundo gosta de olhar o corpo de uma mulher, usamos o nosso corpo para passar uma mensagem escrita no peito, um protesto (WINTER *apud* HIPÓLITO, 2013).

Como principal porta voz do FEMEN no Brasil, durante o ano em que participou do grupo, Winter deu entrevistas em vários programas de televisão nacionalmente conhecidos como os de Jô Soares, Danilo Gentile, Marília Gabriela e Luciana Gimenez, cumprindo o assumido objetivo de tornar o FEMEN conhecido do grande público no país. Em maio de 2013, em nota oficial, a sede retirou o direito da líder brasileira Sara Winter de usar o nome FEMEN. A ucraniana Alexandra Shevchenko, uma das fundadoras do grupo, afirmou que Winter já “não faz parte do nosso grupo, tivemos muitos problemas com ela. Ela não está pronta para ser líder” (SHEVCHENKO *apud* ALESSI, 2013). A organização ucraniana afirmou ainda que a brasileira “não respeitava a ideologia” do grupo e também a acusou de mentir e fazer “coisas desonestas”, como não realizar uma ação para a qual recebeu dinheiro da Europa. Winter negou as acusações (RODRIGUES, 2016).

Em julho de 2013, Sara Winter fundou o próprio grupo feminista, no qual homens eram aceitos: Os BastardXs, com o xis no lugar da letra “o” para não determinar o gênero dos participantes (FELITTI, 2013). A marca característica do movimento feminista fundado pela brasileira continuou sendo o topless, mas acompanhado do que ela definiu como “coisas mais inteligentes do que só invadir um lugar e tirar a roupa” (WINTER *apud* SILVA, 2013).

O movimento feminista Bastardxs foi protagonista de diversas manifestações com performances pelo direito e liberdade das mulheres. Em abril de 2014, no Viaduto do Chá, no

Centro de São Paulo, nua e com uma maçã na boca, a então feminista Sara Winter foi suspensa por ganchos em suas costas no ato nomeado como “Mulher não é um pedaço de carne”. A intenção do protesto era defender que a mulher tem domínio do seu corpo (ATIVISTA..., 2014).

Um dos protestos com maior repercussão midiática do movimento *Bastardxs* aconteceu em outubro de 2014. As feministas Sara Winter e Beatriz Spring, integrantes do movimento, protestaram com um “beijado gay” em frente à Igreja da Candelária, no Centro do Rio de Janeiro, com os seios à mostra, com falsas coras de espinhos e unidas por uma cruz feita de papelão com a inscrição LGBT, fazendo referências ao movimento Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Segundo as participantes, o protesto em frente a uma igreja católica servia para criticar a participação de cristãos na política. Sobre isso Winter afirmou que:

Há uma grande quantidade de candidatos e políticos eleitos que estão diretamente envolvidos com instituições religiosas, sobretudo cristãs, que tanto atrasam o desenvolvimento de nossa política, principalmente com relação aos direitos reprodutivos da mulher e também às políticas públicas voltadas para o público LGBT (WINTER *apud* COM COROAS..., 2014).

Em 2014, Winter afirma ter feito um aborto, após terminar um relacionamento que ela definiu com destrutivo³⁶. Segundo ela o aborto que realizou foi feito em um momento de desespero e por incentivo de amigas feministas que facilitaram a interrupção de sua gravidez fornecendo a ela comprimidos abortivos e a instruindo como usar (WINTER, 2019). Essa declaração de Winter ameniza sua responsabilidade sobre o aborto que realizou, transferindo a responsabilidade da interrupção de sua gravidez ao “incentivo de amigas feministas”, ou seja, ao movimento feminista. No entanto, durante toda a militância de Winter como feminista, uma das pautas de seus protestos era o direito da mulher sobre seu corpo e de interromper uma gravidez, como afirmou em uma entrevista cedida ao jornal online UOL, enquanto ainda fazia parte do movimento feminista FEMEN:

Eu gostaria muito que o Brasil seguisse o exemplo do Uruguai tornando o aborto uma prática legal para todas as mulheres. Em primeiro lugar, a criança precisa ser desejada. Temos vários problemas de saúde pública por conta da criminalização do aborto, milhares de mulheres morrem. E é uma situação que não vai acabar nunca, então resolveria

³⁶ *Ibidem*. p.4.

se as mulheres pudessem fazer isso com segurança e não em clínicas clandestinas de açougueiros e mercenários e, novamente, é algo que é negligenciado no Brasil por conta de questões religiosas (WINTER *apud* HIPÓLITO, 2013).

Seis meses após fazer o aborto, a antifeminista engravidou novamente e decidiu manter a gestação. Segundo ela a segunda gravidez foi o divisor de águas em sua vida, pois, quando decidiu manter a gravidez percebeu que teria que “crescer e virar uma adulta responsável, nem que fosse na marra, para jamais colocar meu filho em situação de risco” (WINTER *apud* BRIGUET, 2015). No mesmo ano abandonou completamente sua associação com grupos feministas que outrora havia integrado e publicou vídeos no seu canal no *YouTube* em que pedia desculpas aos grupos religiosos cristãos por conta de seu comportamento diante desses.

Na biografia constante em sua página, Winter afirma ter participado de “movimentos feministas” internacionais e do Brasil durante 4 anos, dizendo que foi neste período que “conheceu o submundo das drogas, da lesbianidade, das festas, dos desvios de dinheiro e da libertinagem”³⁷, além de ter acumulado 13 processos criminais devido aos protestos que fez “com o intuito de levar informação feminista para as mulheres brasileiras” (WINTER, 2015, p. 7). Em entrevista ao jornal online UOL ao ser questionada sobre os motivos que a levaram deixar os movimentos feministas Winter afirmou que:

Esse é o movimento mais intolerante que eu já conheci na vida. Ele só dá suporte para mulheres que seguirem uma cartilha específica: tem que ser de esquerda, não pode ser cristã, não pode ser heterossexual e tem que começar a desconstruir a sua estética. Se a mulher alisa o cabelo, se pinta, usa salto alto, tem que parar. Muitas vezes tem que deixar os pêlos crescer. Algumas mulheres se sentem confortáveis assim, outras não. Mas se você fizer, vai ter mais voz dentro do movimento. Então eles desconstroem a sua estética, a sua crença, a sua orientação sexual, o seu posicionamento político (WINTER *apud* HIPÓLITO, 2013).

Na declaração de Winter percebemos que ela se refere aos movimentos feministas como um único movimento, sem considerar suas inúmeras vertentes e bandeiras. Winter mesmo participou de dois grupos feministas: o FEMEN e o criado por ela mesma, os Bastardxs. Apesar dos dois grupos fazerem parte de uma vertente radical dos movimentos feministas, eles possuem diferentes bandeiras, posicionamentos e ações. Vale ressaltar

³⁷ *Ibidem.* p.3.

também que Winter deu declarações, enquanto integrante do movimento feminista *Bastardxs*, que contradizem as afirmações citadas anteriormente, como as de que as feministas não poderiam ser heterossexuais ou que o movimento desconstrói sua orientação sexual. Em outra entrevista, ao ser questionada por estar noiva, Winter disse: “Sou feminista, e o fato de eu ter um noivo não muda nada. Quero políticas públicas igualitárias e também quero casar e ter filhos, uma família. Não tem nada de errado com isso” (WINTER *apud* SILVA, 2013).

Após realizar o aborto em 2014, Winter abandonou quaisquer ligações com os movimentos feministas e, segundo ela, foi a desilusão com o feminismo que resultou na publicação de seu primeiro livro em dezembro de 2015. O livro digital possui 50 páginas e recebeu o título de “Vadia, Não! Sete Vezes que Fui Traída pelo Feminismo”. O livro está dividido em sete capítulos, que segundo a autora, contam os sete motivos que fizeram com que ela deixasse o movimento.³⁸

Desde que Sara deixou o movimento feminista que liderava tem se relacionado com personalidades conservadoras da política brasileira, como Everaldo Dia Pereira³⁹, Marco Feliciano⁴⁰ e Jair Bolsonaro⁴¹, com quem anunciou uma parceria política em 2016 afirmando que iria lutar contra uma suposta inversão de valores na sociedade que seria provocada por movimentos sociais de esquerda tais como: feminismo, movimento negro, movimento LGBT e a chamada “ideologia de gênero” (EX-FEMINISTA..., 2016).

³⁸ Os sete capítulos estão respectivamente intitulados: A primeira feminista que conheci; Sexo, drogas e rock’n roll; Mulheres também estupram, sabiam; Quem tem medo de feminista?; É muita hipocrisia, mona!; O dia em que me transformaram em Amélia; Sobrevivi para contar.

³⁹ Everaldo Dias Pereira é político brasileiro e presidente do Partido Social Cristão (PSC). É Pastor evangélico e um importante nome da igreja Assembleia de Deus. Cf: <https://www.camara.leg.br/>. Acesso em 18 de novembro de 2019.

⁴⁰ Marco Antônio Feliciano também é político brasileiro, atualmente está filiado ao partido Podemos (PODE). No entanto, já foi eleito deputado federal pelo Partido Social Cristão (PSC) em 2010 e reeleito deputado pelo mesmo partido em 2014. Também é pastor de uma igreja neopentecostal ligada à Assembleia de Deus. Cf: <https://www.camara.leg.br/>. Acesso em 18 de novembro de 2019.

⁴¹ Jair Messias Bolsonaro é um capitão reformado, político e atual presidente do Brasil. Foi deputado federal por sete mandatos entre 1991 e 2018, sendo eleito através de diferentes partidos ao longo de sua carreira. Elegeu-se à presidência pelo Partido Social Liberal (PSL), ao qual foi filiado até novembro de 2019. Tornou-se conhecido por suas posições populistas, por suas críticas à esquerda, por ter classificado a tortura como uma prática legítima, por posições contrárias aos direitos LGBT e por várias outras declarações controversas, as quais lhe renderam cerca de 30 pedidos de cassação e três condenações judiciais. Várias organizações internacionais acreditam que as suas tendências autoritárias criam o risco de que a sociedade civil, a imprensa, os afro-brasileiros os indígenas, e os críticos do governo enfrentam danos irreparáveis. Cf: <https://www.camara.leg.br/>. e site oficial <https://www.bolsonaro.com.br/>. Acesso em 15 de março de 2020.

Como já indicamos, em 2018, Sara Winter concorreu a deputada Federal pelo partido Democratas (DEM), no Estado do Rio de Janeiro, mas não se elegeu. Neste mesmo ano, Winter organizou e financiou com recursos próprios, segundo ela, o 1º Congresso Antifeminista do Brasil, que ocorreu em agosto, no auditório da Igreja de Sant’Ana, no centro do Rio de Janeiro. Sara afirmou que o congresso foi concebido com o objetivo de reunir a maior quantidade de pessoas contrárias ao que o evento classificava como a “desconstrução moral da mulher” e que ela “não estava ali para pedir voto” (WINTER *apud* CALCAGNO, 2018).

Na página criada para divulgação do Congresso Antifeminista, na rede social *Facebook*, o objetivo do evento está descrito como: “reunir os maiores especialistas brasileiros no assunto, a fim de fomentar o debate sobre os malefícios do Movimento Feminista ao progresso de uma sociedade livre e segura para as mulheres do nosso país.”⁴². Além disso, a página também descreve como pauta principal de discussão a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 442 (a ADPF 442), ajuizado no Supremo Tribunal Federal pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), propondo a descriminalização do aborto até as primeiras 12 semanas de gestação. A página de divulgação do congresso definiu a ADPF como “uma manobra jurídica proposta pelo PSOL ao STF, na tentativa antidemocrática de legalização do aborto”⁴³.

O 1º Congresso Antifeminista alcançou público de 200 pessoas, e apesar deste ser majoritariamente masculino, a maioria das palestrantes eram mulheres⁴⁴. Alexandre Varella, dono do *Blog* de orientação católica “O Catequista”; Felipe Chaves, criador da página da rede Social *Facebook* “Fúria e Tradição”; e as auto declaradas antifeministas, Thais Azevedo, editora da página do *Facebook* “Moça, não sou obrigada a ser feminista”; Ana Caroline Campagnolo, eleita Deputada federal pelo Estado de Santa Catarina em 2018, professora de história e ligada ao Burke Instituto (conforme seu site) ou Burke Instituto Conservador (conforme sua página do *Facebook*); e Sara Winter.

Burke Instituto Conservador é, conforme apresentação em seu sítio eletrônico, “essencialmente um centro cultural de ensino de constituição clássica”. Basicamente trata-se de uma plataforma de cursos online, que atualmente oferece 18 cursos em formato de videoaula, divididos em módulos. Segundo descrição da página do instituto, os cursos

⁴²Cf: <https://www.facebook.com/events/pra%C3%A7a-cardeal-leme-11-centro/1-congresso-antifeminista-do-brasil/1988199904766770/>. Acesso em 03 de nov. 2019.

⁴³ *Ibidem*.

⁴⁴ Cf: <https://www.youtube.com/watch?v=ZcilFRVnCRg>. Acesso em 15 de março de 2020.

oferecidos são incontestavelmente influenciados pela “Filosofia grega, a Moral judaico-cristã e o Direito romano”, pensados como “mananciais da sabedoria Ocidental, aquilo que um verdadeiro conservador preza enquanto cultura e valores.”⁴⁵

A ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, em fevereiro de 2019, nomeou Sara Winter para o cargo de Coordenadora Nacional de Políticas à Maternidade. A nomeação foi publicada em portaria do Diário Oficial, em 23 de abril do mesmo ano. Sobre sua nomeação Winter declarou em seu *Twitter*: “Nossa luta por um país sem aborto, sem violência obstétrica, com mais dignidade, conforto e segurança para a gestante e o bebê só está começando.”⁴⁶

Na entrevista ao portal G1 Sara Winter comentou também que suas redes sociais vêm tendo maior sucesso desde que abandonou o feminismo e os grupos “esquerdistas”. Segundo ela:

As pessoas gostam muito mais de mim agora. Fiquei espantada com isso, principalmente com os cristãos que nunca achei que fossem me perdoar. Eu recebo muitas mensagens, cerca de 50 por dias nas minhas redes sociais. Dizem: ‘agora sim você representa a mulher brasileira’. Percebi que a minha militância fazia as a maioria das mulheres passar vergonha porque elas não querem ser representadas por uma menina louca, histérica, pelada gritando a favor do aborto. Elas querem que uma mulher represente os interesses como na saúde específica do corpo da mulher, na educação (WINTER *apud* RODRIGUES, 2016).

No fim de outubro de 2019 Winter anunciou o seu pedido de exoneração do cargo que ocupava no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos do governo, ao lado da ministra Damares Alves. Sobre o pedido de exoneração Winter fez questão de deixar claro que o motivo do seu desligamento não foi por desavenças com a ministra Damares, e que a mesma foi a que a incentivou a pedir a exoneração. Sobre isso Winter afirmou que:

Inclusive, foi a própria Ministra que me incentivou dizendo que “sou muito grande para um cargo médio na adm pública” e que eu já estava ficando muito apagada e deixando meus sonhos de ser escritora e professora de lado. Ela sentia falta dos meus vídeos, da minha luta nas ruas e me deu a maior força! (WINTER *apud* FILHO)

⁴⁵ Trechos retirados do sítio eletrônico do Instituto. Cf: <https://www.burkeinstituto.com/>. Acesso em: 03 de nov. 2019.

⁴⁶ A declaração de Sara Winter. Cf: https://twitter.com/_sarawinter. Acesso em 03 de nov. 2019.

Ao falar sobre o pedido de exoneração Winter falou também do lançamento do seu novo livro “Como Tirar Sua filha do Feminismo - Um Guia Para Pais”, e anunciou que este seria finalizado nos próximos dias. No entanto, buscamos informações sobre publicação do livro e não encontramos, acreditamos que ainda esteja em processo de edição. No dia 24 de fevereiro de 2020, Winter anunciou em seu Instagram ⁴⁷ a estreia de um documentário sobre sua vida intitulado “*A Vida de Sara*”. O documentário é uma produção original da Lumine, plataforma de streaming com proposta conservadora, e foi produzido por Matheus Bazzo e dirigido por Julia Sondermann. Sobre o enredo do documentário o Produtor Matheus Bazzo disse que:

O documentário revela uma história tocante sobre a trajetória da fundadora do Femen no Brasil. Sem cortes e sem censura, indo do feminismo à conversão, o filme revela o que está por trás da vida de Sara Winter e como é sua luta para reconquistar a regularidade da vida. (BAZZO *apud* DEROSA)

Uma busca realizada em 24 de março de 2020, nos mostra que, além de sua página pessoal (sarawinter.com.br), atualmente a antifeminista possui um canal no *YouTube* com seu nome (<https://www.YouTube.com/channel/UCXkUR5DQxcIonn5nwFe4CjQ>), que tem mais de 178 mil inscritos. No *Twitter* possui 72 mil seguidores, em sua página na rede social *Facebook* possui 291 mil seguidores e no *Instagram*, 126 mil seguidores. Em todas essas redes sociais, a agora antifeminista faz publicações regulares, abordando assuntos como: antifeminismo, aborto, “ideologia de gênero”, religião e política, além de falar sobre sua rotina como mãe e mulher.

A outra antifeminista selecionada para a construção das análises deste capítulo é atual Deputada Estadual por Santa Catarina, pelo Partido Social Liberal (PSL), Ana Caroline Campagnolo, que nasceu em Itajaí, Santa Catarina, em 26 de novembro de 1990. Ana Caroline é presbiteriana e define-se como “antifeminista, conservadora, cristã e de direita” (CAMPAGNOLO *apud* QUEM É..., 2018). Graduiu-se em História pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó em 2011⁴⁸ e lecionou história em escolas de Chapecó, no oeste de Santa Catarina, desde 2010. Depois de concluir o curso de História, estudou enfermagem na Universidade Federal Fronteira Sul, mas desistiu.

⁴⁷ Cf: https://www.Instagram.com/p/B899OYyD_RN/. Acesso em 20 de março de 2020.

⁴⁸ Cf: <http://lattes.cnpq.br/6447286257766794>. Acesso em 03 de nov. 2019.

Em 2013, ela criou um canal no *YouTube* intitulado “Vlogoteca”, que, além de produzir vídeos com conteúdos que desqualificam os estudos de gênero e os feminismos, tinha o objetivo de divulgar e analisar livros que supostamente não são indicados como leituras nas universidades ou, conforme a descrição do canal, os livros “que os professores não querem que você descubra”. No canal Vlogoteca, Campagnolo fazia resenhas, sugeria livros e “obras clássicas” que considerava fundamentais para o “crescimento cultural” de seus seguidores e seguidoras⁴⁹. Atualmente o canal do *YouTube* da antifeminista está intitulado como “Deputada Ana Caroline Campagnolo”, e neste o qual tem se dedicado a publicar as falas feitas como Deputada, nas sessões ordinárias da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. No entanto, em uma publicação recente, datada de 02 de julho de 2019, Campagnolo diz que reativará o seu antigo canal “Vlogoteca” com a intenção de retomar o objetivo inicial do canal, ou seja, analisar os livros que os “professores não querem que você descubra, trazendo o melhor da cultura”⁵⁰.

Em 2013, Campagnolo foi selecionada como aluna regular no programa de pós graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis. Seu projeto para o mestrado foi “Virgindade e Família: mudança de costumes e o papel da mulher percebido através da análise de discursos em Inquiridos Policiais da Comarca de Chapecó (1970-1988)”. A orientadora selecionada pela banca foi a professora Marlene de Fáveri que ministrava a disciplina “História e Relações de Gênero” (TORRES, 2017), cujos objetivos eram problematizar os discursos religioso, médico-científico e jurídicos sobre o corpo na instituição das diferenças de gênero, analisar os movimentos e lutas das mulheres e a emergência dos feminismos, entre outros (NÃO POSSO..., 2017). Segundo Fáveri, ela aceitou orientar o projeto de Campagnolo devido a “aproximação teórico-metodológica e temática coerente com suas pesquisas” (FÁVERI *apud* NÃO POSSO..., 2017).

No segundo semestre do ano letivo de 2013, Campagnolo teve desentendimentos com sua orientadora, Marlene de Fáveri, ao acusá-la de “perseguição ideológica”. A professora em entrevista gravada⁵¹ ao portal Catarinas conta sobre as discussões com a aluna. Fáveri conta que o ano letivo no mestrado teve início em julho de 2013 e que os desentendimentos com a orientanda já começaram em agosto do mesmo ano. Segundo a professora, ela foi avisada por alunos da postura antifeminista assumida pela aluna nas

⁴⁹ Cf: <https://www.youtube.com/user/AnaCampagnoloBellei/featured>. Acesso em 03 nov. 2019

⁵⁰ *Ibidem*. A partir de 30 segundos.

⁵¹ Cf: https://www.youtube.com/watch?v=_ECC7poMDJ8. Acesso em: 03 de nov. 2019.

redes sociais, então Fáveri trocou e-mails com a orientanda na busca de entender a dualidade. No e-mail a professora disse:

Ana, bom dia. Estou recebendo muitos e-mails com esses links do Facebook, onde você se mostra antifeminista e etc, e eu estou sendo cobrada por seres minha orientanda. Você tem todo o direito de ser conservadora, antifeminista, etc..mas não combina com o teu tema de pesquisa, nem com as práticas que temos acerca das conquistas feministas. Vamos conversar sobre isso, e peço a gentileza de analisar melhor as coisas que faz compartilhar, ok? Está se expondo de forma equivocada, talvez. Ou seria mesmo assim que pensa? Não sei. Respeito tuas ideias, mas vamos dialogar sobre elas (FÁVERI *apud* TORRES, 2017).

Segundo Fáveri⁵², em conversa com a orientanda, esta negou que possuía um posicionamento antifeminista e insinuou a professora que seria apenas “intriga” dos colegas. A professora conta que no fim do mês de outubro havia se complicado o “mal-estar” em sala de aula em relação a aluna, ressaltando que esse “mal-estar” não era de desrespeito em relação a orientanda, mas sim, gerado por um desconforto que alguns alunos sentiam em relação ao posicionamento que Campagnolo expressava em suas redes sociais que desqualificava a sua linha e área de pesquisa. Fáveri afirma que chamou a orientanda para conversar inúmeras vezes e que ela sempre negava que havia assumido tal posição nas redes sociais, sempre insinuando a professora que eram “intrigas” dos colegas.

Em novembro de 2013, a professora foi informada sobre uma entrevista de Campagnolo a um canal no *YouTube* chamado “Conexões Conservadoras”, na qual a aluna se opôs a área de conhecimento dos estudos de gênero e feminismo. Na entrevista, de 1 hora e 37 minutos de duração, Campagnolo se colocou como especialista no tema e respondeu perguntas e argumentou de forma que desqualificava e ridicularizava o movimento feminista e seus integrantes⁵³.

Após ter acesso ao vídeo da entrevista, a professora Fáveri afirma que se sentiu preocupada com as posições assumidas pela orientanda no vídeo, pois acreditava que a mesma poderia não ter compreendido as análises realizadas na disciplina que ministrava sobre o movimento feminista. Devido a repercussão que o vídeo teve dentro da universidade, a professora chamou a orientanda para conversar. Ao ser questionada pela

⁵² Estas Afirmações feitas por Flavéri podem ser verificadas a partir de 3 minutos e 18 segundos do vídeo. Cf: https://www.youtube.com/watch?v=_ECC7poMDJ8. Acesso em: 03 de nov. 2019.

⁵³ A entrevista de Campagnolo concedida ao canal “Conexões Conservadoras”. Cf: <https://www.youtube.com/watch?v=A44Wt7UWiQU>. Acesso em: 03 de nov. 2019.

professora sobre a postura que assumia a orientada disse a professora que “você não precisa se preocupar, pois vou fazer tudo que a professora me pedir. O que eu faço lá fora não interfere aqui dentro”⁵⁴. Fáveri conta que questionou a aluna: “Mas você acredita nisso que você disse que vai fazer? Você acredita no feminismo?”⁵⁵ Segundo a professora a orientada respondeu que “não”. Diante das respostas da orientada a professora Fáveri afirmou que não se sentiu mais qualificada para continuar a orientá-la, ou seja, quando percebeu que a orientada não acreditava na pesquisa que estava desenvolvendo, decidiu interromper a orientação. A professora disse a orientada “que não conseguiria orientar uma pessoa que não acreditasse no que faz, que a aluna poderia desenvolver qualquer pesquisa desde que acreditasse nela.”⁵⁶ A professora ainda afirmou que não conseguiria seguir com a orientação sabendo que a aluna estaria apenas seguindo com a pesquisa a partir do que ela, enquanto orientadora, dissesse que teria que ser feito.

Após conversar com a orientada a professora decidiu abrir mão da orientação e protocolou um documento junto ao Colegiado da Pós-Graduação no qual formalizou sua solicitação de substituição:

Minha decisão irrevogável de abrir mão da orientação da mestranda se justifica devido à incompatibilidade do ponto de vista teórico-metodológico com relação à abordagem do tema quando de seu ingresso, incompatibilidade esta expressa em vídeo difundido por mídias eletrônicas, de acesso público, onde manifesta concepções, do ponto de vista acadêmico, que ferem a disciplina que ora ministro e, por extensão, a linha de pesquisa do programa de Pós-graduação em História (FÁVERI *apud* NÃO POSSO..., 2017)

O pedido da professora foi aceito, e Campagnolo passou a ser orientada por outro professor. Desde então, Ana Caroline passou a acusar a orientadora de “doutrinação ideológica”, chegando a ministrar palestras em que contava sua “experiência” com a suposta perseguição que havia sofrido. No dia 24 de julho de 2014, a mesma ministrou palestra em um evento organizado pelo movimento Escola sem Partido, - o “1º Congresso Nacional sobre Doutrinação Política e Ideológica nas Escolas”. O tema de sua palestra foi “Experiência da doutrinação ideológica de discente a docente: a vida dupla no ensino

⁵⁴ Estas afirmações feitas por Favéri podem ser verificadas a partir de 11 minutos e 49 segundos do vídeo. Cf: https://www.youtube.com/watch?v=_ECC7poMDJ8. Acesso em: 03 de nov. 2019.

⁵⁵ Ibidem. A partir de 12 minutos e 03 segundos.

⁵⁶ Ibidem. A partir de 12 minutos e 45 segundos.

brasileiro” e nesta Campagnolo falou um pouco sobre seu ingresso no mestrado⁵⁷. Ela começou sua fala comentando sobre as supostas perseguições e tentativas de doutrinação por parte dos colegas de curso e professores da universidade em que cursou a Graduação em História. Ao falar sobre o seu ingresso na pós-graduação em História, Campagnolo ressaltou o fato de não estar utilizando o nome da universidade em estava cursando o mestrado, alegando não concordar com as ideias da universidade e por isso não estaria ali representando esta. Seguindo com sua fala, Campagnolo afirmou que percebeu que seria selecionada no mestrado apenas se “agradasse os professores” e, portanto, foi essa a postura que assumiu. Afirmou ainda que investigou quais eram as pautas que estavam em vigência na linha de pesquisa em que pretendia ingressar e das opções “a que mais simpatizou e mesmo assim não simpatizava muito era o feminismo”. Campagnolo afirmou também que, mesmo não concordando com a “ideologia feminista”, optou em se escrever na linha, pois não teria outra forma de ingressar no mestrado. No entanto, em entrevista gravada, a professora Fáveri afirmou que a orientanda poderia ter optado em desenvolver sua pesquisa a partir de um viés teórico-metodológico conservador se assim ela se identificasse, desde que isso ficasse claro desde seu ingresso na pós-graduação.⁵⁸

Campagnolo afirma ainda que conseguiu ingressar no mestrado porque deletou todas as suas contas em redes sociais excluindo da internet qualquer rastro de sua perspectiva “ideológica” e que fez um projeto totalmente voltado para o pensamento teórico marxista. Depois que foi selecionada na pós-graduação reabriu suas contas nas redes sociais. Vale ressaltar que Campagnolo afirmou em sua fala que estava ciente das escolhas teóricas que havia feito para ingressar no mestrado, que sabia que seu projeto de pesquisa era feminista e que teria que cumprir com essa perspectiva teórica metodológica⁵⁹.

Ao falar sobre a decisão da professora Fáveri de abrir mão de orienta-la, Campagnolo afirma que aquela o fez porque não concordava com sua posição pessoal, política e religiosa. Porém, Fáveri justifica o pedido de afastamento e a substituição da orientação da mestranda, “devido à incompatibilidade do ponto de vista teórico-metodológico com relação à abordagem do tema” (FÁVERI *apud* NÃO POSSO..., 2017),

⁵⁷ Fala de Ana Caroline Campagnolo e dos demais palestrantes do congresso. Cf: <https://pt-br.eventials.com/escolasempartido/congresso/>. Acesso em: 03 de nov. 2019.

⁵⁸ A partir de 23 minutos e 02 segundos do vídeo.

Cf: https://www.youtube.com/watch?v=_ECC7poMDJ8. Acesso em: 03 de nov. 2019.

⁵⁹ A partir das 9 horas, 57 minutos e 33 segundos do vídeo. Cf: <https://pt-br.eventials.com/escolasempartido/congresso/>. Acesso em: 03 de nov. 2019.

o que Campagnolo havia deixado claro em publicações das suas redes sociais. Mesmo que Campagnolo afirme que faria “tudo aquilo que a professora lhe solicitasse para a pesquisa”, Fáveri considerou que não poderia orientar alguém que não acreditasse naquilo que estuda (FÁVERI *apud* NÃO POSSO..., 2017), afirmando que “Isso não é uma questão de ideologia como dizem por aí, é uma questão de coerência, de ética, de postura de vida” (FÁVERI *apud* NÃO POSSO..., 2017).

Em 21 de março de 2015, no Colégio Antônio Peixoto, em Florianópolis, Campagnolo ministrou outra palestra em evento também organizado protagonizado pelo Movimento Escola sem Partido - a I Jornada Pedagógica “Doutrinação Ideológica no Campo Educacional”. Na palestra, também pautou sua fala na perseguição que alegou sofrer e expôs e-mails trocados com a professora Fáveri.

Em maio de 2016, sob a orientação de outro professor, Campagnolo foi reprovada pela banca final da UDESC. Apenas após ser reprovada no mestrado, em 13 de junho de 2016, acionou a ex-orientadora na Justiça por danos morais. Campagnolo alegou que o fato da orientadora abrir mão da orientação do projeto de pesquisa foi a motivação central no processo de indenização de R\$ 17.600 por “discriminação, intimidação, ameaça velada via e-mail, exposição discriminatória, humilhação em sala de aula e tentativa de prejudicar academicamente a autora” (NÃO POSSO..., 2017). A ação foi proposta no Juizado Especial da Comarca de Chapecó, cidade onde morava a autora.

Campagnolo alegou em seu processo que teve sua “vida pessoal e publicações particulares vasculhadas”, além de sofrer perseguição por “ser cristã e suas convicções pessoais não afinarem com a ideologia feminista” (CAMPAGNOLO *apud* NÃO POSSO..., 2017). Ela usou como provas e-mails trocados com a professora e a gravação em áudio de um debate em sala de aula, no qual é questionada por alunos sobre sua posição declaradamente antifeminista nas redes (NÃO POSSO..., 2017). Na ação, Campagnolo relata que “em meio a esse estresse emocional e sofrimento psíquico, situação de humilhação e sensação de cerceamento, que a autora ao perceber o que acontecia, resolveu iniciar uma gravação de áudio no seu celular” (CAMPAGNOLO *apud* NÃO POSSO..., 2017). No entanto a professora titular da disciplina “História e relações de gênero”, Marlene de Fáveri argumenta, que a gravação das aulas por Campagnolo já era rotina a ponto de causar incômodo entre os alunos (FÁVERI *apud* NÃO POSSO..., 2017).

Em outubro de 2017, Ana Caroline Campagnolo publicou um vídeo em seu canal o Vlogoteca, no qual se assumiu enquanto antifeminista e cristã, afirmando sua posição

de vítima de perseguição, apontando a mídia como parcial na cobertura do caso e atacando as organizações que manifestaram apoio à professora Fáveri⁶⁰. No vídeo, ainda deixa claro sua posição a favor do Movimento Escola sem Partido. Porém, em entrevista por e-mail concedida ao portal Catarinas, em abril de 2017, ao ser questionada se integrava o movimento Escola Sem Partido, Campagnolo respondeu que:

Já estou farta de relacionarem meu processo ao Programa Escola Sem Partido. Não sou eu quem os defende, foram eles que me defenderam ao oportunizar falar desse caso no Congresso. A mídia insiste em dizer que a professora Marlene está sendo processada por causa da ‘lei da mordaza’. Isso é de uma ignorância sem fim, pois não há como processar ninguém com base em um projeto de lei ainda não aprovado (CAMPAGNOLO *apud* QUEM É..., 2018).

O projeto de lei 193/2016 proposto pelo senador Magno Malta (PR-ES), que entre outras medidas, contesta o ensino da diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero na escola, que na época (2017) ainda tramitava na Câmara Federal, foi batizado por educadores de “Lei da Mordaza”, como citado por Campagnolo. Apesar de alegar, que tanto ela quanto o processo, não teriam nenhuma relação com o projeto de lei ou com o Movimento Escola sem Partido, antes mesmo de processar a professora Fáveri por “doutrinação ideológica”, Campagnolo já vinha ministrando palestras em alguns eventos promovidos por representantes do Movimento Escola sem partido como: 1º Congresso Nacional sobre Doutrinação Política e Ideológica nas Escolas, realizado em 2014; e a I Jornada Pedagógica: Doutrinação Ideológica no Campo Educacional, realizada em 2015. Além disso, Campagnolo foi convidada para participar de uma comissão especial do Escola Sem Partido, em 15 de fevereiro de 2017 (dois meses antes de alegar ao portal Catarinas em entrevista que não teria nenhuma relação com o Movimento). No vídeo de duas horas gravado na ocasião, além de expor sua suposta experiência enquanto aluna vítima de “doutrinação ideológica” na universidade, Campagnolo justifica porque é a favor da proposta.⁶¹ Ao se considerar o envolvimento dela com o Movimento Escola sem Partido, algumas organizações, como a Associação Nacional de História, passaram a entender a acusação feita por Campagnolo como parte da estratégia do movimento para aprovar o PL193/2016 (NÃO POSSO..., 2017).

⁶⁰ Cf: <https://www.youtube.com/watch?v=Z93wFGGEzds>. Acesso em: 03 de nov. 2019.

⁶¹ Cf: <https://www.youtube.com/watch?v=PYkh4DztL-Y>. Acesso em: 03 de nov. 2019.

Em 5 de setembro de 2018, o juiz André Alexandre Happke, do 1º Juizado Especial da Comarca de Chapecó, arquivou o processo de Campagnolo sobre a professora Fáveri. O Juiz julgou a ação improcedente por falta de provas, e atentou para o uso parcial e descontextualizado de provas fonográficas pela autora do processo, além da ausência de provas testemunhais do fato. Conforme a sentença, o desempenho acadêmico da aluna não foi prejudicado pela decisão da professora de abrir mão da orientação. “Evidencia-se que a autora não sofreu prejuízos em decorrência das condutas da ré, pois a mesma elevou a nota quando solicitada a revisão e submeteu seu pedido de troca unilateral de orientação ao Conselho do Mestrado, que o deferiu” (AÇÃO..., 2018), afirma o juiz na sentença.

Ainda de acordo com a decisão do juiz, ao contestar publicamente o programa de ensino, Campagnolo enquanto aluna, assumiu o risco de ser confrontada. Afirma o Juiz:

Entendo que quando a autora compartilhou em modo público na rede mundial de computadores mídias em que se contrapôs às concepções ideológicas defendidas pela orientadora e pelo programa de ensino da linha de pesquisa ao qual era vinculada, sabedora que era do posicionamento do corpo discente e docente da universidade, ela assumiu o risco de ser chamada ao debate (AÇÃO..., 2018).

Em 2017, Campagnolo foi convidada para compor o quadro docente do Burke Instituto Conservador, em que ministra um curso sobre as ondas do feminismo, todo contexto histórico de suas lutas e ideais e como isso tudo é visto na ótica do conservadorismo. O curso é intitulado “O Feminismo e seu Impacto na Sociedade” e pertencente ao módulo “Introdução ao Conservadorismo”. No mesmo ano, para divulgar o Burke Instituto, Campagnolo postou em seu canal no *YouTube* “Vlogoteca” um vídeo intitulado “Burke Instituto: Convite”⁶².

Neste vídeo Campagnolo falou sobre sua trajetória enquanto aluna, dizendo que as cobranças e o acompanhamento de sua família em relação a escola, sempre foram muito rígidos, até mesmo quando esta ingressou na universidade. Afirma que devido a essa cobrança da família em relação aos estudos ela se tornou e sempre foi uma excelente aluna, porém quando ela ingressou na universidade começou “a ser rechaçada pelos seus pares, colegas, alunos e até professores que estavam na universidade”⁶³. Respalhando-se em sua experiência, enquanto aluna que supostamente teria sofrido “imposição ideológica

⁶² Cf: https://www.youtube.com/watch?v=WP31uYLu_s. Acesso em: 03 de nov. 2019.

⁶³ Ibidem. A partir de 53 segundos.

e política” dentro da universidade, Campagnolo convida seus seguidores e seguidoras a se matricularem no instituto Burke.

Após o lançamento do curso “O Feminismo e seu Impacto na Sociedade”, dividido em cinco aulas e que ainda está à venda pelo Burke instituto, Campagnolo foi convidada pela Vide Editorial para produzir um livro antifeminista. De acordo com Campagnolo foi o trabalho intelectual exigido para a formulação das aulas do curso, a base para organizar e desenvolver o conteúdo mais denso, que posteriormente se transformou no seu livro “Feminismo: Perversão e Subversão”, publicado em fevereiro de 2019⁶⁴. O livro possui 404 páginas e está dividido em cinco capítulos em que Campagnolo afirma rever a trajetória do feminismo, identificando segundo ela, as cinco fases que marcaram o desenrolar do movimento. Afirma assim, confrontar as “alegadas” motivações e “supostas” conquistas do movimento feminista com suas “reais conseqüências” na história cultural do Ocidente e do Brasil.⁶⁵

Em 2018, Campagnolo se candidatou ao cargo de Deputada Estadual pelo Estado de Santa Catarina pelo partido PSL, chamado por ela de “partido do Bolsonaro”, ao qual foi eleita. Em vídeo gravado para campanha eleitoral, ela pauta suas propostas em um discurso antipetista, de combate à corrupção, contra a “ideologia de gênero”, a “doutrinação ideológica” nas escolas, a favor da escola sem partido e ao uso de arma pelo “cidadão de bem”⁶⁶. Durante a campanha, ela posou com armas nas redes sociais.

A repercussão midiática que o processo contra a orientadora por “doutrinação ideológica” obteve nacionalmente, transformou Campagnolo em uma das mais famosas militantes do movimento Escola sem Partido, que prega o controle de supostos abusos políticos cometidos por professores. Esse reconhecimento a ajudou a se eleger parlamentar em 2018.

Dia 28 de outubro de 2018, menos de uma hora depois de confirmada a eleição em segundo turno de Jair Bolsonaro para Presidente da República, a então eleita Deputada Estadual Campagnolo publicou em uma de suas redes sociais (*Facebook*) um

⁶⁴ Essas informações podem ser verificadas na descrição do vídeo. Cf: <https://www.youtube.com/watch?v=818JkSr2rF4>. Acesso em: 03 de nov. 2019.

⁶⁵ Os cinco capítulos da obra de Campagnolo estão respectivamente intitulados: Contestação moral-religiosa e educação; Inserção da mulher no universo masculino; Reprodução feminina do vício masculino; Subversão das identidades; O ódio ao cristianismo e a reação contra o totalitarismo feminista.⁶⁵ Cf: <https://www.youtube.com/watch?v=rf7MvIxemU4>. Acesso em: 03 de nov. 2019.

pedido para que alunos enviassem vídeos e informações com o nome do docente, da escola e da cidade (garantindo anonimato da denúncia), sobre professores em sala de aula que (supostamente) estariam fazendo “manifestações político-partidárias ou ideológicas”. Na publicação feita Campagnolo disse que:

Na semana do dia 29 de outubro, muitos professores e doutrinadores estão inconformados e revoltados. Muitos não conseguirão disfarçar sua ira e farão da sala de aula uma audiência cativa para suas queixas político-partidárias em virtude da vitória do Presidente Bolsonaro (DEPUTADA..., 2018).

No dia 29 de outubro, o Ministério Público Federal (MPF) instaurou um inquérito civil para apurar a intimidação feita pela deputada estadual. A Justiça de Santa Catarina determinou que a deputada retirasse imediatamente das redes sociais as manifestações para que alunos denunciasses o comportamento de professores em sala de aula. Para o MP, a deputada violou princípios constitucionais como o da liberdade de expressão da atividade intelectual, científica e de comunicação. O juiz, que atua na Vara da Infância e da Juventude de Florianópolis, acatou a solicitação do MP por entender que Campagnolo infringiu o direito dos estudantes à proteção contra toda forma de exploração. Para o magistrado, a conduta da deputada de incentivar a desconfiança dos professores “representa exploração política dos estudantes” e tem a intenção de tirar proveito político-ideológico, o que pode provocar “prejuízos indiscutíveis ao desenvolvimento das atividades escolares”. O juiz disse ainda que a iniciativa da deputada incitava os alunos ao descumprimento da lei estadual que proíbe o uso de telefone celular nas escolas (BRITO; TOKARNIA, 2018).

Após a repercussão negativa e a ação do MP de Santa Catarina, Campagnolo passou a orientar estudantes que presenciassem supostos episódios abusivos em sala de aula a procurarem o promotor de Justiça da cidade. A nova orientação foi publicada em 31 de outubro nas redes sociais da deputada eleita (BRITO; TOKARNIA, 2018).

No entanto, Campagnolo também recorreu à Justiça e conseguiu uma liminar da desembargadora Maria do Rocio Luz Santa Ritta autorizando a divulgação do chamado feito a alunos de suas páginas nas redes sociais. No dia 8 de fevereiro de 2019, o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Edson Fachin derrubou a decisão da desembargadora. Dois dias antes disso, Campagnolo concedeu uma entrevista ao portal de notícias UOL (KONCHINSKI, 2019), na qual afirmou que um de seus compromissos

como deputada seria lutar pelo fim da “doutrinação” em escolas do país. Defendeu também o combate ao feminismo pelo bem da humanidade.

Apesar de Campagnolo sempre ter se automeado enquanto antifeminista, sendo assim reconhecida por matérias jornalísticas em todo o país desde que processou a ex-orientadora, na mesma entrevista ao UOL, após ser questionada se se considerava uma antifeminista, Campagnolo negou a nomeação e afirmou que: “Não sou antifeminista. Só não sou feminista. Quem não é cristão, é anticristão? Não” (CAMPAGNOLO *apud* KONCHINSKI, 2019).

A Deputada construiu toda a argumentação da entrevista no sentido de desqualificação das lutas do que ela considera os movimentos feministas, como por exemplo ao comentar sobre porquê de não era uma feminista:

Eu me voltei contra o movimento feminista quando eu descobri que essas bandeiras de reconhecimento de direitos são falsas. São uma maquiagem de algo muito mais obscuro que recebe o nome de revolução sexual, que é a transformação dos comportamentos, da relação e da diferenciação entre homem e mulher (CAMPAGNOLO *apud* KONCHINSKI, 2019).

Segundo Campagnolo o movimento de revolução sexual é um movimento autoritário, totalitário, antidemocrático e antinatural. Ele negaria a natureza masculina e feminina. Para ela, o corpo de um homem e de uma mulher diferem e tudo que está preso a ele, “a alma, o espírito, as impressões, as preferências” (CAMPAGNOLO *apud* KONCHINSKI, 2019), também diferem. Para ela, o feminismo pretende aproximar tanto os dois sexos (masculino e feminino), a ponto de transformá-los em algo indiscernível. Afirma ainda que, não tem como concordar com tal posicionamento porque, “isso seria um projeto social que não corresponde à realidade” (CAMPAGNOLO *apud* KONCHINSKI, 2019).

Apesar de negar ser uma antifeminista, nesta entrevista concedida ao portal UOL (KONCHINSKI, 2019), observamos que em sua fala defende um conjunto de posturas que demonstram um posicionamento que consideramos antifeminista. Ao afirmar que “O feminismo é uma ameaça a toda civilização Ocidental” e se colocar enquanto mulher que “se volta contra o feminismo”, Campagnolo deixa clara tal postura.

Ademais, em entrevista concedida ao canal do *YouTube* “Parlatório Livre”⁶⁷ em agosto de 2019, Campagnolo voltou a se definir enquanto uma mulher antifeminista. Na entrevista ela afirmou que o combate a suposta “doutrinação feminista” é uma de suas principais bandeiras políticas como deputada de Santa Catarina. Ressaltou ainda que, dentre os 40 deputados eleitos no Estado, dos quais 35 são homens e 5 mulheres, ela é a única política declaradamente antifeminista.

A mudança de discurso de Campagnolo, ocorrida entre os meses de fevereiro a agosto de 2019, em relação a se autoneamar como antifeminista, pode estar ligada a repercussão positiva que a publicação de seu livro antifeminista adquiriu nacionalmente e, principalmente, dentro do Estado de Santa Catarina. Em um fala feita na Assembleia Legislativa, em 12 de março de 2019, Campagnolo destacou a repercussão que uma reportagem sobre seu livro antifeminista, disponível na página oficial da rede social *Facebook* da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC), no dia 8 de março, obteve. Segundo os dados que Campagnolo divulga em sua fala, dados que ela teria adquirido junto a equipe da agência da ALESC, a publicação da matéria de lançamento de seu livro foi a mais comentada e visualizada na história da Assembleia Legislativa, com mais de 100 mil visualizações e oito mil interações até a data de sua fala (12/03/2019).

Para confirmar tal repercussão, a Deputada comparou as visualizações da reportagem sobre seu livro com outras publicações disponíveis na página da ALESC, que supostamente estariam destinadas ao público feminino, como a publicação de texto em homenagem as mulheres no dia 8 de março, com apenas 29 interações, e uma publicação de Projeto de Lei de proteção as mulheres em restaurantes e bares, que obteve apenas 79 interações⁶⁸. Campagnolo conclui que isto “o que demonstra que nós temos sim, em Santa Catarina, um grupo muito grande de mulheres antifeministas, de mulheres conservadoras, de mulheres que não se renderam a essa ideologia”⁶⁹, afirmando ainda que a repercussão de seu livro demonstra um “inegável crescimento da onda conservadora no País”⁷⁰, representada por ela e outros do partido do PSL. A mudança de discurso da deputada ao voltar a se intitular enquanto antifeminista, pode assim ser considerada uma estratégia

⁶⁷ Cf: https://www.youtube.com/watch?v=jik__WEDYjI. Acesso em: 03 de nov. 2019.

⁶⁸ Cf: <https://www.youtube.com/watch?v=91GyElbNjUA>. Acesso em: 03 de nov. 2019.

⁶⁹ *Ibidem*. Entre 3 minutos e 53 segundo e 4 minutos e 4 segundos.

⁷⁰ *Ibidem*. A partir de 4 minutos e 22 segundos.

política, assumida quando esta passou a observar um grande número de eleitores a favor deste discurso.

Quanto ao reconhecimento nacional, ainda no mês de março de 2019, em evento do governo federal em Brasília, Campagnolo apresentou o painel “As Armadilhas do Feminismo” em um evento promovido pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, comandado por Damares Alves, em parceria com a Secretaria Nacional da Juventude. No evento intitulado “O protagonismo da mulher jovem no Brasil” (ANA..., 2019), o painel apresentado por Campagnolo foi baseado no conteúdo do seu livro *Feminismo: perversão e subversão*.

Em abril de 2019, Campagnolo foi, mais uma vez, alvo de polêmicas nas redes sociais. Ganharam notoriedade na imprensa antigas postagens do *Twitter* da antifeminista, resgatadas de 2012 por internautas, em que ela falava sobre fumar maconha e dizia que queria ganhar dinheiro sem trabalhar (FORTUNA, 2019). Segundo Campagnolo, em uma entrevista concedida ao canal do *YouTube*⁷¹ do humorista Rafinha Bastos, essas postagens se tratariam de figuras retóricas, principalmente ironia, utilizadas pela antifeminista em relação ao “comportamento típico” de determinados estudantes de universidades federais. Logo após a divulgação dos tweets, Campagnolo deletou seu perfil na rede social. Ela ainda ressalta que nunca teria consumido a droga e que se o tivesse feito utilizaria a experiência a seu favor. Segundo a antifeminista tal fato poderia se tornar em uma grande pauta, já que possuir conhecimento na área a tornaria uma autoridade para falar no assunto, como no caso da ex-feminista Sara Winter que se tornou um grande ícone antifeminista devido a sua experiência com o feminismo, comenta Campagnolo.

Vale destacar que, no caso de Sara Winter, esta se coloca enquanto autoridade enunciativa do discurso antifeminista, devido a sua experiência como militante do movimento feminista, enquanto Campagnolo se coloca enquanto autoridade enunciativa devido a sua formação acadêmica, pois sempre que começa uma entrevista ou faz uma fala, ela se apresenta como professora de história e ao discursar contrariamente aos movimentos feministas, apoia-se em um suposto conhecimento acadêmico, afirmando estudar os movimentos feministas desde 2012. Sendo assim, ela teria autoridade para apontar contradições e “armadilhas” do movimento.

⁷¹ Cf: <https://www.youtube.com/watch?v=i7vjvw-pl1E>. Acesso em: 03 de nov. 2019.

Campagnolo possui ainda sua própria livraria virtual⁷², com mais de 3.000 exemplares disponíveis para venda, em temas voltados em geral ao conservadorismo e a direita como: anticomunismo, atimarxismo e antifeminismo. Em relação as redes sociais, atualmente o canal de *YouTube* de Campagnolo possui 180 mil seguidores, sua página no *Facebook* possui 160 mil seguidores e seu *Instagram*, mais de 340 mil seguidores. Nas redes sociais Campagnolo se descreve enquanto: escritora, professora de História, Cristã, antimarxista e antifeminista.

2.2 O que defendem as antifeministas?

Neste tópico definimos, a partir da militância das duas antifeministas apresentadas anteriormente, quais são as bandeiras levantadas pelo antifeminismo, o que este movimento está defendendo, quais são seus principais argumentos e suas sustentações teóricas.

Muitas das bandeiras levantadas pelo antifeminismo são construídas em oposição ao que este movimento considera ser o movimento feminista. Sendo assim, para que possamos analisar tais bandeiras pautamos a discussão na análise de algumas definições de feminismo que as duas militantes enunciam em suas redes sociais e livros publicados.

Ao analisar as produções das militantes antifeministas percebemos que existe uma grande confusão em suas interpretações a respeito das obras teóricas do feminismo, principalmente no livro de Ana Caroline Campagnolo. Em seu livro, Campagnolo discute algumas obras clássicas do movimento feminista. como *O Segundo Sexo* (BEAUVOIR, 1949), *A mística feminina* (FRIEDAN, 1963), *Problemas de gênero* (BUTLER, 1990), entre outras. Como nosso objetivo neste tópico é, especialmente, definir quais bandeiras de luta pertencem ao antifeminismo, para então poder defini-lo enquanto um movimento social, não nos deteremos em explicar as interpretações realizadas por Winter e Campagnolo a respeito destas obras e outras feministas. Isso requereria um grande debate bibliográfico, retomando cada uma das concepções e noções dessas obras. Pensando nisso, trouxemos para essa análise apenas as interpretações que essas antifeministas realizaram a respeito do que, segundo elas, seriam as bandeiras do movimento, feminista – que consideram uno – para então construir suas bandeiras num movimento de oposição.

⁷² Cf: <https://livrariacampagnolo.com.br/>. Acesso em: 03 de nov. 2019.

Em todas as suas redes sociais Sara Winter se apresenta enquanto ex-feminista e, como indicamos anteriormente, esse status a qualifica enquanto uma autoridade enunciativa para falar sobre o feminismo. Como afirmou Foucault (2011, p. 37) “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfazer a certas exigências ou se não for, de início qualificado para fazê-lo”, assim, seguindo o raciocínio de estar qualificada a enunciar, Winter em sua primeira obra “Vadia, Não! Sete Vezes que Fui Traída pelo Feminismo”, explica a partir de sua experiência como militante feminista os sete motivos que supostamente justificaram sua saída do movimento que integrou. Nos sete capítulos que definem os sete motivos, existe uma desqualificação do movimento feminista, também considerado como unitário, e conseqüentemente uma construção do que é ser feminista em sua perspectiva.

No primeiro capítulo, intitulado “A primeira feminista que conheci”, Winter conta a experiência que teve ao conhecer uma feminista que estudava com ela no curso de Relações Internacionais na cidade de São Paulo. O capítulo dedicado a narrar os episódios que justificaram o ingresso de Winter na prostituição, também fala da posição tomada pela suposta feminista ao saber por Sara Winter que ela era uma prostituta. Sobre isso Winter escreveu:

Rachel (a feminista) ouviu tudo do outro lado e quando eu abri a porta da cabine do banheiro juro que esperava ver uma mulher comovida, talvez até com lágrimas nos olhos, alguém que pudesse me acolher e me abraçar, alguém que entendia e que lutava pela libertação das mulheres. Ah, sim... Com certeza ela iria me ajudar, ela iria me dizer o que fazer e como sair daquela vida. Mas quando meus olhos encontraram-se com o rosto dela eu pude ver a última coisa que esperava: euforia. Foi quando ela soltou um “nooossa, que legal!” (WINTER, 2015, p.11)

Para Winter, a posição tomada pela feminista foi completamente contraditória a alguém que dizia lutar pelos direitos e segurança das mulheres. Segunda ela, a feminista passou a se comportar como “um tipo estranho de fã que se empolgava com as histórias dos meus programas e com a minha degradação como ser humano” (WINTER, 2015, p. 13). Essa afirmação de Winter, sustenta a ideia de que a mulher feminista defende e incentiva a prostituição, a todo e qualquer custo sem considerar a posição da mulher prostituída. Sobre isso afirmou que:

Só depois entendi que para uma feminista a prostituição é uma maneira de “empoderamento”. Como é possível interpretar essa realidade de exploração e escravização da mulher como “empoderamento”? Como

conseguem? [...] Rachel, a primeira feminista que conheci e a quem muito me apeguei, era a amiga que me incentiva a continuar na prostituição uma vez que, ela dizia, isso me fazia cada vez mais dona do meu próprio corpo, me sustentava e permitia que eu construísse meu futuro (WINTER, 2015, p.12-13)

O fenômeno da prostituição envolvendo mulheres adultas é visto como um campo minado para o feminismo e tem suscitado entre as estudiosas do campo, inúmeras abordagens e posicionamentos. O debate no campo do feminismo envolvendo a prostituição é rico e complexo com posições e nuances diversas, diferente da afirmação que Winter faz que acaba generalizando erroneamente o posicionamento feminista como aquele que incentiva a prostituição em nome de um empoderamento da mulher.

Apesar de se encontrarem diversas visões sobre as abordagens feministas relativas à prostituição, optamos por centrar esta discussão em duas grandes visões. Por serem as que têm dominado o debate feminista sobre a prostituição, estas duas perspectivas nos pareceram suficientemente esclarecedoras para compreender como este debate tem sido polarizado.⁷³

Uma destas concepções enfrenta a prostituição como uma forma de opressão da mulher, concebendo esta atividade como vitimizante e defende que a exploração e a violência são intrínsecas ao comércio do sexo. Assim, de acordo com este pensamento, habitualmente denominada de abolicionista, toda e qualquer forma de prostituição deve acabar. Esta corrente⁷⁴ argumenta que não há escolha na prostituição e que esta é uma forma de escravatura feminina. A prostituição também é vista como um modelo opressivo e é definida como a quinta-essência da expressão das relações de gênero do patriarcado e da dominação masculina (WEITZER, 2010), o que faz dela um mecanismo fundamental da opressão masculina (PINTO et al., 2010). Cabe aqui, chamar atenção para o argumento utilizado por Winter para questionar a posição da feminista, quando esta diz “como é possível interpretar essa realidade de exploração e escravização da mulher como empoderamento? (WINTER, 2015, p.12)”. Ao relacionar a sua condição de prostituta a exploração e escravidão da mulher e de seu corpo a antifeminista se aproxima da perspectiva feminista a respeito da prostituição que temos levantado até o momento. Teria

⁷³ Para um melhor aprofundamento das perspectivas feministas sobre a prostituição, referenciamos o texto de Pinto et al. (2010), em Portugal, ou o livro de O’Neill (2001).

⁷⁴ Entre as suas mais conhecidas defensoras estão Kathleen Barry (1984, 1995), Andrea Dworkin (1987), Sheila Jeffreys (1997), Catherine MacKinnon (1987), Julia O’Connell-Davidson (1998) e Carole Pateman (1988).

Winter se apropriado do discurso de uma das correntes do feminismo para construir um discurso de desqualificação do mesmo?

A outra grande perspectiva feminista no debate sobre a prostituição, também designada de pró-prostituição, é parte da chamada teoria liberal feminista e defende, por oposição, que a prostituição não é inerentemente exploradora e que o que a torna abusiva são as condições em que é exercida. Para os/as defensores/as desta corrente, a prostituição é livremente escolhida por muitas mulheres como uma forma de trabalho e as mulheres que estão na indústria do sexo merecem os mesmos direitos a liberdades que os/as outros/as trabalhadores/as (O'NEILL, 2001). A prostituição é aqui entendida como um direito de cidadania (PINTO et al., 2010), assim, para que os direitos possam ser assegurados, as defensoras desta perspectiva argumentam pela descriminalização de todos os aspetos da prostituição e pelo seu enquadramento legal. De acordo com esta abordagem, as mulheres devem poder dispor livremente do seu corpo, incluindo para prestar serviços sexuais remunerados se por isso optarem. Desta forma, tal como defende Annette Jolin (1994), a prostituição é concebida como um ato de autodeterminação sexual, expressão do estatuto de igualdade das mulheres e não um sintoma da sua subjugação.

Uma conhecida defensora desta segunda perspectiva feminista é Camille Paglia (1997) para quem a prostituta é dona da sua esfera sexual e representa a mulher libertada cuja sexualidade não pertence a nenhum homem. Algumas autoras, muitas delas trabalhadoras ou ex-trabalhadoras do sexo, que partilham desta posição, defendem ainda que esta atividade é empoderante para as mulheres (DELACOSTE e ALEXANDER, 1987; CHAPKIS, 1997). Cabe chamar especial atenção e ter cuidado aqui, no sentido de evitar um romantismo apologético, igualmente estereotipado e simplista, como fez Winter ao afirmar “que para uma feminista a prostituição é uma maneira de empoderamento (WINTER, 2015, p.12)”, pois precisamos partir do entendimento de que a prostituição tanto pode ser apresentada como a expressão máxima da exploração e vitimação da mulher, como da sua libertação. Mas, em qualquer um destes extremos, está uma visão parcelar da realidade baseada nos piores e nos melhores casos. Se a vitimação não é intrínseca ao trabalho sexual, também não é verdade que todas as mulheres se sentem libertadas pela prostituição. Seria muito injusto, irresponsável e desonesto ignorar aquelas e aqueles que se sentem vitimadas/os e oprimidas/os no comércio do sexo.

Voltando para a obra de Winter, o segundo capítulo intitulado “Sexo drogas e rock’nroll” se encarrega de construir a feminista enquanto pervertidas e drogadas. Narrando os eventos que a levaram chegar a essa conclusão, Winter conta a experiência que teve ao ficar hospedada na casa de uma feminista da qual era próxima, enquanto organizava um evento do FEMEN Brasil e dava entrevistas na cidade de São Paulo. Vale ressaltar que segundo Winter, a feminista em questão, que ela chama de Sheila, não era qualquer feminista:

Ela era muito respeitada. Era uma acadêmica! Já havia escrito artigos para revistas científicas e era um modelo a ser seguido por muitas outras feministas que viam nela uma enorme fonte de inspiração... Vou falar dela mais adiante! (WINTER, 2015, p.17)

Após, cumprir com os deveres daquele dia, Winter se dirigiu para o apartamento da feminista com quem ficaria hospedada. Winter faz questão de ressaltar, que o apartamento da feminista se localizava em uma zona nobre da cidade e que era perfeitamente decorado, demonstrando assim qual era a classe social a qual a feminista em questão pertencia. Ressaltamos também a relevância que Winter dá a formação acadêmica da feminista e a importância que Scheila possuía na esfera da militância deste movimento. Acreditamos que Winter fez isto para então argumentar sobre como esta feminista havia sido hipócrita ao passar por cima dos próprios dogmas. De acordo com a narrativa de Winter, a feminista Scheila a convidara para dar um passeio pela cidade naquela noite e, depois de se encontrar com alguns amigos, a teria “abandonado”, sem dinheiro, sem ter para onde voltar, sem se preocupar onde passaria a noite, a colocando numa situação de risco. Na perspectiva de Winter, a postura da feminista deveria ser de “me acolher, me ajudar” (WINTER, 2015, p. 20), no entanto ela “simplesmente me trocou facilmente por sexo e drogas”. (WINTER, 2015, p.21). Segundo Winter ela teria passado a noite vagando pela rua e no dia seguinte retornou ao apartamento da feminista para recolher seus pertences, quando então reencontrou Scheila que

...queria conversar, contar tudo o que aconteceu e como eu havia perdido por ter ficado mal humorada e ter ido embora. Foi uma noite muito produtiva com cocaína e um “ménage a trois” com direito a penetração dupla e pelo jeito sexo anal hardcore... Era o ponto forte do orgulho dela. (WINTER, 2015, p.21)

No momento de sua narrativa, que não é o do vivido, Sarah Winter posicionando-se como antifeminista, adota uma visão moralista, que determina um controle da

sexualidade e da expressão sexual feminina e que por consequência negativa qualquer expressão de liberdade sexual. Essa moralidade se manifesta como uma forma de vigilância do corpo, a fim de controlar, reprimir, censurar ou recalcar a sexualidade dos indivíduos. Como explicitou Foucault (1984) vivemos em uma sociedade que produz discursos tidos como verdades. Essa produção de discursos verdadeiros resulta na formação de poderes específicos. E essas verdades produzidas em relação a sexualidade levaram à repressão sexual. Neste sentido, vemos no discurso antifeminista reflexos dos jogos de poder entranhados nos discursos de regulação da sexualidade feminina, que ora podem permitir a expressão da sexualidade da mulher, ora a marginalizam, de acordo com o que é considerado verdade para cada grupo de sujeitos. Desta forma, as verdades produzidas a respeito da sexualidade, enunciadas no discurso de Winter, marcam a feminista como depravada sexual e drogada. Vale lembrar que os enunciados que constroem a feminista como vadia e drogada também apareceram na análise das páginas antifeministas que discutimos no primeiro capítulo desta dissertação.

As verdades antifeministas, como estamos argumentando ao longo desta dissertação, se constroem sobre a desconstrução do que este movimento afirma serem as verdades do que chamam “o movimento feminista”, porém, em relação à sexualidade (sua vivência, seu exercício, seu controle, etc) ou aos usos ou as formas de lidar com o corpo, diversas são as posturas dos feminismos, como vimos em relação à prostituição.

Campagnolo, em sua obra “*Feminismo: perversão e subversão*” vai além da afirmação de que a mulher feminista seria uma “depravada sexual”, afirmando que atualmente existe uma agenda feminista que motiva essa depravação. Segundo Campagnolo o feminismo incentiva “a vida sexual desregrada e relacionam os conceitos de liberdade e independência com a promiscuidade e a satisfação dos instintos” (CAMPAGNOLO, 2019, p.49). Para ela essa noção começou a ser difundida pelo feminismo que ficou conhecido como de “segunda onda”. Para sustentar sua afirmação Campagnolo argumenta que neste período as mulheres já tinham direito ao voto, já tinham acesso ao mercado de trabalho e “já desfrutavam livremente da igualdade jurídica e social”⁷⁵(CAMPAGNOLO, 2019, p, 136). Desta forma:

O reconhecimento de direitos civis deixa de ser evocado e uma nova abordagem assume o carro-chefe da propaganda feminista: o intratável

⁷⁵ Essas afirmações de Campagnolo se aproximam das noções sobre as ondas do movimento feminista enunciadas também pelas páginas antifeministas. Realizamos esta análise no tópico 1.4 do primeiro capítulo deste trabalho.

desejo de algumas mulheres de trocarem suas melhores virtudes pelos piores defeitos masculinos. Começa oficialmente o bombardeio da Revolução Sexual. (CAMPAGNOLO, 2019. P. 136)

Segundo Campagnolo, o feminismo fez da “revolução sexual” sua campanha de marketing (CAMPAGNOLO, 2019, p.156) e as pegadas dessa nova moralidade sempre estiveram marcadas na literatura feminista, desde o que ela considera, o primeiro documento feminista a obra de Mary Wollstonecraft publicada em 1792 “Vindication of the rights of woman (Reivindicações dos direitos da mulher). Para ela, a “segunda onda” do movimento só tornou mais evidente o papel fundamental da liberação sexual no discurso feminista:

A fase é marcada pelo desejo de algumas mulheres ocidentais de reproduzir os defeitos sexuais que sempre foram, no imaginário social, atribuídos aos homens: promiscuidade, desapego e irresponsabilidade com relação aos filhos. Se há um símbolo para a segunda fase do movimento é precisamente inveja do vício. (CAMPAGNOLO 2019, p. 156)

Em outra parte de seu texto, Campagnolo cita Sorokin⁷⁶ (1961) que afirma que com o início da liberação sexual também aumentou o número de adultérios, episódios de fornicação, abandonos e divórcios. Segundo Campagnolo (2019, p.160 e 162), a partir da “propagação da promiscuidade” realizada pelo feminismo “a sociedade teve seus padrões de comportamento visivelmente alterados na direção à agenda libertina das feministas”, o que, modificou as configurações da família brasileira. Para a autora, o aumento do número de casais sem filhos, assim como o aumento do número de mães solteiras, casamentos instáveis, divórcios e separações, são consequências da “revolução sexual” promovida pelo feminismo.

Esta noção de que o feminismo promoveu modificações negativas nas configurações de família associa-se a ideia de que o feminismo possui também uma agenda que promoveria a destruição desta. Winter enuncia este posicionamento em um

⁷⁶ Sociólogo e filósofo social Pitirim Alexandrovich Sorokin nasceu em 1889, na Rússia, e faleceu em 1968. Oriundo de uma família pobre camponesa, esteve envolvido na revolução russa de 1917, chegando a fazer parte do governo provisório de Kerensky. Obrigado ao exílio em 1922, fixou-se nos Estados Unidos da América em 1924, tendo lecionado Sociologia nas Universidades do Minnesota (1924-30) e de Harvard (1930), ocupando um lugar à margem das duas principais correntes sociológicas do seu tempo. Era um opositor ardente do comunismo a que ele chamava a “praga do homem”. Ficou mais conhecido por suas contribuições para a teoria do ciclo social. Cf: <http://www.mcnbiografias.com/app-bio/do/show?key=sorokin-pitirim-alexandrovich>. Acesso em: 22 de março de 2020

vídeo intitulado “feminismo e a destruição da religião e da Família” postado em sua conta no *Twitter*, ao questionar as mulheres que se reconhecem enquanto feministas e Cristãs. No vídeo Winter afirma que:

Só se pode servir a um Deus ou a Cristo ou ao Diabo. Pois, o caminho para o feminismo é um caminho maligno, um caminho do mal, é um caminho de destruição da família, do seio familiar é um caminho de destruição da maternidade e nada disso compactua com valores cristãos.⁷⁷ (WINTER, 2019)

Além de associar a defesa da família aos dogmas cristãos, a destruição da família na perspectiva das duas antifeministas, está atrelada ao que elas definem como “ideologia de gênero”. Uma obra utilizada e recomendada pelas antifeministas para definir e entender a “ideologia de gênero” é *Ideologia de gênero: O neototalitarismo e a morte da família*⁷⁸, obra do advogado argentino Pró-vida Jorge Scala, publicada em outubro de 2011 em São Paulo, pela editora Kathechesis. Sobre esta obra Winter em uma publicação em seu *Instagram* escreveu: “nesta obra fundamental para quem deseja se aprofundar no que é e para que corrobora a ‘Ideologia de Gênero’, Jorge Escala nos brinda com um olhar filosófico e científico sobre as maiores falácias da temática”. Citando Scala, Winter definiu “ideologia de gênero” como:

Uma Ideologia que apresenta o gênero como o sexo construído socialmente: (...) o sexo é o corpo, ou seja, o aspecto biológico dos seres humanos, algo completamente secundário. Eis a ideologia de gênero, que percebe a diferença biológica quase como uma provocação ao confronto e não como um chamado à complementariedade.⁷⁹

Segundo Campagnolo a “ideologia de gênero” seria “uma ferramenta de desconstrução [...] e a subversão das identidades” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 234) masculina e feminina. Para ela a ideologia de gênero propõe que:

A sociedade deve caminhar resolutamente rumo a uma dessexualização ideológica, isto é, rumo a um apagamento de toda distinção fundada no sexo [...] Acabou-se o tempo das discriminações biológicas [...] A categoria filosófica do sexo deve, portanto, desaparecer ou, pelo menos,

⁷⁷ Essa citação pode ser verificada no Twitter de Sara Winter Cf: https://twitter.com/_SaraWinter acesso em: 12 de janeiro de 2020. A citação foi retirada de um vídeo de 45 segundos postado em seu Twitter para a divulgação de uma *live* intitulada “feminismo e a destruição da religião e da Família” que ocorreu no dia 12 de dezembro de 2019. O vídeo foi publicado no dia 9 de dezembro de 2019.

⁷⁸ Esta obra de Jorge Scala também é utilizada como referência teórica por Campagnolo em seu livro *Feminismo: Perversão e Subversão*.

⁷⁹ Cf: <https://www.Instagram.com/p/B8HC8jcD7zq/> Acesso em: 09 de maio de 2020

ser esvaziada de sua substância significativa forjada pela cultura heterossexista (CAMPAGNOLO, 2019, p. 234 *apud* BONNEWIJN, 2015, p. 56-57)

Para Campagnolo, o sexo biológico “determina o comportamento de cada pessoa, e mais: há milênios o sexo define funções sociais e profissionais” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 238). Neste sentido, ao afirmar que o gênero é social e culturalmente construído, as teorias feministas a respeito dessa discussão (chamadas pelas antifeministas de ideologia de gênero) são entendidas como uma proposta de inversão das identidades binárias masculina e feminina, ancoradas no sexo biológico. Para compreendermos em qual sentido ocorreu a ressignificação do gênero nos discursos antifeministas, faz-se necessário apresentar, ainda que brevemente, os argumentos das feministas em relação ao gênero.

Atualmente, o termo *gênero* tem sido utilizado com frequência nas produções acadêmicas, entre militantes feministas e nos documentos oficiais de governos, especialmente quando se pretende oferecer uma abordagem sobre as mulheres e, mais recentemente, englobando também as reivindicações dos movimentos LGBT's. Louro (2014) afirma que, especialmente a partir da década de 1960, como desdobramento da chamada “segunda onda” do feminismo, é que as feministas passaram a direcionar seus esforços, além de suas preocupações sociais e políticas para a construção de epistemologias e metodologias próprias, ou seja, passaram a se preocupar com questões teóricas e, neste movimento, nasce o conceito de gênero.

Embora o conceito de gênero tenha passado por transformações e reformulações no interior das teorias feministas, uma das autoras que realizou um estudo aprofundado sobre as relações entre homens e mulheres, sem nomeá-las como relações de gênero - e até hoje influencia pesquisadoras/es e militantes - é Simone de Beauvoir. Em *O segundo sexo* (2000), a autora preocupou-se, entre outras questões, em procurar uma explicação acerca do que é ser mulher por meio de argumentos que buscavam demonstrar as origens da subordinação feminina, negando as afirmações baseadas em dados biológicos, ou seja, aquelas que indicam a subordinação da mulher como uma condição natural.

Ainda que os argumentos de Beauvoir tenham contribuído fortemente para as teorizações feministas, muitos estudos atuais têm rejeitado argumentos relacionados ao “o que é ser mulher” ou à busca em definir “de onde vem a subordinação feminina”, considerando que, como consequência desse tipo de raciocínio, tem-se a essencialização

do gênero e a universalização da opressão (FRANCHETTO; CAVALCANTI; HEIBORN, 1981; LOURO, 1997).

Tais críticas provêm das discussões em torno do relativismo e do universalismo da subordinação ou opressão das mulheres buscando desnaturalizar a percepção de “ser mulher”, de forma que seja possível questionar e relativizar o aparente caráter absoluto da opressão que, enquanto construção social, é passível de transformação (FRANCHETTO; CAVALCANTI; HEIBORN, 1981).

Tal como afirma Louro (1997), embora exista uma diversidade de formulações para conceituar gênero, em conformidade com os contextos e paradigmas teóricos, atualmente, parte significativa das produções feministas aproxima-se do pós-estruturalismo e entre as/os autoras/es desse campo teórico, destaca-se Joan Scott.

Scott (1995) argumenta que o conceito de gênero foi criado para opor-se a um determinismo biológico nas relações entre os sexos, dando-lhes um caráter fundamentalmente social. Ou seja, para ela as relações entre os sexos são construídas socialmente, porém, isso ainda diz pouco, pois não explica como estas relações são construídas e porque são construídas de forma desigual privilegiando o sujeito masculino; não diz como funcionam ou mesmo como mudam, assim ela chega à conclusão que só essa constatação, não tem força suficiente para integrar ou mudar os paradigmas históricos existentes (SCOTT, 1995). Dessa forma, Scott vai além e articula a noção de construção social com a noção de poder, presente no processo dessa produção, dizendo por fim que gênero:

(...) tem duas partes e diversas subpartes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser distinguidas na análise. O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e mais, o gênero é uma forma primeira de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1995, p.86)

Por essa perspectiva gênero é constituído por relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, que por sua vez, se constituem no interior de relações de poder. Scott (SCOTT, 1995), afirma que gênero significa o saber a respeito das diferenças sexuais, saber este, pensado por ela, seguindo a orientação de Michael Foucault, como sendo a compreensão produzida pelas culturas e sociedades sobre as relações humanas e ainda um modo de ordenar o mundo e como tal não antecede a organização social, mas é inseparável dela. Saber, pensado aqui, como algo que nunca absoluto ou verdadeiro, mas sempre relativo, cujos usos e significados nascem de uma

disputa política e são os meios pelos quais as relações de poder – de dominação e de subordinação – são construídas. Dessa forma, ela agrega tanto construção de saber, quanto relação de poder em sua definição e instrumentalização de gênero.

Segundo Louro, para algumas feministas, a distinção realizada a partir de fatores biológicos, ou seja, fundada na distinção sexual, serve para justificar a desigualdade social entre as pessoas:

É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas e valorizadas, aquilo que se diz ou pensa sobre elas vai construir, efetivamente, o que é o feminino ou o masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos (LOURO, 2014, p. 25).

Luis Felipe Miguel (2014, p. 79) afirma que ainda na contemporaneidade há “um ideal convencional de feminilidade que permanece atuante, mesmo entre autoras e autores capazes de compreender o trabalho social de conformação das mulheres aos papéis tradicionais a elas atribuídos”. Se para parte da crítica feminista tornou-se central, para solucionar esse problema, propor a distinção entre sexo e gênero, sendo o primeiro termo relacionado aos fenômenos biológicos e o segundo às construções sociais, algumas autoras/es passaram a questionar o uso do “sexo” como uma categoria dicotômica das teorizações e práticas feministas. Defendem que:

O sexo precisa ser desligado de seu fundamento biológico, entendido como construto social e, afinal, tornado indiferenciável do gênero. De maneira simplificada, se para os oponentes do feminismo não há gênero, só sexo, já que as diferenças entre mulheres e homens refletiriam uma realidade biológica, para essas feministas não há sexo, só gênero, já que mesmo a pretensa realidade biológica da diferenciação sexual seria uma construção social (MIGUEL, 2014, p. 80).

Temos, portanto, um deslocamento do sexo para o gênero. Tal deslocamento “acrescenta uma ambiguidade ao sujeito do feminismo – a mulher em nome de quem se fala é, ela mesma, produto das relações de dominação que se deseja abolir” (MIGUEL, 2014, p. 81). As feministas ligadas ao pós-estruturalismo rejeitam qualquer tentativa de fixar uma identidade feminina redutora e repressiva e, entre elas, destaca-se Judith Butler.

A ideia de direcionar o foco para o caráter social das construções das feminilidades e masculinidades não significa negar que o gênero é constituído sobre corpos sexuais,

como sugerem os discursos antifeministas quando se referem as abordagens feministas em relação ao gênero. Ao contrário, estudos de várias feministas buscam enfatizar as construções sociais e históricas que são produzidas sobre as características biológicas (LOURO, 2014).

A desconstrução feminista significa problematizar a oposição entre os gêneros e também a unidade interna de cada um deles. Ou seja, trata-se de observar que a ideia de feminino só pode ser construída a partir da ideia de masculino, recusando as polarizações, as oposições binárias em torno do gênero e, ainda, considerar a fragmentação e a divisão interna de cada um deles. Assim, a desconstrução permite perceber que a oposição entre homem e mulher (assim como outros binarismos como público/privado, razão/emoção, produção/reprodução) é construída e não pode ser tomada como fixa e inerente a um determinado organismo. Trata-se de uma tentativa de historicizar as polaridades (LOURO, 2014). Nos discursos antifeministas a negação da existência de uma natureza masculina e outra feminina resultaria na inversão das identidades feminina e masculina, e conseqüentemente em uma desconstrução da sexualidade, pois para o antifeminismo a sexualidade humana é entendida como a expressão das supostas naturezas femininas e masculinas expressas pelos órgãos sexuais, sendo, portanto, também um aspecto natural da vida humana. Sendo assim, ao propor a desconstrução das categorias binárias o feminismo passa a ser acusado pelas antifeministas de possuir uma agenda que pretende desconstruir a heterossexualidade (isso revela a heteronormatividade presente nos discursos antifeministas) de suas militantes, a partir da “ideologia de gênero”. Em seu livro *Winter* afirma que:

Quando conheci Leandra eu acreditava que eu era bissexual. Não, não sentia absolutamente nenhuma atração por ela... Hoje eu sei que minha “bissexualidade” era forjada, não passava de uma tentativa minha de engolir a propaganda de teoria de gênero e assim desconstruir minha heterossexualidade e parecer mais legal aos olhos das irmãs de luta. Mulheres heterossexuais não são exatamente a melhor propaganda para o movimento feminista [...]. (WINTER, 2015, p.25)

Campagnolo também defende a noção de que existe uma agenda feminista contrária a heterossexualidade. Em um subcapítulo de seu livro, intitulado “O padrão lésbico e Monique Witting”, Campagnolo disserta sobre essa suposta agenda. Segundo ela, algumas feministas ignoram “a fatalidade da diferença dos corpos e, sob o discurso

de libertar a humanidade da escravidão de sua condição sexual, propõem um novo padrão: *A lésbica*” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 239).

Essa “agenda lesbianista”, segundo ela, surge com o feminismo que ela considera o mais radical, o de “terceira onda”, no qual, encontramos o lema:

O lesbianismo é o único caminho para a liberdade feminista. Como bônus ao padrão lésbico, propõe a extinção dos homens enquanto classe, não com um genocídio, [...] mas como ideia. A solução para a opressão contra a mulher, segunda essa feminista (se referindo a Witting) é a rejeição da maternidade e a adoção de um comportamento lésbico. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 243-244)

Segundo Campagnolo existe assim uma proposta feminista que busca convencer “todas as mulheres da supremacia da conduta lésbica” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 34). É neste sentido que afirma que a ideologia de gênero tem grande “importância dentro do movimento feminista para a realização dessa desconstrução da família e da heterossexualidade” (CAMPAGNOLO, 2019, p.226). Uma vez que “o movimento pretende desconstruir a estrutura clássica da família: dois adultos de sexos apostos vivendo em uma relação estável e exclusiva enquanto exercem os papéis parentais distintos e propiciam pelo desfrute pleno do ato sexual” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 201). A respeito dessa noção, Winter também afirmou que:

Acredito que o propósito do feminismo em disseminar a ideologia de gênero é promover a destruição da família tradicional e de todos os valores morais da sociedade. Tudo isso, claro, com a desculpa de enfrentamento ao preconceito e homofobia. (WINTER *apud* CHAGAS, 2015)

Se para o antifeminismo a sexualidade humana é contruída a partir da “natureza feminina” e da “natureza masculina”, as manifestações de sexualidade permitidas serão aquelas entendidas como naturais, que levam à reprodução, ou seja, entre homens e mulheres que se complementam entre si, tornando-se mães e pais. As formas de relacionamentos que escapam à norma heterossexual são entendidas como antinaturais e como um risco para a família, fundamentada na reprodução. Outro discurso enunciado pelas antifeministas, como um ataque do feminismo as configurações de família, é a luta de algumas vertentes do movimento feminista pelo direito de interromper uma gravidez. Sobre isso Winter escreveu “Antigamente as mulheres colocavam os seios para fora para amamentar seus filhos, hoje elas fazem isso pelo direito de matá-los. O

feminismo destruiu a maternidade e a essência feminina”.⁸⁰ Para Campagnolo “o aborto é uma sugestão totalitária e faz parte de uma agenda que inclui a instituição da promiscuidade e o fim da família⁸¹. (CAMPAGNOLO, 2019, p. 155).

A corrente majoritária do movimento feminista na luta pelos direitos reprodutivos da mulher no Brasil, desenvolveu-se no início dos anos 1970 em sintonia com os feminismos da Europa e do Estados Unidos, que se fundamentava no “direito à livre escolha da maternidade, ao aborto, à contracepção. Os direitos reprodutivos podem ser considerados, do ponto de vista dos direitos humanos, como uma ampliação dos mesmos” (SCAVONE, 2000, p.141). Entretanto, segundo Scavone (2000), sob o ponto de vista feminista, a noção de direitos reprodutivos possui um significado político social mais abrangente, pois ela questiona, desde seu aparecimento, as relações de gênero, tanto no núcleo da instituição familiar, como na orientação das políticas de planejamento familiar. Para a autora, “Não se tratava só de politizar as questões privadas e trazê-las para o debate público, mas, sobretudo, mediante essa luta, alcançar a equidade de gênero”. (SCAVONE, 2000, p.141-142.)

No Brasil, assim como em outros países, não é possível falar de “movimento feminista” como algo unívoco ainda que, em geral, o termo seja utilizado no singular. O que chamamos de feminismo é algo “fragmentado, com múltiplas manifestações, objetivos e pretensões diversas” (PINTO, 2003, p. 9). Assim, o correto é falarmos de movimentos feministas como já indicamos anteriormente. E foram estes movimentos feministas, por meio de grupos diversos que se tornaram protagonistas do debate sobre o aborto no país, se posicionando a favor da descriminalização do mesmo, uma bandeira compartilhada pela maioria deles.⁸² Segundo Rocha (2016, p.369) foram eles os

⁸⁰Cf: https://twitter.com/_SaraWinter/status/1226911529431379968. Acesso em 11 de Março de 2020

⁸¹ Para embasar seus argumentos em relação ao aborto Campagnolo cita os livros de Joge Scala “A multinacional da morte” (2004) e o de Eugenia Rocella e Lucetta Scaraffa “Contra o cristianismo – A ONU e a união européia como nova ideologia” (2014).

⁸² Uma das correntes feministas brasileira, em atuação hoje, é a que luta por direitos específicos das mulheres. Segundo Scavone (2008, p. 675), essa corrente é centrada nas lutas pelos direitos de “saúde reprodutiva, sexualidade, educação, trabalho, violência e política – com base nos princípios dos direitos individuais do liberalismo democrático”. A autora acrescenta que essa corrente associa direitos humanos aos direitos sociais e se identifica com correntes políticas de esquerda. E que é a corrente política predominante do feminismo hoje no Brasil e em outros países da América Latina; diferenciando-se das correntes feministas que privilegiam a luta pela transformação do sistema patriarcal e/ou falocrático, ou ainda daquelas que priorizam a luta contra heteronormatividade. (SCAVONE, 2008)

principais atores “comprometido[s] com mudanças de mentalidade e institucionais a respeito do assunto”.

Um dos argumentos feministas em defesa da ampliação do aborto legal é o de que o aborto é uma questão de saúde pública, pois, mesmo diante das severas restrições legais do Brasil, o aborto é realizado por diversas mulheres. A estimativa é de que uma em cada cinco mulheres brasileiras já fizeram pelo menos um aborto (DINIZ & MEDEIROS, 2010, p. 964). Na maioria das vezes, são as mulheres em situação de pobreza que recorrem ao aborto clandestino como forma de “planejamento familiar”. O aborto realizado de forma clandestina leva a uma elevada taxa de complicações após sua realização convertidas em internações hospitalares (FUSCO; ANDREONI; SILVA, 2008). O argumento da saúde pública é um argumento colocado pelos grupos feministas com o objetivo de chamar a atenção para o fato de que não é só a vida do feto que deve ser balizada na questão do aborto, mas que ao negar esse direito às mulheres, ao invés de se impedir que elas prossigam com suas gestações, o que se faz é obrigá-las a recorrerem a abortos clandestinos, colocando sua vida e saúde em risco.

O ato de abortar de forma insegura se relaciona também a uma questão de injustiça social, um dos argumentos favoráveis à descriminalização ampla do aborto. De acordo com esse argumento, a identificação do aborto como crime pelo Código Penal, ressalvadas as exceções previstas neste, contribui para colocar as mulheres pobres em uma situação de maior vulnerabilidade, pois, são elas que têm menos acesso à educação e à informação sobre métodos contraceptivos, e são as que mais dependem dos serviços públicos de saúde. Quando elas ficam grávidas, não desejam a gestação e recorrem ao aborto, muitas não têm condições de realizarem o procedimento em condições seguras. Além disso, quando se trata da razão de mortalidade materna por aborto, em relação às mulheres negras, obtém-se duas vezes mais mortes do que em relação às mulheres brancas (MARTINS; MENDONÇA, 2005). Sendo assim, descriminalizar o aborto significaria tornar a prática segura para as mulheres socialmente marginalizadas, pois são estas que buscam meios clandestinos de ruptura da gravidez, ao contrário das mulheres com maior privilégio de classe e raça que possuem condições para buscar o procedimento seguro, sendo que algumas até se deslocam à países vizinhos onde a prática é legalizada a fim de romper a gestação (BBC, 2018). De acordo com esse argumento, “a prática do aborto não é reduzida pela criminalização, mas brutalizada, e é tanto mais perigosa para as mulheres, quanto maiores são os esforços para fazer cumprir a lei” (BOLTANSKI, 2004, p. 124). A

clandestinidade corresponde à realização do aborto em condições precárias e, novamente, tanto mais precárias quanto mais efetivas são as políticas de repressão, resultando em um número elevado de complicações e de mortes⁸³.

Outro argumento de defesa do direito ao aborto se relaciona ao direito das mulheres de ter liberdade individual, destacando-se o direito de que a mulher deve ter controle sobre o seu próprio corpo e, por isso, o direito a interromper uma gestação. Esse argumento se relaciona com algumas das questões teóricas discutidas pelas feministas que argumentam que a democracia pressupõe a igual obrigação e a igual liberdade diante das leis, que a igualdade de direitos implica no direito de poder controlar o próprio corpo e que a democracia requer o Estado laico e liberdade para cada um definir o seu estilo de vida (BIROLI, 2014).

Cohen (2012, p. 195) defende que “nossos corpos e nosso sentimento de controle sobre nossos corpos são centrais para nosso mais básico sentido de individualidade”. O direito a controlar o próprio corpo pode ser tomado como algo que está no cerne da individualização e do reconhecimento da capacidade de exercício da autonomia assim concebidas. A “propriedade de si”, que podemos aqui definir como a autonomia dos indivíduos para dispor do próprio corpo, é uma das bases para o acesso à cidadania, e a criminalização do aborto gera uma assimetria, impondo às mulheres limitações no manejo do próprio corpo com as quais os homens não sofrem (MIGUEL, 2012). A manutenção do Estado laico adquire uma importância central para o debate sobre aborto, porque as crenças religiosas estão na base da posição contrária a esse direito no Brasil. Além disso, o aumento do número de deputados ligados a igrejas no Congresso faz com que a laicidade se torne não apenas uma questão disputada, mas também objeto de concessões e acordos políticos (GOMES, 2009). Os argumentos contrários ao aborto dizem respeito a inviolabilidade do direito à vida que se fundamenta na importância de preservá-la e defende-la. Defensores e defensoras desta ideia argumentam que a vida do feto é o bem maior que deve ser protegido e que o aborto seria um atentado contra esse bem. Este argumento se ancora em diversos aspectos religiosos, culturais e, até mesmo, científicos. Por exemplo, para explicar que a vida do feto deve ser preservada afirma-se que a ciência

⁸³ Segundo dados oficiais do Ministério da Saúde de 2006, o aborto clandestino é a causa de 11,4% das mortes maternas e 17% do total de mortes por razões obstétricas. Esse número é menor do que o que foi apontado por estatísticas dos anos 1990, provavelmente pela difusão do uso de substâncias como o misoprostol em vez de métodos perfurativos ou cáusticos (Ministério da Saúde, 2009). Relatos, sobretudo de mulheres das camadas mais pobres da população, indicam que o acesso a substâncias abortivas na clandestinidade continua a se dar de forma não apenas precária, mas que compromete a saúde das mulheres e também a das crianças nos casos em que a tentativa de aborto não tem sucesso.

já provou que existe vida desde a concepção, portanto, em qualquer fase da gestação, o aborto é considerado um assassinato (BARBIERI 1997). Em relação aos argumentos religiosos utilizados, uma das formas de sua construção foi através da afirmação direta e sem subterfúgios de que só Deus dá a vida e que só ele pode tirá-la e que por isso o aborto deve ser proibido. Outra forma bastante comum de mobilização de argumentos religiosos é a afirmação de que o aborto é crime pela lei divina e que ele viola as tradições cristãs (GOMES, 2009). Vale ressaltar que apesar dos grupos contrários ao aborto não formarem uma categoria homogênea, eles geralmente estão ligados a grupos ou instituições religiosas, que representam o posicionamento da hierarquia católica. A posição contrária ao aborto da Igreja Católica se baseia na ideia da “defesa da vida”, que é articulada com outras argumentações nos discursos. Para a hierarquia católica e os movimentos “Pró-vida”, a vida possui limites cronológicos concretos, se iniciando no momento da fecundação e transformando qualquer ato contra essa vida em um assassinato. Nessa caracterização da vida humana se relacionam duas dimensões distintas: uma ancorada no aspecto biológico de que a vida se inicia na fecundação; e uma baseada no aspecto jurídico que supõe que o “produto da concepção” já seria um sujeito de direitos (FAÚNDES; DEFAGO, 2013).

Outro argumento contrário ao aborto de relaciona a questões morais. Os argumentos morais estão relacionados a um pensamento predominantemente conservador não só em relação ao aborto, mas no que se refere aos papéis tradicionais de gênero, à família tradicional, às relações homossexuais, à prostituição, às drogas etc. Ou seja, ele se relaciona com uma idealização moral da sociedade, que não comportaria certas práticas, entre elas o aborto (VITAL; LOPES, 2013).

Atualmente a legislação brasileira considera o aborto um crime, com penas previstas de 1 a 3 anos de detenção para a gestante, e de 1 a 4 anos de reclusão para o médico ou qualquer outra pessoa que realize em outra pessoa o procedimento de retirada do feto. Porém, não é qualificado como crime quando ocorre naturalmente ou quando praticado por médico capacitado, em três situações: risco de vida para a mulher causado pela gravidez, gestação resultante de um estupro (vigentes desde o Código Penal de 1940) e casos de anencefalia fetal (decisão do Supremo Tribunal Federal em 2012). Porém, os debates reivindicando que o “direito a vida” existe desde a concepção, realizados por grupos conservadores no âmbito estatal, levaram a apresentação de

projetos de lei e ementas constitucionais para tentar garantir isso⁸⁴. A PL 478/200785, o chamado “Estatuto do Nascituro”, é uma reação contra a luta pelo aborto e “sua aprovação permitiria a criminalização do aborto nos casos hoje despenalizados” (BIROLI, 2018, p. 163).

Na argumentação antifeminista contrária ao aborto, destacam-se pelo menos dois argumentos centrais: 1) a resistência aos direitos de liberdade individual da mulher sobre seu corpo; 2) a oposição à liberdade sexual da mulher. Esses argumentos se constroem a partir de fundamentos fisiológicos e biológico que definem qual é a missão natural de uma mulher e sua função social: a maternidade. A mulher, portanto, é definida pela maternidade, defendendo-se a ideia de uma natureza feminina ligada à reprodução. Se a mulher é definida pela maternidade, não caberia a ela a decisão de não ser mãe. A recusa da maternidade seria a recusa do status de mulher que resultaria na morte da família, como explicitou Winter ao alegar que a luta pelo aborto promovida pelo feminismo “destruiu a maternidade e a essência feminina”⁸⁶. Cabe ressaltar que não é “qualquer” família que é defendida nesses discursos, mas sim a família heterossexual, monogâmica, com os papéis que cabem ao homem e à mulher claramente estabelecidos.

Durante todo este tópico buscamos levantar as construções que as duas antifeministas realizam sobre algumas bandeiras do movimento feminista. Vimos que, segundo elas, foi a partir da “revolução sexual” que o feminismo promoveu a promiscuidade feminina e a libertinagem sexual; e a partir “da ideologia de gênero”, promoveu a desconstrução das identidades masculinas e femininas, o lesbianismo e a destruição da configuração “natural de família”; a luta feministas pela descriminalização e legalização do aborto também é entendida como forma de destruição da família e desconstrução do papel natural da mulher, a maternidade.

Nas palavras das próprias antifeministas: a proposta do feminismo para as mulheres seria “combater a religião cristã, atacar os padrões familiares, negligenciar a maternidade e o casamento, subverter os preceitos morais e estéticos, etc.”

⁸⁴ Além do PL 478/2007, o chamado Estatuto do nascituro, foram apresentadas também a PEC 164/2012 e a PEC 29/2015 que propoem acrescentar ao art. 5º da Constituição a inviolabilidade do direito à vida desde a concepção.

⁸⁵ O projeto de Lei nº 478/07 foi aprovado pela Comissão de Seguridade Social e Família em 5 de junho de 2013 e desde então está aguardando o parecer do relator da Comissão de Constituição e Justiça para que possa seguir para votação no Plenário. Cf: <https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=345103>. Acesso em: 12 de novembro de 2019.

⁸⁶ Cf: https://twitter.com/_SaraWinter/status/1226911529431379968. Acesso em 11 de Março de 2020

(CAMPAGNOLO, 2019, p. 314). Winter compartilha da mesma concepção, quando definiu o feminismo como “A favor da Revolução Sexual, do Aborto, da ideologia de gênero, contra a família natural, contra o matrimônio, contra a igreja”.⁸⁷

A intenção de trazer as duas noções é de demonstrar como as definições que essas antifeministas fazem das bandeiras e do movimento feminista estão em concordância, e relacionando-se também com as concepções de mulher feminista construídas pelas páginas antifeministas que analisamos no primeiro capítulo. Se neste capítulo discutimos como as antifeministas afirmam que o feminismo promove a promiscuidade através de uma “revolução sexual”, essa noção se apresentou no primeiro capítulo quando demonstramos a feminista sendo construída como “vadia” pelas páginas analisadas. Se neste capítulo vimos o feminismo sendo construído como aquele que promove um lesbianismo, no primeiro capítulo a feminista é construída como lésbica pelas páginas analisadas. Verificamos assim, que a produção dos enunciados a respeito da mulher e do movimento feminista realizado pelas militantes e pelas páginas do *Facebook* antifeministas possuem suas conexões.

Após explorar as leituras que as antifeministas fazem do feminismo e suas bandeiras, é possível definir as bandeiras das antifeministas: uma militância pela defesa da religiosidade, do casamento e da família com o movimento “Pró - família”; a defesa da maternidade ligada ao movimento “Pró-vida”; o resgate de uma “moralidade” conservadora na defesa de uma certa concepção feminilidade e masculinidade, binária e fixada nos atributos sexuais diferentes, a partir da luta contra a “ideologia de gênero”, seja nas escolas ou nos movimentos LGBTQTS.

O antifeminismo surge como movimento de oposição ao feminismo. Essa noção de oposição pode ser visualizada na conclusão do livro de Campagnolo, quando ela cita a advogada estadunidense Phyllis Schlafly, que foi uma advogada conhecida por sua oposição ao feminismo moderno, e que recomenda uma possível solução para lidar ou reagir contra o feminismo.

Uma das melhores maneiras de reagir ao feminismo não é sucumbindo ao mundo que as feministas criaram, mas sim negando-o especificamente. A única maneira de vencer o feminismo é a rejeição total das mulheres ao movimento, e os homens se casando com as

⁸⁷ Cf: <https://www.Instagram.com/stories/highlights/17974911205247958/?hl=pt-br> Acesso em: 06/01/2020.

mulheres que rejeitam o movimento. (SCHLAFLY e VENKER ,2015, p.103 *apud* CAMPAGNOLO, 2019, p. 375)

Segundo Campagnolo “nenhuma mulher precisa militar, tampouco estudar o feminismo como uma condenada apenas para poder lançar-se contra ele. Basta ser mulher.” (CAMPAGNOLO, 2019, p. 375). Ao colocar uma proposta para reagir ao feminismo e convidar seus leitores para combater-lo articulando-se em torno de um projeto de vida e sociedade a autora acaba mostrando o caráter de organização social do antifeminismo. Ademais, a própria sugestão de reação pode ser comparada ao que analisamos no primeiro capítulo, ou seja, a rejeição do movimento feminista a partir da construção de perfis negativos para a mulher feminista. O que estamos ressaltando é que apesar da análise deste capítulo ter se construído sobre a percepção de apenas duas mulheres autodeclaradas antifeministas, existe uma grande repetição de formações discursivas entre o que elas e as páginas antifeministas pesquisadas enunciam, indicando assim que existe uma agenda comum para o antifeminismo.

No próximo capítulo abordamos o antifeminismo fora das redes sociais. Para isso, analisamos como se dá a militância antifeminista na defesa de suas bandeiras, bem como as modificações sociais que têm sido promovidas por este movimento.

CAPÍTULO III

O ANTIFEMINISMO FORA DAS REDES

Como analisamos no capítulo anterior, as bandeiras do antifeminismo se fundamentam na apropriação e resignificação de elementos importantes da teoria e prática feminista, como, por exemplo, o gênero e seus nexos com os conceitos de sexualidade e família. Neste capítulo analisamos como os discursos e a militância antifeminista excedem os limites das redes sociais e como os sentidos produzidos pelas considerações antifeministas provocam implicações políticas e sociais.

Para compreendermos como ocorre a militância antifeminista na produção de sentidos normativos em torno das resignificações de elementos importantes da teoria e prática feminista, dedicamos-nos ao exame das manifestações destes discursos fora das redes, ou seja, como se realiza a militância antifeminista fora da internet enquanto um movimento social. Começamos este exame apresentando a conjuntura nacional a partir de 2016, com o golpe parlamentar que destituiu a presidenta Dilma Roussef e configura-se como parte do recrudescimento de uma agenda conservadora no Brasil que, acreditamos impulsionou a agenda antifeminista que discutiremos neste capítulo por meio de entrevistas, palestras e cursos ministrados pelas antifeministas Sara Winter e Ana Campagnolo, pois, consideramos as atividades ministradas por essas mulheres antifeministas parte fundamental do ativismo social e político do antifeminismo no Brasil.

O interesse aqui é visualizar e compreender as atividades fora das redes, porém é por meio destas que conseguimos acessar tais atividades. Mapeamos as palestras, entrevistas e cursos ministrados pelas antifeministas, principalmente a partir da rede social *Instagram* de Sara Winter e Ana Caroline Campagnolo e do site oficial de Campagnolo (<https://anacampagnolo.com.br/>). Ressaltamos que não há grande divergência de conteúdos produzidos por elas em suas variadas redes sociais, uma vez que, quando elas publicam algum conteúdo em uma de suas redes sociais, este conteúdo é automaticamente adicionado as outras. No entanto, quando se fez necessário e possível, buscamos e cruzamos informações com as demais redes sociais destas duas mulheres.

3.1. O recrudescimento do conservadorismo no Brasil: impulso para o antifeminismo de Winter e Campagnolo

De acordo com a professora Maria Lúcia Barroco (2009, p. 172; grifos da autora), “o conservadorismo fundamenta-se na valorização do passado, da **tradição**, da autoridade baseada na **hierarquia** e na **ordem**; [...] nega todas as conquistas da época moderna”. Barroco sinaliza que foi sob o contexto da crise estrutural do capitalismo⁸⁸, dos anos 1970, e buscando uma forma de enfrentar as tensões sociais decorrentes da ofensiva neoliberal, que o conservadorismo se reatualizou e incorporou princípios econômicos do neoliberalismo, sem abrir mão do seu ideário e do seu modo específico de compreender a realidade. Segundo a autora, o neoconservadorismo apresentou-se então:

[...] como forma dominante de apologia conservadora da ordem capitalista, combatendo o Estado social e os direitos sociais, almejando uma sociedade sem restrições ao mercado, reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais. (BARROCO, 2015. p. 624-625)

Para Barroco (2015), a moral desempenha uma função de destaque no discurso neoconservador, sendo concebida como base fundante da sociabilidade e da política. No conservadorismo a moral adquire um sentido moralizador em que as crises sociais e as expressões da questão social são entendidas como consequências de uma desagregação moral, remetidas principalmente à desestruturação da família e dos valores tradicionais (por isso faz parte das propostas conservadoras buscar reformar a sociedade). A família assume assim, posição de alicerce moral no conservadorismo. Ademais, esse apelo aos valores morais como forma de interpretar e ordenar a realidade aparece como funcional ao sistema capitalista, a medida em que naturalizam e individualizam as expressões da questão social, acusando-as de “desajustamento moral”, ocultando as determinações socioeconômicas e culpabilizando os indivíduos isoladamente. Além do que, ao elogiarem o passado e repugnarem os questionamentos dos valores éticos, políticos, sociais e culturais ligados ao racismo, elitismo, patriarcado, xenofobia, preconceitos a

⁸⁸ A crise do capital, que se processou a partir de 1970, no entanto, não diz respeito apenas aos seus determinantes econômicos e políticos, mas relaciona-se a uma crise sociocultural, produto das inúmeras transformações no campo da cultura que se sucederam no final dos anos 60. [...] as respostas iniciais à crise [...] não são apenas respostas econômicas [...]: trata-se da ascensão de um novo paradigma ídeo-teórico de legitimação da ordem, necessário à recomposição do projeto burguês (Rocha, 2014, p.158-159).

minorias e fundamentalismos religiosos, os adeptos ao neoconservadorismo retrocedem historicamente e colaboram para a reprodução de uma ordem social fundada em desigualdades.

Para Miguel (2016), a ascensão do discurso conservador na política brasileira é marcante na década de 2010, sendo representada principalmente por meio do bloco político dos fundamentalistas religiosos que, segundo o autor, se fortaleceu já na década de 1990, quando as igrejas pentecostais começaram a eleger pastores para cargos políticos, cujos discursos fundamentavam-se pela defesa dos valores cristãos, tradicionais, tidos como naturais e universais.

Esse quadro histórico vivido pelo Brasil tem demonstrado que o conservadorismo moral e político aparece através da noção de algo novo e da mudança. Através de narrativas de clamor à nação e da invocação do modelo de família e papéis de gênero tradicionais, centrais para a defesa obstinada da família como o principal núcleo social, entendido de forma autônoma ao Estado, sendo orientada principalmente pela moral da Igreja, o pensamento conservador se alastra nas diversas arenas da agenda política brasileira.

O golpe que retirou do poder a presidenta Dilma Rousseff, em maio de 2016, articulado pelos setores mais conservadores, com um apoio maciço da mídia, além de ter sido um movimento visando interromper um processo de mudanças sociais no Brasil, também possuiu fortes componentes desse conservadorismo e de discriminação de gênero (ARAÚJO, 2018). Gomes (2018, p.151) definiu o golpe como “um golpe parlamentar, midiático, jurídico, fundamentalista, de raça, classe, gênero e com uma orientação heteronormativa”. A imprensa brasileira atuou como o maior partido de oposição a presidenta e, de forma insistente, empregou marcas de gênero em sua campanha de deslegitimação da mesma. Isso pode ser acompanhado nas opiniões dos telejornais, pelos comentaristas, *Facebook*, *Twitter* e documentários tendenciosos. Uma verdadeira campanha midiática que demonizou o Partido dos Trabalhadores (PT), ao qual a presidenta Dilma é vinculada e a sua trajetória política e institucional. (GOMES, 2018)

Durante a campanha a favor do Impeachment, seja nas redes sociais por grupos conservadores, ou nas manifestações de rua liderados por uma classe média elitizada, as questões de gênero emergiram. Deixando de ser um preconceito contra as mulheres na política para ser meramente um preconceito contra as mulheres (PINTO, 2018). A mídia

absolutamente descompromissada com a imparcialidade da informação (RUBIM; ARGOLLO, 2018, p.11) apresentou Rousseff como uma mulher com valores subversivos, que “pegou em armas” durante a ditadura, como neurótica e sem controle emocional, de histórica a mal-amada. A imagem da presidenta foi se construindo socialmente como a oposto da mulher “bela, recatada e do lar”⁸⁹. E o próprio fato de ser uma mulher, foi associado pela mídia a um problema de incompetência, que não dava a Rousseff condições de gerir um país e uma grande economia. Rousseff também foi estereotipada como alguém sem as características emocionais necessárias para ouvir as pessoas, os partidos, os políticos e fazer negociação (GOMES, 2018).

As exposições de votos na seção plenária da Câmara dos Deputados, que em 17 de abril de 2016 legalizou o impeachment da presidenta Dilma, colocou “em evidência o caráter patriarcal, conservador e, acima de tudo, misógino do golpe” (MANO; MACÊDO, 2018, p. 98). Adotada pela oposição durante o processo de impeachment, a frase “Tchau, querida!” foi utilizada como um deboche a imagem da presidenta, comprovando também a misoginia. A frase é “uma crítica que mistura o desprezo ao lugar do feminino e a afirmação de que o executivo não é espaço para as mulheres” (GOMES, 2018, P. 156). A comum apelação para salvar a família, as declarações de fé pelos valores “da família brasileira”, também se fizeram presentes na exposição de votos. Segundo Castro (2018) este apelo aos valores da família fez parte de um jogo de cena:

[...] para conquistar uma massa levada a associar um governo, uma gestão que se queria derrubar, com uma mulher que não se encaixava na norma esperada, a de mãe de família, “recatada e do lar” e que seria uma ameaça à família, aos “bons costumes”, à moral de austeridade que se queria nas finanças públicas – as metáforas entre a defesa da família e o impeachment da presidenta estariam subliminarmente postas (CASTRO, 2018, P.133)

Para alguns autores a presidenta não sofreu o impeachment pelo fato de ser mulher. Segundo Santana (2018, p. 167) ela “foi derrubada porque, na quadra da disputa de poder sobre a região, o governo dela era um empecilho à consecução de interesses

⁸⁹ A rejeição ao modelo de mulher representada pela presidenta torna-se clara quando, logo após a primeira votação pela abertura do processo, de impeachment na Câmara dos Deputados, a revista *Veja* ofertou ao leitor a antítese de Rousseff. O que poderia ser considerado um exemplo de mulher, devidamente enquadrada em seu devido lugar de feminilidade, representada pela figura de Marcela Temer, no amplamente criticado artigo “Marcela Temer: bela, recatada e ‘do lar’”. (LINHARES, 2016) A edição da referida revista não poupa seus adjetivos ao perfil do que considera ser uma “mulher perfeita”: silenciosa, bonita, vaidosa e dona de casa.

neoliberais de alta monta”. Entretanto, isso não anula a presença da questão de gênero como elemento de disputa durante toda a gestão da presidenta, que foi fortemente acionada durante a campanha político-midiática em favor do impeachment. As questões de gêneros “converteram-se em um importante instrumento utilizado como ingrediente facilitador da investida golpista”. (SANTANA, 2018, p.167)

O golpe de 2016 que destituiu Rousseff de seu mandato foi um verdadeiro ataque às conquistas democráticas e promoveu grandes retrocessos no processo histórico de empoderamento das mulheres no Brasil. O governo de Dilma Rousseff ficou caracterizado pela maior presença de mulheres nos ministérios. Durante as duas gestões foram empossadas 18 ministras e uma presidenta de empresa pública. Houve o fortalecimento da Secretaria de Políticas para Mulheres, com a indicação de uma ministra ligada ao movimento feminista e o aumento do orçamento da pasta em aproximadamente 18%. Em 2015, após reforma ministerial, a secretaria passaria a ter status de ministério com a criação do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. (RUBIM; ARGOLO, 2018)

No entanto, no dia seguinte à posse do governo interino de Michel Temer, esse cenário foi reconfigurado. A foto do novo gabinete ministerial revelou a ausência de mulheres, de negros, de índios e de jovens dentre outras faces identitárias. O que denotava o início de um governo misógino e conservador e o conseqüente desmonte das políticas para mulheres (RUBIM; ARGOLO, 2018). A falta de mulheres na lista ministerial no governo Temer (apenas duas em 27 ministérios) não foi o único meio de afastá-las do espaço político brasileiro. O decréscimo na representação descritiva das mulheres tem sido feito de forma gradativa. Conforme o Ministério do Planejamento, 12,13% dos cargos comissionados cortados do Executivo eram ocupados por mulheres (PRAZERES; AMORIM, 2017).

Paralelamente a isso, o governo Temer extinguiu o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, passando suas atribuições ao Ministério da Justiça (MJ). Assim, a Secretaria de Políticas para Mulheres passou a departamento do MJ, não mais com o status de ministério ou como secretaria ligada à presidência.

Se antes já existiam sem a devida substância econômica, tornaram-se organismos precarizados e esvaziados na formulação das políticas públicas e, sobretudo, nos recursos para materializá-las. Acrescente-se

a isso o fato de que, num governo de caráter extremamente conservador, não há ambiente propício ao processo de transversalização das políticas para mulheres, para os negros, e para a promoção dos direitos humanos, consubstanciando-se num verdadeiro desmonte de tais políticas. Mais adiante, Temer criou um Ministério de Direitos Humanos, como uma resposta à ausência de mulheres e negros no primeiro escalão e nomeou ministra a desembargadora Luslinda Valois, medida que jamais ultrapassou o perímetro do simbólico. (SANTANA, 2018, p. 173)

O governo Temer e sua base aliada conservadora congelou por 20 anos as verbas da educação e da saúde públicas, além de outras áreas sociais; impôs a Lei da Terceirização indiscriminada; fez a Reforma Trabalhista que permite que mulheres grávidas e lactantes trabalhem em locais insalubres, mediante autorização médica. As medidas adotadas impactam diretamente a vida dos que mais precisam da proteção do Estado.

Uma das primeiras decisões políticas do governo de Jair Bolsonaro após assumir o cargo de presidência da república, foi a renomeação do ministério dos direitos humanos. Em 30 de novembro de 2019, Bolsonaro anunciou que o ministério seria alterado para Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos. Fundamentalmente, o papel deste ministério hoje é o de defesa e promoção dos direitos humanos no Brasil, estendendo-se à defesa das minorias políticas, mulheres, crianças e idosos. Em entrevista, Bolsonaro afirmou que “Nós temos uma política de direitos humanos de verdade, não essa que está aí, em que o primeiro a ser atendido é o algoz e não a vítima. E esse Ministério terá o nome de Família, que é tão cara e importante a todos nós” (BOLSONARO, 2018 *apud* REDAÇÃO, 2018). O caráter conservador da declaração manifesta-se, inicialmente, ao conceber a família como uma instituição oposta à defesa dos direitos humanos, tal como feita pelos governos anteriores; depois, por secundarizar os direitos humanos, relativizando-o e o ligando, antes de tudo, à defesa da família nos moldes tradicionais.

O governo federal anunciou a escolha de Damares Alves para chefiar o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, em 06 de dezembro de 2018. No mês anterior, Damares havia feito uma de suas declarações mais polêmicas e simbólicas sobre sua concepção de papel social da mulher, onde defendeu que o lugar natural da mulher é o ambiente doméstico e de cuidado dos filhos, ou seja, o da reprodução social, embora esteja também inserida no mercado de trabalho. Ainda defendeu que não há motivos para entrar em “guerra de sexos”, como ela entende querer fazer o movimento feminista, pois

é possível conciliar o papel de mãe, esposa, cristã e trabalhadora assalariada. Em suas palavras:

A mulher nasceu para ser mãe. Também, mas ser mãe é o papel mais especial da mulher. A gente precisa entender que a relação dela com o filho é uma relação muito especial. E a mulher tem que estar presente. A minha preocupação é: dá pra gente ter carreira, brilhar, competir, consertar as bobagens feitas pelos homens. Sem nenhuma guerra, mas a gente conserta algumas. Dá pra gente ser mãe, mulher e ainda seguir o padrão cristão que foi instituído pras nossas vidas (ALVES,2019 *apud* SACONI, 2018).

Dameres Alves em março de 2019, durante a assinatura do acordo-técnico com objetivo de fortalecer as políticas públicas voltadas à proteção da mulher em situação de violência, afirmou que:

Os meninos vão ter que entender que as meninas são iguais em direitos e oportunidades, mas são diferentes por serem mulheres e precisam ser amadas e respeitadas como mulheres. Enquanto nossos meninos acharem que menino é igual a menina, como se pregou no passado, algumas ideologias... já que a menina é igual, ela aguenta apanhar. (ALVES,2019 *apud* PRAZERES, 2019)

A declaração da Ministra reflete a lógica de que a mulher é naturalmente inferior ao homem, tanto biológica quanto culturalmente e, por isso, merece cuidados especiais que lhe prejudicam a liberdade de ação. Além disso, a ministra atribuiu como causa das violências e agressões sofridas pelas mulheres a suposta “ideologia de gênero”.

Em um pronunciamento na sede da Organização das Nações Unidas em Genebra, na Suíça, em fevereiro de 2019, Dameres Alves pregou a defesa do direito à vida desde a concepção ao afirmar que “O Brasil quer proteger todas as vidas, inclusive na barriga da mamãe. É o objetivo desse governo” (ALVES,2019 *apud* MANIERO, 2019). Essa declaração de Silva, apresenta seu posicionamento contrário ao direito feminino ao aborto legal e gratuito, além do direito à liberdade sexual e autonomia política das mulheres, se posicionando também em defesa de um Estado que interfira moralmente no âmbito individual.

Pode-se perceber, que todos os pronunciamentos e decisões de Bolsonaro e Dameres que discutimos, estão de alguma forma alinhados ao discurso conservador, onde a concepção de família, os papéis de gênero e papel social da mulher estão intrinsecamente

associadas aos valores tradicionais e cristãos. Quando cruzamos os temas das palestras ministrados por Winter e as palestras e pronunciamentos de Campagnolo é visível que também estão inseridos dentro desta concepção. Assim, acreditamos que a visibilidade e a legitimidade que o discurso conservador adquiriu, com o governo de Bolsonaro, tenha sido um impulso para o reconhecimento social de Winter e Campagnolo.

3.2 A palestrante Sara Winter

Na descrição do *Instagram* de Sara Winter encontra-se um ícone intitulado “me contrata”, no qual ela descreve o passo a passo de como pode ser contratada para realizar uma palestra ou conferencia. Neste passo a passo, além de números de telefones e emails para contata-la, Winter também elenca um portfólio de palestras com seis temas⁹⁰. Em seu site oficial (<https://www.sarawinter.com.br/>) estes mesmos seis temas também são elencados e recebem descrição do que se tratam os conteúdos abordados em cada um. Os temas elencados e suas respectivas descrições são:

- 1) *Das trevas à luz: o testemunho de uma ex-feminista*: “meu testemunho de vida pessoal, narrando as dificuldades de uma família mal estruturada, o mundo da prostituição, o abuso sexual, o envolvimento com o movimento feminista, a experiência traumática do aborto e como fui acolhida de volta ao seio da Igreja”.⁹¹
- 2) *Feminismo e a destruição da mulher*: “como a ideologia feminista desde 1600 vem destruindo a feminilidade, religiosidade, heterossexualidade, maternidade e estética das mulheres. É usada a própria bibliografia feminista para desmascarar suas falácias”.⁹²
- 3) *A ideologia de gênero e a destruição da família*: “Estudo profundo sobre sua origem, a revolução na linguagem, suas técnicas de subversão e como vencê-las.”⁹³
- 4) *Feminismo e catolicismo: incompatibilidades teológicas e filosóficas*: “Através do Catecismo, o Código de Direito Canônico e as Sagradas Escrituras, aliados às próprias bibliografias feministas, demonstro as incompatibilidades entre ambas doutrinas.”⁹⁴
- 5) *Como ser um Pró Vida da concepção à morte natural*: “Curso introdutório à disciplina de bioética, com abordagem sobre a contracepção, o planejamento familiar, fertilização

⁹⁰ Cf: <https://www.Instagram.com/stories/highlights/18084266437167812/>. Acesso em: 13 de junho de 2020.

⁹¹ Cf: <https://www.sarawinter.com.br/>. Acesso em: 13 de junho de 2020.

⁹² *Ibidem*.

⁹³ *Ibidem*.

⁹⁴ *Ibidem*.

in vitro e outros métodos artificiais, diagnóstico pré implantação, aborto, eugenia, método billings, suicídio e automutilação, doação de órgãos e eutanásia”⁹⁵

6) *Indústria da morte: a agenda abortista no Brasil e no Mundo*: “O que é e quais são os tipos de aborto e suas consequências físicas e psicológicas. O financiamento internacional da indústria do aborto.”⁹⁶

A partir da descrição dos temas elencados por Winter como conteúdos de suas palestras e cursos, verifica-se que estes expressam um discurso de desqualificação e deslegitimação do feminismo e/ou sua agenda. Nos temas 1, 2 e 4 isso aparece de forma mais evidente. E nos temas 3, 5 e 6 ainda que de forma indireta, esses também se ocupam de desqualificar e deslegitimar o feminismo, já que os temas 5 e 6 contemplam uma discussão antiabortiva e o tema 3, versa sobre o combate a suposta “ideologia de gênero” e, como já discutimos, o feminismo é acusado pelas antifeministas de promover tal “ideologia”, então faz parte da agenda antifeminista combatê-la.

O ícone “*me contrata*”, com o portfólio dos seis temas foi adicionado ao *Instagram* de Winter em fevereiro de 2020. No entanto, sabemos que ela tem ministrado palestras e dado entrevistas com discursos antifeministas, no Brasil, desde 2016, pois encontramos em sua rede social a divulgação de duas palestras ministradas por ela, uma neste ano e outra em 2017. A primeira intitulada “Ideologia de Gênero e Feminismo” aconteceu no dia 28 de julho de 2016, na Paróquia Nossa Senhora da Piedade, município do Rio de Janeiro/RJ, na qual ela deu “seu testemunho como ex-militante feminista”⁹⁷. A segunda aconteceu em 28 de abril de 2017, na cidade de São Paulo/SP, na Comunidade Cristã Resgate de Vila Alzira. Nesta Winter falou sobre sua experiência no movimento feminista, os bastidores do feminismo, prostituição e aborto.⁹⁸ Também encontramos a divulgação de uma entrevista de Winter ocorrida no dia 17 de novembro de 2017. Neste dia, Winter foi entrevistada pelo pastor e então vereador do PSC (no período de 2017 a 2018), pelo município do Rio de Janeiro⁹⁹, Otoni de Paula. A entrevista ocorreu no programa de televisão “Edificar” da emissora Bandeirantes. Segundo a descrição do canal no *YouTube*, “Edificar”

[...] é um programa da Assembleia de Deus Missão Vida, e “tem o propósito de edificar a vida do ser humano através da palavra de Deus,

⁹⁵ *Ibidem*.

⁹⁶ *Ibidem*.

⁹⁷ Cf: <https://www.instagram.com/p/BlaQkKeh27Z/>. Acesso em: 25 de janeiro de 2020.

⁹⁸ Cf: <https://www.instagram.com/p/BTZ2VjqDqKa/>. Acesso em: 25 de janeiro de 2020.

⁹⁹ Cf: <https://www.camara.leg.br/deputados/204441/biografia>. Acesso 06 de junho de 2020.

e de mostrar as ações parlamentares de seu pastor na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, além de entrevistar personalidades sociais todas as sextas-feiras.¹⁰⁰

Segundo Winter a entrevista foi “um super bate papo sobre feminismo, LGBT, ideologia de gênero, aborto, desarmamento, livre mercado e muito mais”.¹⁰¹

Winter também divulgou em seu *Instagram* duas entrevistas a redes de televisão e quatro palestras que ministrou no Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2018, sendo elas: 1) “Feminismo e o design de Deus para a Mulher”, no dia 27 de abril, na Universidade Federal Fluminense-UFF, no Centro de Estudos Cristãos, em Niterói/RJ. Winter comemorou na postagem o fato de ela ocorrer dentro da universidade declarando: “Sarinha reconquistando o espaço universitário”¹⁰²; 2) “Ideologia de Gênero”, que ocorreu em 25 de maio, no município de Itaguaí, no Rio de Janeiro no “Encontro de Casais com Cristo”, da Paróquia São Francisco Xavier (Catedral), na qual segundo Winter “cerca de 150 pessoas estiveram presentes para contemplar a palestra e aprenderem como proteger seus filhos e outras crianças de doutrinação de gênero na escola e na cultura”.¹⁰³; 3) “Ideologia de gênero na cultura do ensino”, que ocorreu em 13 de julho, em Campos dos Goytacazes, na Paróquia Anunciação a Nossa Senhora¹⁰⁴; 4) “Feminismo a desconstrução da moral da mulher”, em 9 de setembro, também no município do Rio de Janeiro, na Paróquia Anunciação a Nossa Senhora¹⁰⁵; 5) No dia 13 de janeiro, Winter deu entrevista ao Movimento Cristão Universitário, da Universidade Federal Fluminense-UFF, na qual falou sobre as “incompatibilidades teológicas, filosóficas e morais entre cristianismo e feminismo”¹⁰⁶. A entrevista pode ser acompanhada ao vivo pela página do *Facebook* do Movimento Cristão; 6) No dia 28 de novembro, Winter participou do programa “CJC Apura” do Canal da Juventude Cristã – CJC. O CJC é descrito em seu canal no *YouTube* como um canal que “exibe programas para o público jovem com muita diversão, informação e músicas, sempre acompanhados da palavra de Deus”¹⁰⁷. Segundo publicação que fez em seu *Instagram*, no programa ela abordou o feminismo e falou

¹⁰⁰ Cf: <https://www.youtube.com/watch?v=KTbn0cpiVGk>. Acesso 06 de junho de 2020.

¹⁰¹ Cf: <https://www.instagram.com/p/Bbk5jPhjCt1/>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

¹⁰² Cf: <https://www.instagram.com/p/BiDfHB2D7s-/>. Acesso em: 25 de janeiro de 2020.

¹⁰³ Cf: <https://www.instagram.com/p/BjP81jsDpzM/>. Acesso em: 25 de janeiro de 2020.

¹⁰⁴ Cf: <https://www.instagram.com/p/Bj7-wJ8jUSr/>. Acesso em: 25 de janeiro de 2020.

¹⁰⁵ Cf: <https://www.instagram.com/p/BmynWlJjAfH/>. Acesso em: 25 de janeiro de 2020.

¹⁰⁶ Cf: <https://www.instagram.com/p/Bd5AJpCjFUF/>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2020.

¹⁰⁷ Cf: https://www.youtube.com/user/CanalCJC/about?disable_polymer=1. Acesso em: 12 de junho de 2020.

contra cinco feministas para “detonar o movimento” e defender a dignidade da mulher e os valores cristãos.¹⁰⁸

No ano de 2019, encontramos a divulgação de quatro palestras ministradas por Winter e duas entrevistas: 1) “As incompatibilidades do Cristianismo e do Feminismo”, realizada no dia 28 de janeiro, na Paróquia de Nossa Senhora de Guadalupe, em Goiânia¹⁰⁹; 2) “Feminismo e a destruição da Mulher”, que ocorreu em 16 de agosto em Brasília, na Paróquia Nossa Senhora do Carmo. Na divulgação da palestra, Winter declarou “Não percam! Salvem suas meninas dessa aberração ideológica”¹¹⁰; 3) “Feminismo e a dignidade da mulher”, que ocorreu no dia 17 de outubro, em Brasília quando afirmou que “a própria bibliografia feminista, desmascara as falácias dessa ideologia”¹¹¹; 4) “O Feminismo e a Indústria da militância”, realizada em 19 de outubro, em Florianópolis, no Simpósio Juntos Pela Vida. Segundo Winter foi “a primeira vez no Brasil que expus todas as técnicas da esquerda de manipulação e subversão mental para angariar ativistas, conquistar os espaços e influenciar a opinião pública”¹¹²; 5) Em 18 de março ela foi convidada para gravar dois episódios do programa “Essência da Família”, no qual “os telespectadores mandam suas dúvidas sobre o tema família para a apresentadora que recebe um convidado para esclarecer a questão”¹¹³. O programa é transmitido via internet pela WebTV “Redentor”, da Arquidiocese do Rio de Janeiro. A WebTV se descreve como:

Em 2011 a WebTV Redentor surgiu como um novo veículo de divulgação dos trabalhos da Igreja no Rio, especialmente nas transmissões ao vivo de missas e eventos. Em unidade com os já existentes veículos oficiais da Arquidiocese: Portal, Jornal “O Testemunho de Fé” e a Rádio Catedral, a WebTV Redentor busca os melhores caminhos para evangelizar via internet. Com incentivo do Arcebispo Dom Orani João Tempesta, a WebTV da Arquidiocese do Rio está expandindo seus trabalhos.¹¹⁴

Sobre os assuntos apresentados nos episódios Winter disse que abordariam “a farsa do feminismo, um pouco da minha história de conversão e dicas de como realmente “empoderar” as mulheres dentro da moral cristã e doutrina católica.”¹¹⁵; 6) No dia 13 de setembro de 2019, Winter foi entrevistada no Programa “Família, Projeto de Deus”, na

¹⁰⁸Cf: <https://www.Instagram.com/p/BquPMIsDmU9/>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2020.

¹⁰⁹ Cf: <https://www.Instagram.com/p/BtMSYmQj6Fn/>. Acesso em: 25 de janeiro de 2020.

¹¹⁰Cf: <https://www.Instagram.com/p/B1L-pzaD3oz/>. Acesso em: 28 de janeiro de 2020.

¹¹¹ Cf: <https://www.Instagram.com/p/B3nVor1j5a1/>. Acesso em: 28 de janeiro de 2020.

¹¹² Cf: <https://www.Instagram.com/p/B3zypkCjgGC/>. Acesso em: 28 de janeiro de 2020.

¹¹³ Cf: <http://www.redentor.tv.br/programacao>. Acesso em 12 de junho de 2020.

¹¹⁴ Cf: <http://www.redentor.tv.br/quemsomos>. Acesso em 12 de junho de 2020.

¹¹⁵ Cf <https://www.Instagram.com/p/BvKhZGUjv5H/>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2020.

Rede Século 21. O programa é apresentado em seu site oficial como “um programa para reflexão sobre as realidades vividas nas famílias nos dias de hoje, de maneira prática e dinâmica, e assim orientar com o intuito de manter e ressaltar os valores da família”¹¹⁶, com a proposta de “discutir e apresentar os assuntos mais relevantes sob a luz da Palavra de Deus, com base na doutrina católica.”¹¹⁷ No programa Winter falou da sua volta à Igreja e da militância feminista além de abordar questões sobre a defesa da vida e a luta contra o aborto.¹¹⁸

Considerando que as publicações referentes as palestras que ministra e as entrevistas que concede funcionam também como forma de divulgação destas, podemos aferir que é de interesse de Winter publicar informações relacionadas a esses eventos quando acontecem. Desta forma, mesmo que a antifeminista não tenha publicado todos os eventos dos quais participou é notável que houve um crescimento do número de palestras que ela ministrou a partir de 2016. Acreditamos que isso ocorreu a medida que o conservadorismo ganhou espaço com o golpe de 2016 e o governo Temer e, depois, com a eleição de Jair Messias Bolsonaro para Presidente da República e seu ministério conservador, como discutimos anteriormente.

Outro fator que pode ter proporcionado o aumento de palestras de Winter foi o fato de esta ter ocupado um cargo no ministério chefiado por Damares Alves. Ela foi nomeada Coordenadora Nacional de Políticas à Maternidade na Secretaria Nacional da Mulher e exerceu o cargo de abril a outubro de 2019. Ademais, a própria escolha de Winter por Damares Alves reflete um perfil de mulher ideal para ocupar o cargo, ou seja, o de uma mulher alinhada com as bandeiras do conservadorismo: defesa da vida a partir da concepção, da família nuclear tradicional e dos valores cristãos. E como vimos, todos esses valores são defendidos por Winter em suas palestras.

As palestras antifeministas ministradas por Sara Winter não tem se limitado apenas ao Brasil. A antifeminista também têm se deslocado por grande parte da América Latina. Por meio de sua rede social *Instagram* foi possível ter acesso a algumas agendas e aos conteúdos das palestras e também cursos ministrados por ela fora do país.

Em 28 de julho de 2017, Winter publicou em seu *Instagram* que iria ministrar um ciclo de palestras no Paraguai com duração de uma semana. Sobre isso declarou: “Sara

¹¹⁶ Cf: <https://www.rs21.com.br/familia-projeto-de-deus-o-programa/>. Acesso em 12 de junho de 2020.

¹¹⁷ *ibidem*

¹¹⁸ Cf: <https://www.Instagram.com/p/B2k4FAgDx8M/>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2020.

Winter agora é internacional! E tenho orgulho de começar minha jornada Brasil a fora com nossos irmãos paraguaios!”. Acreditamos que esse ciclo de palestras pelo Paraguai aconteceu no mês de agosto de 2017, pois Winter fez uma série de publicações de palestras ministradas no país durante este mês.

Uma dessas palestras ocorreu em 13 de agosto de 2017, na cidade de Luque. Não há informações sobre o tema da palestra. Apenas uma publicação em que Winter parabeniza o município por ter se tornado o primeiro município paraguaio a se declarar oficialmente Pró-vida. A antifeminista ainda declarou que já existiam no Paraguai oito cidades que se declaravam Pró-vida.¹¹⁹

No dia 16 de agosto de 2017, em Ciudad del Este, ministrou palestra na Universidad Nacional del Este (UNE), no campus da Faculdade de Filosofia (FAFI). Participaram do evento estudantes de diferentes carreiras da FAFI, além de estudantes de outras instituições, representantes de igrejas, grupos e movimentos de mulheres da área. A palestra foi intitulada “Feminismo e a destruição moral e ética das mulheres” e abordou as “técnicas utilizadas pelos movimentos feministas com o objetivo de mudar a heterossexualidade das mulheres, a maternidade, entre outras coisas.” Winter agradeceu a oportunidade e o espaço concedido em uma universidade pública para desenvolver a conferência. O evento foi organizado pelo Círculo de Estudos Liberais, com o apoio da Frente Nacional Pró-vida e Pró-família do Paraguai.¹²⁰

No mesmo dia 16 de agosto, a antifeminista fez uma publicação onde afirma ter sido convidada pela prefeita de Ciudad del Este para participar de uma reunião acerca dos temas Pró-vida e Pró-família e sobre como melhorar as políticas públicas para a cidade nesse sentido. Winter foi recebida também por vereadores e deputados estaduais. Sobre a reunião declarou que “Foi uma conversa extremamente positiva e fico muito feliz que os parlamentares paraguaios consideram minhas opiniões como uma grande contribuição para melhorar essa cidade maravilhosa!”¹²¹.

Em Ciudad del Este, Winter também ministrou palestra para alunos do Colégio San Esteban, em 17 de agosto de 2017. Segundo sua publicação o tema da palestra foi “sobre os perigos dos desenhos, filmes e novelas infantis que estão recheadas de

¹¹⁹ Cf: https://www.Instagram.com/p/BXvmG0pgu_p/. Acesso em: 28 de junho de 2020

¹²⁰ Cf: <http://www.une.edu.py/web/index.php/facultad-de-filosofia/683-realizan-conferencia-el-feminismo-y-la-destruccion-moral-y-etica-de-la-mujer>. Acesso em: 28 de junho de 2020

¹²¹Cf: <https://www.Instagram.com/p/BX3v3FAj3Kc/>. Acesso em: 28 de junho de 2020

feminismo, ideologia e sexo”¹²². No mesmo dia afirmou ter tido “uma reunião muito frutífera com as líderes femininas de vários movimentos católicos. O objetivo era fazer um intercâmbio cultural de ideias e compartilhar nossos movimentos dentro e fora do espaço da Igreja a fim de estreitar as relações entre ambas as nações”¹²³. Em 18 de agosto de 2017, Winter palestrou na cidade de Asunción no Centro Familiar de Evangelização em uma Igreja Protestante. O tema da palestra foi “como o feminismo destrói a moral da mulher”.¹²⁴

Acreditamos que este primeiro ciclo de palestras da antifeminista no Paraguai foi motivado pela sua militância nos movimentos Pró-vida e Pró-família. Pois, como podemos verificar nas informações publicadas por Winter, em todas as cidades que ela esteve os movimentos Pró-vida e Pró-família possuem alguma relevância. O fato de Winter se reunir com autoridades políticas para discutir, a partir da perspectiva Pró-vida e Pró-família, como melhorar as políticas públicas da cidade, demonstra que a antifeminista possui autoridade de fala legitimada e sobre tudo, que ela possui apoio de autoridades políticas no país. Apesar de considerarmos o fator de militância nos movimentos Pró-vida e Pró-família um motivador em potencial, não podemos deixar de notar que os temas das palestras estão relacionados diretamente a agenda antifeminista. Assim, a partir dos movimentos Pró-vida e Pró-família Winter ganhou visibilidade, fez alianças e divulgou a agenda antifeminista no Paraguai.

Em 20 de maio de 2018 Winter ministrou palestra em Buenos Aires na Argentina com o tema “o feminismo e a destruição da mulher”.¹²⁵ Em 23 de junho de 2018, voltou a Argentina e ministrou palestra no “Segundo Congreso Internacional de Educación en la amor”, no município de Santiago del Estero. Em sua publicação Winter declarou que a palestra que ministrou era uma formação sobre “feminismo e Aborto” afirmando ter formado “1200 professores que vão formar milhares e milhares de alunos secundaristas, médios, universitários e catequizandos”.¹²⁶ Em outra publicação sobre a mesma palestra escreveu: “Minha missão começou com muita responsabilidade: formar todos esses profissionais de educação para mudarem o destino desse país!”¹²⁷. Na afirmação da

¹²² Cf: <https://www.Instagram.com/p/BX5mWz4gbDH/>. Acesso em: 28 de junho de 2020

¹²³ Cf: https://www.Instagram.com/p/BX_G6ExggcR/. Acesso em: 28 de junho de 2020.

¹²⁴ Cf: <https://www.Instagram.com/p/BX8JusNAC5v/>. Acesso em: 28 de junho de 2020.

¹²⁵ Cf: <https://www.Instagram.com/p/BjAKOyejF0-/>. Acesso em: 28 de junho de 2020.

¹²⁶ Cf: <https://www.Instagram.com/p/Bkdkd8OjLnn/>. Acesso em: 28 de junho de 2020.

¹²⁷ Cf: https://www.Instagram.com/p/BkJe_gj8yR/. Acesso em: 28 de junho de 2020.

antifeminista ela demonstra que a sua palestra voltada especificamente para professores tem um grande potencial de transformação dos discursos em torno dos temas abordados.

Em 24 de outubro de 2018, Winter esteve na cidade de Guanajuato no México, onde, segundo sua publicação, ministrou palestra para estudantes secundaristas de uma escola católica. O tema da palestra foi “relacionamento responsável, castidade e como ser pró-vida”. Sobre a palestra declarou, ainda, “Vamos mudar as gerações de toda América Latina!”¹²⁸

Em 13 de novembro de 2018, Winter publicou em sua rede social *Instagram* sua agenda de palestras pela Colômbia que ocorreu entre os meses de novembro e dezembro de 2018. As cidades listadas foram: Bogotá, Barranquilla, Cartagena, Buramanga, Cali, Medellín e Tunja. Comentando a divulgação da agenda Winter escreveu que estava “indo ministrar uma série de formações Pró-vida, antifeminista e contra ideologia de gênero na Colômbia”¹²⁹. Nesta viagem afirma que passaria pelas principais cidades e emendaria uma passagem por outros países: “Ainda me aguardam: México mais uma vez, Argentina de novo, Estados Unidos, Equador e Costa Rica”.¹³⁰ Em outra postagem de divulgação de suas palestras e cursos pela Colômbia em 2018, publicada também em sua rede social *Instagram*, em 28 de novembro Winter escreveu:

Hola Colombia, que tal? Estoy llegando para 7 conferencias y formaciones en las áreas de vida, familia, feminismo, aborto, ideología de género y bioética. Cuento con ustedes para defender la vida de TODAS las mujeres, las grandes y las niñas por nacer.¹³¹

Durante a turnê de palestras pela Colômbia no ano de 2018, Winter também participou de um debate sobre feminismo na W Rádio do País, sobre o qual afirmou: “participei de um debate bem caloroso sobre Feminismo na rádio mais ouvida da Colômbia, a W Rádio. Pense em cada xabla que dei na feminista”.¹³² Esta afirmação da antifeminista a declara como autoridade de fala capaz de dar “xablaus” em uma feminista, ou seja, capaz de deslegitimar o discurso do feminismo em uma discussão. No dia 21 de janeiro de 2019, Winter esteve na cidade de Puebla no México com o que ela definiu como “uma formação sobre como o movimento feminista destrói a fé, a estética, a

¹²⁸Cf: <https://www.Instagram.com/p/BpVRbXfDq4t/>. Acesso em: 28 de julho de 2020.

¹²⁹ Cf: <https://www.Instagram.com/p/BqIynPYhO8x/>. Acesso em: 31 de janeiro de 2020.

¹³⁰ Ibidem.

¹³¹ Cf: https://www.Instagram.com/p/BquVN20jr_s/. Acesso em: 31 de janeiro de 2020.

¹³² Cf: <https://www.Instagram.com/p/BqxOLWXYtS/>. Acesso em: 31 de janeiro de 2020.

maternidade e a heterossexualidade das mulheres. Usei da própria bibliografia das maiores feministas do mundo, para desmascarar seu movimento.”¹³³ Segundo Winter, passaram pela formação cerca de 200 estudantes da Universidade Anáhuac. Nesta publicação, a antifeminista legítima seu discurso pela perspectiva acadêmica, afirmando que seu saber sobre o tema está fundamentado no conhecimento das obras feministas.

Durante essa turnê de palestras pelo México, Winter também participou de entrevistas para meios de comunicação do país. Em 23 janeiro de 2019 participou de uma coletiva de imprensa “para os principais meios de comunicação de Veracruz e de todo México”¹³⁴. Sobre a coletiva Winter afirma que:

Abordei temas como a ideologia de gênero destruindo a inocência das crianças, o feminismo levando as mulheres a acreditarem que somente matando seus próprios filho dentro do ventre serão verdadeiramente empoderadas e como o discurso politicamente correto tem nos feito reféns dos movimentos sociais de esquerda.¹³⁵

Em 30 de março de 2019 na cidade de Tijuana no México, Winter também deu entrevista para a emissora mexicana, Mega TV. Segundo a antifeminista o assunto abordado na entrevista foi “sobre como as ideologias de esquerda se apropriam dos jovens e usam suas dores e sofrimentos como instrumentos políticas de sua ideologia”¹³⁶. É importante ressaltar que as entrevistas que a antifeminista concede aos meios de comunicação são uma importante ferramenta de divulgação de suas palestras por esses países, além de contribuírem para a disseminação do discurso e agenda antifeminista.

Em 29 de março de 2019, Winter esteve na cidade de Hermisolo no México onde ministrou uma palestra com o tema “Cultura do Politicamente Incorreto”, para cerca de 700 alunos de 14 a 18 anos. Sobre a palestra a antifeminista afirmou que “foi extremamente produtivo! Eles gostaram tanto que ficaram mais meia hora fazendo perguntas e querendo ser voluntários nas atividades Pró-vida e pró-família. Vamos mudar essa geração.”¹³⁷ Esta declaração da antifeminista afirma que suas palestras funcionam como ferramenta para cooptar militantes em prol de suas causas. Ademais, no mesmo dia em Hermisolo, Winter ministrou uma segunda palestra para mais de 2 mil pessoas, na

¹³³Cf: <https://www.Instagram.com/p/Bs6WrpaDm1i/>. Acesso em: 31 de janeiro de 2020.

¹³⁴ Cf: https://www.Instagram.com/p/Bs_LJYsjlqF/. Acesso em: 01 de fevereiro de 2020.

¹³⁵ Ibidem.

¹³⁶ Cf: <https://www.Instagram.com/p/Bvo1Ehxjak/>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2020.

¹³⁷ Cf: <https://www.Instagram.com/p/BvmQ-BnDi5m/> Acesso em: 01 de fevereiro de 2020.

qual estiveram presentes professores do ensino fundamental, médio e universitário, além de sacerdotes, seminaristas, religiosas, catequistas e até mesmo o Bispo do estado de Sonora. Pais de família e adolescentes também acompanharam o curso declarou Winter.¹³⁸ Segundo ela, o curso “foi uma formação extensa sobre o surgimento do movimento feminista, suas principais precursoras e seus financiadores ao redor do mundo”¹³⁹. A palestra que teve como tema a deslegitimação do movimento feminista foi ministrada para autoridades enunciativas que já entraram na ordem do saber e possuem assim, grande relevância na disseminação do discurso antifeminista a qual tiveram acesso por Winter.

Em primeiro de abril de 2019, Winter esteve na cidade de Baja, no México, onde ministrou palestra para 700 pessoas que, segundo ela, “tiveram formação sobre os males do aborto, feminismo e os perigos da ideologia de gênero para a família!”¹⁴⁰. No dia 4 do mesmo mês realizou palestra em Toluca, no México e, segundo sua publicação, mais de 1500 pessoas foram assistir “minha palestra antifeminista e antiabortista”¹⁴¹.

No dia 4 de abril de 2019, Winter publicou no *Instagram* sua agenda da turnê de palestras que ministraria no mês de abril na Argentina e em 26 de abril de 2019, publicou a agenda da segunda parte da turnê de palestras pelo país que aconteceria em maio. Na primeira etapa de sua viagem palestraria nas cidades de Villa Constitución, Rosário, Ciudad de Galvéz, Bariloche, Neuquén, Comodoro Rivadavia¹⁴², já na segunda estaria nas cidades de de San Juan, Villa Mercedes, San Luis, Formosa, Santa Fé e Misiones.¹⁴³ Junto com a publicação da primeira parte da agenda escreveu:

Chegou a vez da Argentina! Esse mês serão duas visitas à esse país maravilhoso, a primeira delas começa na cidade de Rosário, onde nasceu o asqueroso Che Guevara. Será que conseguirei palestrar em paz? Vamos com tudo pra cima do marxismo cultural, para destruir essa ideologia que leva nossas famílias ao colapso!

Winter fez também publicações no seu *Instagram*, comentando as palestras realizadas na Argentina. Uma publicação referiu-se a palestra realizada em oito de abril de 2019, em Villa Constitución, na Paróquia Nossa Senhora de Lujan, cujo tema foi “O Feminismo e a destruição da mulher”, sobre este tema escreveu:

¹³⁸ Cf: https://www.Instagram.com/p/BvpkVZ_DVoN/. Acesso em: 01 de fevereiro de 2020.

¹³⁹ Ibidem.

¹⁴⁰ Cf: <https://www.Instagram.com/p/Bvu7HWEDUlr/>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2020.

¹⁴¹ Cf: <https://www.Instagram.com/p/Bv2YWIZDyLW/>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2020.

¹⁴² Cf: <https://www.Instagram.com/p/Bv1rki9Dzih/>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

¹⁴³ Cf: <https://www.Instagram.com/p/BwvGyIVjBrs/>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

Defino o que é o movimento feminista, explico as técnicas de propaganda para cooptar os jovens, exponho bibliografias feministas desde 1910 até os dias de hoje, mostrando que o movimento sempre teve uma única função: separar homens e mulheres e destruir a família natural. Além disso, desmistificando os grandes ícones feministas e compartilhamos as verdadeiras e oficiais estatísticas sobre aborto no país.¹⁴⁴

Mais uma vez a antifeminista legitima o discurso enunciado nas palestras a partir da perspectiva acadêmica. Em dois de maio de 2019 Sara Winter postou imagem e texto sobre a palestra realizada na cidade de Formosa na Argentina, na qual, segundo ela, compareceram mais de 400 pessoas que receberam uma formação completa sobre Ideologia de Gênero:

O que aprendemos? Suas origens históricas, como as feministas contribuíram para o pensamento de “construção social e auto identificação”, as técnicas de ressignificação da linguagem e de repetição dos termos no cotidiano da sociedade.¹⁴⁵

Após a turnê de palestras pela Argentina, Winter visitou o Uruguai e concedeu algumas entrevistas a programas de rádio e televisão em Montevidéu. No dia 09 de maio de 2019, postou sobre uma entrevista dada, no dia 7 de maio de 2019, para o programa “Esta boca es mía”¹⁴⁶, da rede de televisão Teledoce. A chamada da entrevista recebeu como título “A história de Sara Winter, de feminista radical a Pró-vida”.¹⁴⁷ Em 8 de maio de 2019, Winter participou do programa “Em outras palavras”, na rádio Oriental do Uruguai. Na entrevista contou sobre sua experiência como militante feminista e os motivos que a levaram a deixar o movimento, passando de uma militante feminista em favor do aborto e dos direitos LGBTs para defensora dos direitos do nascituro e contestadora do que chamou “inconsistências do Movimento Feminista Atual”.¹⁴⁸ Em 9 de maio de 2019, Winter participou do programa “Buen día Uruguay”, do Canal 4¹⁴⁹. Nesta entrevista, assim como na entrevista citada anteriormente, Winter também falou de

¹⁴⁴ Cf: https://www.instagram.com/p/Bv_8txYDoER/. Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

¹⁴⁵ Cf: <https://www.instagram.com/p/Bw-9rnVD3gG/>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

¹⁴⁶ O Programa “Esta boca es mía” é descrito no site da rede Teledoce como “um programa para conversar e debater sobre os tópicos que nos interessam a todos”. Cf: <https://www.teledoce.com/programacion/>. Acesso em 28 de junho de 2020.

¹⁴⁷ Entrevista publicada pela Rádio Oriental. Cf: <https://www.youtube.com/watch?v=7M9DjUNsexU>: Acesso em: 17 de fevereiro de 2020.

¹⁴⁸ Ibidem.

¹⁴⁹ Entrevista publicada pela Rádio Oriental. Cf: <https://www.youtube.com/watch?v=A51BZVs7EbU>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2020.

sua experiência como militante feminista e os motivos que a fizeram deixar o movimento e passar a lutar contra ele.¹⁵⁰ Nas três entrevistas que Winter concedeu aos meios de comunicação do Uruguai, a antifeminista falou sobre sua experiência como ex-feminista. Como dissemos anteriormente, essas entrevistas aos meios de comunicação são uma forma de divulgar as palestras que ministra e o discurso e agenda antifeminista. Acreditamos, que Winter abordou sua experiência nas três entrevistas buscando legitimar seu discurso ao se colocar como autoridade enunciativa sobre o tema, já que o conhece de “dentro”. Assim, além de divulgar o seu discurso antifeminista ela o legitimou.

No dia 1 de julho de 2019 Winter publicou a agenda de palestras no Equador. As cidades listadas foram: Quito, Guayaquil e Cuenca, nas quais ministraria palestras ligadas a “Segunda Convenção Internacional da Família”¹⁵¹. Sobre a palestra realizada na cidade de Quito no Equador, Winter publicou no dia 3 de julho de 2019 no seu *Instagram*, uma foto dela acompanhada de três meninas. Legendando a foto Winter escreveu:

Essas meninas lindas vieram assistir minha palestra sobre O Feminismo é a Destruição Moral da Mulher. Vocês não sabem como é acalentado receber essas juvenzinhas tão interessadas em mudar o mundo, proteger sua fé, sua família e os bebês. Essas meninas se tornarão mulheres incríveis, antifeministas, anticomunistas e verdadeiramente empoderadas não pelos vícios que o feminismo trás, mas sim pelas virtudes que Deus as presenteará! Amo vocês, meninas!¹⁵²

Sobre a palestra realizada em 3 de julho de 2019, na cidade de Guayaquil no Equador Winter afirma terem comparecido mais de 800 pessoas que receberam uma formação integral sobre Ideologia de Gênero, Feminismo e a guerra semântica¹⁵³:

Foi uma honra poder ministrar uma formação para líderes da sociedade civil ao lado da querida Helena Sperr, psicanalista, membro da associação Internacional de psicanálise e também mãe do vice presidente do Equador. Obrigada à todos que compareceram ao Seminário Internacional de Família em Guayaquil. Esperamos que vocês sejam multiplicadores dessa luta pela proteção da infância Dizemos todos NÃO à Ideologia de Genero.¹⁵⁴

¹⁵⁰ Ibidem.

¹⁵¹ Cf: <https://www.Instagram.com/p/BzY2O15j6WK/>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2020.

¹⁵² Cf: <https://www.Instagram.com/p/BzdfESjDu0O/>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2020.

¹⁵³ Cf: https://www.Instagram.com/p/BzgF4_mj35Y/. Acesso em: 07 de fevereiro de 2020.

¹⁵⁴ Cf: <https://www.Instagram.com/p/BzzDQhRj5TB/>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2020.

Nesta afirmação da antifeminista sobre a palestra na cidade de Guayaquil, seu discurso ganha legitimidade (também) a partir da perspectiva científica e médica pela presença da psicanalista Helena Sperr, autoridade enunciativa pela formação. Para marcar a relevância que a figura de Sperr tem no Equador, Winter faz questão de divulgar que ela era membro da associação Internacional de psicanálise e mãe do vice presidente do país.

No dia 6 de julho de 2019, Winter publicou uma foto na qual aparece em frente a um espaço cheio de alunos em uma escola em Guayaquil, a Logos Academy. Em seu site oficial (<http://www.logosacademy.edu.ec/>) a escola religiosa se descreve como “uma instituição educacional bilíngue com Bacharelado Internacional, que forma agentes positivos de mudança para o mundo, como Logos vivos de excelência, com autonomia moral, tendo Deus como o centro de nossas vidas”. Legendando a fotografia Winter declarou que estavam presentes na palestra mais de 1200 alunos, os quais passaram por uma formação integral sobre como refutar a Ideologia de Gênero.¹⁵⁵ Na mesma publicação a antifeminista ainda anunciou: “Nada melhor do que abrir os olhos dos jovens para não deixa-los servir de massa de manobra para movimentos políticos! O futuro do Equador será livre!”¹⁵⁶.

No dia 21 de outubro de 2019 Winter publicou em seu *Instagram* a agenda de seu novo ciclo de palestras pelo Paraguai, que ocorreu entre os dias 22 e 25 de outubro daquele ano. A lista incluía as cidades de Asunción, Ñemby, Luque, Hernandarias, Ciudad Del Este.¹⁵⁷ Nesta mesma publicação Winter, divulgou o itinerário de atividades de cada uma das cidades. Neste itinerário consta o nome de algumas escolas nas quais ministraria palestras aos alunos, porém não há informações dos temas abordados. As escolas que aparecem na agenda são: o Colegio Tacuru Pucu, no município de Hermendarias; o Colegio Santa Teresita, no município de Luque; e o Colégio Santa Cecília, do distrito San Cristóbal, localizado no departamento de Alto Paraná.

Segundo Winter, na palestra realizada em 22 de outubro de 2019 na cidade de Ñemby, compareceram mais de 600 pessoas que, de acordo com ela, puderam ouvir “meu testemunho e passaram por uma formação integral sobre a Revolução Sexual e suas consequências para a família, a juventude e a sociedade”.¹⁵⁸ Sobre a palestra realizada em

¹⁵⁵ Cf: <https://www.Instagram.com/p/Bzln8utjFEa/>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2020.

¹⁵⁶ Ibidem.

¹⁵⁷ Cf: <https://www.Instagram.com/p/B35TMvPDsmd/>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2020.

¹⁵⁸ Cf: <https://www.Instagram.com/p/B37LpvmDE8p/>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2020.

23 de outubro de 2019, em Assunción, ela afirmou terem comparecido 150 pessoas, que receberam “um curso integral sobre o que é, de onde veio, como atua e como destruir a Ideologia de Gênero”¹⁵⁹. Sobre a palestra declarou ainda:

Trabalhamos com uma perspectiva histórica, semântica, ativista e de guerra cultural. Muito feliz em ver todos satisfeito com o conteúdo escolhido a dedo para essa ocasião. Se fizeram presentes muitas autoridades políticas para o curso, como Deputados estaduais, federais e vereadores.¹⁶⁰

A presença de autoridade políticas nas palestras de Winter, demonstram que a antifeminista possui apoio dessas autoridades que tem o poder de modificar e alterar a legislação e políticas públicas no país. Considerando que a estrutura social de manutenção de valores dispõe de rituais específicos de validação e disseminação dos discursos que torna um pronunciamento aceito oficialmente (FOUCAULT, 2011), podemos aferir que o apoio que Winter recebe de autoridades políticas também indica que elas se apoiam em sua posição de legitimidade discursiva sobre os temas que aborda. Elas contratam Winter para dizer e legitimar o que lhes interessam.

Na turnê de palestras realizadas no Paraguai, Winter também participou de entrevistas a diferentes meios de comunicação. E na publicação que diz respeito a esta agenda de compromissos¹⁶¹ listou uma entrevista gravada pela Rádio Chaco Boreal, da cidade de Assunción, além da gravação do programa “Confrontados” da Red Chaqueña de Comunicaciones Television - RCC TV. Em seu *Instagram*, Winter fez também uma publicação, em 24 de outubro de 2019, falando sobre sua participação no programa “El Repasador”, da rede de televisão Trece. Segundo Winter, este é um dos maiores programas de televisão do Paraguai¹⁶² e nele falou sobre o “financiamento dos movimentos feministas pelas fundações internacionais e de como o aborto traz consequências horrível ao corpo das mulheres.”¹⁶³

Em 31 de outubro de 2019 Winter ministrou a palestra intitulada “A Ideologia de Gênero e a Destruição da Família”, em Cidade Del Este, onde foi recebida pelo

¹⁵⁹ Cf: <https://www.Instagram.com/p/B3-LsJuDzAv/>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2020.

¹⁶⁰ Ibidem.

¹⁶¹ Cf: <https://www.Instagram.com/p/B35TMvPDsmd/>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2020.

¹⁶² Cf: https://www.Instagram.com/p/B3_Ejy4DzrB/. Acesso em: 07 de fevereiro de 2020.

¹⁶³ Ibidem.

Governador do Estado de Alto Paraná, que aparece em uma foto ao seu lado¹⁶⁴. Sobre isso declarou:

Em minha turnê de cursos e palestras passei por 6 cidades em que SEMPRE fui recebida pelas autoridades locais: prefeitos, vereadores e deputados, inclusive prestando o serviço de consultoria privada em políticas públicas para alguns deles. O que mais me espantou é que eles não aparecem para tirar foto e ir embora, ao contrário, permanecem durante toda formação, anotam, fazem perguntas, pedem sugestões para melhorar a governança e legislatura. Inclusive, o estado do Alto Paraná foi considerado pelo governador como Departamento Pró Vida e Pró Família. Que orgulho!¹⁶⁵

Na declaração de Winter ela afirma que possui a autoridade de modificar as políticas públicas do país, seguindo a perspectiva do que defende como antifeminista e militante Pró-vida e Pró-família, já que presta consultoria para as autoridades políticas do Paraguai. No dia primeiro de novembro de 2019, Winter esteve na cidade de Hernandarias, onde encerrou sua turnê pelo Paraguai. A palestra aconteceu no salão do Teatro Municipal da cidade, que segundo Winter possuía capacidade para 200 pessoas e estava cheio a ponto de ter gente sentada no chão¹⁶⁶. Winter também afirmou que o Prefeito e a Primeira Dama fizeram parte “da Formação Integral em Combate à Ideologia de Gênero”. Sobre a palestra declarou estar “agradecida demais por formar tantos alunos e multiplicadores dos valores familiares e dos direitos das crianças! Obrigada Hernandarias!”¹⁶⁷.

Em 23 de novembro 2019 Winter postou imagem e comentários sobre palestra na cidade de Cancún. Em seu retorno ao México, segundo ela, mais de 800 pessoas compareceram a palestra, saíram capacitadas e com certificado de participação e conclusão do curso:

Ontem tivemos uma formação integral sobre o Feminismo e a Destruição da Mulher. Estudamos as origens do movimento Feminista, seus maiores erros acadêmicos, suas técnicas de cooptação e subversão mental, o poder da linguagem sobre a sociedade, seu financiamento internacional e as etapas de destruição do feminino.¹⁶⁸

¹⁶⁴ Cf: <https://www.Instagram.com/p/B4SaGxYjgiR/>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2020.

¹⁶⁵ Ibidem.

¹⁶⁶ Cf: <https://www.Instagram.com/p/B4VwXZ3DrAy/>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2020.

¹⁶⁷ Ibidem

¹⁶⁸ Cf: <https://www.Instagram.com/p/B5NlsvDCiJ/>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2020.

Ainda em novembro de 2019, Winter também voltou a Colômbia para um novo ciclo de palestras. No dia 26 do mesmo mês publicou em seu *Instagram* a agenda contendo o nome das cidades colombianas pelas quais passaria, sendo elas: Manizales, Ipiiales, Pasto, Tulua, Bucaramanga.¹⁶⁹ Neste mesmo dia, Winter ministrou palestra em Manizales onde, de acordo com ela, cerca de 200 pessoas – entre jovens e pais de família – tiveram uma formação integral nas áreas de Feminismo e Ideologia de Gênero.¹⁷⁰ Da palestra ministrada na cidade de Pasto, no dia 28 de novembro de 2019, teriam participado 300 pessoas, que saíram “capacitadas e com certificados de participação e conclusão do curso”¹⁷¹, segundo Winter. O tema e conteúdo da palestra foram os mesmos da palestra realizada em Cancún, no dia 23 de novembro de 2019.

No dia 6 de dezembro de 2019 Winter publicou em seu *Instagram* a agenda de cidades pelas quais passaria em um novo ciclo de palestras no México: Zacatecas, Trancoso, Los Cabos, La Paz Torreón, Tecate, Tijuana, Mexicali, Guadalajara, Puebla.¹⁷² Sobre este ciclo de palestras, que se estendeu pelo mês de dezembro de 2019, Winter fez algumas publicações. No dia 7 de dezembro publicou sobre a palestra que ministrou na cidade de Los Cabos sobre a qual escreveu: “Gracias Los Cabos! 800 personas vacunadas en contra feminismo, ideologia de género y aborto!”¹⁷³. No dia 16 de dezembro ministrou palestra na cidade Chihuahua em que, segundo ela, mais de 800 pessoas compareceram e saíram “formadas para combatir el movimiento feminista y poder sacar a tus hijas as amigas de esta situación”.¹⁷⁴ Sobre o assunto abordado na palestra escreveu: “La Conferencia El Feminismo y la Destrucción de la Mujer te regala una perspectiva histórica, académica y científica sobre o Movimiento Feminista y cuáles son sus técnicas de militancia y lavado cerebral.”¹⁷⁵

Em quatro de janeiro de 2020, Winter ministrou palestra em Lima no Peru, em conjunto com Agustín Laje Arrigoni, escritor e licenciado em Ciência Política, autor de livros como “El libro negro de la Nueva Izquierda” e “Los mitos setentistas”, entre outros.

¹⁶⁹ Cf: <https://www.instagram.com/p/B5VaXe6D2PG/>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2020.

¹⁷⁰ Cf: <https://www.instagram.com/p/B5XtcItjg77/>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2020.

¹⁷¹ Ibidem.

¹⁷² Cf: <https://www.instagram.com/p/B5vBorxDnub/>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2020.

¹⁷³ Cf: <https://www.instagram.com/p/B5y6X6xDSWs/>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2020.

¹⁷⁴ Cf: <https://www.instagram.com/p/B6OQ1uJjO41/>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2020.

¹⁷⁵ Cf: <https://www.instagram.com/p/B6J6hLkjqAb/>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2020.

Segundo sua publicação eles formaram 2300 pessoas “contra o Feminismo e a Ideologia de Gênero”.¹⁷⁶

No dia três de março de 2020, Winter ministrou palestras na Capital da Guatemala. As palestras aconteceram em um colégio masculino e dois femininos. Nos colégios femininos o tema das palestras foi o mesmo, “o Feminismo e a destruição da mulher”. Sobre isso, Winter publicou uma foto sua com muitas alunas e ao legendar a foto escreveu “olhem a carinha delas que coisa mais linda! Vacinadas contra o feminismo!”¹⁷⁷. No colégio masculino a palestra teve como tema “a recuperação da masculinidade no combate à ideologia de gênero”. Segundo Winter, mais de 200 meninos, entre 13 e 18 anos, estavam presentes e foram preparados para “resgatar seus princípios e assumir sua postura masculina frente a uma sociedade tomada pelo feminismo e pelo discurso politicamente incorreto. Receberam todos os argumentos contra a Ideologia de Gênero e como proteger as meninas desse mal.”¹⁷⁸

Como indicamos no capítulo anterior, no dia 24 de fevereiro de 2020, Winter anunciou em seu *Instagram*¹⁷⁹ a estreia de um documentário sobre sua vida intitulado “A Vida de Sara”. O documentário, lançado no dia 7 de abril de 2020, é uma produção original da Lumine, plataforma de streaming dedicada a disponibilizar conteúdos cristãos. Foi produzido por Matheus Bazzo que é co-fundador da “Lumine.Tv” e da “Minha biblioteca católica” (<https://www.bibliotecacatolica.com.br/>), uma biblioteca online com vendas de livros de tradição católica e dirigido por Julia Sondermann, diretora de aquisições da “Lumine.Tv”. Para a antifeminista o documentário poderá ser uma ferramenta para impactar e fazer jovens repensarem sobre o ingresso no movimento feminista. Neste sentido afirmou:

O filme tem o potencial de resgatar muita menina que acha que é feminista e não tem a menor ideia sobre o que é feminismo, que fica contagiada pelo que ouviu no programa da Fátima Bernardes, pelos vídeos da Kefera e pelas fotos da Bruna Marquezine, e que acham que feminismo é sobre liberdade, sobre independência e empoderamento. E quando elas assistirem ao filme, eu tenho certeza que elas vão ficar impactadas, vão repensar essa decisão. Então eu acho que o meu filme pode ser uma vacina contra o feminismo. Uma vacina contra a doença que é o feminismo. (WINTER *apud* DEROSA)

¹⁷⁶ Cf: <https://www.Instagram.com/p/B665NxdDos1/> Acesso em: 07 de fevereiro de 2020.

¹⁷⁷ Cf: <https://www.Instagram.com/p/B9SiKCRjmKe/> Acesso em: 09 de março de 2020.

¹⁷⁸ Cf: <https://www.Instagram.com/p/B9RsbyAjC3F/>; Acesso em: 09 de março de 2020.

¹⁷⁹ Cf: https://www.Instagram.com/p/B899OYyD_RN/. Acesso em 20 de março de 2020.

O documentário entendido por Winter também como uma ferramenta de militância de oposição ao feminismo, utiliza a sua experiência como ex-militante feminista para legitimar seu discurso. A partir do mapeamento que realizamos de suas palestras pela América Latina é possível aferir que Winter entende-as como um recurso de formação, em que ela disponibiliza aos participantes os instrumentos e informações necessários para que possam militar a favor da agenda antifeminista. A partir das informações publicadas sobre os temas e os conteúdos tratados é notável que estes estão alinhados principalmente a agenda antifeminista, como analisamos no capítulo anterior. Grande parte do conteúdo das palestras estão voltados de alguma maneira para a desqualificação e deslegitimação do movimento feminista e sua agenda. A militância de Winter nos movimentos Pró-vida e Pró-família acaba funcionando como uma aliança, que permite aglomerar pessoas em prol de uma agenda basicamente de oposição ao feminismo e a suposta “ideologia de gênero”.

Ademais, como discutimos antes, o discurso antifeminista foi impulsionado no Brasil através da ascessão do neoconservadorismo, no qual as crises sociais são entendidas como consequências de uma degradação moral da sociedade. Por isso esse discurso defende a noção de que é necessário reformar a sociedade e recuperar os valores tradicionais para restaurar o bem estar. A militância de Winter pela América Latina nos revela que o discurso neoconservador, que deu forma ao antifeminismo no Brasil, também ocupa espaço nos discursos que circulam nestes países. Já que os temas das palestras que Winter realiza (a conservação da moralidade, de valores tradicionais, da feminilidade e masculinidade, a defesa da família, maternidade e heterossexualidade) remetem claramente a uma “reforma da sociedade e restauração de seus valores”.

O interesse daqueles que contratam a antifeminista, pode estar relacionado ao controle da formação de subjetividades, já que os discursos presentes nos temas das palestras de Winter também operam na produção de subjetividades a partir da legitimação do que consideram “verdades” sobre tais temas. Assim, podemos aferir que as palestras de Winter funcionam como forma de disciplinar os indivíduos, instituindo o que é ou não normal, o que é correto ou incorreto e o que se deve ou não se deve fazer. (FOUCAULT, 1999). E se é através da *disciplina* que se produzem *corpos dóceis*, (FOUCAULT, 1999) eficazes economicamente e submissos politicamente, podemos compreender o interesse

em apoiar e construir alianças com a antifeminista e a presença, por exemplo, de autoridades políticas nas palestras e cursos de Winter.

No Brasil as palestras de Winter ocorreram basicamente em igrejas católicas, o que indica que sua rede de apoio se encontra nos setores religiosos. Acreditamos que isso ocorre pelo ativismo paralelalo de Winter entre o antifeminismo e os movimentos Pró - família e Pró-vida. Pois, como discutimos anteriormente, a fundação e manutenção destes movimentos originaram da tradição secular da religião cristã, da linha mais conservadora do Catolicismo (DUARTE, 2011). Inclusive, quando o movimento Pró-vida se consolidou no Brasil, nos ano 80, houve apoio da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (VIEIRA, 2015). Nas palestras fora do Brasil, sua rede de apoio pareceu mais diversificado, entre autoridades políticas e religiosas. Ademais, as palestras de Winter são contratadas como indicamos no início deste tópico e, se isto acontece, indica que existe um público interessado nos temas que ela aborda. Como podemos perceber a partir do número de participantes divulgados por Winter, ela atrai uma grande quantidade de pessoas para suas palestras.¹⁸⁰

Se as palestras e entrevistas aos meios de comunicação funcionam como ferramentas de disseminação da agenda antifeminista e cooptação de militantes a favor de sua causa, vale ressaltar que neste levantamento que realizamos Winter passou por dez países e mais de cinquenta cidades.

3.3. A palestrante e parlamentar Ana Caroline Campagnolo

Assim como Winter, Ana Caroline Campagnolo também ministra palestras para desqualificar o feminismo e promover a agenda antifeminista. No entanto, diferente das publicações realizadas por Winter sobre as palestras que ministra, em que descreve o conteúdo abordado com detalhes e também o número de participantes, as publicações de Campagnolo em seu site oficial (<https://anacampagnolo.com.br/>) limitam-se apenas a data, local e tema das palestras e eventos que realiza. Poucas são as publicações de eventos, que ela faz em seu perfil no *Instagram*, que apresentam maiores detalhes. Para

¹⁸⁰ Cabe observar, que apesar do número de participantes em palestras ser divulgado pela própria Winter em sua rede social, várias dessas postagens são acompanhadas de fotos nas quais pode-se verificar espaços como teatros, mini auditórios, escolas, etc, lotados. Portanto, mesmo ao se pressupor que os números divulgados pela antifeminista não são exatos, foi com base nesta evidência que consideramos que as palestras de Winter tem atraído um grande numero de participantes.

fazer o levantamento das palestras que Campagnolo ministrou analisamos seu perfil no *Instagram* e o seu site oficial, cruzando informações entre os dois quando foi possível.

Como verificamos no capítulo anterior, sabemos que Campagnolo ministra palestras desde 2014. Uma dessas palestra ocorreu no 26 julho de 2014 no “1º Congresso Nacional sobre Doutrinação Política e Ideológica nas Escolas”, evento que foi organizado pelo Movimento Escola Sem Partido (MESP). Neste congresso Campagnolo discorreu sobre as possíveis tentativas de “doutrinação ideológica” que teria sofrido na universidade em que cursou a graduação em História e depois no Mestrado também em História (eventos que já discutimos anteriormente). No *Instagram* da antifeminista encontramos mais uma palestra realizada por ela a favor do MESP. A palestra ocorreu em 5 de fevereiro de 2015 em Flórida/SC e foi intitulada “Doutrinação política ideológica nas escolas”.¹⁸¹

Encontramos também em seu *Instagram* a divulgação de três palestras ministradas por Campagnolo no ano de 2018. A primeira aconteceu no dia nove de julho, na igreja Palavra Via, em Balneário Camboriú/SC e foi intitulada “Fé cristã e cultura”. Sobre a palestra Campagnolo comentou em seu *Instagram* que iria “falar de assuntos urgentes na guerra cultural”¹⁸². A segunda ocorreu no dia 23 de julho de 2018, também na cidade Balneário Camboriú, na Câmara de Vereadores e teve como tema “Falando sobre aborto”.¹⁸³ Já a terceira aconteceu em quatro de agosto de 2018 durante o “1º Congresso Antifeminista do Brasil”, na cidade Rio de Janeiro/RJ, na qual falou sobre aborto.

No ano de 2019 encontramos em seu site oficial a divulgação de 20 palestras ministradas por Campagnolo, sendo elas: 1) No dia 16 de Fevereiro realizou a palestra intitulada “Nosso papel na Sociedade”, na Comunidade Amar, no município de Itajaí/SC; 2) No dia 10 de março realizou a palestra intitulada “Mulheres de Coragem”, na igreja Assembleia de Deus, no Município de Fláuburgo/ SC; 3) No dia 23 de março realizou a palestra “As marcas do Feminismo e a Identidade Cristã”, na Igreja Assembleia de Deus, no município de Boa Vista/RO; 4) No dia 27 de março realizou a palestra intitulada “O protagonismo da Mulher Jovem no Brasil”, em um evento organizado pela Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), e pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), que foi realizado em celebração ao dia Internacional da Mulher, no

¹⁸¹ Cf: <https://www.Instagram.com/p/0iX0oBj1ac/>. Acesso em 03 de junho de 2020

¹⁸² Cf: <https://www.Instagram.com/p/Bjzaq3CBksO/>. Acesso em 03 de junho de 2020.

¹⁸³ Cf: <https://www.Instagram.com/p/BlayzOrhRrr/>. Acesso em 03 de junho de 2020.

Auditório da Esplanada dos Ministérios, em Brasília/DF. Sobre esta, Campagnolo comentou em seu *Instagram* que foi “uma palestra de uma hora sobre feminilidade e o privilégio de ser mulher”¹⁸⁴; 5) No dia 30 de março realizou a palestra intitulada “O privilégio de ser Mulher”, em conjunto com o lançamento de seu livro “Feminismo: perversão e subversão”, na Cidade de São Paulo/SP; 6) No dia seis de julho realizou a palestra “Falando sobre Feminismo”, em evento intitulado “O evangelho e o mundo moderno”, que ocorreu na Igreja Presbiteriana do Brasil, na cidade de Juquiá/SP; 7) No dia 12 de julho ministrou uma palestra com o tema que deu título ao seu livro, “Feminismo: Perversão e Subversão”. Na ocasião houve sessão de autógrafos do livro, na Livraria Antioquia Books, em Goiânia/GO; 8) No dia 13 de julho realizou palestra intitulada “Um bate papo sobre a mulher cristã e o feminismo”, também na Livraria Antioquia Books, em Goiânia/GO; 9) No dia 12 de Agosto participou como palestrante na “2ª Reunião da Frente Parlamentar pela Escola Sem Partido”, que ocorreu na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) na cidade de São Paulo/SP; 10) Em 31 de agosto realizou palestra intitulada “A importância da ideologia na política”, no “1º Seminário De Estudos Sobre Conservadorismo”, Evento Que Ocorreu No Centro de Eventos de Chapecó/SC e foi promovido pelo Instituto Cultural Conservador, com apoio da Faculdade Santa Rita de Chapecó; 11) No dia 14 de setembro participou como palestrante do “1º Parlatório Conservador em Santa Catarina”, que foi organizado pela Juventude do PSL Nacional, evento que ocorreu no Auditório Antonieta de Barros, na Assembleia Legislativa de Santa Catarina – ALESC, em Florianópolis; 12) Em 12 de outubro participou como palestrante da “Conferência de Ação Política Conservadora” (CPAC). O evento foi descrito no site oficial de Campagnolo como “o mais tradicional evento conservador dos Estados Unidos” e ocorreu na cidade de São Paulo, nos dias 11 e 12 de outubro, no auditório do Hotel Grand Hyatt; 13) No dia 15 de outubro ministrou palestra intitulada “Discutindo Paulo Freire”, no “2º Parlatório Conservador em Santa Catarina”. No evento também palestraram o advogado Miguel Nagib, que ficou conhecido por fundar em 2004 o Movimento Escola sem Partido (MIGUEL, 2016) e Thomas Giulliano Ferreira dos Santos, que é coordenador do livro “Desconstruindo Paulo Freire” (2017) e autor do livro “Desconstruindo (Ainda mais) Paulo Freire” (2019)¹⁸⁵. O

¹⁸⁴ Cf: https://www.Instagram.com/p/BveJ44RH_aY/. Acesso em: 08 de fevereiro de 2020.

¹⁸⁵ Thomas Giulliano Ferreira dos Santos é graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), pós-graduado em Literatura Brasileira na mesma universidade e pós-graduado em História e Cultura Afro-brasileira e Indígena pelo Centro Universitário Internacional -

evento 2º Parlatório Conservador ocorreu no auditório Antonieta de Barros na ALESC em Florianópolis/SC. 14) Em 26 de outubro Campagnolo e Miguel Nagib ministraram palestras no “Seminário do Movimento Escola sem Partido”, em Belo Horizonte/MG; 15) Em primeiro de novembro Campagnolo ministrou palestra intitulada “Cotas-feministas no serviço público?”, no “II Congresso Ministério Público pró-Sociedade”, que ocorreu entre os dias 31 de outubro e 02 de novembro de 2019 na Associação catarinense do Ministério Público, em Florianópolis/SC; 16) No dia 15 de novembro Campagnolo ministrou palestra no “Encontro de Lideranças Conservadoras Catarinenses”. A Deputada Federal Carol de Toni (PSL) e a vice-governadora Daniela Reinehr (PSL) também compareceram ao evento. O Encontro aconteceu na cidade de Capinzal/SC; 17) No dia 23 de novembro Campagnolo ministrou palestra com o tema Feminismo. A palestra ocorreu na igreja Bola de Neve, em Curitiba/PR; 18) Em 23 de novembro ministrou palestra intitulada “Formação política: Feminismo e Aborto”, em evento organizado pelo Instituto Luzeiro, que ocorreu em Curitiba/PR; 19) No dia 29 de novembro ministrou palestra com o tema “Doutrinação ideológica e ideologia de gênero nas escolas”, que ocorreu no município de João Pessoa/PB em Audiência Pública da Câmara Municipal de João Pessoa (CMJP) em parceria com a Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB), para discutir doutrinações ideológicas e de gênero nas escolas; 20) No dia 30 de Novembro Campagnolo Ministrou palestra intitulada “Uma análise Crítica do Movimento Feminista à luz da Bíblia”, também no município de João Pessoa/PB.

Além das palestras, também encontramos quatro entrevistas de Campagnolo concedidas a programas de algumas rádios no ano 2019, sendo elas: 1) Em 29 de março Campagnolo foi entrevistada pelo programa “*Morning Show*” da Rádio Jovem Pan transmitida para todo o Brasil, para divulgar seu livro “Feminismo: perversão e subversão”. No programa ela falou sobre como se tornou antifeminista, o que entende por feminismo, direitos civis, família, política, educação e a sua atuação junto ao movimento Escola Sem Partido. Sobre o movimento feminista Campagnolo declarou que:

Segundo a produção teórica de expoentes do feminismo contemporâneo, como Judith Butler, a mulher foi instrumentalizada como símbolo unificador desse movimento ideológico que tem como objetivo de fato a revolução sexual e a desconstrução dos padrões comportamentais, dentre eles, a própria feminilidade.¹⁸⁶

UNINTER. Essas informações foram retiradas do Currículo Lattes de Santos, cf.: <http://lattes.cnpq.br/1429407530748262>. Acesso em: 09 de junho de 2020.

¹⁸⁶ Cf: <https://www.Instagram.com/p/BwRsskoHmWJ/>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2020.

2) No dia 15 de abril esteve no programa “Pânico”, da rádio Jovem Pan, transmitido para todo o Brasil. Na entrevista Campagnolo falou sobre “as predisposições naturais dos sexos, disparidade salarial entre homens e mulheres” que, segundo ela, seriam falácias. Argumentou ainda que existiria uma cumplicidade feminina com a predominância dos homens nas atividades exteriores à vida doméstica, que são comumente definidas pelas militantes feministas como uma “imposição machista”. Segundo Campagnolo, durante e após a exibição do programa, chegaram centenas de mensagem pedindo mais destaque para a sua participação¹⁸⁷; 3) No dia 28 de junho participou de entrevista ao vivo na rádio Comunitária (87.9 FM), de Tubarão/SC. A entrevista teve como tema “Nova Política em Foco”; 4) No dia 29 de junho, também no município de Tubarão, Campagnolo deu entrevista ao programa “Frente a Frente”, da rádio Bandeirantes (1090 AM).

Assim que seu livro “Feminismo: perversão e subversão” foi lançado, Campagnolo realizou vários eventos de divulgação pelo Brasil. Em seu site oficial encontramos algumas cidades nas quais ela esteve para divulgá-lo: 1) No dia 23 de Fevereiro, no município de Chapecó/SC, lançou o livro na Associação das Câmaras Municipais do Oeste de Santa Catarina- ACAMOSC; 2) No dia 1 de Março, no município de Guarimirim/SC, o lançamento ocorreu na Biblioteca Pública Municipal Professora Maria Iva Cabral da Luz; 3) No dia 8 de Março, em Florianópolis/SC, lançou o livro na Assembleia Legislativa do estado; 4) No dia 22 de março, em Teresina/PI, o lançamento foi no Auditório do Metropolitano Hotel; 5) No dia 23 de março, em Fortaleza/CE, no Café Patriota; 6) No dia 25 de março, em Itapoá/ SC, na Casa da Cultura; 7) No dia 29 de Março, em São José dos Campos/SP, no Instituto Burke; 8) No dia 1 de abril, em Criciúma/SC, no auditório Ruy Hulse da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

É notável que, assim como ocorreu com Winter, houve o aumento considerável do número de palestras de Campagnolo em 2019, ou seja, o espaço que os discursos conservadores adquiriram a partir do golpe de 2016 e depois com a eleição de Jair Messias Bolsonaro proporcionaram legitimidade e visibilidade as antifeministas. Outros fatores importantes que somam visibilidade ao discurso da antifeminista foi sua eleição como deputada Estadual, pelo partido PSL, até então o mesmo partido do presidente eleito

¹⁸⁷ Cf: https://www.youtube.com/watch?v=1WU37hw_uJU. Acesso em 03 de junho de 2020.

Bolsonaro¹⁸⁸, bem como o lançamento do seu livro “Feminismo: perversão e subversão”, em fevereiro de 2019.

Como apresentamos no capítulo anterior, Campagnolo manifestou uma posição antifeminista desde meados de 2013 quando criou um canal no *YouTube* intitulado “Vlogoteca”, em que produzia vídeos com conteúdo que desqualificavam os estudos de gênero e os feminismos. Verificamos também que, desde então, a antifeminista também possui ligações com o MESP e isso pode ser aferido na justificativa do processo que ela moveu contra sua ex-orientadora de mestrado, a professora Marlene de Fáveri, acusando-a de “doutrinação ideológica”, uma das principais agendas do MESP¹⁸⁹. No levantamento dos temas das palestras de Campagnolo e nos títulos de eventos que participa é perceptível a ligação desta com o MESP e uma agenda conservadora, pois, das 25 palestras que mapeamos 11 delas possuem temas relacionados a agenda do MESP e/ou são intituladas como eventos conservadores.

Barroco (2015) e Miguel (2016) argumentam que no Brasil atual o conservadorismo tem se manifestado a partir de bandeiras de luta unificadoras, ou seja, numa ação conjunta que fortalece a todos. Setores como os fundamentalistas religiosos, latifundiários e neoliberais se unem com agendas de combate aos direitos humanos e sociais e suas legislações; contra movimentos sociais; contra políticas e programas sociais destinados a reparação de desigualdades históricas, como o programa de cotas; contra o direito ao aborto; contra compreensões inclusivas da entidade familiar e a políticas de combate à homofobia. De modo geral, se colocam contrariamente a qualquer manifestação em defesa da ampliação do Estado Social e de questionamento dos valores morais tradicionais. A participação de Campagnolo em palestras e eventos do MESP, debatendo e defendendo as mesmas agendas (como a “ideologia gênero), demonstra que o antifeminismo também unifica bandeiras com outros setores conservadores para buscar fortalecimento.

Além das palestras ministradas e entrevistas concedidas a rádios, Campagnolo também tem se utilizado das sessões ordinárias da Assembleia Legislativa de Santa Catarina para promover retaliações aos movimentos feministas, bem como para disseminar discursos e agendas antifeministas. No dia 07 de maio de 2019, em sessão

¹⁸⁸ Em novembro de 2019, o presidente Jair Bolsonaro anunciou sua saída do partido pelo qual se elegeu, o PSL. (AMARAL, 2019)

¹⁸⁹ Retomaremos a discussão sobre o MESP de forma mais profunda no tópico 3.5.

ordinária da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Campagnolo usou a tribuna para discorrer sobre o projeto de lei que determina a afixação de cartazes nos órgãos da administração pública direta e indireta com a seguinte mensagem: “Assédio sexual e estupro são crimes tipificados no Código Penal! Você tem direito de denunciar”. Campagnolo não se opôs ao projeto, mas frisou que não há cultura de estupro no Brasil, segundo ela, existe um uso propagandístico do termo, Campagnolo definiu a cultura do estupro como:

A “cultura do estupro” é mais um dos engodos propagados pelos mesmos que promovem a criminalidade através de agendas culturais e lobbys jurídico e midiático, estes geradores de impunidade e que usam o crime como instrumento revolucionário para sufocar a sociedade.¹⁹⁰

Campagnolo afirmou ainda que a prova cabal de que o estupro não configura uma expressão cultural é que “quando um estuprador é pego pela sociedade civil ou população carcerária, o mesmo geralmente acaba sendo morto [...] até porque a cultura geral repudia o ato em com tamanha veemência que o pune com a morte”¹⁹¹. No entanto, estima-se que “a cada ano, no mínimo 527 mil pessoas são estupradas no Brasil. Desses casos, apenas 10% chegam ao conhecimento da polícia” (CERQUEIRA e COELHO, 2014, p. 5). E as mulheres, mesmo figurando como metade da população, são os alvos majoritários da execução do crime, representando 89% das vítimas, em um cenário que a cada 11 minutos uma mulher é estuprada (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2014, p. 26; BUENO, 2015, p. 116). No atual Código Penal brasileiro, estupro é definido, no artigo 213, como “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso” (BRASIL, 2009). Neste sentido, o estupro é frequentemente categorizado como uma forma de violência sexual. Segundo a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), violência sexual refere-se a:

[...] qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos. (art.7º, inciso III)

¹⁹⁰ Cf: <https://www.Instagram.com/p/BxPcVqHnkom/>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2020.

¹⁹¹ Ibidem.

O conceito de violência sexual compreende diversos comportamentos abusivos. Entretanto, para entender o contexto em que esses comportamentos ocorrem, feministas têm utilizado um conceito ainda mais amplo: cultura do estupro. O conceito “cultura do estupro” foi cunhado por feministas estadunidenses na década de 1970, para se referir a um conjunto de comportamentos e ações incutidos no seio social que por meio de um complexo de crenças, incentiva a prática do crime, tolera a violência contra a mulher e atribui a culpa às suas respectivas vítimas (SANDAY, 1997) a partir de seu comportamento com acusações do tipo “ela é vulgar mesmo”, “ela não se dá ao respeito” ou, ainda, “ela estava pedindo”.

Sob efeito deste “fenômeno” – cultura do estupro – o estupro coexiste dentro de um paradoxo social. De um lado, é tipificado como delito e considerado crime hediondo. Mas por outro lado, quando praticado, o impulso da maioria dos cidadãos é de justificar a ocorrência por algum fator ligado a vítima ou ao agressor (LANA et al., 2016, p. 165): este que penetrou à força por um mero descontrole psicológico, e aquela que atuou em desconformidade com as normas sociais vigentes. Assim sendo, criou-se a concepção de que esse crime só seria cometido por estranhos; um estereótipo de agressor como um ser anormal, desconhecido ou doente, cuja desejo não pode controlar (ANDRADE, 2005, p. 97). Entretanto, estuprador não é doente, mas sim, um patriarca saudável e frequentemente ligado à vida pessoal da vítima, como concluiu um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2014, p. 9), revelando que 70% dos estupros são praticados por pessoas presentes no ciclo de amizade da vítima, sendo executados por conhecidos, amigos, namorados ou parentes.

O uso do conceito “cultura do estupro” pelos movimentos feministas permite abarcar em um único conceito um conjunto de contingências e comportamentos que, em última instância, contribuem para a manutenção da violência sexual, pois, muitas vezes um ato de sexo sem consentimento não é nomeado de estupro. O estupro marital por exemplo, pois parte das pessoas seguem entendendo o sexo como um dever matrimonial, por vezes exclusivo para a atuação do homem e a sujeição da mulher (DIAS, 2010). Ao usar o conceito “cultura do estupro”, existe uma tentativa dos movimentos feministas de mudar o significado de atos vistos como normais em nossa sociedade, para que eles sejam tão repudiados quanto estupros estereotípicos.

Ademais, a cultura do estupro também poderia ser nomeada de cultura da violência sexual. Cabe questionar, portanto, porque as feministas optaram por chamar de

“cultura do estupro”. O primeiro termo desta expressão – cultura - chama atenção para o fato de uma série de práticas culturais que são vistas como naturais, mas na verdade são construídas socialmente e podem assim, ser modificadas. O segundo termo – estupro, por sua vez, poderia, além de indicar a gravidade dessas práticas, ser visto como uma tentativa de modificá-la.

O conceito “cultura de estupro” é apresentado por Campagnolo como um “engodo”, pois, em sua concepção são “propagados pelos mesmos que promovem a criminalidade”¹⁹², ou seja, na concepção da antifeminista o crime de estupro é utilizado como um conceito pelos movimentos sociais – o feminismo- para confundir e enganar a população. No entanto, a partir da breve discussão sobre o conceito é possível verificar a complexidade e a necessidade deste debate. Por sua vez, as afirmações realizadas por Campagnolo não possuem embasamentos teóricos e/ou científicos. Porém, a antifeminista já entrou na ordem do discurso e está autorizada a falar, uma vez que ocupa um cargo parlamentar e possui formação acadêmica (graduada em História) no campo das análises e discussões sobre tal conceito. Neste sentido, ao alegar que o conceito se trata de uma estratégia/invenção, Campagnolo alcança seu anseio de deslegitimar não apenas as discussões em torno do mesmo, mas a agenda do movimento que o discute, ou seja, o feminismo.

No dia 5 de junho de 2019, na sessão ordinária da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Campagnolo falou na tribuna sobre o caso do Menino Rhuan, de nove anos, que foi morto, teve o corpo esquartejado e partes escondidas em uma mala deixada em um bueiro na cidade de Samambaia do Sul/DF. O crime foi cometido pela mãe Rosana Auri da Silva Cândido e pela sua companheira Kacyla Pryscila Santiago Damasceno Pessoa, no dia 31 de maio de 2019. (MARQUES, 2019)

Segundo o delegado-adjunto da 26ª Delegacia de Polícia do Distrito Federal (PCDF), Guilherme Souza Melo, que coordenou o caso, a “forma de execução da criança foi cruel” (MELO, 2019 *apud* MARQUES, 2019). De acordo com Melo, o crime foi totalmente praticado em casa. As criminosas esperaram Rhuan dormir, então a mãe de Rhuan, acertou a primeira facada nas costas, viu o garoto cair de joelhos no chão e depois deu outros 12 golpes no tórax, de frente para o filho. Em seguida, ela o esquartejou e o decapitou, retirou toda a pele do rosto de Rhuan, com o propósito de fritá-la. Colocou a

¹⁹² Cf: <https://www.Instagram.com/p/BxPcVqHnkom/>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2020.

cabeça em um balde. Tentou assar as partes do garoto em uma churrasqueira para amolecer a carne, desprender dos ossos e descartar no vaso sanitário, mas não conseguiu. (MELO, 2019 *apud* MATOS, 2019). O perito médico-legista do Instituto Médico Legal (IML), Christopher Diego Martins, confirmou que Rhuan levou 12 facadas, e não quatro, como dito pelas mulheres inicialmente. Segundo o legista Martins:

A causa propriamente dita da morte de Rhuan foram os ferimentos com arma branca e a decapitação, sendo que no pescoço ainda havia sinais vitais. A cabeça foi totalmente removida em vida, ou logo após a morte, quando os tecidos ainda têm reação vital. (MARTINS 2019, *apud* MATOS, 2019)

O legista ainda confirmou que Rhuan teve o pênis decepado bem antes do crime que o matou. Martins explicou, clinicamente, a gravidade do ato:

Um marco anterior à morte, confirmado por meio do estudo de cicatrizes e de sequelas, foi a emasculação (remoção do pênis) e a castração (remoção dos testículos). Ambas foram feitas de forma artesanal e resultou em sérias consequências para o indivíduo (Rhuan) ainda em vida. Com a amputação do pênis, a uretra se retraiu e se formou uma fístula da uretra até a derme (pele) era por esse caminho muito estreito que o menino conseguia urinar durante este tempo. Ele só urinava sob alta pressão e isso retira a qualidade de vida, além de fazer do caso algo cruel e doloroso. (MARTINS 2019, *apud* MATOS, 2019)

O crime de extração do órgão genital de Rhuan, comprovado pelo laudo da Polícia Civil, foi configurado como tortura e lesão corporal gravíssima. A situação teria ocorrido há mais de um ano, quando a família ainda morava em Goiânia (GO) e o motivo alegado por Rosana a PCDF, foi “vingança contra o pai e avós da criança”. Devido à gravidade e o ineditismo do crime, a Polícia Civil decidiu ir a Rio Branco, no Acre, de onde Rosana e Kacyla são naturais e de onde haviam fugido com as crianças, há cinco anos, depois que perderam a guarda dos filhos para os pais (MARQUES, 2019). Lá, entre outras coisas, o delegado Melo apurou que o crime pode ter sido motivado com base em questões religiosas. Sobre isso, o delegado afirmou:

Descobrimos indícios que o crime pode ter, sim, motivação religiosa. Elas, inferidas por espécies de visões divinas ou demoníacas, podem ter praticado a morte por conta disso[...] Elas confessaram algo nesse sentido, Rosana disse que era muito vingativa e se comparou, inclusive, com o Deus justiceiro do Velho Testamento na Bíblia. E parentes e pessoas ligadas a elas relataram que houve uma transformação de personalidade das duas nos últimos cinco anos [...] A Justiça do Acre, quando concedeu a guarda aos pais das crianças, na sua fundamentação,

cita fanatismo religioso. Nos depoimentos das testemunhas, cerca de 15, todas elas relataram que as autoras do crime tinham um forte fervor religioso que determinava suas ações. (MELO 2019, *apud* MATOS, 2019; MARQUES, 2019)

Rosana e Kacyla se auto intitulavam pastoras. No entanto, apenas Kacyla fez um curso em uma comunidade religiosa. Durante a investigação do caso, as duas mulheres disseram ainda receber “revelações divinas”, que influenciava a rotina das crianças. Na casa onde moravam, em Samambaia, a filha de Kacyla, uma menina de 8 anos “acordava às 6h todos os dias, tinha que orar e tomar banho. Tudo no afã religioso” (MELO, 2019 *apud* MARQUES, 2019). Apesar da “veia” religiosa das mulheres, de alguns relatos e da formação evangélica das criminosas, o delegado ressaltou que não foi possível identificá-las como pertencentes a alguma religião específica, pois, segundo este:

O fanatismo não tá vinculado, especificamente, a nenhuma igreja, embora elas tenham formação evangélica. Essas atividades, atitudes e rotinas eram criadas por elas mesmas com base em interpretações próprias da palavra bíblica, das ‘revelações’ que tinham e dos ‘sonhos proféticos’. Portanto, não há uma vinculação específica a um segmento religioso. (MELO 2019, *apud* MATOS)

A investigação sobre o caso está concluída. Rosana Auri da Silva Candido e Kacyla Priscyla Santiago Damasceno Pessoa foram indiciadas em cinco crimes sendo eles: homicídio qualificado, tortura, ocultação de cadáver, lesão corporal gravíssima e fraude processual – porque tentaram limpar o local onde a criança foi morta. Se somadas, as penas podem chegar a 57 anos de prisão para cada uma. (MARQUES, 2019)

Desde que foi divulgada o assassinato de Rhuan, o crime tornou-se um dos casos mais citados pelos que criticam a suposta “ideologia de gênero”. O presidente Jair Bolsonaro, durante uma transmissão ao vivo no dia 12 de julho de 2019, ao citar o caso disse que “o casal de lésbica cortou o piu-piu porque achava que ele nasceu para ser mulher”¹⁹³. Nesta mesma transmissão, ao comentar o documento por meio do qual o Brasil se candidatou à reeleição no Conselho de Direitos Humanos da ONU, o presidente afirmou que “Nossa bandeira lá será, logicamente, voltada para a família e (a de) abortar de vez a questão da ideologia de gênero”¹⁹⁴.

¹⁹³ Cf: <https://www.facebook.com/watch/?v=382878162361521>. Acesso em: 18 de junho de 2020.

¹⁹⁴ *ibidem*

Em 18 de julho de 2019, após um evento no Palácio do Planalto, o Presidente Jair Bolsonaro, até então filiado ao PSL, defendeu em uma postagem na sua rede social *Twitter*, a prisão perpétua:

O chocante caso do menino Ruan, que teve seu órgão genital decepado e foi esquartejado pela própria mãe e sua parceira, é um dos muitos crimes cruéis que ocorrem no Brasil e que nos faz pensar que infelizmente nossa Constituição não permite prisão perpétua¹⁹⁵.

Ao sugerir que Rhuan é uma vítima da “ideologia de gênero”, o presidente se uniu a diversos políticos e personalidades que fizeram a mesma relação¹⁹⁶ e, entre eles estava Campagnolo. Na sessão ordinária da ALESC, quando fez referência ao caso, Campagnolo relacionou o crime, com a ideologia de gênero e o que chamou de feminismo radical afirmando:

Rhuan, de apenas nove anos, foi sequestrado por um par de lésbicas feministas, sendo uma delas sua mãe, que há um ano mutilou o pênis da criança e o costurou de maneira rudimentar em forma de vagina. Além de criar Rhuan como uma menina, o par obrigava-o a manter relações sexuais com a filha da companheira de sua mãe, doutrinada por esta durante cinco anos para que tivesse medo da figura masculina, principalmente a do pai. O ódio para com a figura masculina e a tentativa de mudança de sexo são representações fidedignas da agenda feminista e da ideologia de gênero, vendidos como se coisas excelsas fossem.¹⁹⁷

Como já discutimos anteriormente, as antifeministas Winter e Campagnolo acusam o feminismo de promover a suposta “ideologia de gênero”. No intuito de legitimar essa premissa, Campagnolo relacionou o caso Rhuan ao feminismo e a “ideologia de gênero”, ao afirmar que Rhuan “foi sequestrado por um par de lésbicas feministas”. No entanto, verificamos várias veículos de comunicação que noticiaram o caso (Folha de São

¹⁹⁵ A postagem possui 90 mil curtidas e 16 mil e 200 compartilhamentos. Cf: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1141026957011968003>. Acesso em 9 de junho de 2020.

¹⁹⁶ As deputadas federais e Carla Zambelli (PSL-SP) e Bia Kicis (PSL-DF) apresentaram, em conjunto com Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), um projeto lei “Rhuan Maycon” na Câmara dos Deputados com o objetivo de aumentar para 50 anos o tempo máximo de pena para criminosos. O texto leva o nome de “Menino Rhuan” e a pena também é prevista para mortes causadas supostamente pela chamada “ideologia de gênero” (FORTUNA, 2019). O pastor pentecostal Silas Malafaia criticou a mídia brasileira por “não dar destaque à barbaridade que essa dupla de monstros cometeram” e disse que “duas lésbicas cometeram um assassinato brutal contra um garoto” por conta da “ideologia de gênero” (CHAGAS, 2019). O pastor evangélico e ex-senador Magno Malta também considerou o ato como “um crime de ideologia de gênero” (SANTOS, 2019).

¹⁹⁷ Cf: <https://www.Instagram.com/p/ByWOeKjHnXr>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2020.

Paulo¹⁹⁸, G1¹⁹⁹, UOL²⁰⁰, Correio Braziliense²⁰¹, Zero Hora²⁰², IstoÉ²⁰³, R7²⁰⁴, Época²⁰⁵, Extra²⁰⁶, Estado de Minas²⁰⁷) e em nenhum deles consta a informação que as mulheres autoras do crime seriam feministas. Não há assim, qualquer indício de que as mulheres se basearam em conhecimento sobre teorias de gênero ou feministas, como a afirmação da antifeminista sugere.

Ademais, a tentativa de relacionar o caso ao feminismo possui grande significado. Como descrevemos anteriormente, o caso Rhuan foi marcado por crueldade e violência de grande magnitude, o menino foi emasculado, esfaqueado, decepado, esquartejado e ainda teve a sua pele arrancada. Ao afirmar que as criminosas eram supostas feministas lésbicas, a afirmação da antifeminista transfere todos os requintes de crueldade e violência do caso para os movimentos feministas e LGBT, seus integrantes e suas agendas.

As relações empreendidas por Campagnolo, entre o caso Rhuan, o feminismo e a “ideologia de gênero” também ficam explícitas quando afirma que “O ódio para com a figura masculina e a tentativa de mudança de sexo são representações fidedignas da agenda feminista e da ideologia de gênero, vendidos como se coisas excelsas fossem.” Essa concepção de Campagnolo se sustenta em duas das definições de feminismo que o discurso antifeminista constrói: 1) O entendimento de que o feminismo se constitui como uma agenda de ódio ao homem e não de luta por igualdade de direitos em uma sociedade desigual; 2) O entendimento de que o feminismo, assim como a “ideologia de gênero”,

¹⁹⁸Cf: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/06/com-ajuda-de-companheira-mae-mata-e-esquarteja-filho-de-9-anos-no-df.shtml>. Acesso em: 13 de junho de 2020.

¹⁹⁹Cf: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2019/06/01/crianca-morta-e-esquartejada-no-df-foi-sequestrada-ha-5-anos-do-ac-pela-mae-diz-familia.ghtml>. Acesso em: 13 de junho de 2020.

²⁰⁰Cf: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/06/05/caso-rhuan-comportamento-antissocial-rejeicao-figura-masculina.htm>. Acesso em: 13 de junho de 2020.

²⁰¹Conferirem: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/06/01/interna_cidadesdf,759372/crianca-de-9-anos-e-esquartejada-em-samambaia.shtml. Acesso em: 13 de junho de 2020.

²⁰² Cf: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2019/06/mae-confessa-ter-matado-filho-de-nove-anos-no-df-cjwfnjr3z01wm01mczbkc1442.html>. Acesso em: 13 de junho de 2020.

²⁰³ Cf: <https://istoe.com.br/esquartejado-pela-mae-rhuan-teve-penis-cortado-ha-um-ano/>. Acesso em: 13 de junho de 2020.

²⁰⁴Cf: <https://noticias.r7.com/distrito-federal/jornal-de-brasilia/pai-de-menina-que-viu-morte-de-rhuan-vem-ao-df-busca-la-02062019>. Acesso em: 13 de junho de 2020.

²⁰⁵Cf: <https://epoca.globo.com/coluna-caso-rhuan-maycon-quando-os-pais-representam-ameaca-23733568>. Acesso em: 13 de junho de 2020.

²⁰⁶Cf: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/menino-rhuan-foi-decapitado-ainda-vivo-levou-12-facadas-mae-companheira-podem-ser-condenadas-57-anos-de-prisao-23733364.html>. Acesso em: 13 de junho de 2020.

²⁰⁷Cf: https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2019/06/05/interna_nacional,1059470/rhuan-maycon-menino-esquartejado-pela-mae-e-velado-em-rio-branco.shtml. Acesso em: 13 de junho de 2020.

promove a inversão dos papéis entre homens e mulheres. Essas representações do feminismo, também apareceram nas análises que fizemos nos dois primeiros capítulos.

Em entrevista concedida ao Jornal Online Correio Braziliense sobre o caso, o professor Marco Aurélio Máximo Prado, do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), disse que o crime contra Rhuan foi motivado por uma “patologia das mães, e não tem a ver com uma questão de gênero. O que a gente viu nessas mulheres foi violência. Impossível alguém dizer que tem uma causa aí que seria a ideologia de gênero” (PRADO, 2019 *apud* FORTUNA, 2019).

Outros especialistas também foram consultados pelo Jornal online Correio Braziliense, e todos eles possuem uma visão semelhante à de Prado. E questionaram a expressão “ideologia de gênero”. A coordenadora do Grupo de Gênero e Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Adla Betsaida Teixeira²⁰⁸, afirmou que “Ideologia de gênero é uma criação que não existe dentro da área científica. O conceito científico é de gênero” (TEXEIRA, 2019 *apud* FORTUNA, 2019).

Segundo Andrea Pacheco de Mesquita, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e coordenadora do grupo de pesquisa Frida Khalo, gênero não é uma ideologia, mas um conceito social das relações. Sobre o caso Mesquita afirmou que:

A ideologia de gênero, conforme alguns colocam, foi reduzida a uma questão da LGBTfobia. Quando falamos de gênero, falamos de desigualdade da mulher no trabalho, no salário, na violência, e não uma imposição [...] Eles reduziram esse conceito como se fosse restrito à sexualidade. Ou seja, mudança de sexo de homem ou mulher (MESQUITA, 2019 *apud* FORTUNA, 2019).

Um dos argumentos utilizados para caracterizar o crime como “ideologia de gênero” é que o casal assassino é homoafetivo, que haviam realizado mutilações no menino que indicariam uma tentativa de impor o gênero feminino e, que por ser menino, Rhuan teria morrido. Para Mesquita:

Isso é errado e a-histórico, extremamente desconstruído da realidade [...] A Lei Maria da Penha, a do feminicídio, vêm para reparar a naturalização da violência contra a mulher. Por isso, não dá para dizer que houve ‘homocídio’. Ele não foi morto porque era homem, foram

²⁰⁸ A autora tem pós doutorado em desenvolvimento humano pela Universidade de Stanford, nos Estados Unidos.

vários outros fatores para analisar que levaram a esse crime, mas não a ideologia de gênero (MESQUITA, 2019 *apud* FORTUNA, 2019).

Ao falar sobre o crime e a suposta ligação com o fato de casal ser homoafetivo Texeira afirmou que:

O crime não está relacionado ao sexo ou gênero. Pode estar em qualquer um. Se essas pessoas fizeram isso, elas precisam ser punidas, independentemente de serem cristãs ou não, lésbicas ou não. As estatísticas mostram, inclusive, que a maioria de pais abusadores ou pais que fizeram algum crime contra os filhos são da família tradicional (TEXEIRA, 2019 *apud* FORTUNA, 2019).

A suposta “ideologia de gênero” é pauta frequente das falas de Campagnolo na ALESC. No dia 26 de junho de 2019, Campagnolo fez uma fala durante Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa de Santa Catarina contra a “Ideologia de Gênero”, na qual parabenizou a iniciativa do Itamaraty em orientar diplomatas a frisar que gênero é sexo biológico, feminino ou masculino. A deputada Campagnolo sugeriu que a casa também passasse a adotar a mesma visão, rememorando as inúmeras vezes que subiu à tribuna para discorrer sobre o tema, alertando que a “ideologia de gênero” é uma engenharia social nefasta.²⁰⁹

Em 4 de setembro de 2019, Campagnolo fez uma fala na 79ª Sessão Ordinária da Alesc, na qual discorreu novamente sobre “Ideologia de gênero” e a importância de se combater nas escolas. Para isso, expôs uma denúncia encaminhada pelo deputado estadual André Fernandes, do PSL do Ceará, sobre a suposta tentativa de introduzir essa temática, a partir da cartilha “5ª Formação de Coordenadores Pedagógicos da Educação Infantil de Fortaleza”. Campagnolo, relaciona os termos “identidade de gênero, expressão de gênero, sexo biológico e orientação afetiva sexual”²¹⁰, ao suposto fato de que a cartilha “estaria ensinando os professores como aplicar a ideologia de gênero para os alunos”²¹¹.

A deputada Campagnolo ainda ressaltou que “apesar da ideologia de gênero já ter sido rejeitada a nível federal, os agentes do progressismo continuam tentando introduzi-la sorrateiramente via legislação estadual ou municipal”²¹². Porém, seguiu a antifeminista,

²⁰⁹Cf: <https://www.Instagram.com/p/BzZSyO-nZQa/>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2020.

²¹⁰ Cf: <https://www.Instagram.com/p/B2CeijxnFNq/>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2020.

²¹¹ Cf: <https://www.Instagram.com/p/B2CeijxnFNq/>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2020.

²¹² *Ibidem*.

“ao contrário do que pregam seus apologetas, a ideologia de gênero não é uma teoria inquestionável que conta com enorme respaldo no meio científico”²¹³. Para sustentar essa afirmação Campagnolo apresentou um artigo que segundo ela foi publicado pela “Associação Americana de Pediatria” que afirma que “quando um menino biologicamente saudável acredita que é uma menina, e uma menina biologicamente saudável acredita que é um menino, um problema psicológico objetivo existe, que está na mente, e não no corpo, e deve ser tratado como tal”²¹⁴. Ao terminar de ler o trecho a antifeminista fez questão de afirmar “não sou eu que estou dizendo isso, é a Associação Americana de Pediatria!”²¹⁵

Essas afirmações da antifeminista tentam deslegitimar o feminismo e os estudos de perspectiva de gênero (chamados por ela de “ideologia de gênero”) colocando em xeque sua validade científica. Para sustentar esse discurso a antifeminista ressalta que os argumentos utilizados por ela para refutar a suposta “ideologia de gênero”, são de uma instituição científica, a Associação Americana de Pediatria.

Contudo, essa Associação à qual a antifeminista se refere não é a American Academy of Pediatrics (AAP), principal órgão representante de profissionais de pediatria dos Estados Unidos, contando com aproximadamente 64 mil membros e fundada em 1930. O texto intitulado “Gender Ideology Harms Children”, utilizado por Campagnolo para afirmar que as características relativas ao que é masculino e feminino são biologicamente determinadas, como se questões socialmente desenvolvidas nos indivíduos estivessem associadas à biologia, e que transexualidade é uma patologia, uma doença que precisa ser tratada, foi publicado em agosto pelo American College of Pediatricians (ACPEDS), grupo formado por profissionais conservadores que seguem valores judaico-cristãos, os quais consideram estar acima da ciência. (OLIVEIRA, 2016)

Trata-se de uma associação que é abertamente contra a adoção de filhos por casais homossexuais e que tem se destacado nos EUA por difundir mentiras e estudos tendenciosos com o objetivo de prejudicar a comunidade LGBT. Hoje, conta com 500 membros, tendo sido classificada pelo Southern Poverty Law Center como um grupo de ódio. Entre os membros que assinam o texto, está Paul McHugh, médico conhecido por

²¹³ Cf: <https://www.Instagram.com/p/B2CeijxnFNq/>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2020.

²¹⁴ Ibidem.

²¹⁵ Ibidem.

suas opiniões contrárias à transição de indivíduos transgênero e por ser um ativista contra os direitos LGBT. (OLIVEIRA, 2016)

Ademais, com propósito de promover a rejeição completa e imediata dos conteúdos e termos “identidade de gênero, expressão de gênero, sexo biológico, e orientação afetiva sexual”²¹⁶ formulados pelos estudos de gênero, a antifeminista produz a noção de que:

O movimento feminista e os outros movimentos que defendem a ideologia de gênero, eles tentam incentivar a criança a ter uma identidade de gênero incompatível com seu sexo biológico. E tentam passar a ideia de que isso é mais natural, do que a criança que nasceu menino se considerar um menino e pronto, acabou!²¹⁷.

Assim, Campagnolo alimenta um *pânico moral*²¹⁸ para que as questões de gênero não sejam debatidas em espaços como a sala de aula, existe uma tentativa de criminalização de discussões sobre gênero. Desta forma ela promove e legitima o discurso que defende.

3.4. Os eventos comuns

As duas antifeministas Sara Winter e Ana Camapgnolo também realizam parcerias e organizam seus próprios eventos no intuito de divulgar e disseminar os discursos e a agenda antifeminista. A exemplo disso temos o “1º Congresso Antifeminista do Brasil”, organizado e financiado por Sara Winter em 4 de agosto de 2018.

O “1º Congresso Antifeminista do Brasil” ocorreu no Rio de Janeiro/RJ, no auditório da Igreja de Sant’Ana. Segundo Winter, o objetivo do congresso foi de reunir a maior quantidade de pessoas contrárias ao que ela classificou como a “desconstrução moral da mulher” (WINTER *apud* CALCAGNO, 2018). Na página criada para divulgação do congresso, na rede social *Facebook*, o objetivo do evento está descrito como: “reunir os maiores especialistas brasileiros no assunto, a fim de fomentar o debate sobre os malefícios do Movimento Feminista ao progresso de uma sociedade livre e

²¹⁶ Cf: <https://www.Instagram.com/p/B2CeijxnFNq/>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2020.

²¹⁷ *Ibidem*.

²¹⁸ Pânicos morais são inerentemente normativos (MISKOLCI, 2017 *apud* COHEN, 1972) e ficam caracterizados quando a preocupação que suscitam aumenta em desproporção ao perigo real e gera reações coletivas também desproporcionais. Retomaremos essa discussão com mais densidade no tópico 3.5

segura para as mulheres do nosso país.”²¹⁹. Além disso, a página também descreve como pauta principal de discussão a “Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 442” (ADPF 442), ajuizada no Supremo Tribunal Federal pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), propondo a descriminalização do aborto até as primeiras 12 semanas de gestação²²⁰. Seguindo esta pauta, as cinco palestras do congresso tiveram como foco o debate sobre aborto.

Além da palestra da anfitriã Sara Winter, o congresso contou com as palestras dos convidados Alexandre Varela, Felipe Chagas, Thais Azevedo e Ana Caroline Campagnolo. A formação acadêmica de alguns participantes, em campos como História, Direito, Teologia e Relações Internacionais, foi ressaltada na descrição do evento como contribuições de várias áreas de formação sobre o tema. Além de ter sido gratuito o evento também forneceu certificados de horas extracurriculares.²²¹

Segundo vídeo²²² publicado por Winter, em seu canal no *YouTube* sobre o congresso, o palestrante Alexandre Varela abordou em sua fala estratégias de como a comunidade cristã poderia se unir para acabar com o aborto no Brasil. Varella escreve, em conjunto com sua esposa Viviane Varela, o *Blog* de orientação católica “O Catequista”. No *Blog*, Viviane Varela é descrita como “Catequista de jovens e adultos, amantíssima esposa, mãe de cinco filhos, escritora e profissional de educação corporativa”²²³ e Alexandre Varela como “jornalista credenciado junto à Sala de Imprensa da Santa Sé, catequista de jovens e adultos, *nerd*, marido dedicado, pai de cinco filhos lindos, gerente de projetos e escritor”. Varela e Viviane também são autores dos livros “As Grandes Mentiras sobre a Igreja Católica” e “As Verdades que Nunca te contaram sobre a Igreja Católica”, da editora Planeta. “O Catequista” também possui contas em outras redes sociais. No *Facebook*²²⁴, a página “O catequista” possui aproximadamente 535 mil seguidores e o canal no *YouTube*²²⁵ possui 19 mil seguidores.

²¹⁹Cf: <https://www.facebook.com/events/pr%C3%A7a-cardenal-leme-11-centro/1-congresso-antifeminista-do-brasil/1988199904766770/>. Acesso em 03 de nov. 2019.

²²⁰ *Ibidem*.

²²¹ *Ibidem*.

²²² Cf: <https://www.youtube.com/watch?v=ZcilFRVnCrG>. Acesso em: 17 de julho de 2020.

²²³ Cf: <https://ocatequista.com.br/>. Acesso em: 17 de julho de 2020.

²²⁴ Cf: <https://www.facebook.com/ocatequista>. Acesso em: 17 de julho de 2020.

²²⁵ Cf: <https://www.youtube.com/user/BlogOCatequista/about>. Acesso em: 17 de julho de 2020

“O Catequista” ainda possui contas no *Twitter*²²⁶, com 6 mil e 700 seguidores e no *Instagram*²²⁷, com 53 mil seguidores.

O palestrante Felipe Chagas é o criador da página “Fúria e Tradição”, na rede social *Facebook*. Chagas estudou Teologia na instituição de ensino Seminário Teológico Presbiteriano Reverendo Ashbel Green Simontondo, no Rio de Janeiro/RJ e em seu *Instagram* se descreve como “cristão, marido, pai, e sem arrependimento algum por essas escolhas. Seja um homem e nunca se desculpe por isso”²²⁸. A página de “Fúria e Tradição” no *Facebook*, que possui 100 mil seguidores está descrita como “Masculinidade bíblica. Ensinando meninos a tornarem-se homens”²²⁹. O “Fúria e Tradição” também possui um *Blog* (<http://www.furiaetradicao.com.br/>) e uma conta no *Instagram*²³⁰ com 82 mil seguidores. Em sua palestra no “1º Congresso Antifeminista do Brasil” Chagas, além de afirmar que queria ensinar os homens a “serem homens”, acusou o Estado de promover o feminismo (CALCAGNO, 2018) e abordou o que chamou de “cultura do sexo”. Segundo ele, tal cultura em conjunto com a libertação sexual promovido pelo feminismo estariam produzindo homens “afeminados”. E isso estaria gerando “irresponsabilidades e déficit paternos o que acarretaria em aborto por parte das mulheres que são abandonadas pelos seus parceiros”.²³¹

A antifeminista Thais Godoy Azevedo, professora particular de inglês, ficou conhecida por ser umas das administradoras da página antifeminista da rede social *Facebook* “Moça, eu não sou obrigada a ser feminista”²³². Em seu *Instagram* que possui 9 mil e 300 seguidores e que tem como foto de perfil a legenda “feminista não é gente”, Azevedo se descreve como “Mulher de nascença, cristã, esposa, libertária e antifeminista”²³³. Seu canal no *YouTube*²³⁴ possui 60 mil inscritos e no *Twitter*²³⁵ possui 10 mil seguidores. Em todas as suas redes sociais Azevedo produz conteúdo de

²²⁶ Cf: <https://twitter.com/ocatequista>. Acesso em: 17 de julho de 2020

²²⁷ Cf: <https://www.instagram.com/ocatequistaoficial/?hl=pt-br>. Acesso em: 17 de julho de 2020

²²⁸ Cf: https://www.instagram.com/felippe_chaves/. Acesso em: 17 de julho de 2020

²²⁹ Cf: <https://www.facebook.com/FuriaeTradicao>. Acesso em: 17 de julho de 2020

²³⁰ Cf: https://www.instagram.com/furia_e_tradicao/?hl=pt-br. Acesso em: 17 de julho de 2020

²³¹ Cf: <https://www.youtube.com/watch?v=ZcilFRVnCrG>. Acesso em: 17 de julho de 2020

²³² Em 2017 quando selecionamos as maiores páginas antifeministas da rede social *Facebook* para realizar esta pesquisa verificamos que a página “Moça, eu não sou obrigada a ser feminista” possuía na época aproximadamente 800 mil seguidores. No entanto, a página estava constantemente sendo retirada do ar por receber denúncias dos usuários da rede social e foi excluída, definitivamente, pela própria rede social *Facebook* em novembro de 2017.

²³³ Cf: <https://www.instagram.com/pagthais/?hl=pt-br>. Acesso em: 17 de julho de 2020

²³⁴ Cf: <https://www.youtube.com/c/thaitata/videos>. Acesso em: 17 de julho de 2020

²³⁵ Cf: <https://twitter.com/Thaitata>. Acesso em: 17 de julho de 2020

desqualificação do feminismo. No “1º Congresso Antifeminista do Brasil”, Azevedo defendeu o direito do homem de decidir e escolher sobre o aborto e afirmou que o feminismo não é sobre igualdade, pois segundo ela “ignora o sofrimento emocional do homem” quando a mulher decide pelo aborto, como uma decisão apenas dela. (CALCAGNO, 2018).

No congresso, a palestra de Campagnolo teve como tema “as 10 mentiras e argumentos utilizados para defender o aborto”²³⁶ e a palestra de Winter abordou sua “experiência” com o feminismo e o aborto, colocando-a como testemunho de vida, tema habitual e proclamado inúmeras vezes em suas palestras.

Campagnolo também é protagonista na organização de eventos com discussões de caráter antifeminista. Como foi o caso do “1º Parlatório Conservador de Santa Catarina”, que aconteceu na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, no dia 14 de setembro de 2019 e apresentou a temática “Política e Aborto”. O evento foi promovido pelo PSL Jovem Nacional, do qual Campagnolo é vice-presidente. Em seu *Instagram* Campagnolo afirma ter “discorrido sobre questões históricas ligadas ao aborto, as artimanhas praticadas em prol de sua descriminalização e o desmascaramento de 10 mentiras sobre o tema”²³⁷ – tema muito parecido com o que desenvolveu no “1º Congresso Antifeminista” –, durante o Parlatório. O evento contou também com a presença da médica ginecologista Zélia Maria Dal Castel que, segundo Campagnolo, “abordou o tema dentro da área da Saúde Pública e ética médica”²³⁸. A terceira palestrante do parlatório foi a advogada Nicoli Moré Bertotti²³⁹ que “apresentou os aspectos jurídicos pertinentes ao tema”²⁴⁰.

Os dois eventos organizados pelas antifeministas Winter e Campagnolo possuem similaridades. Uma delas é o fato de que nos dois eventos as antifeministas convidaram palestrantes de áreas de formação diferentes. No “1º Congresso Antifeminista do Brasil” todos os palestrantes convidados podem ser considerados “personalidades” das redes sociais. No entanto, cada um deles falou sobre o tema do congresso de um lugar específico. E por serem capacitados, cada um pelo status ou função que ocupa, adquiriram

²³⁶ Cf: <https://www.youtube.com/watch?v=ZcilFRVnCrG>. Acesso em: 17 de julho de 2020

²³⁷ Cf: <https://www.Instagram.com/p/B2eoz0ln9V/>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2020.

²³⁸ Ibidem.

²³⁹ Campagnolo apresenta Bertotti como Pós-graduanda em Direito Penal e Processual Penal na Escola do Ministério Público de Santa Catarina – MPSC. Cf: <https://www.Instagram.com/p/B2eoz0ln9V/>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2020.

²⁴⁰ Ibidem.

o direito a enunciar, pois, o lugar do sujeito no enunciado é vazio, podendo ser ocupado por sujeitos distintos, conforme a ordem e saber do qual provieram (FOUCAULT, 2016).

Alexandre Varela falou sobre o aborto do ponto de vista cristão, já que ele – como administrador de uma grande página católica (com mais de meio milhão de seguidores) e escritor de dois livros também de orientação católica – estaria autorizado a fazê-lo. Felipe Chaves abordou a discussão do aborto sobre a perspectiva do homem, pois como produtor de conteúdo em uma página, com 100 mil seguidores, que ensina “meninos a tornarem-se homens”²⁴¹, também estaria autorizado a fazê-lo. Thais Azevedo, que também abordou a discussão do aborto a partir da perspectiva masculina, ao defender que o homem também deveria ter o direito de decidir sobre ele, ganha autoridade enunciativa a partir de sua posição enquanto mulher. No evento organizado por Campagnolo, o “1º Parlatório Conservador de Santa Catarina”, cujo tema também estava relacionado ao aborto, as convidadas – uma médica ginecologista e uma advogada – foram constituídas como autoridades enunciativas em razão de suas respectivas formações acadêmicas, legitimando o discurso antifeminista sobre o aborto destes lugares. Isto é possível, pois nossa sociedade geralmente aceita que o competente, o especialista, o graduado, fale e tenha o direito de ocupar a posição de sujeito no interior dos enunciados que demandam prestígio e conhecimento. Como de costume, no caso das antifeministas, Campagnolo possui autoridade enunciativa a partir de sua formação acadêmica como historiadora e Winter a partir de sua experiência com ex militante feminista, que ela emprega valor similar ao de uma “formação” acadêmica para que possa assumir posição de autoridade. A preocupação e esforço de Winter para legitimar sua autoridade de fala a partir da perspectiva acadêmica/científica pode ser visualizada também, quando ela mente sobre sua formação, divulgando informações falsas sobre ser graduada em Relações Internacionais (já que ocupa a posição de Conferencista internacional) e pós-graduanda em ciência política (pois se declara Analista e Consultora de Políticas públicas²⁴²).²⁴³

²⁴¹ Cf: <https://www.facebook.com/FuriaeTradicao>. Acesso em: 17 de julho de 2020

²⁴² Cf: https://www.instagram.com/_sarawinter/. Acesso em: 17 de julho de 2020

²⁴³ No currículo que Winter apresentou em sua nomeação ao cargo de coordenadora-geral de Atenção Integral à Gestante e à Maternidade do MMFDH, ela informou possuir graduação em relações internacionais pela Uninter, em 2019. E ser formada, pela mesma faculdade, em mais três cursos de extensão, no ano de 2017: assessoria em marketing pessoal para candidatos, crimes na administração pública e processos eleitorais. No entanto, de acordo com nota emitida pela Uninter, Winter concluiu somente o curso de Assessoria em marketing pessoal e político para candidatos (distância Uninter) em 22/03/2017. Os demais cursos, estão com “status ativo” e “em andamento”. (CONSTANÇA, 2020)

A utilização por parte das antifeministas de sujeitos do enunciado distintos – a partir de sua formação acadêmico/científico – para falar sobre o mesmo tema em seus eventos pode, por um lado instituir legitimidade ao discurso antifeminista e sua agenda, pois corroborado por vários saberes; e, por outro, angariar, por meio das parcerias realizadas pela compatibilidade de agendas, força para o antifeminismo.

Winter e Campagnolo também participam juntas de eventos para disseminar a agenda antifeminista. Um exemplo disso é a “1ª Conferência Conservadora do Maranhão”, que aconteceu no dia 11 de janeiro de 2020, no município de São Luís. Campagnolo foi apresentada na descrição do evento como Deputada Estadual por Santa Catarina e autora do livro “Feminismo: perversão e subversão”. Já Winter foi apresentada como ex-feminista e Coordenadora de Políticas para a Maternidade do Ministério dos Direitos Humanos, da Família e da Mulher, mesmo não ocupando o cargo desde outubro de 2019. O tema da palestra das antifeministas foi “feminismo, aborto e ideologia de gênero”. A “1ª Conferência Conservadora do Maranhão” foi organizada pela professora de português e empresária Lorena Fachel Barbosa. Barbosa é sócia proprietária do curso preparatório para o Fundamental II, médio e Pré-Vestibular “Alfa2”. Em entrevista ao telejornal “Jornal da Guará”, do canal local TV Guará²⁴⁴, Winter falou sobre os objetivos do evento:

É um evento educacional que tem como objetivo trazer um pouco das pautas conservadoras aqui para São Luís e para pessoas que estão vindo de outros municípios aqui do Maranhão. Pra gente conseguir de uma perspectiva acadêmica, científica, trazer um pouco de assuntos, de pautas conservadoras, como o aborto, a luta contra o aborto, a luta contra a doutrinação marxista, a luta contra ideologia de gênero, contra o feminismo e como engajar o povo daqui do Maranhão dessas lutas.²⁴⁵

A ciência tem lugar privilegiado como verdade, possuindo papel importante na avaliação e ajuizamento dos discursos, uma vez que dispõe da técnica instrumental para o conhecimento capaz de tornar o discurso verdadeiro. Assim, ao apresentar a “1ª Conferência Conservadora do Maranhão” como um evento educacional que pretende discutir as pautas conservadoras a luz das perspectivas acadêmicas e científicas, Winter

²⁴⁴ A TV Guará é filiada Record News em São Luís, um canal aberto de notícias sobre o que acontece no Maranhão e no mundo. Cf: <https://www.youtube.com/user/tvguara23/about>. Acesso em 20 de julho de 2020.

²⁴⁵ Cf: <https://www.youtube.com/watch?v=tgiC-tnuHo4>. Acesso em 24 de julho de 2020.

legítima o discurso do evento como verdade. Também não é sem motivo, que Winter foi anunciada pelo evento como se ainda ocupasse o cargo no MMFDH e como ex-feminista e Campagnolo como autora de um livro antifeminista, pois, são essas funções que as colocam numa posição de autoridade no discurso sobre os temas do evento.

A declaração de Winter também deixa claro como as antifeministas consideram as palestras que ministram uma ferramenta de modificação social, através da qual, elas podem ensinar os participantes sobre a agenda antifeminista e sobre como “engajar o povo” nessas lutas, como afirma Winter. Campagnolo também revela essa percepção quando declara, no “1º Congresso Antifeminista do Brasil”, que “quando comecei minha luta, era impensável ver um auditório assim, cheio de gente”²⁴⁶. Essas colocações, sustentam características que nos permitem compreender a atuação do antifeminismo enquanto um movimento social. No entanto, compreendemos que a própria definição de antifeminismo como movimento é algo que poderá trazer novas discussões, pois se trata de tema recente, o que traz algumas dificuldades de análise. A fim de corroborar o antifeminismo como movimento que vem se fortalecendo, utilizaremos o conceito de movimento social proposto por Gohn. A autora, entende que movimento social:

[...] é sempre expressão de uma ação coletiva e decorrente de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural. Usualmente ele tem os seguintes elementos constituintes: demandas que configuram sua identidade; adversários e aliados; bases, lideranças e assessorias - que ao se organizam em articuladores e articulações e formam redes de mobilizações; práticas comunicativas diversas que vão da oralidade direta aos modernos recursos tecnológicos; projetos ou visões de mundo que dão suporte a suas demandas; e culturas próprias nas formas como sustentam e encaminham suas reivindicações. (GOHN, 2008b, p.14)

Como sinalizou Barroco (2015), o conservadorismo contemporâneo proclama que os “problemas sociais” decorrem de “problemas morais”, que são remetidas principalmente à desestruturação da família e dos valores tradicionais. O debate sobre a família (e conseqüentemente as questões de gênero e sexualidade) figura como principal objeto de investimento e injunção do pensamento conservador, pois “a família é um dos alicerces morais do conservadorismo e sua função é a de manutenção da propriedade” (BARROCO, 2009, p.74). Por isto, na defesa da família e dos valores morais

²⁴⁶ Cf: <https://www.youtube.com/watch?v=QrLpT12lI5E>. Acesso em 24 de julho de 2020.

conservadores é fundamental incidir sobre as mulheres, cujo papel “os conservadores entendem que deva ser de agente moral responsável pela educação dos filhos e pela [manutenção da] família” (BARROCO, 2009, p.174).

O antifeminismo se fundamenta e mobiliza suas ações em torno desse pensamento e discurso conservador. As pautas discursivas que tem lugar de destaque nesse movimento são as ligadas ao gênero, sexualidade e família. E como temos visto, essas pautas são temas frequentes das palestras, cursos, e entrevistas ministradas pelas antifeministas. Foi sob esses discursos que orbitam e se encontram no conservadorismo moral, que o movimento antifeminista deu coerência e identidade coletiva ao movimento, tornando-o capaz de aglomerar e organizar um grupo com objetivos comuns para a ação.

O antifeminismo se manifesta como movimento de oposição ao feminismo como argumentamos ao longo deste texto, negando e desqualificando as conquistas da época moderna ligada aos movimentos feministas, rotulando-as como elementos de desintegração/destruição da mulher e da família. Como analisamos no capítulo anterior, as conquistas feministas relacionadas à revolução sexual e a libertação das mulheres são classificadas e julgadas por pessoas antifeministas como componentes motivadores de uma depravação sexual e promiscuidade feminina, de desapego e irresponsabilidade das mulheres em relação aos filhos, do crescimento do número de mães solteiras, dos adultérios, dos casamentos instáveis, divórcios, separações e abandonos. A agenda feminista que promove os direitos de diversidade sexual e de gênero, por sua vez, é entendida e considerada como uma agenda de destruição da heterossexualidade. Compreendendo que o modelo tradicional de família, a heterossexualidade, os papéis sociais tradicionais das mulheres (mãe e esposa principalmente) são fundamentados e orientados principalmente por uma moral religiosa conservadora, o antifeminismo também acusa o feminismo de promover a destruição desta religiosidade.

Assim, o antifeminismo fundamentou sua agenda e seu projeto sociopolítico de mudança social em oposição ao que o movimento considerou as “ameaças” do feminismo. O antifeminismo luta contra o aborto para defender a família e o papel social “natural” da mulher, a maternidade. Busca o resgate de uma “moralidade” conservadora baseando-se na defesa de “ideias” de feminilidade e masculinidade. Defende a heterossexualidade binária e fixada nos atributos sexuais diferentes, a partir da luta contra o que chama de “ideologia de gênero”.

A partir da defesa de uma agenda que se fundamenta sob uma perspectiva conservadora sobre a sexualidade, o gênero e a família, o movimento antifeminista encontrou aliados em outros movimentos de mesma perspectiva, adicionando força para influenciar as políticas públicas e as legislações. Entre os aliados do antifeminismo estão os movimentos pró-vida e pró-família, pelos quais a antifeminista Sara Winter também milita. O movimento pró-vida, como já indicamos, se articula na oposição aos direitos sexuais e reprodutivos e se baseia na ideia de “defesa da vida e da família”, se opondo a projetos de descriminalização do aborto. Ativistas desse movimento argumentam que o direito à vida deve ser respeitado desde a concepção e que, portanto, a prática do aborto desrespeitaria os “direitos dos nascituros” (DUARTE, 2011). Como também indicamos anteriormente, o movimento pró-família se coloca em “defesa da família” a partir da luta contra as políticas de defesa da diversidade sexual, de gênero e dos direitos de pessoas LGBT. A homossexualidade é vista pelo movimento como uma ameaça aos valores cristãos e à sobrevivência da “família tradicional” ou da “família de Deus” – formada por casais heterossexuais –, entendida como a unidade de sustentação moral da sociedade. Essa suposta ameaça de “destruição da família tradicional” é, assim, associada à ocorrência de uma “desestruturação social”. Dessa forma, ignora-se, nesse enquadramento, a existência de uma série de formações familiares possíveis, entre elas, aquelas constituídas por casais do mesmo sexo. (DUARTE, 2011; MACHADO, 2015). Outra pauta de defesa do movimento pró-família é que a família é vista como a detentora das prerrogativas de educar e gerir questões relativas à sexualidade. Em outras palavras, caberia à família – e não à escola ou ao Estado – a decisão sobre qual tipo de educação deveria ser dada em relação a temas como gênero e sexualidade, bem como em decisões relativas a como lidar com pessoas LGBT dentro da própria família. As políticas de diversidade sexual e gênero e de prevenção e combate à homofobia são vistas, dessa maneira, como ameaças a esse suposto direito da família. (DUARTE, 2011). Outro movimento que se torna aliado do antifeminismo por compatibilidade de agendas é o MESP e sua luta de oposição a “ideologia de gênero”, e como verificamos nas palestras e cursos da antifeminista Ana Campagnolo, ela vem ministrando palestras em vários eventos ligados ao MESP ou com temas relacionados ao movimento.

Se tratando do poder de influenciar as políticas públicas e as legislações, a bancada dos fundamentalistas religiosos no Congresso Nacional também se torna um grande aliado do movimento antifeminista. A defesa do modelo de família e papéis de gênero

tradicionais, sendo orientada principalmente pela moral da igreja, entendido de forma autônoma ao Estado, são pautas da bancada. É com essa base que projetos de leis e discursos da bancada fundamentalista religiosa vêm sendo elaborados: o projeto de lei 6.583/13, conhecido como “estatuto da família”, que define a entidade familiar a partir da união entre um homem e uma mulher, proibindo a adoção por casais homossexuais; o projeto de Lei 5.069/13 que modifica a Lei de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual; e o PL 478/07 conhecido como “estatuto do nascituro”, que proíbe o aborto mesmo em caso de estupro e transforma o aborto ilegal em crime hediondo. Existem até mesmo projetos que buscam instituir o Dia do Orgulho Heterossexual (como o PL 1.672/11) ou punir criminalmente a “heterofobia” prevendo pena de reclusão para casos de discriminação contra heterossexuais (o PL 7.382/10). É digno de atenção que a bancada religiosa é ativa no congresso “na oposição ao direito ao aborto, a compreensões inclusivas da entidade familiar e a políticas de combate à homofobia” (MIGUEL, 2016. p. 593)

Foi através das redes sociais e da internet que o antifeminismo se articulou inicialmente, colocando em disputa suas demandas e visões de mundo. O advento da internet e sua popularização incentivou a participação e a articulação de opiniões diversas. Segundo Silveira (2015, p. 223), a partir de 2013 a “internet se consolidou como espaço de disputa política e plataforma de mobilização”. Assim, as redes sociais digitais acabam sendo um pilar fundamental para novas formas de organizações e movimentos sociais, pois apresentam uma dinâmica que se inicia em redes da internet, vai para as ruas, volta para as redes da internet, retorna às ruas e permanece vivo nas redes da internet (CASTELLS, 2013). As redes digitais possibilitaram então, que novos movimentos se articulassem e promovessem suas visões de mundo na sociedade.

Assim, através das redes sociais o antifeminismo tomou forma, ganhou visibilidade e atuação, suas adeptas e adeptos passaram a agir na internet sem vergonha de declararem e assumirem discursos morais e conservadores. As redes sociais são o meio pelo qual o movimento se articula e se comunica, formando redes para mobilizações, promovendo sua agenda e fazendo suas reivindicações. As páginas antifeministas do *Facebook* são uma importante plataforma de atuação, promovendo a desqualificação da mulher feminista, a deslegitimação da agenda e ressignificando símbolos e discursos do feminismo. São lugares onde interagem milhares de pessoas de forma assimétrica, vertical e dialética abarcando setores heterogêneos da sociedade.

No entanto, como temos visto ao longo desta dissertação, o *Facebook* não é a única rede social de atuação do antifeminismo. Existe também a atuação do antifeminista em canais no *YouTube*, em grupo no *Instagram* e no *Twitter*, que são produzidos por sujeitos diferentes. Apesar disso, também como já abordamos, mesmo que a produção de conteúdo seja realizada por sujeitos diferentes nas mais variadas redes sociais, existem repetições de enunciados e coerência do discurso antifeminista, o que indica que existe uma agenda comum entre eles.

A atuação do antifeminismo em várias redes sociais, em que o conteúdo é produzido por sujeitos diferentes, concede ao movimento uma maior elasticidade e “descentralização” na sua estrutura de mando, ou seja, as decisões sobre os rumos do movimento, sua agenda e reivindicações não estão necessariamente concentradas, o que não quer dizer que não haja lideranças, como podemos notar na atuação de Sara Winter e Ana Caroline Campagnolo, mas sim que elas se apresentam “distribuídas”, o que permite ao movimento maior flexibilidade e resistência

Ademais, temos verificado que o antifeminismo diversificou seu campo de atuação, deixando de operar apenas na internet. As antifeministas Winter e Campagnolo tem atuado como ministrantes ou organizadoras de palestras e cursos, dado entrevistas, sendo estrelas de documentários e escrito livros que promovem a agenda antifeminista. O antifeminismo se inova e se adapta na medida em que compete para promover sua agenda ou adquirir apoiadores.

3.5. A atuação das antifeministas e os reflexos no campo educacional e social

Foi nos anos 1970, no ambiente acadêmico estadunidense que a palavra gênero passou a ser utilizada como maneira de indicar a diferença entre o sexo biológico da espécie humana e os papéis sociais associados a mulheres e homens. Tratava-se de colocar em xeque o entendimento convencional de que os papéis sociais seriam reflexo automático do sexo biológico. Ou seja, uma mulher não era definida por seu aparelho reprodutor, mas pela adequação ao papel socialmente determinado para ela; o mesmo valia para os homens. Desde então, a palavra gênero, tornada conceito, passou por inúmeras transformações e reformulações no interior das teorias feministas e nunca houve unanimidade na sua construção. E embora exista uma diversidade de formulações para conceituar gênero dentro das teorias feministas, o antifeminismo tem utilizado a o gênero como se fosse um conceito unívoco.

O gênero entendido como oposição a um determinismo biológico nas relações entre os sexos, dando-lhes um caráter fundamentalmente social é fortemente criticado pelas antifeministas Winter e Campagnolo. Segundo as antifeministas, essa teoria tem o intuito de extinguir a “diferença sexual natural” entre homens e mulheres o que resultaria na inversão e subversão das identidades sexuais de ordem natural. Para elas, essa teoria precisa ser combatida, pois comporta uma autêntica ameaça à heterossexualidade e conseqüentemente a “família natural”. Seguindo essa concepção, as antifeministas têm articulado uma agenda buscando a exclusão da perspectiva de gênero (chamado por elas de “ideologia de gênero”) nas políticas públicas, especialmente, na política educacional brasileira. Esta ação pode ser percebida nas falas de Campagnolo, nas sessões ordinárias da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC), denunciando uma presença da “ideologia de gênero” nas escolas e nas palestras ministradas pelas antifeministas que possuem como tema o combate a tal ideologia, como mostramos ao longo deste capítulo.

O termo “ideologia de gênero” não integra as narrativas teóricas feministas, consiste em uma noção nova (LIONÇO, 2016). Segundo Junqueira (2018) a “ideologia de gênero” foi gestada no interior do discurso e de práticas católicas fundamentalistas, cuja configuração e emergência se deram entre meados dos anos 1990 e início da década seguinte, ao longo de articulações que envolveram movimentos eclesiais²⁴⁷, episcopados, o associacionismo pró-vida e pró-família, e organizações terapêuticas de reorientação sexual, sob os desígnios do Pontifício Conselho para a Família²⁴⁸ e com o apoio de vários dicastérios da Santa Sé, como a Congregação para a Doutrina da Fé.

De acordo com os estudos de Junqueira (2018) a “ideologia de gênero” emergiu como um projeto da Igreja Católica para reafirmar o estatuto de autoridade moral ou

²⁴⁷ Organizações ultraconservadoras ou fundamentalistas protegidas e impulsionadas durante o pontificado de João Paulo II, os movimentos eclesiais católicos atuam em dezenas de países. Entre eles, estão: Opus Dei, Comunhão e Liberação, Neocatecumenato, Renovação no Espírito Santo, Focolares, Legionários de Cristo, entre outros. Diferentes entre si e fiéis à tática do “marchar divididos para bater juntos” a partir de “princípios não negociáveis”, esses movimentos engajam-se em uma Reconquista católica contra o relativismo e o secularismo em matérias de bioética, família, moral sexual e educação escolar. A atuação dos quatro primeiros foi crucial na emergência, na disseminação do discurso antigênero e na organização de protestos contra a “teoria/ ideologia do gender”. Além deles, outras organizações religiosas ultratradicionalistas povoam a galáxia antigênero, como a Fraternidade Sacerdotal São Pio X e a Tradição, Família e Propriedade. (JUNQUEIRA, 2017)

²⁴⁸ Criado em maio de 1981 por meio da expedição do motu próprio intitulado *Família a Deo Instituta*, de Karol Wojtyła, em substituição ao Comitê para a Família, fundado por Giovanni Montini (papa Paulo VI) em 1973. Em setembro de 2016, o Pontifício Conselho para a Família e o Pontifício Conselho para os Leigos deixaram de existir e suas competências foram transferidas para o Dicastério para os Leigos, a Família e a Vida, instituído pela carta apostólica em forma motu próprio de Jorge Bergoglio (papa Francisco) (JUNQUEIRA, 2017)

salvaguardar sua influência em contextos mais secularizados. As origens das ideias que sustentam a existência de uma “ideologia de gênero” encontram-se mais especificamente nos textos Joseph Aloisius Ratzinger, quando ainda era cardeal. Em 1997 escreveu:

Atualmente se considera a mulher como um ser oprimido; assim que a liberação da mulher serve de centro nuclear para qualquer atividade de liberação tanto política como antropológica com o objetivo de liberar o ser humano de sua biologia. Se distingue então o fenômeno biológico da sexualidade de suas formas históricas, às quais se denomina “gender”, mas a pretendida revolução contra as formas históricas da sexualidade culmina em uma revolução contra os pressupostos biológicos. Já não se admite que a “natureza” tenha algo a dizer, é melhor que o homem possa moldar-se ao seu gosto, tem que se libertar de qualquer pressuposto de seu ser: o ser humano tem que fazer a si mesmo segundo o que queira, apenas desse modo será “livre” e liberado. Tudo isso, no fundo, dissimula uma insurreição do homem contra os limites que leva consigo como ser biológico. Se opõe, em seu extremo último, a ser criatura. O ser humano tem que ser seu próprio criador, versão moderna de aquele “serei como deuses”: tem que ser como Deus (RATZINGER, 1997, p. 142 30 *apud* MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p.726)

Este texto do cardel Ratzinger (que em 2005 sucedeu João Paulo II no papado, adotando o nome de Bento XVI) é um ataque às ideias feministas que se gestavam há décadas. Mas, poderia se dizer que é uma reação mais direta às discussões de gênero que ocorreram, sobretudo, a partir das conferências internacionais sobre população e desenvolvimento (no Cairo, em 1994) e sobre as mulheres (em Pequim, em 1995), ambas patrocinadas pela Organização das Nações Unidas e nas quais a igualdade de gênero foi apresentada como objetivo importante a ser perseguido. Por causa dessa conferência, o papa João Paulo II, em sua “Carta às mulheres”, se referiu à necessidade de defender a identidade feminina desde uma perspectiva essencialista e, alguns anos depois, na “Carta aos bispos”, de 31 de maio de 2004, manifestou-se contra o discurso feminista, reiterando que a maternidade era um elemento-chave da identidade feminina. (JUNQUEIRA, 2018).

A partir de então, os pensadores católicos começaram a desenhar uma contraofensiva político-discursiva poderosa no combate à “perspectiva de gênero”. No cerne dessa ofensiva, as estratégias discursivas orientam-se não apenas para contrastar concepções desnaturalizantes de humanidade, corpo, gênero e sexualidade, mas sobretudo para promover a rebiologização da diferença sexual, a renaturalização das

arbitrariedades da ordem social, moral e sexual tradicional, a (re)hierarquização das diferenças e a afirmação restritiva, (hetero)sexista e transfóbica das normas de gênero. Assim, as pautas de movimentos sociais, como o feminista e o LGBT, sobre a promoção da igualdade, o questionamento dos estereótipos, a proposta de reconhecimento e avanço em matéria de direitos sexuais e reprodutivos, passam a ser entendidos como promoção e a disseminação de uma imposição ideológica, perigosa e imprecisa: o gênero. (JUNQUEIRA, 2018).

Essa contra ofensiva católica começou a atacar as discussões a partir da perspectiva de gênero, afirmando que na verdade seu intuito seria extinguir a “diferença sexual natural” entre homens e mulheres, heterossexuais e homossexuais, difundindo-se a crença enganosa de que tais diferenças seriam meros produtos de processos opressivos de construção social e que poderiam constituir simples escolha do indivíduo. Para o Vaticano e seus aliados, seria preciso então, interromper esses manipuladores, pois tal agenda ao subverter a ordem natural da sexualidade, comportaria uma autêntica ameaça à “família natural”, ao bem estar das crianças, à sobrevivência da sociedade e da civilização. (JUNQUEIRA, 2018)

Com o argumento de defesa da família tradicional frente a uma supostamente perigosa infiltração da perspectiva de gênero, tanto nas instituições, quanto nas políticas públicas e na vida cotidiana, a narrativa da “ideologia de gênero” encontrou adesão também de outras matrizes religiosas, não somente católica. Reconhecendo que o termo “ideologia de gênero” provém da Santa Sé, Junqueira (2018) identificou que isso não impediu que setores neopentecostais, especialmente na América Latina, também se apropriassem dele e do discurso antigênero e contribuíssem para sua disseminação. Assim, “ideologia de gênero” foi apropriado por setores ultraconservadores, para empreenderem ações políticas que impõem valores morais tradicionais e reafirmarem pontos doutrinários cristãos dogmáticos e inflexíveis.

O termo “ideologia de gênero” aparece pela primeira vez nas discussões da Igreja Católica latino-americana e durante a V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, de 2007, conhecido como “Documento de Aparecida”. Na seção vinculada à discutir a realidade daquela região, é clara a preocupação em relação às demandas de cidadania por homossexuais:

Entre os pressupostos que enfraquecem e menosprezam a vida familiar, encontramos a ideologia de gênero, segundo a qual cada um pode

escolher sua orientação sexual, sem levar em consideração as diferenças dadas pela natureza humana. Isso tem provocado modificações legais que ferem gravemente a dignidade do matrimônio, o respeito ao direito à vida e a identidade da família (CELAM, 2007 p.30 *apud* MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p 727).

Nesse documento, a Igreja Católica latino-americana afirma que a defesa do conceito tradicional de família deve ser um eixo prioritário de luta, já que se esta encontrava ameaçada. O documento de Aparecida estabelece uma agenda comum contra o que denomina “ideologia de gênero”, algo que foi exposto primeiramente pelo cardeal Ratzinger. Em suma, com o documento de Aparecida, a batalha contra a “ideologia de gênero” foi declarada em toda a América Latina. (MISKOLCI; CAMPANA, 2017)

No Brasil, sob a justificativa de que as crianças seriam as mais vulneráveis à “ideologia de gênero”, que impediria a consolidação da identidade masculina ou feminina, manifestou-se uma preocupação de setores conservadores com a educação. Foram alvos prioritários, o Plano Nacional de Educação, de 2014, aprovado depois de uma longa tramitação, e os planos de educação, votados em 2015, nas assembleias legislativas estaduais e nas câmaras municipais (MIGUEL, 2016). Evangélicos e católicos trabalharam juntos e obtiveram o banimento de qualquer iniciativa em prol da igualdade de gênero e do respeito à diversidade sexual no plano nacional de 2015 e em muitos outros planos estaduais e municipais. Durante a apreciação dos planos de educação era comum ver câmaras ou assembleias tomadas por freiras, lado a lado com pastores de igrejas neopentecostais, pressionando deputados e vereadores (BRITTO; REIS, 2015).

Atualmente, o MESP é o principal movimento de combate à chamada “ideologia de gênero” e tem idealizado inúmeros projetos de lei que tramitam em todo o Brasil, nas Câmaras de Vereadores e Assembleias Legislativas, e também no Congresso Nacional (MIGUEL, 2016). No entanto, o MESP surgiu com outro propósito. Fundado em 2004 pelo advogado Miguel Nagib²⁴⁹, o movimento se apresentava inicialmente como uma “iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior”. O movimento divulga como mito de origem indagações de Miguel Nagib que

²⁴⁹ Miguel Nagib, adepto ao catolicismo, é Procurador de Justiça do Estado de São Paulo, em Brasília, há 32 anos, tendo sido Assessor de Ministro do Supremo Tribunal Federal de 1994 a 2002.

teriam ocorrido em 2003, quando o professor da disciplina de História de sua filha teria comparado o revolucionário argentino Ernesto Che Guevara ao santo católico Francisco de Assis (EL PAÍS, 2016). Assim, quando surgiu, em 2004, seu foco era a suposta ameaça de “doutrinação marxista” nas escolas.

O MESP ganhou espaço, inicialmente, junto ao Instituto Millenium – o principal *think tank* da direita brasileira –, criado em 2006 e financiado por empresas nacionais e transnacionais. Miguel Nagib, chegou a publicar, em 2009, no site do instituto, um texto intitulado “Por uma escola que promova os valores do Millenium”, em que seu alinhamento com o ideário ultraliberal ficava evidente. Segundo o artigo, os problemas da educação brasileira seriam a falta de respeito pela propriedade privada, pela meritocracia e pelo princípio da responsabilidade individual. A preocupação com gênero e valores familiares estava inteiramente ausente (MIGUEL, 2016).

Embora fundado em 2004, o MESP só adquiriu visibilidade no início da década de 2010, quando passou a ser uma voz frequente nos debates sobre educação no Brasil. O crescimento do MESP no debate público ocorreu quando seu projeto se uniu a outra vertente da agenda conservadora: o combate à chamada “ideologia de gênero”. O receio da discussão sobre os papéis de gênero cresceu com iniciativas para o combate à homofobia e ao sexismo nas escolas e foi encampado como bandeira prioritária pelos grupos religiosos conservadores. Ao fundi-lo à sua pauta original, o MESP transferiu a discussão para um terreno aparentemente “moral” (em contraposição a “político”) e passou a enquadrá-la nos termos de uma disputa entre escolarização e autoridade da família sobre as crianças (MIGUEL, 2016).

Segundo Miguel (2016), foi quando a “ideologia de gênero” se sobrepôs à pauta original “doutrinação marxista”, que o discurso do MESP deu outra guinada. A predominante até então, defesa de uma educação “neutra”, cedeu espaço à noção da primazia da família sobre a escola. A reivindicação é impedir que professoras e professores transmitam, em sala de aula, qualquer conteúdo que seja contrário aos valores prezados pelos pais. Alinhada a esses discursos do MESP, Campagnolo tem sido porta voz do combate a suposta “ideologia de gênero” na Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Em agosto de 2019, na sessão ordinária da ALESC, o Currículo Base da Educação Infantil e Ensino Fundamental do Território Catarinense aprovado pelo Conselho

Estadual de Educação (CEE), no dia 17 de junho do mesmo ano, foi causa de protestos de deputados estaduais que criticaram a inclusão de termos como identidade de gênero e diversidade. Segundo o Governo do Estado, o documento foi elaborado de forma participativa e democrática e até 2020 deveria ser implementado nas escolas das redes estadual e municipal, com o objetivo de nortear os projetos político-pedagógicos das unidades (MICHELS, 2019). O documento que padroniza o conteúdo do estudante nas redes de ensino foi escrito em regime de colaboração entre a Secretaria de Estado de Educação (SED), a União dos Dirigentes Municipais de Santa Catarina (UNDIME), o Conselho Estadual de Educação (CEE), a União Nacional de Conselhos Municipais de Educação (UNCME) e a Federação Catarinense de Municípios (FECAM). Também contou com a participação de professores e com uma consulta pública (NÃO ...2019).

Após as críticas a inclusão dos termos como identidade de gênero e diversidade, realizadas por parlamentares de partidos como PSD, PL, PSC e PSL (NÃO ...2019), a Secretaria de Educação publicou no dia 28 de agosto duas notas sobre a manifestação dos deputados estaduais. As notas são contraditórias, pois a primeira afirma que o Currículo Base ainda não tinha sido homologado pelo governador e só seria aprovado após ser “totalmente revisado pela Secretaria de Estado da Educação e entidades que o elaboraram, a fim de assegurar que o termo ‘ideologia de gênero’ não seja pauta abordada nas escolas públicas estaduais catarinenses”; enquanto a segunda nota explica que “nesse contexto, o termo gênero trata das diferenças biológica, social e psicológica entre homens e mulheres e a identidade de gênero, refere-se à identificação que a pessoa tem por determinado gênero – homem, mulher, ambos ou nenhum”. Esta nota terminava dizendo que “não há como confundir o conceito de identidade de gênero com a expressão ideologia de gênero”. Esta nota, no entanto, foi posteriormente editada, e a secretaria manteve o texto conforme a primeira nota publicada (MICHELS, 2019).

A antifeminista Campagnolo foi uma dos parlamentares que protestaram contra a inclusão dos termos identidade de gênero e diversidade no Currículo Base da Educação Infantil e Ensino Fundamental do Território Catarinense. Em sessão ordinária da ALESC, no dia 28 de agosto de 2019, Campagnolo fez uma fala alertando para a presença de “ideologia de gênero” nas escolas. Sobre a inclusão dos termos “identidade de gênero” e “diversidade” no currículo, afirmou que “por mais inofensiva e bem intencionada que possa parecer, a mera inclusão desses termos abre espaço para a aplicação de uma

imensidão de subjetividades totalmente contrárias aos princípios conservadores defendidos pela maioria da nossa população”²⁵⁰. Segundo ela:

A formação moral das crianças é um direito e responsabilidade dos pais; não cabe ao Estado se intrometer quando ela está sendo realizada, e muito menos aos agentes do progressismo que instrumentalizam a máquina pública com a finalidade de impor suas próprias convicções ideológicas para criar conflitos no interior das famílias e atacar essa relação sagrada. Se os pais não querem que determinado conteúdo seja ensinado aos seus filhos, assim devemos proceder. Não é o Estado que deve moldar os costumes e comportamentos da sociedade, mas sim a sociedade que deve pautar as legislações formuladas pelo Estado. Catarinenses, contem comigo para combater e varrer a influência dessas ideologias nefastas que são fomentadas sorrateiramente nas escolas com o intuito de roubar as mentes e os corações de nossas crianças.²⁵¹

As afirmações da antifeminista evidenciam a concepção de que a família teria soberania sobre a escola. Esta noção da antifeminista está completamente alinhada a parte da agenda do MESP que é apresentada em seu website e propõe “respeito ao direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”²⁵². Essa agenda familista do MESP ficou marcada pelo slogan “meus filhos, minhas regras”, que passou a ser repetido nas intervenções públicas do movimento e de seus aliados e também usado como hashtag nas redes sociais (MIGUEL, 2016). O slogan faz paródia com a histórica bandeira feminista “meu corpo, minhas regras” e subverte seu sentido original, que é a afirmação da autonomia e dos direitos individuais das mulheres, colocando no lugar a submissão absoluta das crianças a seus pais, passando a noção de que estas são suas propriedades.

A defesa de que a família tem soberania sobre a escola também é exposta por Armindo Moreira²⁵³, autor do livro “Professor não é educador”, que integra a lista de leituras sugeridas pelo MESP em seu website²⁵⁴. Moreira desenvolveu a ideia de que o professor é um mero instrutor, um repassador de conteúdos entendidos como neutros e objetivos. Neste sentido, a tarefa de educar compete “à família, à sociedade e à igreja” (MOREIRA, 2012 *apud* WURMEISTER, 2012). Para Moreira, a escola que educa está “usurpando uma das tarefas sagradas da família” (MOREIRA 2012, *apud*

²⁵⁰ Cf: <https://www.Instagram.com/p/B1ub87VnHBX/>. 01 de março de 2020

²⁵¹ Ibidem.

²⁵² Cf: <https://www.escolasempartido.org/faq/> Acesso em 20 de junho de 2020.

²⁵³ Moreira é Professor de Filosofia, aposentado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Mestre em Filosofia pela Universidade Pontifícia de Salamanca, na Espanha.

²⁵⁴ Cf: <http://escolasempartido.org/blog/professor-nao-e-educador/>. Acesso em 20 de junho de 2020.

WURMEISTER, 2012). É digno de atenção como a declaração de Campagnolo também está alinhada as noções de Moreira.

Sob esse discurso que estabelece a hierarquia estrita entre família e escola, com predomínio da soberania da primeira sobre a segunda, é que a antifeminista fundamenta a justificativa de exclusão dos termos “identidade de gênero” e “diversidade” do currículo escolar, pois eles seriam contrários “aos princípios conservadores defendidos pela maioria da nossa população”²⁵⁵. No entanto, o veto do vocabulário escolar dos termos identidade de gênero e diversidade impede que um vasto conhecimento produzido nos campos da Sociologia, da História e da Psicologia cheguem ao ensino. Além disso, considerando que as questões de gênero “perpassam as interações escolares e são ainda pouco reconhecidas e debatidas no âmbito da educação” (UNESCO, 2001, p. 10), consideramos que a inclusão de temas como “identidade”, a partir da ótica de gênero, pode “auxiliar a escola no combate à homofobia, lesbofobia e transfobia, bem como no questionamento da heteronormatividade.” (UNESCO, 2014, p. 14).

A não inclusão dos termos “identidade de gênero” e “diversidade”, no Currículo Base da Educação catarinense, que versavam sobre a igualdade de gênero, orientação sexual e diversidade de classe, raça, etnia e gênero, ocultando assim as desigualdades que operam na e pelas políticas educacionais, além de afetar diretamente direitos básicos da população negra, indígena, de populações distantes dos grandes centros urbanos do Estado, de pessoas do campo, das mulheres e da população LGBT. No entanto, como se pode perceber a ideia de promover a “diversidade” e “identidade de gênero” no Currículo Base da Educação catarinense, culminou na reação contra a inclusão das questões de gênero e sexualidade no currículo, sob o argumento de que a chamada “ideologia de gênero” incentivaria a homossexualidade e promoveria o fim da família tradicional. Assim, a meta de evitar qualquer questionamento da percepção naturalizada dos papéis sexuais impede o combate a formas recorrentes de violência ocasionada por gênero, dentro e fora da instituição escolar.

Por fim, o governador Calos Moisés (PSL), decidiu então retirar do Currículo Base da Educação catarinense os termos “identidade de gênero” e “diversidade” e disse que não permitiria essa abordagem em escolas do Estado. A afirmação consta em um vídeo divulgado nas redes sociais do governador. No vídeo, o governador está ao lado do

²⁵⁵ Cf: <https://www.Instagram.com/p/B1ub87VnHBX/>. 01 de março de 2020

secretário estadual de educação, Natalino Uggioni, e diz que a base curricular não chegou até ele ainda para ser homologada e que não tem conhecimento do documento, mas garante que o tema não será tratado na rede estadual de ensino. (NÃO..., 2019) Sobre isso o Governador afirmou:

Já estou determinando ao professor Natalino que faça as correções necessárias, que remeta novamente ao Conselho Estadual de Educação para que faça as correções necessárias porque é um tema que nós não permitiremos a abordagem, principalmente em tenra idade, na rede estadual de ensino. (MOISÉS *apud* NÃO..., 2019)

A Secretaria de Estado da Educação, em nota, afirmou que no dia 6 de setembro de 2019, integrantes do Comitê Estratégico do currículo, se reuniram e deliberaram a retirada do termo identidade de gênero, segundo eles, com “o objetivo de evitar ambiguidades e equívocos de interpretação em relação a conteúdos que versam sobre o conhecimento do corpo humano”. (MICHELS, 2019)

Segundo a Campagnolo, a nota emitida pela Secretaria de Educação, para explicar o termo identidade de gênero, que apareceu na página 379 do Currículo Base da Educação Infantil e Ensino Fundamental do Território Catarinense, estava completamente alinhado a “ideologia de gênero”²⁵⁶. De acordo com a antifeminista foi a quase inclusão da “ideologia de gênero” no currículo da educação em Santa Catarina, que a levou a elaborar junto com sua equipe “uma proposta de decreto para coibir o uso de material com teor pornográfico em escolas da rede pública de Santa Catarina, preservando as crianças dos ataques perpetrados por agentes da degeneração moral que atuam infiltrados em unidades de ensino”²⁵⁷. Contando com a possibilidade de que o governo estadual se recusasse a levar adiante o requerimento, Campagnolo protocolou também o projeto de lei “Infância sem Pornografia” (PL302.1/2019), a fim de que a Assembleia Legislativa de Santa Catarina pudesse efetivar o interesse dos cidadãos, “representando de fato o desejo das autênticas famílias que constituem o nosso Estado, caso o Executivo decida não fazê-lo”²⁵⁸, afirmou a antifeminista. Segundo Campagnolo a PL visava:

Coibir o uso do aparato do Estado por agentes do progressismo que, sob o manto protetivo das “finalidades educacionais”, encontram a justificativa legal para expor crianças e adolescentes a conteúdos imorais com o intuito de degenerar os princípios cristãos ensinados na maioria dos lares catarinenses.²⁵⁹

²⁵⁶ Cf: https://www.youtube.com/watch?v=PFQdYcH0_qs. Acesso em 07 de março de 2019.

²⁵⁷ Cf: https://www.youtube.com/watch?v=PFQdYcH0_qs. Acesso em 07 de março de 2019.

²⁵⁸ *Ibidem*.

²⁵⁹ *Ibidem*.

O Projeto de Lei 302.1/2019, entre outras coisas, determina que:

Dispõe sobre o respeito da Administração pública estadual à dignidade e integridade sexual de crianças e adolescentes, pessoas em desenvolvimento que merecem prioridade absoluta, conforme disposto na Constituição e leis federais. Art. 1º, § 2 considera-se pornografia ou obsceno áudio, vídeo, desenho ou texto escrito ou lido cujo conteúdo descreva ou contenha imagens que violem o disposto nos artigos 218-A, 233 e 234 do Código Penal e artigos 78 e 241-E do Estatuto da Criança e do Adolescente. Art.2º A administração Pública estadual respeitará o direito da família em assistir, criar e educar seus filhos menores em consonância com o artigo 229 da constituição Federal e o artigo 1.634 do Código Civil. Art. 2º, § 1 Os Serviços Públicos estaduais garantirão aos pais e responsáveis o direito a que seus filhos menores receberam a educação moral religiosa que esteja de acordo com suas convicções consoante dispões o artigo 12.4 da Convenção Americana de Direitos Humanos. Art. 2º, § 2 Os servidores públicos estaduais poderão cooperar na formação moral de crianças e adolescentes, desde que, previamente apresentem as famílias o material pedagógico, cartilha ou qualquer tipo de publicação que pretendem apresentar ou ministrar em aula ou outro tipo de atividade em obediência aos princípios constitucionais da legalidade moralidade e publicidade a que estão sujeitos todos os servidores públicos no exercício de suas funções conforme artigo 37 da Constituição.²⁶⁰

Através da leitura do projeto de Lei 302.1/2019, intitulado e vendido como “Infância sem Pornografia”, verificamos que este carrega em seus artigos uma agenda familista. [No artigo 2º do PL, e em seus respectivos desdobramentos, a família é colocada como soberana a instituição escolar. A educação moral e religiosa deve estar de acordo com as convicções da família. Em vídeo de divulgação do projeto de lei Campagnolo comentou alguns artigos do PL e, sobre o art. 2º, § 2, que propõe que a cooperação de professores na formação moral dos alunos só poderá ocorrer se a família estiver em concordância com o conteúdo abordado, Campagnolo afirmou que essa interferência da família pode ocorrer “sempre levando em conta temas relacionados a sexualidade, a moral ou a religião, a pratica sexual, orientação sexual e conteúdos obscenos ou pornográficos”²⁶¹. Desta forma, temas e conteúdos que são importantes na reparação de desigualdades, no combate ao preconceito, à intolerância e à violência nas escolas, podem ser vetados sob o argumento de preservar a soberania da família na formação “moral” dos mais novos. Com isso, retira-se das instituições de ensino a possibilidade de contribuir para disseminar os valores de igualdade e de respeito à diferença, que são cruciais para

²⁶⁰ Cf: <http://www.alesc.sc.gov.br/legislativo/tramitacao-de-materia/PL./0302.1/2019>. Acesso em: 20 de junho de 2020.

²⁶¹ Cf: https://www.youtube.com/watch?v=PFQdYcH0_qs. Acesso em 20 de junho de 2020.

uma sociedade democrática. A exaltação da autoridade familiar sobre a instituição escolar também faz com que o professor seja visto de antemão com desconfiança, não como parceiro do amadurecimento intelectual dos alunos, mas como um possível agente de uma desvirtuação da inocência e a serviço de interesses suspeitos.

Além disso, negar aos mais jovens a possibilidade de ter acesso a uma educação com o convívio de uma pluralidade de visões de mundo, com valores diversos, ou diversamente interpretados, daqueles que estão presentes na família, confisca o direito de que possam conhecer o mundo e de adquirir instrumentos para produzir de forma autônoma suas próprias ideias e crenças. Retira assim, das crianças e adolescentes o direito de ter acesso a informações que são necessárias para que eles possam refletir sobre sua própria posição no mundo e avançar de maneira segura para a vida adulta.

Verificamos assim, que o antifeminismo tem promovido uma intensa mobilização política e discursiva realizada através de alianças com a bancada religiosa fundamentalista, e os movimentos pró-vida, pró-família e o MESP, para inflar um moralismo familista, assentado em crenças religiosas. Assim, é capaz de veicular um discurso de controle de comportamentos no campo do gênero e da sexualidade, de rechaço a arranjos familiares não heteronormativos, da repatologização das homossexualidades e transgeneridades, entre outros posicionamentos que representam cerceamentos a direitos e garantias fundamentais.

O Projeto de Lei 302.1/2019 proposto por Campagnolo, começou a tramitar na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, contou com o endosso de dezesseis deputados e foi aprovado na reunião da Comissão de Constituição de Justiça (CCJ), no dia 19 de dezembro de 2019. Ao ser aprovado por unanimidade, Campagnolo declarou que isso reforçava “o compromisso da maioria dos parlamentares da Casa com a defesa da família e o combate aos abusos infantis”.²⁶² O Projeto de Lei ainda está em tramite na Assembleia Legislativa de Santa Catarina e deve passar pelas Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público; Comissão de Educação, Cultura e Desporto; e Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Sara Winter também tem atuado no campo da educação ministrando palestras que versam principalmente sobre temas relacionados ao combate a suposta “ideologia de gênero”, ao feminismo e o aborto. No levantamento que realizamos anteriormente de suas

²⁶² Cf: <https://www.Instagram.com/p/B582xBPnu26/>. Acesso em 07 de março de 2019.

palestras pela América Latina, verificamos que a antifeminista entende as palestras ministradas como uma formação/preparação que dá aos participantes as informações e instrumentos necessários para que possam combater essas “ideologias nefastas”²⁶³. O mapeamento também aponta que Winter, ministrou palestras relacionadas a área da educação em cinco países: na Argentina, na cidade Santiago del Estero; no Paraguai, nas cidades de Hermendarias, Ciudad del Este, Luque e no distrito San Cristóbal; na Guatemala, em sua capital Cidade de Guatemala; no Equador, na cidade Guayaquil; e no México na cidade de Guanajuato. Nessas cidades, as palestras foram voltadas a “formação”, conforme afirma ela, de estudantes de todos os níveis de ensino (fundamental, médio, secundaristas e universitários) e diversos profissionais da área da educação.

Considerando que a educação é uma agente de transformação da sociedade entende-se a preocupação e atuação das antifeministas neste campo. Além disso, o antifeminismo é um discurso que se almeja verdadeiro, e uma das formas pela qual a sociedade melhor controla os discursos de verdade é pela educação, enquanto “modo político de manter ou modificar a apropriação das disciplinas com os saberes e poderes que carregam consigo.” (FOUCAULT, 2011, p.44).

Ana Caroline Campagnolo tem utilizado sua posição como Deputada para desempenhar um papel importante de combate as pautas relacionadas as questões de gênero na educação do Estado de Santa Catarina. A partir das palestras em escolas e universidades, para os professores e alunos; Winter promove a agenda antifeminista e atrai militantes para o combate as discussões relacionadas as questões de gênero no âmbito da educação.

Sara Winter, também foi protagonista na organização de uma manifestação contrária a um movimento de perspectiva LGBT, no Paraguai. No dia 26 de outubro de 2019, em Cidade Del Este, a antifeminista em conjunto com o movimento pró-família, protagonizou uma manifestação que ela denominou contra a “ideologia de gênero”. Parte da manifestação foi gravada²⁶⁴ em vídeo por Winter e publicada em seu canal no *YouTube* sob o título “Estamos protestando contra a ideologia de gênero no Paraguai”. No vídeo, que possui cerca de dez minutos, aparecem aproximadamente duzentas pessoas, entre

²⁶³ Como pode ser verificado nas citações anteriores, este termo é utilizado por Campagnolo para se referir ao feminismo e “ideologia de gênero.

²⁶⁴ Cf: <https://www.youtube.com/watch?v=44IzIWAa6vA>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2020

homens e mulheres, alguns seguram cartazes com frases como “con los niños no te metas” (Não mexa com as crianças), “las niñas son niñas, los chicos son chicos” (As meninas são meninas, os meninos são meninos), “Somos XX e XY”. Os manifestantes justificaram a iniciativa do protesto contra o festival LGBT porque o evento acontecia durante o dia em frente a um parque de brinquedos para crianças.

Sobre o festival LGBT e seus participantes Sara Winter afirmou que:

É isso que eles querem ensinar para as crianças, a dançar e rebolar a bunda ao som de Anita... como se isso fosse legal, como se isso fosse bom! Então o meu problema não é você querer ser gay você querer ser lésbica, você faz o que você quiser com o seu corpo, mas deixa as crianças em paz! Criança nenhuma é obrigada a ver isso... a ver travesti rebolando de maneira erótica²⁶⁵.

O parque em que acontecia o festival foi envolto por lençóis pelos manifestantes a fim de “esconder” o que acontecia no local. Sobre isso, Winter afirma que “o nosso objetivo não é censurar os homossexuais, eles podiam ter feito este festival num lugar privado”²⁶⁶. Pois, o fato de o festival acontecer em um local público e durante o dia é considerado pelos manifestantes um ataque aos direitos das crianças.

No discurso de Winter sobre o protesto, assim como nas frases estampadas nos cartazes dispostos na manifestação, verificamos novamente uma das pautas da agenda antifeminista, o combate a “ideologia de gênero”. A manifestação dirigida pela antifeminista defende, desde uma moralidade conservadora, que leva os manifestantes a censurar o festival LGBT cobrindo as grades do parque com lençóis, até a proteção e defesa da sexualidade heteronormativa, que se constrói no discurso antifeminista em defesa de uma suposta “natureza” ou “essência” feminina e masculina e na recusa do gênero enquanto construção social, cultural e histórica. Testemunhando isso, destacamos a frase “las niñas son niñas, los chicos son chicos”, que sugere a existência de uma “natureza masculina” e uma “natureza feminina” complementares. Este argumento é sustentado pelas antifeministas com o discurso que refuta a ideia de que os gêneros são construções sociais, com a afirmação de que a feminilidade e a masculinidade são fatos

²⁶⁵ Ibidem. A partir de 2 minutos e 40 segundos a 3 minutos e 5 segundos.

²⁶⁶ Vídeo a partir de 6 minutos e 37 segundos. Cf: <https://www.youtube.com/watch?v=44IzIWAa6vA>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2020

dados no nascimento, ou seja, um dado biológico, como os cartazes da manifestação também atestam: “Somos XX e XY”²⁶⁷.

Esse festival LGBT, alvo do protesto de Winter e manifestantes pró-família, foi organizado pelo grupo “SomosGay” Ciudad del Este, como uma resposta política as agressões sofridas no mês anterior pelos membros da organização “Diversxs”, de Alto Paraná (Paraguai), um outro grupo que defende os direitos das pessoas LGBT. As agressões ao grupo “Diversxs”, ocorreram no dia 29 de setembro na cidade de Hernandarias, durante a realização de uma marcha pacífica na cidade. O grupo “Diversxs” foi atacado com pedras, escombros e bombas 12 × 1 atiradas diretamente em seus corpos por diferentes grupos que se autodenominavam “pró-vida e família” e que perfaziam o triplo de pessoas em relação ao número de manifestantes. Além disso, um homem tentou atropelar os manifestantes com uma van antes que pudessem se refugiar em um local seguro. Alguns manifestantes foram feridos e precisaram de atendimento médico. Entre insultos e gritos e outras humilhações a que foram expostos, uma das bandeiras LGBT multicoloridas foi incendiada, o que foi motivo de alegria e diversão para os integrantes do movimento de oposição (QUINTANA, 2019a). Segundo o grupo “Diversxs”, as agressões foram motivadas pelo o prefeito Rubén Rojas de Hernandarias que, no dia 27 de setembro, emitiu uma resolução que proibia a realização da marcha por contrariar a “moral pública”, e confirmou outra resolução que declarou Hernandarias Cidade Pró-Vida e Pró-Família protetora dos direitos da vida e da família. (QUINTANA, 2019a).

O grupo LGBT “SomosGay” Ciudad del Este então organizou o festival como um protesto pelo o ocorrido com o grupo LGBT em Hernandarias. Segundo o “SomosGay” eles solicitaram proteção policial e, mesmo assim, foram alvos de violência. O vereador da Associação Nacional Republicana (ANR) entrou no parque e derrubou mesas e cadeiras e arrancou as decorações que os organizadores haviam instalado. Os membros do coletivo LGBT chegaram a tentar cortar os lençóis com uma tesoura de dentro do parque, mas houve uma série de lutas e discussões e os manifestantes “pró-família” atiram pedras nos ativistas. Um adolescente de 17 anos do coletivo LGBT foi ferido e precisou ser atendido pelos bombeiros. (QUINTANA, 2019b).

A Governadora do Alto Paraná militante pró-vida e pró-família e Sara Winter são apontadas como as organizadoras da manifestação contrária ao Festival. No mapeamento

²⁶⁷ Ibidem.

que realizamos verificamos que no mês de outubro de 2019, Winter estava em turnê de palestras pelo Paraguai. Segundo o grupo LGBT “SomosGay” essas palestras foram organizadas pela governadora de Alto Paraná assim que o grupo anunciou que iriam fazer o festival LGBT, em Ciudad del Este (QUINTANA, 2019b). O grupo LGBT “Diversxs” fez uma publicação²⁶⁸ em seu *Twitter* em que responsabilizou Winter pela disseminação de discursos de ódio e por motivar a manifestação contra a comunidade LGBT no Paraguai. Nesta mesma publicação, o grupo “Diversxs” divulgou a foto de um panfleto de uma palestra de Winter realizada no dia 24 de outubro (2 dias antes do festival em Ciudad del Este), no TEATRO MUNICIPAL de Hernandarias, com o tema “ideologia de gênero e a destruição da família”. Na foto do panfleto também consta a informação de que a palestra foi gratuita.

No levantamento que realizamos anteriormente, mostramos que Winter fez uma publicação no dia 31 de outubro de 2019 sobre a palestra realizada em Hernandarias. Sobre a palestra, ela afirmou que o teatro que possuía capacidade para 200 pessoas estava lotado a ponto de ter gente sentada no chão²⁶⁹. Segundo ela, o prefeito e a primeira Dama fizeram parte “da Formação Integral em Combate à Ideologia de Gênero” e declarou estar “agradecida demais por formar tantos alunos e multiplicadores dos valores familiares e dos direitos das crianças! Obrigada Hernandarias!”²⁷⁰.

Como mostramos neste capítulo, a antifeminista realiza palestras no Paraguai, desde 2017, com temas relacionados a desqualificação do feminismo e “ideologia de gênero”. Ademais, segundo as publicações de Winter, das quatro cidades do Paraguai (Cidade Del Leste, Ñemby, Assunción, Hernandarias) nas quais realizou palestras no mês de outubro, três delas tiveram presenças de autoridades políticas, deputados estaduais e federais, governadores, vereadores e prefeitos. Inclusive em uma das publicações Winter afirmou prestar “serviço de consultoria privada em políticas públicas para alguns deles”²⁷¹. Quando esteve em Ciudad del Este, no ano de 2017, a antifeminista fez uma publicação afirmando que participou de uma reunião a convite da prefeita da cidade. De acordo com Winter, estavam presentes vereadores e deputados estaduais e a reunião

²⁶⁸Cf: <https://twitter.com/DiversxsAP/status/1272590414806233090>. Acesso em: 28 de junho de 2020.

²⁶⁹Cf: <https://www.Instagram.com/p/B4VwXZ3DrAy/>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2020.

²⁷⁰ Ibidem

²⁷¹ Cf: <https://www.Instagram.com/p/B4SaGxYjgiR/>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2020.

versou sobre como implementar políticas públicas a partir das perspectivas Pró-vida e Pró-família²⁷².

Possuir alianças é uma característica importante de um movimento social, pois mobiliza forças para promover mudanças na sociedade e nas políticas públicas. E como temos verificado a antifeminista Sara Winter dispõe de significativas alianças com políticos do Paraguai. O apoio de Winter no país parece estar fundamentado no movimento pró-vida e pró-família. E como discutimos estes movimentos também são alianças do antifeminismo, que está alicerçada na compatibilidade de suas agendas com o combate a suposta “ideologia de gênero” e defesa de uma “família natural”.

Os dois protestos ocorridas no Paraguai contra os grupos LGBT “Diversxs” e “SomosGay” foram protagonizadas por manifestantes do movimento pró-vida e pró-família. E o discurso que justifica o protesto está completamente alinhado as agendas de combate a “ideologia de gênero” e em defesa da “família natural”. O trecho de uma carta enviada ao prefeito de Hernandarias, no dia 26 de setembro de 2019, pelo movimento de “Cursillos de Cristiandad Diocesis de Ciudad del Lest”, pedindo o cancelamento da marcha do grupo LGBT “Diversxs” que ocorreria na cidade no dia 29 de setembro, declara bem esta noção:

[...] rechazamos categóricamente esta iniciativa vinculada con esta comunidad en lugares públicos por atentar contra los **valores de la familia**, cuna moral de la sociedad y sembrar en niños y jóvenes “**confusión ideológica**” que perjudique desarrollo formativo en todos los ambitos. [...]Que dos varones y dos mujeres se tomen las manos o se besen lugares públicos o hagan flamear una bandera gay es una muestra de desprecio al valor supremo de la creación divina que es “**la familia instituida por Dios**”.²⁷³ (Grifos do autor)

Obviamente, não podemos atribuir a motivação desses protestos contra os grupos LGBT no Paraguai, apenas a militância da antifeminista Sara Winter. No entanto, é perceptível que esses protestos são consequências absolutas do discurso de combate a suposta “ideologia de gênero”. No início deste tópico discutimos, ainda que brevemente, a genealogia do termo “ideologia de gênero”, e sabemos que a luta contra o que denominam de “ideologia de gênero” emergiu como reação católica à disseminação da

²⁷² Cf: <https://www.Instagram.com/p/BX3v3FAj3Kc/>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2020.

²⁷³ Cf: <https://agenciapresentes.org/2019/09/30/grupos-antiderechos-atacaron-marcha-lgbt-en-hermandarias/>. Acesso em 28 de junho de 2020.

agenda feminista por igualdade a partir da Conferência de Pequim(1995), mas ganhou força no contexto latino-americano, em especial sul-americano, no início desse milênio. Segundo os estudos de Richard Miskolci e Maximiliano Campana (2017) isso se deu devido ao contexto histórico político dos países sul-americanos.

A chegada de governos de esquerda à Presidência de diversos países, na virada do milênio, marcou a ofensiva católica na América Latina contra a suposta “ideologia de gênero”, pois, em alguns contextos nacionais foi a partir dos governos de esquerda que movimentos vinculados a direitos humanos, como os feministas e LGBT, ganharam mais visibilidade social. As demandas desses movimentos passaram a “movimentar propostas de iniciativas educacionais e legais visando ao reconhecimento da igualdade de gênero, ao enfrentamento da homofobia, assim como à aprovação do casamento igualitário.” (MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p.735). Assim, diante dos avanços das demandas desses movimentos sociais, que contrariavam as visões tradicionais do catolicismo no que se refere ao comportamento sexual e ao papel das mulheres na sociedade, como proposta de resistência emerge o discursivo de ação em torno da noção “ideologia de gênero” (MISKOLCI; CAMPANA, 2017).

Na disseminação do discurso e na ação de combate a suposta “ideologia de gênero”, na América Latina, engajaram-se as igrejas evangélicas e neopentecostais, redes de associações pró-família e pró-vida e grupos ultraconservadores, aliados ou articulados a diversos setores sociais e forças políticas, interessados em “promover uma agenda política moralmente regressiva, especialmente (mas não apenas) orientada a conter ou anular avanços e transformações em relação a gênero, sexo e sexualidade, além de reafirmar disposições tradicionalistas” (JUNQUEIRA, 2018, p.451). Estes setores e grupos atuaram por meio de estratégias político-discursivas capazes de aglomerar a sociedade em uma batalha na defesa da “família tradicional” e da heterossexualidade, que supostamente estariam ameaçadas pela infiltração da perspectiva de gênero, tanto nas instituições, quanto nas políticas públicas e na vida cotidiana. Os protagonistas do combate a suposta “ideologia de gênero” proferiram discursos que instalaram e alimentaram o pânico moral (MISKOLCI, 2007 *apud* COHEN, 1972), um meio eficaz para elevar o status de quem o promove e para reforçar coletivamente os valores defendidos.

O conceito de “pânicos moral” foi instituído por Stanley Cohen, na década de 1960, quando desenvolveu uma reflexão a respeito de como a sociedade reagiria a

determinadas situações e identidades sociais que considerassem representar alguma forma de perigo. Pânico moral caracteriza assim, a forma como a mídia, a opinião pública e os agentes de controle social reagem a determinados rompimentos de padrões normativos (MISKOLCI, 2007). Segundo Miskolci (2007, p.111 *apud* COHEN, 1972, p.9) um pânico moral emerge quando:

Uma condição, um episódio, uma pessoa ou um grupo de pessoas passa a ser definido como um perigo para valores e interesses societários; sua natureza é apresentada de uma forma estilizada e estereotipada pela mídia de massa; as barricadas morais são preenchidas por editores, bispos, políticos e outras pessoas de Direita; especialistas socialmente aceitos pronunciam seus diagnósticos e soluções; recorre-se a formas de enfrentamento ou desenvolvem-nas. Então a condição desaparece, submerge ou deteriora e se torna mais visível. Algumas vezes, o objeto do pânico é absolutamente novo e outras vezes é algo que existia há muito tempo, mas repentinamente ganha notoriedade. Algumas vezes o pânico passa e é esquecido, exceto no folclore e na memória coletiva. Outras vezes ele tem repercussões mais sérias e duradouras e pode produzir mudanças tais como aquelas em política legal e social ou até mesmo na forma como a sociedade se compreende.

Desta forma, o pânico moral é definido pelo consenso, compartilhado por um número substancial de pessoas, que determinada categoria de sujeitos ameaça a sociedade e a ordem moral. Portanto, esse número considerável de pessoas que se sentem ameaçadas tende a concordar que “algo deveria ser feito” a respeito desses indivíduos e seu comportamento. O algo a ser feito aponta para o fortalecimento do aparato de controle social, ou seja, “novas leis ou até mesmo maior e mais intensa hostilidade e condenação pública a determinado estilo de vida” (MISKOLCI, 2007, p.112).

A política simbólica que estrutura os pânicos morais costumam se dar por meio da substituição. Segundo Miskolci (2007), grupos de interesse ou empreendedores morais chamam a atenção para um assunto, porque ele representa, na verdade, outra questão. Em nosso contexto, os avanços nas pautas de movimentos feministas e LGBT, como a promoção da igualdade de gênero, o questionamento dos estereótipos, a proposta de reconhecimento e avanço em matéria de direitos sexuais e reprodutivos, levou a igreja católica a disseminar o discurso da “ideologia de gênero” como forma de reafirmar seu estatuto de autoridade moral ou salvaguardar sua influência em contextos mais secularizados. Os pânicos morais chamam a atenção para uma suposta ameaça como meio de se obter algo de interesse do grupo que o produz.

Diante do exposto, podemos considerar que os protestos contra os grupos LGBT ocorridos no Paraguai são produtos do pânico moral instalado através do discurso da suposta “ideologia de gênero”, arquitetado e disseminado na América Latina pela Igreja Católica, desde a virada do milênio e reproduzido por um conjunto de outros sujeitos e movimentos. Nossa análise permite arriscar apontar que, atualmente no Paraguai, a manutenção deste pânico moral parece ser realizada por uma aliança entre o Estado, a Igreja e os movimentos Pró-vida e Pro-família. No entanto, no mesmo sentido que apontamos antes, por mais que os protestos ocorridos contra os grupos LGBT no Paraguai, não possam ser atribuídos exclusivamente a militância da antifeminista Sara Winter, precisamos reconhecer que sua atuação a partir das palestras e cursos pelo país teve papel significativo na legitimação e disseminação do discurso que sustenta o pânico moral em relação a desconstrução da heterossexualidade e destruição da família “natural”.

Verificamos assim, a importância que a militância das antifeministas em torno da mobilização, legitimação e disseminação do discurso de combate a suposta “ideologia de gênero” tem para o movimento antifeminista. Pois, através da “ideologia de gênero”, o antifeminismo é capaz de produzir pânicos morais, principalmente em torno de temas relacionados a igualdade de gênero, diversidade sexual, direitos reprodutivos, ao próprio feminismo ou qualquer tema, pauta que pretende deslegitimar ou combater. Ao assumir posição contrária aos direitos de não discriminação e à promoção da igualdade de gênero, o antifeminismo advoga pelo bloqueio do combate à lesbo/homo/transfobia e ao sexismo. O antifeminismo configura-se assim, como um movimento que tem contribuído para a manutenção e perpetuação de práticas preconceituosas, segregacionistas e violentas.

3.6. Resgatando valores?

O antifeminismo se engendrou como movimento de oposição ao que este discurso constrói e considera ser o feminismo. O movimento articula sua agenda na defesa da família, do casamento, da religiosidade cristã, de ideais de masculinidade e feminilidade, da heterossexualidade binária e fixada nos atributos sexuais diferentes, com o combate a suposta “ideologia de gênero”, bem como no que conjectura ser o papel social “natural” da mulher, a maternidade. Neste tópico, analisamos como a agenda do movimento interpela a militância das antifeministas.

Para realizar este estudo, elaboramos uma tabela a partir de repetições de enunciados nos temas das palestras, cursos, entrevistas ministradas pelas antifeministas e

nas falas de Ana Caroline Campagnolo na ALESC, que mapeamos neste capítulo. Por meio deste mapeamento de enunciados, definimos sete eixos enunciativos. Ao visualizar a tabela, pode-se notar que o número total de enunciados é superior ao número total de palestras, cursos, entrevistas e falas no ALESC. Isso ocorreu porque no tema de uma única palestra, por exemplo, verificamos a presença de mais de um enunciado, pois:

...não há enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja. [...] Não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências. (FOUCAULT, 2016, p.121)

Sendo assim, se uma palestra possuía como tema o “Feminismo e o design de Deus para a Mulher”, consideramos três eixos enunciativos: 1) “*Feminismo e a destruição da mulher*”, uma vez que o papel social da mulher é construído neste enunciado de acordo com os valores e moral da religião cristã, ou seja: ser esposa e mãe, etc. De acordo com o discurso das antifeministas, o feminismo propõe a destruição da maternidade e do casamento; 2) “*Feminismo e a destruição da religião*”, pois se supostamente o feminismo propõe a destruição do casamento e da maternidade, que são valores e da moral cristã, conseqüentemente, ele propõe a destruição da religião; 3) “*Desqualificação do feminismo e sua agenda*” pois, para sustentar os outros dois enunciados é necessário desqualificar o feminismo. Seguindo este método chegamos a seguinte tabela:

Tabela 1: Eixos enunciativos do discurso antifeminista

Enunciados	Ana Caroline Campagnolo	Sara Winter	Total
Conservadorismo	5	0	5
Desqualificação do feminismo e sua agenda	15	41	56
Feminismo e a destruição da família	4	7	11
Feminismo e a destruição da mulher	9	17	26
Feminismo e a destruição da religião	1	4	5

Ideologia de gênero	7	17	24
MESP	5	0	5
Total Enunciados	44	86	130
Número de palestras, entrevistas e falas na ALESC	33	48	81

Os enunciados “*Conservadorismo e MESP*” versam sobre títulos com esses temas em eventos que apenas Campagnolo participou. A antifeminista participou de quatro eventos com títulos que se referem ao MESP e, em apenas dois desses eventos, constam informações de que os temas discutidos nessas palestras estavam relacionados a “doutrinação e ideologia de gênero nas escolas”. Em eventos com títulos referentes ao “conservadorismo”, a antifeminista participou de cinco.

Em apenas dois desses eventos constam informações sobre os temas das palestras, um deles está relacionado ao MESP e o outro a “ideologia da política”. Por não constar informações sobre os temas, na maioria das palestras que Campagnolo ministrou nesses eventos, preferimos separá-los. No entanto, diante das análises que realizamos nesta dissertação, sabemos que “ideologia de gênero” é uma das pautas em comum entre as agendas do antifeminismo e do MESP. Desta forma, podemos deduzir que esta pauta tenha sido o tema das palestras de Campagnolo nos eventos do MESP. E, se refletirmos sobre o que Campagnolo considera pautas do “conservadorismo”, a partir de suas falas em palestras, entrevistas e na ALESC, também podemos deduzir sobre os possíveis temas que ela abordou nestes eventos. Ou seja, o combate a suposta “ideologia de gênero”, o aborto, ou qualquer pauta relacionada a combater os estudos de gênero e a agenda do feminismo, em prol da defesa da família, da heterossexualidade, da moral cristã, etc. Nas bandeiras da agenda antifeminista que se encontram nestes dois eixos enunciativos, podemos visualizar alianças do movimento por compatibilidade de bandeiras, com o MESP e os setores conservadores que defendem tais agendas.

O enunciado “*Desqualificação do feminismo e sua agenda*” versa sobre os enunciados que, de alguma maneira, deslegitimam ou desqualificam as pautas da agenda dos movimentos feministas. Neste eixo enunciativo, visualizamos uma estratégia

utilizada pelo antifeminismo como “validação do verdadeiro”, buscando trazer legitimidade ao seu discurso e agenda.

O enunciado “*Feminismo e a destruição da família*” versa sobre todos os enunciados que defendem o discurso de que o feminismo promove a destruição da “família natural”. Fundamenta-se no discurso antifeminista que alega que a agenda feminista pretende desconstruir a heterossexualidade, a maternidade e o casamento. As pautas da agenda antifeminista, que estão relacionadas a este eixo enunciativo, estão relacionadas a noção de família do antifeminismo, ou seja, a “única família natural”, patriarcal, biologicamente radicada, fundada na união monogâmica homem-mulher, presumivelmente por matrimônio sacramentado e indissolúvel com prole. As principais bandeiras deste eixo são: 1) Defesa da “família natural” e para sustentar essa bandeira o antifeminismo precisa articular outras pautas; 2) Combate a legalização/descriminalização do aborto ou aos direitos reprodutivos das mulheres, entendidos como destruição da maternidade; 3) Combate a liberdade sexual, anunciada pelo discurso antifeminista como promoção da promiscuidade e da “libertinagem”, que supostamente causaria ou desinteresse por compromisso/casamento, ou adultério, ou divórcio, ou seja, um ataque ao casamento; 4) Combate a diversidade sexual, sob a justificativa de destruição da heterossexualidade, anunciada no discurso antifeminista como expressão da complementaridade e única via natural de manifestação do desejo sexual e de realização da vocação reprodutiva.

O enunciado “*Feminismo e a destruição da mulher*” versa sobre todos os enunciados que relacionam as pautas da agenda do feminismo à destruição da moral, da dignidade, da heterossexualidade, da maternidade, feminilidade da mulher e a promoção da promiscuidade e homossexualidade. Neste eixo, estão as bandeiras antifeministas relacionadas: 1) A defesa da maternidade, que se articula com o ponto seguinte; 2) O combate da legalização/discriminação do aborto ou direitos reprodutivos das mulheres; 3) A defesa do papel social tradicional das mulheres; 4) Ideias de feminilidade, sustentadas em valores e moral cristã, ou seja, a esposa, mãe, pura, recatada, cuidadora e afetuosa. Para defender os valores, a dignidade e a moral da mulher, o antifeminismo se articula também com o ponto 6) no combate a “promiscuidade”.

O enunciado “*Feminismo e a destruição da religião*” versa sobre todos os enunciados que relacionam o feminismo a destruição da religião e os enunciados que advogam em defesa da religiosidade sustentam-se em concepções de família e mulher a

partir dos valores e da moral cristã. Neste eixo enunciativo, encontra-se as bandeiras antifeminista que 1) defendem a religiosidade, 2) os valores e moral cristã.

O enunciado “*Ideologia de gênero*” versa sobre todos os enunciados que associam os estudos de gênero a destruição da sexualidade heteronormativa, da família, da masculinidade, feminilidade, a promoção da homossexualidade e a “doutrinação de gênero” na educação. Neste eixo sustentam-se as bandeiras antifeministas de: 1) Combate a inclusão de estudos da perspectiva de gênero na educação e nas políticas públicas; 2) Combate a diversidade sexual; 3) Defesa da sexualidade binária, biológica, fixa, inalterável; 4) Defesa de uma essência natural de masculinidade e feminilidade.

Ao expor o conjunto de enunciados a que se referem cada um dos sete eixos enunciativos que definimos, verificamos que todos os sete eixos estão relacionados. O enunciado “*Feminismo e a destruição da mulher*” se relaciona ao enunciado “*Feminismo e a destruição da família*”, uma vez que no discurso antifeminista a destruição da mulher, também está associada a destruição da heterossexualidade, da maternidade e do casamento, que também significa a destruição dos valores e da moral cristão, ou seja, “*a destruição da Religião*”. E se o feminismo destrói a heterossexualidade, a feminilidade, a família e promove a homossexualidade, ele promove então a “*ideologia de gênero*”, o que se articula com o discurso do “*MESP*”. A destruição da mulher, da família, da religião e a “*ideologia de gênero*” seriam, por sua vez, contrários aos princípios do “*conservadorismo*”. E, por fim, todos esses enunciados de alguma forma promovem “*Desqualificação do feminismo e sua agenda*”.

Também queremos chamar atenção para o fato de que esses sete eixos e o conjunto de enunciados que os formam, também estão relacionados a alguns dos enunciados utilizados pelas páginas antifeministas que analisamos no primeiro capítulo. Os enunciados presentes no eixo “*Feminismo e a destruição da mulher*”, como: 1) “*a destruição da feminilidade*”, se relaciona aos enunciados em que a mulher feminista é construída como peluda, baranga e suja, características que socialmente não são associadas a feminilidade; 2) e o enunciado “*promoção da promiscuidade*”, se relaciona a feminista construída pelas páginas como a “*vadia e puta*”.

Enunciados presentes no eixo “*Feminismo e a destruição da família*” também aparecem em características construídas pelas páginas analisadas como sendo as de uma mulher feminista: 1) o enunciado “*a destruição da maternidade*” aparece quando a suposta

promiscuidade da mulher feminista é associada ao aborto; 2) e a feminista abortista, por sua vez, é associada ao enunciado “destruição da família” tradicional.

O eixo “*ideologia de gênero*” aparece nas entrelinhas das construções de mulher feminista realizada pelas páginas: 1) “A desconstrução da heterossexualidade” é enunciada quando a feminista é construída como aquela que quer usurpar o papel masculino, inverter os papéis sociais entre homens e mulheres e, para isso, a feminista é associada pelas páginas a comportamentos e posturas socialmente consideradas masculinas, como o ser peluda, por exemplo; 2) Essa construção em torno da feminista como masculina e lésbica ou como aquela que busca a inversão dos papéis sociais entre homens e mulheres, está associada também ao enunciado “promoção da homossexualidade”.

Verificamos assim que a agenda antifeminista está organizada, pois existe articulação entre os discursos enunciados pelos diferentes sujeitos que produzem conteúdo em defesa dessa agenda. Esta organização se evidencia no fato de todos os sete eixos de enunciados, elaborados a partir dos temas das palestras e cursos de duas antifeministas e enunciados por três páginas antifeministas, que são (re)produzidos por administradores e seguidores diferentes, correlacionam-se em um mesmo campo de coexistência. Ou seja, os enunciados utilizados pelo discurso antifeminista para deslegitimar e desqualificar o feminismo e sua agenda possuem “semelhante sistema de dispersão” (FOUCAULT, 2016, p.43) e “os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas” apresentam “uma regularidade (uma ordem correlações, posições e funcionamentos, transformações)” (Ibidem, p.43).

O fato de conseguirmos situar esse emaranhado de enunciados antifeministas em uma certa organização, é justamente o fato deles pertencerem a uma formação discursiva, o antifeminismo, pois, os enunciados são procedemos da individualização de uma formação discursiva. A formação discursiva é um conjunto de enunciados que formam um conhecimento e a multiplicidade de conhecimentos sobre um determinado tema vai possibilitar a formação de um discurso. Portanto, como escreve Foucault (2016, p. 135), “a análise do enunciado e da formação discursiva são estabelecidas correlativamente”, porque “a lei dos enunciados e o fato de pertencerem à formação discursiva constituem uma única e mesma coisa”. Podemos assim, dizer que o discurso é um conjunto de enunciados que se apoiam na mesma formação discursiva. (FOUCAULT, 2016)

O antifeminismo se constitui, desta forma, na repetição de um conjunto de enunciados que se fundamentam em várias áreas de conhecimento (médico, religioso e até mesmo feminista). Independentemente da fonte de saber, o discurso antifeminista procura se contrapor as reivindicações feministas, e promover desqualificação e deslegitimação do feminismo e sua agenda. Possuir uma agenda especificamente voltada para desqualificar e deslegitimar o feminismo é o que o diferencia dos movimentos conservadores (MESP, Pró-vida, Pró- Família) com os quais ele possui alianças e divide algumas pautas (combate a “ideologia de gênero”, direitos reprodutivos das mulheres e homossexualidade e a defesa da família, da maternidade, e de ideais de feminilidade e masculinidade).

A tabela nos indica que o conjunto de enunciados do antifeminismo que mais se apresentam na militância das antifeministas versam principalmente sobre as bandeiras relacionadas aos eixos enunciativos “*Desqualificação do feminismo e sua agenda*”, “*Feminismo e a destruição da mulher*”, “*Ideologia de gênero*” e “*Feminismo e a destruição da família*”. Estes eixos se relacionam a partir de um conjunto de enunciados que validam “verdades” da perspectiva antifeminista sobre o gênero e seus nexos e os conceitos de sexualidade e família.

Nessas “verdades validadas” do discurso antifeminista existe um empenho em promover a restauração de uma ordem sexual tradicional, reiterar seus postulados, hierarquias, sistemas de poder e estruturas de privilégios e assim, permitir a legitimação de normas de gênero a partir da heterossexualização compulsória e a configuração de hierarquias sociais e de gênero, inclusive étnico-raciais.

Pois, como já discutimos no antifeminismo, o gênero se soma ao sexo e não o substitui. Sem se distanciar desta concepção, o discurso antifeminista sobre o feminismo se fundamenta, sobretudo, em um ataque desqualificador daquelas(es) que pesquisam, pensam e discutem as construções e relações de gênero. Assim, o antifeminismo incita à manutenção das compreensões de gênero como “um discurso cultural hegemônico, baseado em estruturas binárias que se apresentam como a linguagem universal” (BUTLER, 2016, p. 30). Nessa linguagem, permanece a assimetria dos gêneros, assim como são mantidas as normas de inteligibilidade socialmente instituídas. São essas normas de gênero que continuam excluindo muitas pessoas da inteligibilidade enquanto humanas. De acordo com Butler (2016, p. 43), “gêneros ‘inteligíveis’ são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo,

gênero, prática sexual e desejo”. Movimentações que desestabilizem o estabelecido sistema sexo-gênero como algo de atribuição natural, ou seja, que apresentem espectros de descontinuidade e incoerência frente a esse sistema:

[...] são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a ‘expressão’ ou ‘efeito’ de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual. (BUTLER, 2016, p. 43-44).

O aspecto de proibição e, ao mesmo tempo, de produção de gênero, a que Butler faz referência, parece se atualizar hoje no Brasil e também em vários outros países, pela acusação nomeada “ideologia de gênero”. Assim, o antifeminismo defensor da suposta “ideologia de gênero” alinha-se às práticas reguladoras que visam gerar identidades coerentes por meio da defesa de uma matriz de normas de gênero também coerentes, a saber, normas compulsoriamente heterossexuais, sustentadas na diferença assimétrica entre “feminino” e “masculino”, estes compreendidos como atributos expressivos de “macho” e “fêmea”, respectivamente. Paralelamente a esse discurso, o antifeminismo justifica com maior eficácia as teses naturalizantes acerca das expressões e identidades sexuais e de gênero, e mantém as pessoas presas à papeis sociais, comportamentos, hábitos e costumes relativos a performances de gênero.

Por fim, podemos aferir que o ativismo social e político do antifeminismo acontece na propagação de seus discursos e sua agenda através de palestras, cursos e entrevistas ministrados por suas militantes, além é claro, da internet a partir de redes sociais como o *Facebook*, *Youtube*, *Instagram* e *Twitter*. A partir de distorções dos argumentos feministas em relação ao gênero e a desqualificação do movimento feminista e de suas militantes, da promoção de pânico morais, e alianças políticas e sociais que fortalecem seu protagonismo e os valores que defende, o antifeminismo tem promovido e sustentado o binarismo masculino/feminino, a fixidez dos papéis sociais, e nutrindo aversão à afirmação dos direitos sexuais como direitos humanos, promovendo violações dos direitos das pessoas destoantes ou dissidentes em relação às normas de gênero. O

antifeminismo tem promovido assim, mudanças políticas e sociais e colocado em cheque a conquista de direitos das chamadas minorias políticas²⁷⁴.

274 Sobre minorias políticas Cf: BUENO, Mariza Schuster. Direito das minorias e as políticas públicas frente aos direitos fundamentais. Revista Eletrônica Direito e Política, Itajaí, v.2, n.1, 1º quadrimestre de 2007.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando elaboramos os objetivos desta pesquisa, pretendíamos analisar as inquietações que surgiram entendendo o antifeminismo como um discurso. Mas, ao passo que fomos investigando nossa fonte inicial, as páginas do *Facebook*, percebemos que esse discurso possuía uma rede de comunicação e mobilização que se estendia a outras redes sociais, o *Twitter*, *Youtube*, *Instagram*, *Blogs*. E por mais variadas que fossem as redes sociais e os sujeitos que produziam os conteúdos, os enunciados de desqualificação e deslegitimação do feminismo se repetiam. Ao nos questionar o que tornava possível a linearidade do discurso antifeminista chegamos ao entendimento de que ele estava relacionado a um outro discurso em ascensão no Brasil, o neoconservadorismo. Esta aproximação entre os dois discursos permitiu que o antifeminismo fosse capaz de aglomerar sujeitos em prol de uma causa em comum, assumindo assim o caráter de movimento social.

O enfoque na produção de conteúdo antifeminista via internet e na militância das duas antifeministas, Sara Winter e Ana Caroline Campagnolo, presentes em suas redes sociais, livros publicados, palestras, entrevistas e cursos se constituiu como um dos mecanismos fundamentais para compreender o funcionamento do antifeminismo enquanto movimento social. A partir da análise destes conteúdos, identificamos como ocorre a militância antifeminista, as bases teóricas que fundamentam o discurso antifeminista, definimos a agenda do movimento e entendemos suas estratégias para angariar militantes.

Para realizar este estudo, impomos ao discurso antifeminista um olhar atento as repetições, contradições, normatizações, orientações as maneiras de se comportar, aos discursos enunciados e aos mecanismos de funcionamento desses discursos. Esse processo, nos permitiu a aproximação e abordagem de uma série de valores sociais, relacionados os papéis intrínsecos ao gênero e seus nexos com os conceitos de sexualidade e família que são (re)produzidos, construídos e defendidos por esse movimento.

Nesta perspectiva, ao examinar a maneira como o antifeminismo apresenta e constrói o feminismo e a mulher feminista, percebemos que seu discurso trabalha (também) por meio da veiculação de *performances* sociais, distribuindo e organizando-as de acordo com seu valor social e sua correspondência a esses valores, contribuindo

para a manutenção e fixação de ‘ideias’ de feminilidade que regem o discurso antifeminista.

Através da veiculação de *performances* sociais, verificamos uma das estratégias do antifeminismo para angariar militantes em prol de suas causas. As características enunciadas por esse discurso, (seja nas páginas antifeministas do *Facebook* ou no conteúdo produzido por Winter e Campagnolo) atribuídas a mulher feminista, estabeleceu um perfil unívoco e negativo de feminista, no qual se construiu a noção de que só existe um feminismo e uma mulher feminista que é a invejosa, gorda, peluda, abortista, drogada, hipócrita, vitimista, vadia, promíscua, lésbica, feia e opressora. Considerando os atributos sociais tradicionais que marcam o ideal de feminilidade, nenhuma mulher quer ser associada a uma ou mais dessas características e por isso, acabam rejeitando qualquer associação ao movimento feminista.

No pânico moral promovido por Winter e Campagnolo sobre a agenda feminista encontra-se outra explicação para a inserção (não só) de mulheres ao movimento. Como analisamos, através dos pânicos morais preocupações e temores são construídos em torno de um tema. Isso é possível porque os pânicos morais nunca são espontâneos, eles são produto da catalisação de temores já existentes na coletividade (MISKOLCI, 2007). Durante nossa análise verificamos que o antifeminismo atua na disseminação de pânicos morais que associam o feminismo a destruição da família, da maternidade, da heterossexualidade, dos valores morais, da religiosidade e da feminilidade. Desta forma, os sujeitos que consideram a destruição dessas categorias como ameaça a sociedade e a ordem moral (associada pelo neoconservadorismo ao bem estar social) rebelam-se contra o feminismo.

Averiguamos que o discurso conservador em ascensão no Brasil ofereceu a conjuntura necessária para a consolidação e legitimação do movimento antifeminista. E o antifeminismo não se constituiu como um movimento individual, mas associado a outros movimentos sociais (Movimentos Pró-vida, Pró-família e o MESP) que também foram atravessados pelo discurso neoconservador. A partir de alianças e das parcerias com esses movimentos, o antifeminismo tem promovido modificações no cenário político, social e educacional do país.

Aliado a isso, a militância de Campagnolo e Winter concederam visibilidade ao movimento e sua agenda. Ademais, as próprias antifeministas também ganharam projeção

e visibilidade nacional (e internacional no caso de Winter) com a ascensão do discurso conservador e do movimento antifeminista. Campagnolo foi eleita Deputada Estadual e Winter além de ter ocupado um cargo político no MMFDH, se tornou conferencista internacional. Ou seja, as antifeministas também possuem interesses pessoais com o discurso promovido pelo antifeminismo. Afinal, elas têm construído suas carreiras sob a defesa deste discurso. Além disso, o discurso antifeminista paralelo ao conservador, também se tornou fonte de renda para elas. Como verificamos Campagnolo (livrariacampagnolo.com.br), possui uma livraria online, em que vende apenas livros de perspectiva conservadora e a atividade de Winter como conferencista e palestrante é sua fonte de renda, o seu trabalho.

Assim como Campagnolo, Winter também lançou a sua livraria online. O site (livrariasarawinter.com.br) da livraria entrou no ar em 4 de junho de 2020. Sobre a inauguração do site, Winter declarou que: “GENTE! REALIZEI UM SONHO! Abri minha própria livraria! Vocês podem comprar os melhores livros pra estudar sobre militância, conservadorismo e ainda aprender como esmagar o feminismo, o aborto, a ideologia de gênero e a esquerda”²⁷⁵.

A livraria online será uma fonte de renda para Winter, assim como já é para Campagnolo. Compreendemos que as antifeministas possuem interesses pessoais com este empreendimento. No entanto, essas duas livrarias online agregam uma significativa fração de referências teóricas de perspectiva conservadora que podem possibilitar a formulação de estratégias discursivas e/ou de militância para os movimentos que se constituem a partir de tais discursos. Além, de serem também uma considerável maneira de se promover a legitimação do discurso conservador e de seus respectivos movimentos e suas agendas, a partir da autoridade “científica” que é automaticamente atribuída os autores dos livros, e obviamente ao conteúdo destes.

Para além da militância destas duas antifeministas ter se constituído paralelamente a suas carreiras e interesses pessoais, existe também por parte delas o que identificamos como “desejo de poder”. Pois, o discurso é o próprio poder do qual queremos nos apropriar, e não apenas o veículo dos sistemas de dominação e das lutas (FOUCAULT, 2011, p. 09-10). Buscando o controle do que pode ser dito, em que circunstância e a quem é permitido falar, as antifeministas atentam para atualizar suas práticas e estratégias

²⁷⁵ Conferir em: https://www.instagram.com/_sarawinter/. Acesso em: 09 de julho de 2020

de acordo com o contexto do cenário social e político em que estão inseridas, sempre que necessário. As ações de Sara Winter nos primeiros meses de 2020 ilustram essa noção.

Em 2020, Sara Winter ganhou projeção e visibilidade nacional ao liderar o grupo “300 do Brasil”²⁷⁶ que acabou desencadeando em sua prisão no mês de junho do mesmo ano. Os objetivos do grupo definidos pela antifeminista incluíam “recuperar a soberania nacional a democracia plena no Brasil e retomar o protagonismo do povo com relação às decisões que interferem na economia e produção a expor e combater o totalitarismo da esquerda no país”²⁷⁷. No entanto, nos protestos as pautas resumiram-se basicamente ao apoio ao presidente Jair Bolsonaro (sem partido), pedido de saída dos presidentes da Câmara e do Senado, Rodrigo Maia (DEM-RJ) e Davi Alcolumbre (DEM-AP) e dos ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) e intervenção militar (chamada por eles de “intervenção do povo”) (TEIXEIRA, 2020).

Os protestos do grupo foram marcados por pautas antidemocráticas. No protesto que ocorreu no dia do Exército (19 de abril) o grupo fez pedidos de intervenção militar e manifestações favoráveis ao AI-5, o mais duro ato da ditadura (1964 a 1985). A manifestação ocorrida em 30 de maio liderado por Winter, na qual o grupo fez uma caminhada em frente ao STF com tochas e máscaras, foi comparado ao ações do Ku Klux Klan (KKK), organização racista originada nos Estados Unidos que fala em supremacia branca e já cometeu diversos atos violentos contra negros (SANTOS; TEÓFILO, 2020), por vários veículos de comunicação (Veja²⁷⁸, Uol²⁷⁹, Revista Forum²⁸⁰, Catraca Livre²⁸¹, Correio do Povo²⁸², Sul 21²⁸³, Correio Braziliense²⁸⁴). Por

²⁷⁶ O grupo “300 do Brasil” ficou acampado na Esplanada dos Ministérios do dia 26 de abril²⁷⁶ ao dia 13 de junho quando foram retirados do local por uma ação da polícia militar do Distrito Federal, o Corpo de Bombeiros e da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística (DF Legal) (TEIXEIRA, 2020).

²⁷⁷ Conferir em: https://www.instagram.com/p/B_VWozIDrjI/. Acesso em 09 de julho de 2020.

²⁷⁸ Conferir em: <https://veja.abril.com.br/politica/sara-winter-antes-de-ser-presa-preparava-nova-surpresa-ao-supremo/>. Acesso em 09 de julho de 2020.

²⁷⁹ Conferir em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/31/grupo-300-protesto-supremo.htm>

²⁸⁰ evistaforum.com.br/brasil/kkk-a-brasileira-milicia-de-sara-winter-protesta-com-tochas-em-frente-ao-stf/. Acesso em 09 de julho de 2020.

²⁸¹ Conferir em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/em-ato-contra-stf-bolsonaristas-usam-simbolos-do-nazismo-e-da-kkk/>. Acesso em 09 de julho de 2020.

²⁸² Conferir em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADtica/extremista-sara-winter-pede-liberdade-imediata-ao-supremo-1.436883>. Acesso em 09 de julho de 2020.

²⁸³ Conferir em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/politica/2020/05/mascarado-e-segurando-tochas-grupo-liderado-por-sara-winter-protesta-em-frente-ao-stf/>. Acesso em 09 de julho de 2020.

²⁸⁴ Conferir em: https://www.correiofaziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/06/15/interna_politica,863795/lider-do-300-do-brasil-sara-winter-e-presa-pela-pf-em-brasilia.shtml. Acesso em 09 de julho de 2020.

possuir integrantes armados o grupo chegou a ser nominado como “Milícia Armada” (TEIXEIRA, 2020).

No dia 15 de junho de 2020, Sara Winter foi presa preventivamente pela Polícia Federal. A prisão ocorreu no âmbito de um inquérito que apura violações à Lei de Segurança Nacional (uma lei criada durante a ditadura militar 1964-1985). O inquérito foi aberto em abril deste ano a pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR). Ao pedir as prisões, a PGR argumentou que Sara Winter e os demais militantes continuavam “organizando e captando recursos financeiros” para ações que se enquadram na Lei de Segurança Nacional, como atentar contra a integridade física dos chefes dos Poderes da República (TEIXEIRA, 2020).

Desde que foi solta no dia 24 de junho, Winter tem defendido, em suas redes sociais, que sua prisão se trata de uma prisão política. Sobre isso afirmou que:

Não. Não estou livre. Estou em prisão domiciliar. Impedida de sair de casa, de consumir bebidas alcoólicas, de me comunicar com parlamentares, jornalistas, youtubers e outras figuras de direita. Estou impedida de me comunicar com meus amigos e companheiros dos 300 do Brasil. Sou monitorada 24h por dia, considerada uma terrorista paramilitar pela imprensa tradicional. Fui presa por 10 dias, jogada num presídio podre, perigosíssimo, sofrendo ameaças diárias e tendo meus bens eletrônicos apreendidos. Meu crime: organizar uma militância de direita e pró Bolsonaro.²⁸⁵

Sob o argumento de que representava “milhões de brasileiros que apoiam o presidente Jair Bolsonaro e que estão sendo cassados um a um”²⁸⁶, a antifeminista tem anunciado que é uma vítima da STF que estaria, de acordo com ela, tentando “derrubar” o Presidente. A narrativa de injustiçada que tem construído também, conduz a uma ocultação das acusações que levaram ela a ter bens apreendidos (inquérito de *Fake News*²⁸⁷) e a ser presa (ações antidemocráticas que violaram à Lei de Segurança Nacional). Além disso, como já discutimos, o governo do presidente Jair Bolsonaro foi significativo para a ascensão do movimento antifeminista e das próprias antifeministas. Winter e Campagnolo possuem uma relação estreita de parcerias com o atual governo. Logo, é de

²⁸⁵ Conferir em: <https://www.instagram.com/p/CB8uvAnDz3a/>. Acesso em 09 de julho de 2020.

²⁸⁶ *Ibidem*.

²⁸⁷ No final de maio (dia 27) Winter foi alvo da operação do inquerito chamado de *Fake News* pela STF, que apura ameaças, ofensas e informações falsas contra os ministros da suprema Corte (SANTOS; TEÓFILO, 2020).

interesse de Winter defender e legitimizar o governo que viabilizou, a ela o *status* de autoridade enunciativa.

Por estar em prisão domiciliar e “impedida de ir pras ruas”²⁸⁸ a antifeminista afirmou que irá “ensinar militância pra vocês online e prepará-los pra guerra política”²⁸⁹. Para isso ela criou um canal no *Telegram* descrito como “Canal oficial administrado por Sara Winter e equipe. Acompanhe o canal para ter acesso em primeira mão às minhas redes sociais, cursos, palestras e convocatória.”²⁹⁰. Visualizamos aqui, outra estratégia de Winter para se manter no controle do que “pode ser dito”. As estratégias utilizadas pela antifeminista com a liderança do grupo “300 do Brasil” e o discurso construído em torno de sua prisão deu a ela visibilidade nacional. Tanto que a antifeminista vem aumentando o número de seus seguidores.

Por meio do site “socialblade.com”²⁹¹ foi possível verificar o aumento de seguidores de Winter durante os meses que ela foi porta voz do grupo “300 do Brasil” até o momento atual (julho de 2020). De acordo com o mesmo site, no dia 23 de abril quando começou o acampamento do grupo “300 do Brasil”, Winter possuía 195 mil seguidores em seu canal no Youtube. Atualmente o canal possui 244 mil seguidores. Ou seja, desde o mês de abril, quando o acampamento começou, Winter ganhou 49 mil seguidores no Youtube.²⁹² Entre os meses de abril e julho ela também ganhou 29 mil e 300 seguidores no Instagram²⁹³ e 83 mil e 261 seguidores no Twitter.

Considerando o histórico de eventos polêmicos e o discurso conservador que conduziu toda a atuação do grupo “300 do Brasil” liderados por Winter, esse aumento considerável de seguidores nos revela que o atual cenário conservador do país é terreno fértil para o crescimento e fortalecimento de movimento sob esse viés. Atentando a isso, temos observado o surgimento de novos grupos antifeministas administrados por mulheres, além de mulheres produzindo conteúdo antifeminista em seus perfis pessoais em suas redes sociais, especialmente na rede social *Instagram*.

²⁸⁸ Conferir em: <https://www.instagram.com/p/CCZDieZDVh2/>. Acesso em 09 de julho de 2020.

²⁸⁹ Ibidem

²⁹⁰ Conferir em: <https://t.me/oficialsarawinter>. Acesso em 09 de julho de 2020.

²⁹¹ Social Blade ou SocialBlade é um site gratuito que presta o serviço de rastreamento de estatísticas e análises de mídias sociais. A principal ferramenta do site gira em torno da plataforma de vídeos YouTube, mas também gera informações e números sobre o Twitch, Mixer, Dailymotion, Twitter, Instagram e Facebook.

²⁹² Conferir em: <https://socialblade.com/youtube/channel/UCXkUR5DQxcIonn5nwFe4CjQ/monthly>. Acesso em 09 de julho de 2020.

²⁹³ Conferir em: https://socialblade.com/instagram/user/_sarawinter. Acesso em 09 de julho de 2020.

Tamires Farias é exemplo disso. Farias possui em seu *Instagram* 1800 seguidores e se descreve na rede social como “Cristã, Escritora e Antifeminista”²⁹⁴. Analisando as publicações do *Instagram* de Farias verificamos o crescimento de publicações relacionadas a agenda antifeminista e a desqualificação do feminismo especialmente a partir de 2020. Em 2017, Farias fez apenas uma publicação relacionada a desqualificação do antifeminismo, no ano de 2018 apenas duas e em 2019 apenas três. Já em 2020, das 240 publicações que realizou neste ano 113 estão relacionadas a desqualificação do feminismo e a pautas da agenda antifeminista. Inclusive, há entre essas publicações vídeos de falas de Campagnolo²⁹⁵ na ALESC e em entrevistas, assim como publicações relacionadas ao “movimento pró-vida”²⁹⁶.

Farias também administra um blog voltado para a produção de conteúdo antifeminista (<https://tamiresfarias.com/>) e a primeira publicação relacionada ao antifeminismo no blog é datada de 26 de maio de 2020. Além do blog e do *Instagram* Farias também está produzindo conteúdo antifeminista no *Youtube*²⁹⁷. A antifeminista se descreve em seu canal como “Paulista, 24 anos. Terrivelmente cristã, antifeminista, conservadora e pró-vida”²⁹⁸.

Outra mulher produzindo conteúdo antifeminista nas redes sociais é Renata Côrtes Diniz. Ela se descreve em seu perfil no *Instagram* (que possui 4 mil e 500 seguidores) como “Mulher desde a concepção, cristã, casada, mãe, conservadora, antifeminista”²⁹⁹. Diniz entrou na rede social em julho de 2013 e até 2019 o conteúdo publicado por ela estava voltado principalmente a divulgação de resumos de livros relacionados a literatura (ficção científica, romances, fantasia), ao cristianismo e teologia. Apenas em 2017, realizou uma publicação relacionada ao antifeminismo, em que apresenta as incompatibilidades entre o feminismo e a mulher cristã³⁰⁰. Depois disso, apenas em 2018 fez uma publicação referente a oposição do aborto sob perspectiva da bíblia³⁰¹.

²⁹⁴ Conferir em: <https://www.instagram.com/tamiresdsfarias/>. Acesso em 09 de julho de 2020.

²⁹⁵ Conferir em: https://www.instagram.com/p/B9u_mvUFGaa/ e <https://www.instagram.com/p/B8m8SYClh78/>. Acesso em 09 de julho de 2020.

²⁹⁶ Conferir em: <https://www.instagram.com/p/B8DI3kxIVQw/>. Acesso em 09 de julho de 2020.

²⁹⁷ Conferir em: <https://www.youtube.com/channel/UCg1qBVU5LDtfpLxeYXKXazg>. Acesso em 09 de julho de 2020.

²⁹⁸ Conferir em: <https://www.youtube.com/c/TamiresFarias/about>. Acesso em 09 de julho de 2020.

²⁹⁹ Conferir em: <https://www.instagram.com/renatacortesdiniz/>. Acesso em 09 de julho de 2020.

³⁰⁰ Conferir em: <https://www.instagram.com/p/BcntRQkgNiX/>. Acesso em 09 de julho de 2020.

³⁰¹ Conferir em: https://www.instagram.com/p/BmMlcKYnY_y/. Acesso em 09 de julho de 2020.

Em fevereiro de 2019, Diniz fez uma publicação em que divulgava que estava iniciando a leitura do livro de Campagnolo³⁰² “Feminismo: Perversão e Subversão”. A partir de então, ela passou a publicar conteúdos relacionados ao discurso antifeminista e a desqualificação do feminismo com mais frequência, além de começar a utilizar a *hashtag* (#) antifeminismo em suas publicações.

De fevereiro a setembro de 2019, Diniz realizou 168 publicações associadas ao discurso antifeminista, principalmente conectadas a oposição ao aborto e à defesa da vida desde a concepção. No entanto, o conteúdo dessas publicações não foi produzido por ela. Trata-se de conteúdo antifeminista produzido por outros grupos antifeministas do *Instagram* e *Twitter* que ela passou a compartilhar em sua conta. Em algumas dessas publicações compartilhadas por ela verificamos conteúdos produzidos pelo movimento pró-vida³⁰³, o “Fúria e Tradição”³⁰⁴, de Felipe Chaves³⁰⁵, Thais Azevedo³⁰⁶, Sara Winter³⁰⁷ e Ana Caroline Campagnolo³⁰⁸.

A partir de outubro de 2019, Diniz começou a produzir conteúdo antifeminista, através da criação de imagens acompanhadas de pequenos textos ou frases relacionados a defesa de algumas bandeiras da agenda antifeminista (oposição ao aborto, a homossexualidade, a defesa da religiosidade cristã, da maternidade e da feminilidade), bem como, conteúdos voltados para a desqualificação do feminismo e sua agenda. De outubro a dezembro de 2019, Diniz realizou 48 publicações com conteúdo antifeminista e apenas três dessas publicações não eram conteúdos produzidos especificamente por ela. Em 2020, até o dia 9 de julho a antifeminista havia realizado 162 publicações e todas elas

³⁰² Conferir em: <https://www.instagram.com/p/BuSFcdCHPRb/>. Acesso em 09 de julho de 2020.

³⁰³ Conferir em: <https://www.instagram.com/p/B0Ubl5SjPPE/>. Acesso em 09 de julho de 2020.

³⁰⁴ Conferir em: <https://www.instagram.com/p/B19frzQDTVU/>, <https://www.instagram.com/p/B0Gk5EYj6KL/>, <https://www.instagram.com/p/BydT4VvDJXT/> e <https://www.instagram.com/p/BydSpaCDqYz/>. Acesso em 09 de julho de 2020.

³⁰⁵ Felipe Chaves foi um dos palestrantes do 1º Congresso Antifeminista do Brasil, organizado por Sara Winter, como discutimos no capítulo 3.

³⁰⁶ Thais Azevedo é antifeminista autodeclarada e como discutimos anteriormente, também produz conteúdo em suas redes sociais e realiza palestras com temas antifeministas. Também foi uma das palestrantes do 1º Congresso Antifeminista do Brasil. Segue algumas publicações dela compartilhadas por Diniz. Conferir em: <https://www.instagram.com/p/ByblEAvj34n/>, <https://www.instagram.com/p/B05nXVoDBD/>. Acesso em 09 de julho de 2020.

³⁰⁷ Conferir em: <https://www.instagram.com/p/BylnEaQjXKM/>, <https://www.instagram.com/p/B2zcJcrjFcA/> e <https://www.instagram.com/p/Bzn9h5sjqKZ/>. Acesso em 09 de julho de 2020.

³⁰⁸ Conferir em: <https://www.instagram.com/p/B0tNpUTjLN9/>, <https://www.instagram.com/p/B12WrmADNHj/> e <https://www.instagram.com/p/B1uXe3DjDM6/>. Acesso em 09 de julho de 2020.

apresentam conteúdo antifeminista. Dessas 162 publicações antifeministas apenas 13 não foram criados por ela.³⁰⁹

Em 2020, Diniz também passou a realizar *lives* via *Instagram* com parcerias e também individualmente. Em 17 de junho deste ano, ela realizou individualmente a *live* com o tema “Precisamos falar sobre aborto”³¹⁰. No dia 29 de junho, realizou a *live* com o tema “Aborto: dos anticoncepcionais aos permitidos em lei”³¹¹, em parceria com a também auto declarada antifeminista Regiane Cichelero. No dia 7 de julho, a antifeminista realizou a *live* com o tema “tratar da mentalidade antinatalista e anticristã que muitas de nossas irmãs têm abraçado, mesmo sendo absolutamente contrária às escrituras Sagradas” em parceria com Marcela Brito, que também produz conteúdo antifeminista via redes sociais. A publicação sobre a *live* recebeu as *hashtags*: #leiaabiblia, #familia, #abortonão, #ideologiadegeneronao, #conservadorismo, #Cristianismo, #antifeminismo, #PróVida, #anticomunismo, #antisocialismo, #BrasilSemAborto e #vida.

Regiane Cichelero possui 2 mil e 700 seguidores em seu *Instagram* e se descreve como “Casada, Mãe do Arthur, 29 anos, Cristã, Antifeminista, Advogada, Pós-Graduada em Direito Processual Civil, Gestão Pública SC-BR”. A primeira publicação de Cichelero na rede social é de agosto de 2014. A primeira publicação relacionada ao antifeminismo foi feita em julho de 2019, neste ano a antifeminista realizou 19 publicações das quais 6 estão relacionadas ao discurso antifeminista e sua agenda.

Em 2020, Regiane Cichelero realizou 63 publicações das quais 33 estão relacionadas ao antifeminismo e sua agenda. Nessas 33 publicações, Cichelero faz referências a Campagnolo³¹² e seu livro antifeminista e a Marcela Brito³¹³. No Dia 8 de Julho, Cichelero divulgou em seu *Instagram* o curso que ministra na escola digital “Confraria Conservadora”. No site³¹⁴ de venda do curso digital, a “Confraria Conservadora” é descrita como “a primeira escola de treinamento para conservadores do Brasil”. Também são apresentados dois objetivos da escola:

³⁰⁹ Conferir em: <https://www.instagram.com/renatacortesdiniz/>. Acesso em 09 de julho de 2020.

³¹⁰ Conferir em: <https://www.instagram.com/p/CBi114SjHsE/>. Acesso em 09 de julho de 2020.

³¹¹ Conferir em: <https://www.instagram.com/p/CCCTolfjhsw/>. Acesso em 09 de julho de 2020.

³¹² Conferir em: <https://www.instagram.com/p/B-nG-MEA6IS/> e <https://www.instagram.com/p/B-DU5jTgCgX/>. Acesso em 09 de julho de 2020.

³¹³ Conferir em: https://www.instagram.com/p/CAxUH_8gEKm/. Acesso em 09 de julho de 2020.

³¹⁴ Conferir em: <https://p.eduzz.com/400569?a=98920730>. Acesso em 09 de julho de 2020.

1) Ensinar conservadores de todas as idades a debater e argumentar sobre diversos temas a partir de uma visão conservadora; 2) Formar a maior rede de conservadores do Brasil, fortalecer os laços entre os membros e, mais do que isso, criar um ambiente em que todos se sintam livres para expressar as suas ideias.³¹⁵

O curso que a Cichelero vai ministrar é intitulado “Feminismo: Aprenda o que a escola não te ensinou sobre o feminismo”.³¹⁶ Além do *Instagram* a antifeminista possui um canal no *Youtube*³¹⁷ que está descrito como “Uma cristã, advogada e antifeminista que gosta de opinar sobre política, de informar o Direito, estudante do movimento feminista e que as vezes se empolga e fala sobre o cabelo”.³¹⁸ O primeiro vídeo do canal é datado de 21 de maio de 2019³¹⁹. O Canal possui vinte e um vídeos e dez deles estão relacionados ao discurso antifeminista. Desses, dez vídeos antifeministas e sete deles foram publicados entre fevereiro e julho de 2020.³²⁰

Marcela Brito possui em seu Instagram 13 mil seguidores e declara que usa sua rede social para conversar sobre: os valores cristãos, o direito à vida, o meio ambiente, a sanidade. Apesar de não se autodeclarar antifeminista é visível nas publicações de Brito sua perspectiva antifeminista. A primeira publicação de Brito no Instagram é de março de 2016. No entanto, ela só realizou uma publicação relacionado ao antifeminismo em maio³²¹ de 2019 e, neste ano, ela fez 221 publicações das quais apenas 21 estão relacionadas a agenda antifeminista, principalmente as pautas de oposição ao aborto e uso de métodos contraceptivos e de defesa da família, da maternidade e de papéis e comportamentos tradicionalmente relacionados as mulheres.

Em 2020, Brito realizou 107 publicações das quais 66 estão relacionadas ao antifeminismo e sua agenda. Entre essas publicações ela faz referência a Campagnolo³²²

³¹⁵ Conferir em: <https://p.eduzz.com/400569?a=98920730>. Acesso em 09 de julho de 2020.

³¹⁶ Conferir em: <https://www.instagram.com/p/CCZLnN2gSQU/>. Acesso em 09 de julho de 2020.

³¹⁷ Conferir em: https://www.youtube.com/channel/UCuJ_C3Smnl15OnhZHqSZ6LQ. Acesso em 09 de julho de 2020.

³¹⁸ Conferir em: https://www.youtube.com/channel/UCuJ_C3Smnl15OnhZHqSZ6LQ/about. Acesso em 09 de julho de 2020.

³¹⁹ Conferir em: https://www.youtube.com/watch?v=HfEC_y_gbEU. Acesso em 09 de julho de 2020.

³²⁰ Conferir em: https://www.youtube.com/channel/UCuJ_C3Smnl15OnhZHqSZ6LQ/videos. Acesso em 09 de julho de 2020.

³²¹ Conferir em: <https://www.instagram.com/p/Bw8EShUhj-C/>. Acesso em 09 de julho de 2020.

³²² Conferir em: <https://www.instagram.com/p/CAQZytBhU4c/>, https://www.instagram.com/p/B_vJ5BRhL56/ e <https://www.instagram.com/p/B-xzdCFBZwm/>. Acesso em 09 de julho de 2020.

e seu livro antifeminista, assim como aos movimentos Pró- vida e Pró- família³²³. No dia 7 de março de 2020, Brito realizou *live* em parceria com a antifeminista já citada Renata Diniz. O tema da *live* foi “Dia Internacional da mulher: Simone de Beauvoir e o Valor da mulher”³²⁴. No dia 29 de maio deste mesmo ano, Brito realizou *live* em parceria com Danilo Cavalcante que se descreve como “professor de História conservador formado pela Universidade Federal de Pernambuco”³²⁵. Calvalcante também é o dono da escola digital a “Confraria Conservadora”. O tema da *live* foi “Feminismo e a destruição da masculinidade”³²⁶. No dia 30, Brito realizou uma *live* individual, com o tema “feminismo e cristianismo”³²⁷.

Brito também possui um Canal no *Youtube* com 9 mil inscritos. O primeiro vídeo do canal é de fevereiro de 2018. O canal possui 95 vídeos publicados dos quais 28 estão relacionados ao antifeminismo e sua agenda, sendo que 21 destes foram publicados entre fevereiro e julho de 2020. ³²⁸ Campagnolo chegou a fazer uma publicação em seu *Instagram* indicando o canal de *YouTube* de Brito. Sobre isso a antifeminista declarou que: “Vocês já conhecem o canal da @mabrito4 no Youtube? Tem muito conteúdo legal! Recentemente, ela resenhou o meu livro Feminismo: Perversão e Subversão, mas já fez vários vídeos tratando do feminismo sob a perspectiva conservadora.”³²⁹

Como apontamos anteriormente, além de contas pessoais de mulheres produzindo conteúdo antifeminista em mais quantidade, recentemente também verificamos o surgimento de novas contas no *Instagram* como as de “grupos”, voltados para a produção de conteúdo antifeminista. Sinalizamos então 5 grupos que são administrados especificamente por mulheres: 1) O grupo “*submissas_piedosas*”³³⁰ possui 19 mil e 300 seguidores e a primeira publicação foi realizada em dezembro de 2018. O perfil se descreve como “Dedicado a mulheres submissas”³³¹ e é administrado por Beatriz Araújo que também produz conteúdo antifeminista em seu perfil pessoal no *Instagram* que possui

³²³ Conferir em: <https://www.instagram.com/p/B22hhcoh516/>, <https://www.instagram.com/p/B0UYhI-. Acesso em 09 de julho de 2020.BcxZ/> e <https://www.instagram.com/p/B7MEgIThtRW/>. Acesso em 09 de julho de 2020.

³²⁴ Conferir em: <https://www.instagram.com/p/B9c2t-LhhDq/>. Acesso em 09 de julho de 2020.

³²⁵ Conferir em: <https://danielocavalcante.com.br/confraria/>. Acesso em 09 de julho de 2020.

³²⁶ Conferir em: <https://www.instagram.com/p/CAxgZyqhdp/>. Acesso em 09 de julho de 2020.

³²⁷ Conferir em: <https://www.instagram.com/p/CA0kz2-BmdW/>. Acesso em 09 de julho de 2020.

³²⁸ Conferir em: <https://www.youtube.com/c/MarcelaBrito/videos?view=0&sort=dd&flow=grid>. Acesso em 09 de julho de 2020.

³²⁹ Conferir em: <https://www.instagram.com/p/CBYFZ7FgHST/>. Acesso em 09 de julho de 2020.

³³⁰ Conferir em: https://www.instagram.com/submissas_piedosas/. Acesso em 09 de julho de 2020.

³³¹ *Ibidem*

10 mil e 500 seguidores. Araújo se descreve em seu perfil como “Brasileira, conservadora, Cristã, Antifeminista e Antimarx”³³². 2) O grupo “*garotaconservadora_ce*”³³³ possui 2 mil seguidores e a primeira publicação foi realizada em abril de 2019. A administradora é descrita como “Patriota, Conservadora, Antifeminista, Pró-vida, cristã”³³⁴. 3) O grupo “*ofemimimismo*”³³⁵ possui 1 mil seguidores e a primeira publicação foi realizada em dezembro de 2019. O perfil descreve a administradora como “Brasileira, Pró-vida, Contra: feminismo, marxismo, de Direita, católica e conservadora”³³⁶. 4) O grupo “*antifeminist*”³³⁷ possui 2 mil seguidores e a primeira publicação foi realizada em abril de 2020. O perfil descreve a administradora como: “Mulher, conservadora e anti-feminista”³³⁸. 5) O grupo “*aantifeminismo*”³³⁹ possui 1 mil e 800 seguidores e a primeira publicação foi realizada em junho de 2020. É administrado por Alessandra Falk que se declara em seu perfil pessoal no *Instagram* como “Anti-feminista, armamentista, anti-petista e obviamente direitista”³⁴⁰ e Júlia Kaiany Siqueira que se descreve na sua conta pessoal no *Instagram* como “aprendendo a servir e ser útil. Conservadora, leitora voraz e antifeminista”.³⁴¹

Verifica-se, neste breve levantamento que realizamos sobre algumas das “novas” antifeministas, que foi a partir de 2019 que elas passaram a produzir conteúdo antifeminista em suas redes sociais, inclusive criando “grupos” nas redes sociais para divulgar este discurso. Tirando a antifeminista Renata Côrtes Diniz que realiza publicações com conteúdo antifeminista desde 2019. O ano de 2020 é o marco de ascensão da produção de conteúdo antifeminista para as demais. Nas publicações de Tamires Farias, Regiane Cichelero e Marcela Brito houve uma explosão de publicações antifeministas neste ano. Os grupos “*aantifeminismo*” e “*antifeminist*” também foram criados em 2020.

Como apontamos anteriormente, estas “novas” antifeministas já realizavam publicações (mesmo que com frequência menor) relacionadas ao discurso antifeminista

³³² Conferir em: <https://www.instagram.com/beatriz.arauj00/>. Acesso em 09 de julho de 2020.

³³³ Conferir em: https://www.instagram.com/garotaconservadora_ce/. Acesso em 09 de julho de 2020.

³³⁴ *Ibidem*

³³⁵ Conferir em: <https://www.instagram.com/ofemimimismo/>. Acesso em 09 de julho de 2020.

³³⁶ *Ibidem*

³³⁷ Conferir em: https://www.instagram.com/antifeminist._/. Acesso em 09 de julho de 2020.

³³⁸ *Ibidem*

³³⁹ Conferir em: <https://www.instagram.com/aantifeminismo/>. Acesso em 09 de julho de 2020.

³⁴⁰ Conferir em: <https://www.instagram.com/eualessandrafalk/>. Acesso em 09 de julho de 2020.

³⁴¹ Conferir em: <https://www.instagram.com/julliamado/~>. Acesso em 09 de julho de 2020.

antes de 2019. Ou seja, elas já flertavam com o discurso do conservadorismo e do antifeminismo. Pode ser uma explicação para o aparecimento de “novas” antifeministas, a visibilidade que o antifeminismo adquiriu no Brasil neste período com a militância de Winter e Campagnolo e somado a ascensão do discurso conservador tenha legitimado, fortalecido e impulsionado uma concepção de viés conservador sobre o feminismo que elas já possuíam.

No entanto, como indicado anteriormente, em algumas publicações das “novas” antifeministas elas se referem a conteúdo produzido por Winter e Campagnolo. Todas elas fizeram referência ao livro antifeminista de Campagnolo. Elas também citam os movimentos Pró-vida e Pró-família, alianças importantes do antifeminismo. Inclusive, algumas delas declaram em seus perfis como Pró-vida. Ademais, a agenda antifeminista de defesa da heterossexualidade, família, casamento, maternidade e feminilidade são visualizadas em suas publicações. Desta forma, podemos considerar também, que o pânico moral disseminado por Winter e Campagnolo relacionando o feminismo a destruição dessas categorias, pode ter contribuído para que essas mulheres se rebelassem contra o feminismo.

O que chama atenção é que estas “novas” antifeministas possuem uma rede de comunicação e parcerias bem organizada entre elas. Renata Côrtes Diniz, por exemplo, realizou *lives* com Regiane Cichelero e Marcela Brito. A antifeminista Regiane Cichelero referência em suas publicações Marcela Brito. E Brito, além de realizar *live* com Diniz, também realizou *live* em parceria com Danilo Cavalcante o dono da escola digital a “Confraria Conservadora” em que Regiane Cichelero ministra curso antifeminista. As “novas” antifeministas também compartilham entre elas, em suas respectivas redes sociais, os conteúdos antifeministas que produzem. Isso também ocorre nas publicações dos “novos” grupos antifeministas no *Instagram*. Além disso, elas também estão produzindo conteúdo antifeminista em várias redes sociais, Blogs, canais no *Youtube* e *Instagram*, alcançando públicos diferentes. As “novas” antifeministas estão militando via redes sociais.

Não havíamos observado essa rede de parcerias entre as antifeministas (como as “novas” antifeministas já realizam) antes de Campagnolo e Winter. A militância dessas antifeministas além de possibilitar que as demandas da agenda antifeminista sejam atendidas e consolidadas, também tem proporcionado o crescimento do movimento antifeminista. A militância e a organização das “novas” antifeministas via redes sociais

indicam que o movimento antifeminista no Brasil está em pleno processo de crescimento e aperfeiçoamento.

Há muito ainda para se investigar. As inúmeras palestras realizadas pela antifeminista Sara Winter por toda a América Latina, nos revelou que a militância antifeminista excede os limites nacionais e possui uma rede de organização muito maior do que imaginávamos inicialmente. Esta questão aponta para uma necessidade de novos estudos que possam permitir pensar o antifeminismo a nível mundial, enquanto um movimento que possui capacidade de atuação e modificações sociais que limitam e provocam retrocessos na luta e nos direitos conquistados para mulheres e minorias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ANDRADE, Vera Regina de. A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. In: **Revista Sequência**: Florianópolis, v. 26, n. 50, p. 71-102, jul. 2005.

AMUSSEN, Susan Dwyer. **Féminin/Masculin**: le genre dans l'Angleterre de l'époque moderne. Annales ESC. Paris, vol. 40, no 2, mar./apr., 1985.

ANDRADE, Sandra dos Santos. **Saúde e beleza do corpo feminino**: algumas representações no Brasil do século XX. Movimento, Porto Alegre, v.9, n.1, p.119-43, 2003.

ARAÚJO, Clara. Incogruências e dubiedades, deslegitimação e legitimação: o golpe contra Dilma Rousseff. In: **O Golpe na perspectiva de Gênero**. RUBIM, Linda Rubim; ARGOLLO, Fernanda (Organizadoras). Salvador: Edufba, 2018. 33-50.

BARROCO, Maria Lúcia S. **Não passarão!** Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n° 124, 2015.

_____. **Ética**: fundamentos sócio-históricos. São Paulo: Cortez, 2009

BELTRAME, PRISCILLA BRAGA. **Aborto**: A Controvérsia das Feminilidades. 2016, 206f. Dissertação (mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2016.

BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete Pereira. **Tempos e Memórias do Feminismo no Brasil**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

BARBIERI, Piero. **Aborto: ponto de vista cristão**. Petrópolis, Vozes, 1ª ed. 1997, (Coleção Mundo Novo).

BARKUN, Michael. **A culture of Conspiracy**: Apocalyptic Visions in Contemporary America. London: University of California Press, 2003.

BBC. **Brasileiras procuram aborto nos poucos países da América Latina onde prática é legal**. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45135808>: . Acesso em: 12 fevereiro. 2020.

BERALDO, Beatriz. **O que é feminilidade?** Papéis sociais e o feminismo contemporâneo. Comunicon. São Paulo, 2014.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. 10ª ed.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Biotempo, 2018.

_____. **Autonomia e justiça no debate sobre aborto: implicações teóricas e políticas**. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 15, p. 37-68, set./dez. 2014

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOLTANSKI, Luc. As dimensões antropológicas do aborto. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 7, p. 205-245, jan.-abr. 2012.

BOTTI, Mariana Meloni Vieira. Fotografia e fetiche: um olhar sobre a imagem da mulher. In: **Caderno Pagu**, Campinas, n.21, p.103-31, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. A força da representação. In: **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: EDUSP, 1996, p. 107-116.

BUENO, Samira. A Índia é aqui. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2015**, São Paulo, ano 9, p. 116, 2015. Disponível em: https://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPCRIM/9o_anuario_2015.pdf.

BRASIL. (2009). **Lei n. 12015, de 7 de agosto de 2009**. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940–Código Penal, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei no 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm.

BRASIL. (2006). **Lei n. 11340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República: Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm.

BRITTO, Patrícia e Lucas REIS (2015). “Planos de educação de 8 estados excluem ‘ideologia de gênero’”. **Folha de S. Paulo**, 25 jun., p. B-9.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 42, p. 249-274, 2014.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CALAZANS, Myllena; CORTES, Iáris Ramalho. O processo de criação, aprovação e implementação da Lei Maria da Penha. In: CAMPOS, Carmen Hein de (org.) **Lei Maria da Penha: comentada em uma perspectiva jurídico feminista**. Rio de Janeiro: Lumens Juris, pp. 39-63, 2011.

CARNEIRO, Sueli. “Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Orgs.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano, 2003.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTRO, Mary Garcia .O golpe de 2016 e a demonização de gênero. In: **O Golpe na perspectiva de Gênero**. RUBIM, Linda Rubim; ARGOLO, Fernanda (Organizadoras).Salvador: Eduf ba, pp.127-146.

CERQUEIRA, D.; COELHO, D. S. C. **Estupro no Brasil**: uma radiografia segundo os dados da Saúde. Brasília: Ipea, 2014.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2015.

CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996. p. 215-224.

CHAPKIS, Wendy (1997), **Live sex acts: women performing erotic labour**, Londres, Cassell.

COHEN, Jean Louise. Repensando a privacidade: autonomia, identidade e a controvérsia sobre o aborto. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 7, p. 165-203, jan./abr. 201

COSTA, Suely Costa. Movimentos feministas. In: **Dicionário crítico de gênero**. COLLING, Ana Maria; TEDESHI, Losandro Antonio (orgs). Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015, p. 468 - 473.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no Brasil: Dinâmicas de uma intervenção Política. **Revista Gênero**: Programa de Pós Graduação em Política Social da Universidade Federal Fluminense. 2005.

COSTA, Cláudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 19, p. 59-90, 2002.

CRUZ, Maria Helena Santana; DIAS, Alfrancio Ferreira. Antifeminismo. **Revista de Estudos de Cultura**, nº 1, Jan-Abr./2015, p. 33-42.

DELACOSTE, Frederique e Alexander, Priscilla (1987), **Sex work: Writings by women in the sex industry**, San Francisco, Cleis.

DEL PRIORI, Mary. Corpo a corpo com as mulheres: as transformações do corpo feminino no Brasil. In: STREY, Marlene Neves e CABEDA, Sonia Tereza Lisboa. **Corpos e subjetividades em exercício interdisciplinar**. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

DIAS, Maria Berenice. **Lei Maria da Penha: sentimento e resistência à violência doméstica**. 30 ago. 2010. Disponível em: [http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/\(cod2_817\)21__lei_maria_da_penha__sentimento_e_resistencia_a_violencia_domestica.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/(cod2_817)21__lei_maria_da_penha__sentimento_e_resistencia_a_violencia_domestica.pdf). Acesso em 05 de junho de 2020.

DINIZ, Debora; DIOS, Vanessa Canabarro; MASTRELLA, Miryam; MADEIRO, Alberto Pereira. A verdade do estupro nos serviços de aborto legal no Brasil. **Revista Bioética**, Brasília, v. 22, n.2, ago. 2014.

DUARTE, Tatiana dos S. “**A Casa dos Ímpios se Desfará, mas a Tenda dos Retos Florescerá**”: a participação da Frente Parlamentar Evangélica no legislativo brasileiro.

Brasília: UnB, 2011, 229 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

ECO, Umberto. (Org.). **História da beleza**. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FALUD, Susan. **Backlash**: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FAÚNDES, José Manuel Morán; DEFAGO, María Angélica Peñas. . ¿Defensores de la vida? ¿De cuál “vida”? Un análisis genealógico de la noción de “vida” sostenida por la jerarquía católica contra el aborto. **Sexualidad, Salud y Sociedad** – Revista Latinoamericana, n. 15, dez. 2013.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. O pensamento antifeminista: a querela dos sexos. **História Revista**, v. 9, n. 2, p. 227-252, jul/dez. 2004.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**. Rio de Janeiro, n. 114, p. 197-223, 2001.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault**. Uma trajetória para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231- 229.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2011.

_____. **Microfísica do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1984. cap. 16, p. 243-76: sobre a história da sexualidade.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1999

_____. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2016.

FRASER, Nancy. O feminismo, o Capitalismo e a Astúcia da História. **Mediações**, Londrina, v. 14, n.2, Jul/Dez. 2009, p.11-33.

FRANCHETTO, Bruna, CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro, HEIBORN, Maria Luiza. Antropologia e Feminismo. **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. Rio de Janeiro, Zahar, v. 1, n 1, 1981, p. 13-47.

FUSCO, Carmen. Linda Brasiliense; ANDREONI, Solange; SILVA, Rebeca de Souza e. Epidemiologia do aborto inseguro em uma população em situação de pobreza Favela Inajar de Souza, São Paulo. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 78-88. mar. 2008.

GALETTI, Camila Carolina. Feminismo em movimento: a Marcha das Vadias e o movimento feminista contemporâneo. In: **18º Redor**. Perspectivas feministas de gênero: desafios no campo da militância e das práticas. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife – PE, 2014.

GELLACIC, Gisele Bischoff. Uma breve história daquilo que não se vê: as lingerie e as funções sociais femininas. In: **Fazendo gênero 10: desafios atuais dos feminismos**, 2013.

GIMZBURG, Carlo. **Relações de força: história, retórica, prova**. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Teorias dos movimentos sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2011.

_____. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

GOMES, Fernanda Marcela Torrentes. **“Eu aborto, tu abortas, somos todas clandestinas”** mídia e aborto: uma perspectiva do feminismo decolonial. 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/188077> . Acesso em: 25 fevereiro de 2020.

GOMES, Nilma Lino. Golpe disfarçado de impeachment: uma articulação escusa contra as mulheres. In: **O Golpe na perspectiva de Gênero**. RUBIM, Linda Rubim; ARGOLLO, Fernanda (Organizadoras). Salvador: Edufba, pp.147-160.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 22, n. 1, p.201-246, jan. 2004.

HIGONNET, Anne. Mulheres, imagens e representações. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Orgs.). **História das mulheres no ocidente: o século XX**. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

HEILBONR, Maria Luiza; SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, Sérgio (Org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Sumaré/Anpocs, v. 2, 1999, p. 183-221.

INSTITUTO DE PESQUISA EM ECONÔMICA APLICADA. **Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde (versão preliminar)**. Brasília, 2014. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5780/1/NT_n11_Estupro-Brasil-radiografia_Diest_2014-mar.pdf .

JOLIN, Annette (1994), **On the backs of working feminists: Feminist theory and prostitution policy**, *Crime and delinquency*, 40, 1, pp. 69-83.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista psicologia política**. 2018, vol.18, n.43, pp. 449-502.

Junqueira, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: A gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: P. R. C. R. Ribeiro, & J. C. Magalhães (orgs.), **Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade** (pp. 25-52). Rio Grande: Ed. da FURG, 2017.

LIONCO, T. Criminalização do assédio ideológico nas escolas: ideologia de gênero como argumento central na disputa fundamentalista da política de educação. In: A. Rodrigues, G. A. Monzeli, & S. R. Ferreira (Orgs.), **A política no corpo: gêneros e sexualidades em disputa** (pp. 145-158). Vitória: EDUFES, 2016.

LANA, Bruna; RANGEL, Bruna; MOURA, Gabriela; BARIONI, Paola; MALAQUIAS, Thaysa. **#Meu Amigo Secreto: feminismo além das redes**. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2016.

LORCH, Mark. Por que as pessoas acreditam nas teorias da conspiração, e como conseguir que mudem de opinião. Entrevista. In: **El País Brasil**, 27 de agosto de 2017.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero: a moda e o seu destino nas sociedades modernas**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989.

LLORENTE, José Antonio. A era da Pós-Verdade: realidade versus percepção. **Revista Uno**. A era da pós-verdade: realidade versus percepção, nº 27, São Paulo, março 2017. p. 8 – 13.

LOURO, Guacira Lopes. “Nas redes do conceito de gênero”. In: LOPES, Marta Júlia Marques; MEYER, Dagmar Estermann; WALDOW, Vera Regina, (orgs.). **Gênero e saúde**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1995.

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, Gênero e Sexualidade**. Porto: Porto Editora, 1997.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LUPTON, Deborah. **Corpos, prazeres e práticas do eu. Educação e Realidade**. Porto Alegre, 2000.

KOSELLEK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: **Futuro passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC rio, 2006, 305-327.

PROST, Antoine. Fronteiras e espaços do privado. In: A. Prost & Gérard. Vincent (Orgs.), **História da vida privada da 1ª guerra a nossos dias**. Companhia das letras. São Paulo, 1987.

MACHADO, Maria das Dores C. Religião e Política no Brasil Contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos. In: **Religião & Sociedade**, v. 35, n. 2, p. 45–72, 2015.

MANO, Maíra Kubík; MACÊDO, Márcia Santos. Direitos reprodutivos, um dos campos de batalha do golpe. In: **O Golpe na perspectiva de Gênero**. RUBIM, Linda Rubim; ARGOLO, Fernanda (Organizadoras). Salvador: Eduf ba, pp. 85-104.

MATOS, Marlise; PINHEIRO, Marina Brito. Dilemas do conservadorismo político e do tradicionalismo de gênero no processo eleitoral de 2010: o eleitorado brasileiro e suas percepções. In: ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Céli Regina Jardim; JORDÃO, Fátima (Orgs.). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012.

- MATOS, Maria Izilda. História das mulheres e gênero: usos e perspectivas. In: MELO, Hildete Pereira de; PISCITELLI, Adriana; MALUF, Sônia Weidner; PUGA, Vera Lúcia (Org.). . Brasília, DF: Ministério da Educação: UNESCO, 2007.
- MARTINS, Alaerte Leandro; MENDONÇA, Lígia Cardieri. Aborto – Mortes Preveníveis e Evitáveis: dossiê. 2005. **Rede Feminista de Saúde**. Disponível em: <http://abenfo.redesindical.com.br/arqs/manuais/081.pdf>. Acesso em: 20 março 2020.
- MARQUES, Welisson. O método arquegenealógico na análise do discurso: o potencial sujeito aprendiz e aprendizagem de língua inglesa no discurso publicitário-institucional. *Linguagem em (Dis)curso*. **LemD**. Tubarão, SC, v. 16, n. 2, p. 261-272, maio/ago. 2016.
- MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**. Campinas, 2007, Nº 28, pp.101-128.
- MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Direito e Práxis**. Rio de Janeiro, Vol.07, N. 15, 2016, p. 590-621.
- MIGUEL, Raquel de Barros Pinto. Os cuidados de si e os cuidados do outro: lugares de gênero na publicidade da revista capricho (décadas de 1950-1960). **Projeto de História**. São Paulo, n.45, pp. 219-242, Dezembro 2012
- MIGUEL, Luis Felipe. Aborto e democracia. **Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 20, n. 3, p. 657-672, 2012.
- MIGUEL, Luis Felipe. Feminismo e política. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Orgs). **Feminismo e Política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MILANEZ, N. Corpo, depilação masculina e memória: acerca do sujeito e seus sentimentos de identidade. In: TASSO, I. (Org). **interfaces entre língua(gens), identidade e memória**. São Carlos: Claraluz, 2008, p. 129-142.
- MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, Volume 32, Número 3, Setembro/Dezembr, 2017.
- MORENO, Meire Ellen. **Feminismo e antifeminismo na política brasileira**: “ideologia de gênero e o Plano Nacional de Educação 2014. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.
- NATANSOHN, L. O corpo feminino como objeto médico e “mediático”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.13, n.2, p.287-304, 2005.
- NOGUEIRA, Ricardo José Batista. O movimento Femem: geopolítica e neo-feminismo. In: **Revista Geonorte**, Edição Especial 3, V.7, N.1, p.245-264, 2013.
- OLIVEIRA, Clara Flores Seixas de. De “razões de gênero” a “razões de condição do sexo feminino”: disputas de sentido no processo de criação da lei do feminicídio no Brasil. **seminário internacional fazendo gênero 11 & 13th women’s worlds congress** (anais eletrônicos), florianópolis, 2017. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499450851_arquivo_2017f_gclarafloresversaofinal.pdf.

OLIVEIRA, Nucia Alexandra Silva de. **As páginas da beleza: As representações sobre a beleza feminina na imprensa (1960/1980)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

OLIVEIRA, Hebe Maria Gonçalves. A construção do impeachment de Dilma Rousseff pela mídia brasileira comercial na cobertura das manifestações de rua. In: **6º Encontro Regional Sul de História da Mídia**, 2016.

O'NEILL, Maggie (2001), **Prostitution & feminism. Towards a politics of feeling**, Cambridge, Polity Press.

PAGLIA, Camille (1997), **Vampes & vadias**, Lisboa, Relógio d'Água.

PEDRO, Maria Joana; PINSKY, Carla Bassanezi. **Nova história das Mulheres no Brasil**. Editora Contexto, 2012.

PEREIRA, Fernanda. **Corpos em protesto: Análise Discursiva do Movimento FEMEN**. 2017. (161 f.). Dissertação (mestrado em estudos da linguagem) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

_____. Dilma - uma mulher política. In: **O Golpe na perspectiva de Gênero**. RUBIM, Linda Rubim; ARGOLO, Fernanda (Organizadoras). Salvador: Edufba, Pp. 23-32.

_____. Feminismo, história e poder. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Orgs). **Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras**. Vinhedo: Horizonte, 2012, p. 269-287.

PINTO, Pedro, Nogueira, Conceição e Tavares, Manuela (2010), «Prostitutas e feministas: refazer abordagens, reconciliar caminhos», in Manuel Carlos Silva e Fernando Bessa Ribeiro (orgs.), **Mulheres da vida, mulheres com vida: prostituição, estado e políticas**, Braga, Húmus/Universidade do Minho – Centro de Investigação em Ciências Sociais, pp. 233-254

PREGO, Victoria. Bolhas informativas. **Revista Uno**. A era da pós-verdade: realidade versus percepção, nº 27, São Paulo, março 2017. p. 20- 22.

QUIRINO, Flávia;; GUAZINA, Liziane. Golpe no Brasil: o que a mídia tem a ver com isso? **Estudos em comunicação**, nº 26, vol. 2, 179-188 maio de 2018.

RÉMOND, René. Algumas questões de alcance geral à guisa de introdução. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996. p. 206-214.

ROCHA, Everardo. A mulher, o corpo e o silêncio: a identidade feminina nos anúncios publicitários. Rio de Janeiro: **Revista ALCEU (PUC-RIO)** - v.2 n.3 pg 15 a 39- jul/dez 2001.

ROCHA, Maria Isabel Baltar da. A discussão política sobre aborto no Brasil: uma síntese. **Revista Brasileira de Estudos da População**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 369-379, jul./dez. 2016.

ROCHA, Maria Isabel Baltar da. “Discussões políticas e decisões no parlamento”. In: ÁVILA, Maria Betânia; PORTELLA, Ana Paula; FERREIRA, Verônica (orgs). In: **Novas legalidades e democratização da vida social: família, sexualidade e aborto.** Rio de Janeiro: Garamond, pp. 135-220.2005

ROCHA, Mirella Farias. Crise capitalista, serviço social e consciência de classe: crítica da reposição do novo (velho) conservadorismo no trabalho profissional na política de assistência social. In: PAIVA, Beatriz Augusto de (org.). **Sistema Único de Assistência Social em perspectiva: direitos, política pública e superexploração.** São Paulo: Veras Editora, 2014.

ROUSSO, Henry. Sobre a história do tempo presente. **Tempo e argumento**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 201-216, jan./jun. 2009. Entrevista concedida a Silvia Maria Fávero Arend e Fábio Macedo.

RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda. “Precisamos falar de Gênero”.In: **O Golpe na perspectiva de Gênero.** RUBIM, Linda Rubim; ARGOLO, Fernanda (Organizadoras).Salvador: Eduf ba, 2018. pp.7-22.

SAKAMOTO, Leonardo. Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas. In: **Cidades Rebeldes: passe livre e manifestações que tomaram as ruas do Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2013.

SANT’ANNA, D. Cuidados de si e embelezamento feminino: fragmentos para uma história do corpo no Brasil. In: **Políticas do corpo.** São Paulo: Estação Liberdade, 1995. p.121-40.

_____. **Gordos, magros e obesos.** Uma história de peso no Brasil. São Paulo: Estação Liberdade, 2016.

SANTANA, Olívia. Sobre o golpe e as mulheres no poder. In: **O Golpe na perspectiva de Gênero.** RUBIM, Linda Rubim; ARGOLO, Fernanda (Organizadoras).Salvador: Eduf ba, pp. 161-176.

SANTOS, Cecília Macdowell. Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: absorção/tradução de demandas feministas pelo Estado. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 89, jun. 2010, p. 153-170.

SANDAY, Peggy Reeves. **A woman scorned: acquaintance rape on trial.** Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press,1997.

SCAVONE, Lucila. **Direitos reprodutivos, políticas de saúde e gênero.** Estudos de Sociologia, Araraquara, v. 5, n. 9, p. 141-158, 2000.

SILVA, Salete Maria da. **A Carta que elas escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988.** 2011, 322f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares em Estudos sobre Mulheres, Gênero e Feminismos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVEIRA, Sérgio A. Direitas nas redes sociais online. In: Cruz, S. V, Kaysel, A, Codas, G (ORG.) **Direita Volver: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. Ed. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2000.

_____. **Políticas feministas do aborto**. Estudos Feministas, Florianópolis, vol. 16, n. 2, p. 675-680, maio/ago. 2008.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, vol. 16, nº 2, Porto Alegre, jul./dez. 1995, p.71-99.

SCHOSSLER, Joana Carolina, CORREA, Sílvio Marcus de Souza. Dos cuidados com o corpo feminino em reclames na Revista do Globo da década de 1930. **Rev. Estud. Fem. [online]**. 2011, vol.19, n.1, pp.53-72.

SOIHET, Rachel. **Feminismos e antifeminismos**. Mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena. Rio de Janeiro:7 Letras, 2013.

_____.Mulheres investindo contra o feminismo: resguardando privilégios ou manifestação de violência simbólica? **Estudos de sociologia**. Araraquara, v.13, n.24, p.191-207, 2008.

UNESCO. Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem. UNESCO: Brasília, 2014. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002277/227762por.pdf>>.

UNESCO . Plano Nacional de Educação. Brasília: Senado Federal, 2001. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001324/132452porb.pdf>>.

VAGGIONE, Juan Marco. “Desplazamientos estratégicos: reconfiguraciones políticas del activismo religioso conservador”. In: **Seminário Religião e Cultura na América Latina**. Rio de Janeiro, agosto de 2010.

VIEIRA, Humberto. **Movimentos pró-vida** brasileiros. 2015. Disponível em: <http://providafamilia.org.br/movimentos.htm>. Acesso em: junho de 2020.

VIGARELLO Georges. **As metamorfoses do gordo**: história da obesidade no Ocidente: da Idade Média ao século XX. Petrópolis: Vozes, 2012.

VITAL, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. **Religião e Política**: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll/Instituto de Estudos da Religião (ISER), 2013.

WEITZER, Ronald (2010), Sex work: paradigms and policies», in Ronald Weitzer (org.), **Sex for sale: prostitution, pornography and the sex industry** (2nd ed.), New York, Routledge, pp. 1-43.

WERTHEIM, Margaret. **Uma história do espaço de Dante à Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza**. Como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

WOODWARD, Kathrin. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e Diferença**. A perspectiva dos estudos culturais. RJ: Vozes, 2000.

FONTES

ALESSI, Gil. “Femen Brasil não existe mais”, diz líder ucraniana; Sara Winter afirma que grupo continuará. **UOL, Notícias**, São Paulo, maio de 2013. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2013/05/18/femen-brasil-nao-existe-mais-diz-lider-do-grupo-na-ucrania-segundo-jornal.htm>.

ANA Campagnolo apresenta painel “As armadilhas do feminismo” em Brasília. **Agência Alesc**, Santa Catarina, março de 2019. Disponível em: http://agenciaal.alesec.sc.gov.br/index.php/gabinetes_single/deputada-catarinense-apresenta-painel-as-armadilhas-do-feminismo-em-brasili.

ATIVISTA nua é suspensa por ganchos em ato pela liberdade da mulher. **G1**, São Paulo, abril de 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/04/ativista-nua-e-suspensa-por-ganchos-em-ato-pela-liberdade-da-mulher.html>.

BRIGUET, Paulo. A reinvenção de Sara Winter. **Gazeta do povo**, dezembro de 2015. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/a-reinvencao-de-sara-winter-4brtepr9k5e913v5fn49ox851/>.

BONNEWIJN, Olivier. **Gender, quem és tu; Sobre a ideologia de gênero**. 1ª edição. Campinas: Ecclesiae, 2015.

BRITO Débora; TOKARNIA Mariana. Justiça determina retirada das redes pedido para monitorar professores. **Jornal Agência Brasil**, Brasília, novembro de 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2018-11/justica-determina-retirada-das-redes-sociais-denuncia-contraprofessor>.

CALCAGNO, Victor. Feche as pernas que pregam os participantes do 1º congresso antifeminista do Brasil. **O Globo, Época**, agosto de 2018. Disponível em: <https://epoca.globo.com/feche-as-pernas-que-pregam-os-participantes-do-1-congresso-antifeminista-do-brasil-22964525>.

CAMPAGNOLO, Ana Caroline. **Feminismo: perversão e subversão**. Campinas, São Paulo: Vide Editorial, 2019.

COM COROAS de espinhos, ativistas promovem beijo gay em frente à Igreja da Candelária. **Gospelprime**, Rio de Janeiro, outubro de 2014. Disponível em: <https://www.gospelprime.com.br/ativistas-beijo-gay-frente-igreja-catolica/>.

CHAGAS, Tiago. Malafaia denuncia o “absurdo que a imprensa cometeu” ao esconder caso do menino Rhuan. **Gospel Mais**, JUNHO DE 2019. Disponível em: <https://noticias.gospelmais.com.br/malafaia-absurdo-imprensa-caso-rhuan-115619.html>.

CONSTANÇA, Rezende. **Sara Winter disse ter nível superior ao governo sem ter concluído**. Uol, junho de 2020. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/colunas/constanca-rezende/2020/06/16/sara-winter-disse-ter-nivel-superior-ao-governo-sem-ter-concluido.htm>. Acesso em: 11 de julho de 2020.

DEPUTADA estadual do PSL eleita por SC incita alunos a filmar e denunciar professores. **Jornal G1**, Santa Catarina, outubro de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/eleicoes/2018/noticia/2018/10/29/deputada-estadual-do-psl-eleita-por-sc-incita-alunos-a-filmar-e-denunciar-professores.ghtml>.

EX-FEMINISTA anuncia parceria política com Bolsonaro. **Revista Abril, Exame**, Blog, maio de 2016. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/ex-feminista-anuncia-parceria-politica-com-bolsonaro/>.

FELITTI, Chico. Ex-Femen fica noiva e funda grupo feminista que aceita homens. **Folha da manhã, Folha**, São Paulo, junho de 2013. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2013/06/1290409-ex-femen-fica-noiva-e-funda-grupo-feminista-que-aceita-homens.shtml>.

FORTUNA, Deborah. Após post sobre maconha, deputada Ana Campagnolo exclui conta no Twitter. **Correio Braziliense**, Brasília, abril de 2019. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/04/08/interna_politica,748236/apos-polemica-com-maconha-twitter-de-deputada-campagnolo-e-excluido.shtml.

FORTUNA, Deborah. A morte do menino Rhuan Maycon foi causada pela “ideologia de gênero”? **Correio Braziliense**, julho de 2019. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/ciencia-e-saude/2019/07/16/interna_ciencia_saude,771402/a-morte-do-menino-rhuan-maycon-foi-causada-pela-ideologia-de-genero.shtml.

HIPÓLITO, Lígia. “Temos cérebro, além de peito”, diz primeira brasileira no Femen no Dia da Mulher. **UOL Notícias**, São Paulo, março de 2013. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/03/08/temos-cerebro-alem-de-peito-diz-primeira-brasileira-no-femen-no-dia-da-mulher.htm>

KONCHINSKI, Vinicius. Caroline Campagnolo: “O feminismo é uma ameaça à civilização ocidental”. **Notícias Uol**, Curitiba, abril de 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/02/17/caroline-campagnolo-o-feminismo-e-uma-ameaca-a-civilizacao-ocidental.htm>.

LINHARES, Juliana. Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”. **Veja**, São Paulo, 18 abril. 2016. Brasil. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>. Acesso em: 12 junho 2020.

MANIERO, Valéria. 'O Brasil quer proteger todas as vidas, inclusive na barriga da mamãe', afirma Damares ao GLOBO. **O Globo**, fevereiro de 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/o-brasil-quer-protoger-todas-as-vidas-inclusive-na-barriga-da-mamae-afirma-damares-ao-globo-23480147>.

MATOS, Willian. Desdobramentos finais do caso Rhuan. **Jornal de Brasília**. junho de 2019. Disponível em <https://jornaldebrasil.com.br/cidades/desdobramentos-finais-do-caso-rhuan/>

MARQUES, Marília. Mãe de menino de 9 anos esquetejado no DF disse à polícia que 'sentia ódio e nenhum amor pela criança'. **G1**, Distrito Federal, junho de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/06/11/mae-de-menino-de-9-anos-esquetejado-no-df-disse-a-policia-que-sentia-odio-e-nenhum-amor-pela-crianca.ghtml>.

MICHELS, Luísa. Ataque às questões de gênero barra aprovação da Base Curricular de Santa Catarina. **Portal Catarinas**, Santa Catarina, setembro de 2019. Disponível em: <https://catarinhas.info/ataque-as-questoes-de-genero-barra-aprovacao-da-base-curricular-de-santa-catarina/>.

NÃO POSSO orientar quem não acredita naquilo que estuda”, afirma Marlene de Fáveri. **Portal Catarinas**, Florianópolis, abril de 2017. Disponível em: <https://catarinhas.info/nao-possou-orientar-quem-nao-acredita-naquilo-que-estuda-afirma-marlene-de-faveri/>.

NÃO permitiremos a abordagem diz Carlos Moisés sobre identidade de gênero em currículos da educação de SC. **G1**, Santa Catarina, agosto de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2019/08/29/nao-permitiremos-a-abordagem-diz-carlos-moises-sobre-identidade-de-genero-em-curriculos-da-educacao-de-sc.ghtml>.

OLIVEIRA, Francine. Alexandre Garcia falta com a verdade ao fazer comentário sobre 'ideologia de gênero'. **Blasting News Brasil**, dezembro de 2016. Disponível em: <https://br.blastingnews.com/sociedade-opiniao/2016/12/alexandre-garcia-falta-com-a-verdade-ao-fazer-comentario-sobre-ideologia-de-genero-001317753.html>.

PRAZERES, Leandro. Damares: **Vamos ensinar meninos a levar flores e abrir porta para mulheres**. UOL, Brasília março de 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/03/08/damares-vamos-ensinar-meninos-a-levar-flores-e-abrir-porta-para-mulheres.html>.

PRAZERES, Leandro; AMORIM, Felipe. **Corte de cargos anunciado por Temer atingiu mais mulheres que homens**. UOL, 3 março de 2017. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/03/03/corte-de-cargos-anunciado-por-temer-atingiu-mais-mulheres-que-homens.htm>. Acesso em: 12 junho 2020.

QUEM É Caroline Campagnolo, deputada que quer a denúncia de professores 'doutrinadores'. **Carta Capital**, Blog, outubro de 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/quem-e-ana-caroline-campagnolo-a-deputada-que-quer-a-denuncia-de-professores-doutrinadores/>.

QUINTANA, Juliana. O vereador de Ciudad del Este atacou ativistas LGBT no Festival. **Agência Presentes**, Paraguai, novembro de 2019. Disponível em: <https://agenciapresentes.org/2019/11/01/el-concejal-de-ciudad-del-este-agredio-a-activistas-lgbt-en-festival/>.

_____. Grupos anti-direitos atacam marcha LGBT no Paraguai. **Agência Presentes**, Paraguai, setembro de 2019. Disponível em: <https://agenciapresentes.org/2019/09/30/grupos-antiderechos-atacaron-marcha-lgbt-en-hernandarias/>.

REDAÇÃO, Da. Bolsonaro anuncia mudanças no Ministério dos Direitos Humanos: o nome. **VEJA**, novembro de 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-anuncia-mudanca-no-ministerio-dos-direitos-humanos-o-nome/>.

RODRIGUES, Fabio. 'Movimento mais intolerante que já conheci', diz ex-feminista Sara Winter. **Jornal G1**, São Carlos e Araraquara, março de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2016/03/movimento-mais-intolerante-que-ja-conheci-diz-ex-feminista-sara-winter.html>.

SACONI, João Paulo. Cotada para ser ministra, Damares diz que ‘mulher nasce para ser mãe e infelizmente tem que ir para o mercado de trabalho’. **O Globo**, novembro de 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/cotada-para-ministra-diz-que-mulher-nasce-para-ser-mae-infelizmente-tem-que-ir-para-mercado-de-trabalho-23272762>.

SANTOS, Philipe; TEÓFILO, Sarah. Líder do grupo 300 do Brasil, Sara Winter é presa pela PF em Brasília. **Correio Braziliense**, junho de 2020. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/06/15/interna_politica,863795/lider-do-300-do-brasil-sara-winter-e-presa-pela-pf-em-brasilia.shtml.

SANTOS, Rodrigo. Caso Rhuan: Pastor classifica caso de menino Rhuan como primeiro “crime de ideologia de gênero do Brasil”. **O buxixu Gospel**, julho de 2019. Disponível em: obuxixogospel.com.br/2019/07/caso-rhuan-pastor-classifica-caso-de-menino-rhuan-como-primeiro-crime-de-ideologia-de-genero-do-brasil/.

SILVA, Pollyane Lima e. Milagres do amor: Sara Winter, ex-Femen, agora é “fofa”. **Revista Abril, Veja**, Rio de Janeiro, junho de 2013. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/milagres-do-amor-sara-winter-ex-femen-agora-e-fofa/>.

HALDERS, André. O que investiga o inquérito que levou à prisão de Sara Winter. **BBC News Brasil**. Brasília, junho de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53058547>.

SHLAFLY, Phyllis e VENKER, Suzanne. **O outro lado do feminismo**. Santos, São Paulo: Editora Simonsen, 2015.

SOROKIN, Pitirim Alexandrovich. **A revolução Sexual Americana**. 1961.

TEIXEIRA, Lucas Borges. O que é 300 do Brasil, grupo de extrema-direita liderado por Sara Winter. **UOL**, São Paulo, junho de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/06/15/o-que-e-300-do-brasil-grupo-de-extrema-direita-liderado-por-sara-winter.htm>.

TORRES, Aline. Professora de história antifeminista processa orientadora por “perseguição”. **Jornal UOL**, Florianópolis, março de 2017. Disponível em:

<https://educacao.uol.com.br/noticias/2017/03/31/professora-de-historia-antifeminista-processa-orientadora-por-perseguido.htm>..

WINTER, Sara. “**Vadia, Não!** - Sete vezes que fui traída pelo feminismo”. Edição: Eric Valentim. 1ª Edição - 08/12/2015. Disponível em: <https://masculinistaopressoroficial.files.wordpress.com/2017/04/vadia-nc3a3o-sete-vezes-que-fui-trac3adda-pelo-feminismo-sara-winter.pdf>.

_____. Consequências do meu aborto. **Blog Sara Winter**, maio de 2019. Disponível em : <https://sarawinter.com.br/blog/consequencias-do-meu-aborto/>.

WURMEISTER, Fabiula. “O educador usurpa uma função que é da família” (entrevista com Armindo Moreira). Gazeta do Povo, edição online, 7 agosto de 2012. Disponível em: (<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-ecidadania/o-educador-usurpa-uma-funcao-que-e-da-familia-293fk255btxfvp15ip2ikn4ni>).